REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO

ano 24, número 24, 2017

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 1957

Diretoria
Biênio 2016-2017

Presidente: *Neusa Fernandes*
Vice-Presidente: *Miridan Britto Falci*
1º Secretário: *Marco Aurélio Santos*
2ª Secretária: *Nelson de Castro Senra*
1º Tesoureiro: *Roberto Schmidt de Almeida*
2º Tesoureiro: *Carlos Whers*

Conselho Fiscal
Efetivos
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Lucia Helena Pereira da Silva
Fernando Tasso Fragoso Pires

Suplentes
Mary Lucy Murray Del Priore
Hildete de Melo Araujo
Salvador Mata e Silva

Comissões Especiais
Admissão e Exclusão de Sócios

Cybelle de Ipanema
Lucia Maria Paschoal Guimarães
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

História, Geografia e Cartografia
Arno Wehling
Maria de Lourdes Viana Lyra
Roberto Guião de Sousa Lima

Ciências Auxiliares da História
Vera Lucia Botrel Tostes
Ondemar Ferreira Dias Gomes
Ângela Ancora da Luz

Redação da Revista e/ou Anuário
Editores:
Paulo Knauss de Mendonça
Miridan Britto Falci
Conselho editorial:
Olinio Gomes P. Coelho
Surama Conde Sá Pinto
Rogéria de Ipanema

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006

REVISTA
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO

IHGRJ

ano 24, número 24, 2017

Rio de Janeiro
2017

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 24, número 24, 2017

Copyright by Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – 2015
Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Editores Responsáveis
Miridan Britto Falci
Paulo Knauss de Mendonça

Conselho Editorial
Angela Ancora da Luz
Olinio Gomes Paschoal Coelho
Surama Conde Sá Pinto
Rogéria de Ipanema

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R349
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – V.1, n.1 (1987).-,-
Rio de Janeiro : IHGRJ, 1987-.
v. : il.
Descrição baseada em: V. 20, n. 20 (2013)
Inclui bibliografia
ISSN 1519-5678
1. Rio de Janeiro (Estado) – História – Periódicos. 2. Brasil – História – Periódicos. 3. Cultura – Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
11-0722. CDD: 981.53
CDU: 94(815.3)
07.02.11 07.02.11 024393

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro não é responsável pelas opiniões presentes nos artigos, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de textos e imagens.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 24, número 24, 2017

SUMÁRIO

Apresentação – 9

ARTIGOS

NEGROS E A INQUISIÇÃO – 13
Neusa Fernandes

AS TRÊS CAPITAIS DO BRASIL – 29
Adirson Vasconcelos

FAZENDA SANTA CRUZ: POTÊNCIA JESUÍTICA 1589 - 1759 – 41
Miranda Neto

O QUESITO RELIGIÃO NOS CENSOS DO BRASIL – 69
Nelson de Castro Senra

LAZARETO DOS PRETOS NOVOS – 87
Roselene de Cássia Coelho Martins

VENTOS FRANCESES NAS NOITES CARIOCAS:
A COCOTTE COMEDIENNE E O ALCAZAR LYRIQUE NO RIO DE JANEIRO IMPERIAL – 99
Lená Medeiros de Menezes
Marco Santos

AS FAZENDAS DE CAFÉ NA OCUPAÇÃO DEMOGRÁFICA DE PATY DO ALFERES E MIGUEL PEREIRA – 131
Sebastião Deister

ARQUITETURA PERDIDA: ELIXIR DE NOGUEIRA – 145
Olinio Gomes P. Coelho

O SINO DO COLÉGIO PEDRO II – 193
Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade

COMUNICAÇÃO

NATURALISTAS – VIAJANTES DO MUSEU IMPERIAL/ NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (BRASIL) – 207
Melquíades Pinto Paiva
Hitoshi Nomura

PESQUISA DOCUMENTAL

GENEALOGIA DOS PREFEITOS DO DISTRITO FEDERAL – XVIII – 225
Paulo Carneiro da Cunha
Victorino Chermont de Miranda

BENTO MANOEL RIBEIRO CARNEIRO MONTEIRO – 225
(16.11.1910-16.11.1914) – 225

RESENHAS

SANTOS, BEATRIZ BOCLIN MARQUES & ANDRADE, VERA LUCIA CABANA DE QUEIROZ. *COLÉGIO PEDRO II: A TRAJETÓRIA DE SEUS UNIFORMES ESCOLARES NA MEMÓRIA COLETIVA DA CIDADE*, RIO DE JANEIRO, EDITORAS MAUAD X / FAPERJ, 2016. – 237
Roberto Schmidt de Almeida

FERNANDES, NEUSA; COELHO, OLÍNIO GOMES . *EFEMÉRIDES CARIOCAS*. S/ ED. COPYRIGHT, NEUSA FERNANDES E OLÍNIO COELHO. RIO DE JANEIRO, 2016. – 239
Miridan Britto Falci

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO DE 2017 – 247
QUADRO SOCIAL – 255
FUNDADORES – 261

NORMAS DE PUBLICAÇÃO – 265

APRESENTAÇÃO

Miridan Britto Falci

Diretora da Revista
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 24, número 24, 2017

ARTIGOS

NEGROS E A INQUISIÇÃO

Neusa Fernandes[1]

A descoberta de Ceuta pelos portugueses, em 1415, foi o passo inicial para a conquista africana e para o estabelecimento do comércio do ouro, das especiarias e do tráfico de escravos. Informaram- nos os cronistas Gomes Eanes de Azurara, na sua obra *Crônica da Guiné* que, Antão Gonçalves trocara alguns jovens azenegues capturados por ouro em pó, dando início a vários resgates que se seguiram. Prática confirmada por outros cronistas, como Cadamosto e pelo alemão Martin Behaim que registrou as memórias do navegador Diogo Gomes. Vale sublinhar que desde o século XIII já existiam negros em Granada, na Catalunha, na Andaluzia e em Maiorca.

Para o Brasil, as primeiras levas de negros escravos vieram, oficialmente, com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa, em 1531 e se espalharam por todo o território nacional, partindo dos empórios da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, onde ficavam os mercados de escravos.

A partir do alvará de 29 de março de 1549, em que o rei permitiu o comércio dos negros aos particulares, registraram-se maiores fluxos de populações africanas escravizadas, acarretando que as regiões geográficas do Brasil de maior interesse econômico europeu ganhassem mais visibilidade.

No século XVI, a referência espacial principal foram as regiões caracterizadas como Alta e Baixa Guiné. Esses negros foram trazidos principalmente para as regiões açucareiras de Pernambuco e Bahia, mas também, foram levados para o Maranhão e para o Grão-Pará. O historiador Stuart Schwartz nos informa que o engenho de Sergipe, situado na Bahia e de propriedade do Conde de Linhares possuía,

---

[1] Pós-doutora História. Presidente do IHGRJ.

em 1571 7% de escravos. Já em 1591, essa percentagem se elevou para 37%, chegando a quase 100% no século XVII. Os territórios africanos atingidos pelo tráfico, nesse período, atualmente correspondem aos limites internacionais dos seguintes países: Serra Leoa, Senegal, Guiné, Guiné-Bissau, Nigéria, Benin, Burquina Faso, Gana, Costa do Marfim, Libéria, Mali e Gâmbia. Também foi dinamizado na Costa de Angola, transportando povos africanos para a Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e regiões do centro-sul do Brasil, e na Costa da Mina, com fluxos para as províncias do Grão-Pará, Maranhão e o território atual do Rio Grande do Norte. Vale registrar que, nesse período, foram cerca de 3.500.000 negros traficados. Vale sublinhar que o historiador Robert Conrad afirma que mais de 5.000.000 de escravos vieram para o Brasil, introduzidos pelo tráfico africano.

Com o desenvolvimento da mineração, o mercado interno de negros se tornou insuficiente. Por isso, adotou-se a importação direta de Angola e, depois, da Mina, através da Bahia, da Costa Guiné e do Sudão. Desses dois últimos territórios vieram negros mais fortes, corpulentos, mais adiantados e familiarizados com os trabalhos de mineração, em suas próprias nações.

Pesquisas recentes, como as de Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero da Costa, revelam que os escravos que foram para as Minas Gerais eram 84,6% sudaneses e 15,40% bantus.[2]

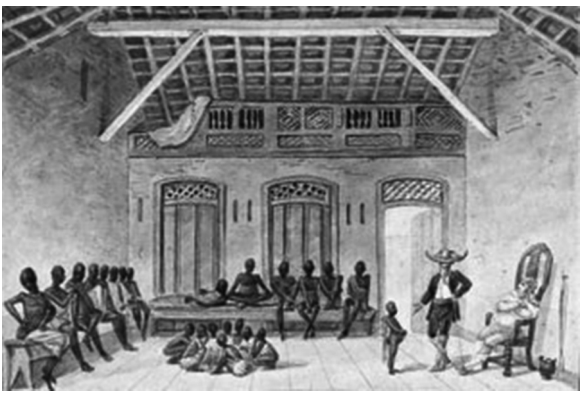
Como quase todo o trabalho de extração do ouro foi realizado por escravos, calcula-se que, em 1720, cerca de 60.000 negros trabalhavam nas Minas que no último quartel do século XVIII, abrigava a maior concentração de escravos nas Américas. Prova disso é que dos 800 mil escravos libertados com a Lei Áurea, 230 mil se encontravam na região mineira.[3]

---

[2] Anais do MP, sob o título "Algumas características do contingente de cativos em Minas Gerais", tomo XXIX, 1979, p. 79 a 97.

[3] SALZANO, F.M. e Freire, Maia N. *Populações Brasileiras. Aspectos Demográficos, Genéticos e Antropológicos*. São Paulo: Nacional/USP, p. 29.

Outros grandes centros de negros escravos foram as cidades de Salvador na Bahia e no Rio de Janeiro, este considerado o maior porto de importação de escravos e onde se situava o importante Mercado do Valongo, localizado na Freguesia de Santa Rita, atualmente zona portuária, região que deu origem ao bairro da Saúde. O mercado funcionou plenamente até 1831, como o maior centro redistribuidor de mão de obra escrava de todo o país.



Gravura de Debret sobre o mercado de escravos no Valongo.

Muitos viajantes que estiveram no Rio de Janeiro, no século XIX, descreveram cenas da prática comercial desse Mercado. Uma das mais detalhadas descrições é a de J.B. von Spix e C.F.P. von Martius:

> *Logo que esses escravos chegam ao Rio de Janeiro, são aquartelados em casas alugadas para tal fim na Rua Valongo, junto ao mar. Vêem-se ali crianças, desde os seis anos de idade e adultos de ambos os sexos, de todas as idades. Eles jazem meio nus, expostos ao sol nos pátios ou fora , em volta das casas, ou separados segundo os sexos, distribuídos em diferentes salas . Um mulato ou preto, já prático do serviço, cuida dos alimentos e presta aos recém- chegados os necessários cuidados. O prato principal é o pirão de farinha de mandioca ou o angu de fubá, cozido com água, mais raramente a carne salgada do Rio Grande do Sul; o preparo desses simples manjares fica entregue tanto quanto possível a eles próprios que os comem numa abóbora escavada ou nas cuias da árvore de cuité [...] Negros e negras que se comportam bem , recebem como recompensa*

> *fumo ou rapé. Passam a noite sobre esteiras providas de cobertores de lã. Muitos desses escravos pertencem ao regente e são remetidos para aqui das colônias africanas, como tributo. Quem deseja comprar escravos dirige-se para fazer a escolha à Rua do Valongo, onde os guardas os apresentam inteiramente nus, em filas. O comprador verifica o vigor físico e a saúde, ora apalpando o corpo todo , ora fazendo o negro executar rápido movimento especialmente a extensão do punho cerrado. Defeitos orgânicos ocultos, sobretudo a tão comum disposição para catarata , é o que mais se receia nessas compras. Feita a escolha, é determinado o preço da compra, que aqui monta entre trezentos e cinquenta a setecentos florins por um negro saudável viril; o vendedor em geral fica responsável ainda por prazo de quinze dias, caso se descobrirem quaisquer defeitos físicos. O comprador leva consigo então a sua aquisição que, segundo a necessidade, ele destina para artesão, tocador de mulas ou criado.*[4]

A exemplo do que aconteceu com os índios, também os negros assustaram aos colonizadores. A magia, a feitiçaria, a idolatria das pedras, do vento e das forças da natureza, os sacrifícios humanos, bem como a música, a dança, os requebros sensuais dos corpos, tudo, na avaliação dos colonizadores, eram manifestações demoníacas, como se a terra fosse o reino de Satanás. Muitos desse negros, habitantes de diferentes capitanias, foram vítimas da Inquisição.

A INQUISIÇÃO

A instituição inquisitorial moderna foi um aprimoramento das origens medievais e moldou as mentalidades espanhola, portuguesa e brasileira. Foi uma das instituições mais violentas do Brasil Colonial. Extinta em 1821, continua viva, considerando-se as suas consequências e as heranças que deixou, como o recrudescimento do racismo, mascarado em novas ideologias.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, abriga cerca de 39.000 processos inquisitoriais e 369 Cadernos do Promotor, referentes aos Tribunais de Lisboa, Évora e Coimbra. Esses documen-

---

[4] Six e Martius. Op. Cit. pp. 57-58.

tos retratam a vida social, política e econômica da Colônia, do século XVI ao XIX. O maior número de processos de negros, referentes à Colônia, encontra-se nas capitanias da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Bons exemplos são:

Manuel da Piedade,[5] preto escravo do capitão Gaspar de Valadares, era natural da Bahia onde morou algum tempo. Mais tarde, transferiu-se para Pernambuco e pouco tempo depois para Lisboa. Embora cristão batizado, foi denunciado em Coimbra, como mandingueiro, pelos escravos Antônio Criança, Luis de Lima, José Luis, Sebastião Rocha e Ventura Ramos.

Outras pessoas fizeram depoimentos anônimos, acusando Manuel da Piedade de mandingueiro conhecido e curandeiro. Quando foi preso pela Inquisição, em 1730, trazia na algibeira uma oração usual no Brasil, para livrá-lo dos perigos do mar e de pancadas.

O Tribunal do Santo Ofício acusou Manuel da Piedade de ter "trato com o Demônio, fazendo com ele pacto implícito." Para tanto, fazia reuniões todas as quintas-

feiras, convocando outros negros para encontrar com o diabo". Os convocados teriam que levar aguardente, vinho e eram proibidos de falar em Jesus.

Durante o decorrer do processo, outras denúncias chegaram à Mesa de que Manuel enforcava pessoas de certa idade; que conversava com o diabo, que lhe aparecia em forma de cão ou de cabra. Manuel também foi denunciado por fazer mandingas para serem vendidas aos negros, a fim de livrá-los de ferimentos, facadas e tiros. Manuel da Piedade também vendia cartas de jogar, com o fim de atrair mulheres para fins torpes.

A princípio, Manuel negou tudo no Tribunal. Depois de admoestado, confessou suas culpas, alegando que andava cego, engana-

---

[5] Processo Inquisição Lisboa nº 9.972- MF nº 4.974.

do pelo demônio. Considerada a sua confissão, foi julgado e reconciliado em 1731.

Luiz Pereira de Almeida,[6] menor de 25 anos, analfabeto, era casado com Maria Ferreira e escravo de D. Antônia Pereira de Almeida. Natural da Vila de Jacobina e morador no Sítio do Riacho, na Bahia, Luiz era filho de João Correa, escravo do senhor João Rodrigues Santiago e de Agostinha Pereira, preta forra, natural do Congo.

Apesar da superstição, o negro Luiz era batizado e praticante da fé católica. Assistia regularmente às missas, comungava, ouvia as pregações e demais obras de cristão. Em 1756, foi preso acusado de usar bolsas de mandinga, com partículas sagradas, por oito testemunhas. No mesmo ano foi condenado pelo Tribunal do Santo Ofício a degredo por dois anos em Lamego, apesar de ter denunciado, minuciosamente, Joseph Martins e Mateus Pereira Machado.

Solteiro, filho de Joseph e Jacinta de Andrade, Mateus Pereira Machado[7] era natural de Cachoeira, e morador no Sítio Riachão. Nasceu em São José da Pereroca, Vila da Cachoeira, na Bahia, e era escravo do senhor Veríssimo Pereira Machado. Antes de ser preso, viveu em Portugal, nos sertões de Santo Antônio de Jacobina e na Bahia, sendo conhecido como Mateus de Airó Nogueira de Andrade.

O preso Luiz Pereira de Almeida informou ao Tribunal que vira o senhor Veríssimo chamar seu escravo Mateus para levar umas camisas às minas de Canavieiras e, nessa ocasião, observou que ele portava uma bolsa de couro que continha "sanguinho", pedra de ara e papeis de processos, com blasfêmias. Informou que todo o material foi entregue ao vigário. Outra testemunha, João Álvares Lima, informou que Mateus, quando recebia a comunhão, sempre tirava uma parte da hóstia sagrada e guardava na bolsa de mandinga. Entretanto, nos depoimentos que fez, Mateus Pereira Machado declarou que era ató-

---

[6] Processo Inquisição Lisboa nº 1.134-. MF- 4. 971.

[7] Processo Inquisição Lisboa nº 1.131.

lico, cristão batizado e crismado, tendo como padrinhos Catarina de Sá, Matias Cavaleiro e a sua mulher.

Como religioso, sabia rezar o padre-nosso, ave-maria, salve -rainha e conhecia os Mandamentos da lei de Deus. Quanto ao uso de bolsas de mandinga, declarou que as portava com pedra de rio, não de altar, para fazer curas. Nada sensibilizou o Tribunal do Santo Ofício que, em 24 de julho de 1756, no Colégio da Purificação, condenou Mateus Pereira Machado a pena de quatro anos de reclusão.

Consta do seu processo, uma petição que o preso Mateus fez solicitando fosse perdoado o seu degredo para Castro Mirim.

Na Bahia, foi duas vezes presa pela Inquisição, Maria Barbosa,[8] natural de Évora, mulata conhecida pelo seu passado de muitos pecados. Era a mulata instrumento da desavença entre o bispo do Brasil, D. Constantino Barradas, e o governador Diogo de Menezes, sempre acusado pelo bispo de proteger os crimes de Maria Barbosa. Dos fatos tinha conhecimento Maria Barbosa que andou por Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ilha Fernando de Noronha, sempre pesquisando ervas mais venenosas e eficientes para esmerar-se nos feitiços que fazia contra o bispo.

Acusada de prostituta e feiticeira, Maria Barbosa caiu nas garras do Santo Ofício e foi presa, em 1609, juntamente com o seu marido, João da Cruz, ourives, também natural da cidade de Évora.

Os dois processos de Maria Barbosa totalizam cerca de 330 páginas. No primeiro processo foi Maria acusada de feitiçaria e, como pena, teve o degredo para Angola. De volta ao Brasil, reiniciou suas práticas de feitiços, trabalhando com um alguidar com água que lhe projetava o futuro de seus clientes. O segundo processo não chegou ao julgamento e, por isso, não contém a sentença. Contudo, Maria Barbosa somente ganhou a liberdade em 1619.

---

[8] Processo Inquisição Lisboa nº 3.382.

Processos grandes e interessantes foram os dois respondidos por Domingos Álvares,[9] que totalizaram 590 páginas. Negro natural da Costa da Mina e analfabeto, Domingos era cristão batizado e escravo do senhor João Cardoso de Almeida. Morou em Pernambuco e no Rio de Janeiro, onde era conhecido curandeiro, praticante de calundu[10] e dono de um terreiro de candomblé. Adquiriu fama e era constantemente procurado por vários senhores, como foi o caso de Francisco Rodrigues, proprietário de uma roça em São João de Meriti e de uma casa na cidade do Rio de Janeiro, que contratou Domingos para tratar de seus negros doentes.

Várias testemunhas denunciaram Domingos Álvares ao Tribunal do Santo Ofício: Maria de Jesus, Vigário Manuel da Costa Alvarenga, Antônio Viegas de Mendonça, Manuel Martins, Maria da Silva, mulher de Domingos Pacheco e Manuel Pereira da Fonseca.

Domingos Álvares foi preso em 1742 e julgado em Évora. Recebeu penas espirituais e foi sentenciado com degredo de quatro anos para Castro- Mirim no Algarve. Decidiram também os inquisidores que Domingos Álvares não mais entraria no Rio de Janeiro. Antes do cumprimento da pena deveria se apresentar na Inquisição de Coimbra, para receber as ordens necessárias ao seu degredo.

Domingos Alvarez não cumpriu o que prometeu e continuou a praticar curas, rezas e feitiços que alegou ter aprendido no Brasil. Nessas práticas, usava raízes, ervas, galinha preta, fumo branco, cordão de São Francisco, moedas de dez réis, verônicas, peixes, língua de vaca, pedra para curar dores, sangue dos braços e dos artelhos dos consulentes, sempre murmurando palavras ininteligíveis. Tratou com

---

[9] Processo: Inquisição Lisboa nº 7.759. MF- 2.724.

[10] A palavra Calundu veio do quimbundo, significando ente sobrenatural.f. NASCENTE, Antenor. *Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1967. 1º tomo-A-C, p.364.* "Calundu é um conjunto de festas ou celebrações de origem ou caráter religioso, acompanhadas de canto, dança, batuque e que geralmente representavam um pedido ou consulta a divindades ou entidades sobrenaturais." In: HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico da língua portuguesa.*

sucesso de um marinheiro, da mulher do estanqueiro de Portimão e de outra mulher em Silves.

Inteligente, profissionalizou-se também em procurar tesouros mouros, ajudado por seus dons sobrenaturais.

Por tudo isso, novamente a Inquisição o pegou. Foi Domingos Álvares preso em Silves em 2 de agosto de 1747, acusado de ter pacto e amizade com o demônio, além de ser considerado diminuto, impenitente e herege

Na prisão, primeiramente, Domingos Alvarez negou tudo. Depois, confessou que fazia remédios com ervas e raízes, conforme os achaques dos doentes. Afirmou que as pessoas melhoravam por conta dos remédios, não por conta dos feitiços. Atribuía aos remédios a melhora dos doentes, não à sua pessoa, que não tinha virtude alguma para curar, nem aprendera Medicina, mas que em sua terra se curava muita gente com a aplicação de certas raízes e deu exemplos delas. E disse que tinha "confessado toda a verdade, porque a causa de ter feito curas e rezas foi muita pobreza e a grande fome em que se viu."

Em 4 de setembro de 1749 Domingos Alvarez foi julgado e reconciliado pela Inquisição.

O uso de bolsas de mandinga levou muitos outros negros à Mesa da Inquisição. O escravo Antônio Mascarenhas[11] foi, em 1742, denunciado, por inúmeras pessoas, como mandingueiro. Impelido a se apresentar, Antônio confessou as práticas de feitiçarias e superstições, informando que teve conhecimento do uso das bolsas de mandinga, quando morou na cidade do Rio de Janeiro e era escravo do senhor Fernandes de Aguiar.

Nascido em Angola, Antônio sabia ler e escrever, era batizado e crismado. Ainda criança mudou-se para o Funchal, na Ilha da Madeira, onde conheceu o estudante Antônio da Silva, com quem trocou informações acerca do uso das bolsas. Com o estudante aprendeu que

---

[11] Processo Inquisição Lisboa nº 254. MF- 2.591.

as cestas de mandinga protegiam de ferimentos e livrava de ferros e do fogo. Também foi informado que para a mandinga ficar forte era necessário colocá-la na mesa do altar da igreja, entre a toalha e a pedra d'ara.

Acusado de feitiçaria e de ter trato com o demônio, Antônio Mascarenhas foi preso pelo Tribunal do Santo Ofício. Inúmeras testemunhas foram ouvidas em seu esbranquiçado e repetitivo processo, de difícil leitura. Foi açoitado e, em 17 de agosto de 1743, Antônio foi colocado na Casa de Tormenta.

O Tribunal considerou-o herege, mas reconheceu nele sinais de arrependimento. Por isso, foi reconciliado.

Nesse mesmo ano ouviu sua sentença: rezar uma semana o rosário à Virgem Nossa Senhora; cinco padres-nossos e cinco ave-marias, cada sexta feira, em honra das Chagas de Cristo; degredo de cinco anos para as galés e proibição de voltar ao Reino e à Ilha da Madeira.

Mais inocente foi o processo contra Manoelina Maria,[12] filha dos escravos Antônio e Luzia, cristã batizada e analfabeta. Manoelina tinha sido escrava de João da Costa e Silva e no momento em que se apresentou, espontaneamente, à Mesa do Tribunal do Santo Ofício, era escrava de João Eufrazio de Figueroa, no Rio de Janeiro. Depois foi escrava do Infante D. Francisco. Carioca, cristã batizada, Manoelina era solteira, mas tinha dois filhos. Apresentou-se à Mesa do Tribunal do Santo Ofício com medo dos castigos que recebia. Confessou que nunca deixou de ser católica, entretanto, costumava fazer breves invocações ao Demônio, com fins imediatos, para ajudá-la para fazer com rapidez e brevidade o seu serviço. Confessou também que aprendera com uma empregada moura que trabalhava na casa do seu primeiro senhor, doutor João, umas fórmulas feitas com cravo e outras plantas, para amansar sua patroa que tinha ciúmes dela com o patrão. Em consequência, era muito mal tratada e acabou sendo vendida e mandada para a casa de Ignácio Botelho. Quando voltou, foi maltra-

---

[12] Processo Inquisição Lisboa nº 631- MF nº 2.611.

tada pelo seu patrão que soube do seu envolvimento com um preto da casa. Castigou-a, com muitos açoites, deixando-a nua na frente de sete homens, dentre eles o negro com quem estava amancebada, o seu senhor e o seu filho mais velho. Neste instante, lembrou-se do negro escravo Domingos que falava com o diabo e se lembrou também da moura Antônia. Desesperada com o castigo, chamou pelo demônio e o ouviu dizer que fosse buscá-lo em Campo Grande, para tudo alcançar. Decidida, ela saiu de casa à meia noite, encontrando a porta aberta, quando todos já estavam recolhidos. Certa de que o diabo abrira a porta para ela, dirigiu-se à rua São José, em Campo Grande, onde viu um vulto grande, como um bode e, em seguida, aconteceu um enorme pé de vento. Voltando à casa, encontrou, novamente, a porta aberta. Não conseguiu dormir, por vários dias, com medo, e ouvindo pancadas, até que resolveu levar para a sua cabeceira uma imagem de Cristo Senhor Nosso.

Durante esse depoimento, Manoelina revelou nomes de outros negros mandigueiros e feiticeiros e confessou que passou o remédio para a negra Damásia ou Francisca. Torturada, com medo dos castigos, foi confessar-se no Convento de São Domingos e procurou o Tribunal do Santo Ofício, numa segunda-feira, dia santo. Manoelina Maria foi acusada de superstições, abjuração de leve suspeita da Fé e sentenciada com penitências espirituais, em 1734. Considerando os inquisidores que ela se apresentara para confessar suas culpas, foi ouvida em confissão, recebeu os sacramentos e foi instruída em tudo que fosse necessário para salvar a sua alma.

Todas essas relações da Inquisição com mulheres de outras etnias, negras, mestiças, ciganas e índias são assuntos nebulosos em nossa historiografia, merecendo pesquisa profunda, no tocante ao gênero, à política e aos processos de aculturação sofridos.

Singular é o processo de Luzia Pinto[13], preta forra de Angola, moradora na Vila de Sabará, junto à Capela Nossa Senhora da Soledade.

Acusada de bruxaria, Luzia Pinta foi presa em 1742, pelo Santo Ofício da Inquisição. Era filha de Manoel da Graça, natural

de Angola e de Maria da Conceição, natural do Congo. Tinha dois irmãos: João e Angela. Jovem, veio de Angola para a Bahia de onde seguiu para Minas. Nesta Capitania dava consultas, curava doentes, como foi o caso de Luis Coelho Ferreira que, desprezando a Medicina, procurou a africana para ser medicado.

As pessoas cercavam-na, enquanto os atabaques eram tocados. Dançando, vinham-lhe "os ventos de adivinhar" e o dom de curar os "defeitos". Saltando como cabra, Luzia fazia trejeitos, bramidos e algazarras. Uma das testemunhas informou que a preta forra praticava essas danças com cascavéis enroladas nas pernas e invocando o demônio.

Tudo começara quando tinha 12 anos e morava em Angola, na casa de seu amo Manoel Lopes de Barros. Para ilustrar contava que um dia, saindo pela manhã para o quintal, repentinamente, perdeu os sentidos. Foi levada até a margem de um grande rio, onde encontrou uma velha que lhe perguntou para onde ia. Continuando o caminho, encontrou mais duas velhas e uma bifurcação indicando um caminho sujo e um caminho limpo. As velhas mandaram-na seguir pelo caminho sujo, onde encontrou um velho com vários meninos. Contando esses fatos ao clérigo de Angola, Manoel João, este lhe disse que o velho era Deus.

CAPA DO PROCESSO DE LUZIA PINTO

Considerava-se cristã, tendo sido batizada e crismada na Igreja Nossa Senhora da Conceição. Seu padrinho foi um negro chamado João, mas de sua madrinha não sabia o nome. Comungava e praticava todas as obras de cristã . Afirmava que seus feitos e palavras provinham de Deus.

Luzia depôs que não tinha pacto com o demônio, não o invocara, nem nunca o tinha visto em parte alguma, que Deus sabia estar dizendo a verdade. Articulava suas rezas para atingir o objetivo das curas, com a prática de pagamento aos santos, pedindo "aos enfermos duas oitavas de ouro, as quais repartia para Santo Antônio e São Gonçalo".

Vale lembrar que São Gonçalo era o padroeiro dos quilombolas. O Instituto Histórico e Geográfico de Niterói, em pesquisas recentes, constatou vestígios da devoção desse santo nos quilombos de Campos; de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.

Cumpridas as suas obrigações com os santos, Luzia ainda teve de responder a inúmeras e repetidas perguntas. Após um ano de prisão, foi-lhe dado tormento, amarrada no potro. [13]

Durante o ano em que transcorreu o seu processo, a preta forra confundiu os inquisidores ao afirmar sempre sua crença em Deus, que lhe dera os dons sobrenaturais, para exercer o seu ofício de curandeira.

Longe de omitir suas opiniões ou de responder evasivamente, Luzia Pinto negou sempre que tivesse algum pacto com o demônio. Pelo contrário, disse que tudo obrava por destino que Deus lhe deu. Afirmava que suas aptidões eram virtudes com que Deus a dotara.

Os inquisidores consideraram que a "ré" vivia apartada da fé católica e que firmara um pacto com o demônio, fazendo curas supersticiosas e adivinhando coisas ocultas.

A tarefa de condenar Luzia Pinto demandou 127 páginas de interrogatórios, depoimentos, pareceres inquisitoriais sobre suas crenças e curas.

No convento de Santo Domingos, em ato público, ouviu Luzia Pinto sua sentença: a condenação a quatro anos de degredo e a rezar cinco padres- nossos e cinco ave- marias todas as sextas- feiras, a confessar-se na Páscoa, no Natal, na Ressurreição e na Ascensão de Nossa Senhora. Havia, ainda, a ameaça de penas mais pesadas, se reincidisse no crime.

---

[13] Potro, segundo descrição de Lúcio de Azevedo era "espécie de cama de ripas onde, ligado o paciente com diferentes voltas de corda nas pernas e braços, se apertavam aquelas com um arrocho, cortando-lhes as carnes". Uma das vítimas deste tormento foi o jornalista Hipólito da Costa, que afirmou serem as cordas causas de violentas compressões no corpo inteiro.

Tendo vivido na África (Angola) e no Brasil (Bahia e Minas Gerais), Luzia realizou uma complexa rede de cruzamentos culturais, mesclando crenças africanas com a religião católica, trazendo e levando elementos de um universo cultural para outro.

E o processo não abriu espaço para considerar as diferenças étnicas nem para investigar o sincretismo religioso. Luzia, na verdade, cruzou duas devoções, praticando o catolicismo revestido por suas crenças africanas.

É aos "santos" do terreiro que se oferecem preciosas prendas. Da mesma forma, no catolicismo, os devotos presenteiam seus santos milagreiros. Introduzindo o culto e a fé nos santos milagreiros do catolicismo no ritual religioso que trouxe do berço africano, Luzia Pinto praticou um novo padrão cultural. Rezava aos santos e lhes oferecia pagamentos, como se estivesse obedecendo a uma voz divina de comando. Acreditava estar agindo em nome de uma religiosidade colonizadora. Era a voz do Deus do colonizador que guiava sua ação herética.

Referências bibliográficas

FERNANDES, Neusa. *A Inquisição em Minas Gerais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5ªed. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

SOARES, Luiz Carlos. *O povo de "CAM" na capital do Brasil*. Rio de Janeiro:7 Letras, 2007.

Resumo

É grande o número de processos inquisitoriais arquivados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, contra negros, homens e mulheres, escravos e alforriados, acusados de heresia, bruxaria, superstição, de atentarem contra os seus proprietários e até de crimes de islamismo e de judaísmo.

Vale registrar que desde o início do século XVI, a Igreja reconhecia oficialmente a bruxaria como crime abominável, punida com a fogueira.

Todos os processos inquisitoriais estudados se iniciaram com denúncias encaminhadas à Mesa do Tribunal do Santo Ofício pelos senhores dos escravos, por habitantes das regiões ou pelo próprio clero, considerados como crimes contra a Igreja.

A pesquisa concentra-se na investigação desse segmento da população, baseada na análise das fontes, com ênfase nos crime, nas penas e nas torturas empregadas.

Palavras-chave: Colônia; Metrópole; Inquisição; negros; feitiçaria.

Abstract

When Columbus' expetion reached the Americas, at the end of XV century, met a different and unknown civilization. The lack of knowledge and the fact that Columbus believed (that) he had arrived in the Indies, led the discoverer to call indians those inhabitants of the newly discovered America.

Part of this indian population, colonized by the Portugueses since 1500, in Brazil – as well as the African ngroes used as (slavers) – are objects of this article, based on the criticism of manuscript source of XVI century and in the processes suffered by these ethnic groups in the Inquisition.

Keywords: *Cologne; Metropolis; Inquisition; blacks; witchcraft.*

Recebido em 3 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

AS TRÊS CAPITAIS DO BRASIL

Adirson Vasconcelos[1]

Três cidades brasileiras, ao longo dos últimos cinco séculos, têm sediado o Poder Nacional e abrigado os seus dirigentes, na condução dos destinos do nosso Brasil.

Estas, são as cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Brasília.

Do seu descobrimento, em 1500, pelo navegador português Pedro Alvares Cabral aos nossos dias (2017), o Brasil viveu tempos de Colônia (até 1822), de Império e de República, a partir de 1899.

Ao longo desse tempo, o Brasil formou-se como Nação livre, independente, soberana e democrática.

Vale recordar que o País nasceu de forma pacífica e cristã, em 1.500, com os índios recebendo os portugueses, nossos descobridores, de maneira cordial, num Porto Seguro, tendo como primeiro acontecimento a celebração do *Sacrifício da Cruz*, assistido por portugueses e indígenas. À noite, no céu da terra de Santa Cruz, as estrelas do Cruzeiro do Sul.

Nossos colonizadores criaram um território com o formato de um coração, símbolo do amor: 8 milhões e meio de quilômetros quadrados; 8 mil quilômetros de costa marítima. Mais de 200 milhões de habitantes, neste início do primeiro Século do III milênio (2017).

As conquistas políticas, sociais e econômicas do brasileiro ocorreram mais pela inteligência, pelo trabalho, pelo discernimento, pelo espirito cívico que pela força, pela conquista belicosa, pela guer-

---

[1] Jornalista e escritor, Adirson Vasconcelos é Sócio Correspondente do IHGRJ e fundador (1964) do IHGDF, de onde foi presidente por muitos anos.

ra. Exemplos: a Independência, a Proclamação da República, a Libertação dos Escravos, a Revolução Industrial, a Ocupação do Interior etc.

As aristocracias políticas e econômicas (e acidentalmente, as militares) têm dirigido os destinos da Nação, com sede na Capital Federal: Salvador, de 1549 a 1763; Rio de Janeiro, de 1763 a 1960; e Brasília, a partir de 21 de abril de 1960 aos nossos dias (2017).

Salvador

A primeira Capital brasileira foi a cidade de Salvador, no litoral da Bahia. Inicialmente, chamada de Salvador da Bahia de todos os Santos.

A Bahia de todos os Santos representou o ponto decisivo para a escolha de Salvador, em razão das facilidades que oferecia aos navegadores portugueses para o escoamento do pau-brasil extraído e da cana-de-açúcar cultivada no Recôncavo Baiano e zonas do Nordeste.

Ali, o Governo de Portugal instituiu, o sistema do Governo Geral para colonizar e administrar o Brasil, em sucessão ao processo de Capitanias Hereditárias, pelo qual a Colônia fora dividida em faixas de terras concedidas à chefia de particulares nobres da confiança de Dom João III. Este sistema não prosperou por sabidas razões. Daí, a mudança para o sistema de Governo Geral, a partir de 1549.

Tomé de Souza foi designado governador com assento na Capital Salvador. Ao chegar, elevou a Vila existente na Colina à categoria de cidade. Adotou uma série de providências, inclusive um traçado urbanístico para adequar Salvador ao *status* de cidade-Capital do Brasil. Fez de Salvador, também, um Porto Marítimo para apoio às navegações para o Oriente e para as exportações de açúcar.

Ao longo dos Séculos 16 e 17 (e até meados do 18), Salvador vinha desempenhando de forma morosa, mas politicamente organizada, a sua função de Capital do Brasil.

Ouro nas Minas Gerais

Todavia, passa a correr a informação de que, no centro-sul da Colônia, são descobertos minérios preciosos na região das Minas Gerais.

Repercutem, então, no início do Século 18, as notícias sobre as caravanas de bandeirantes, principalmente de São Paulo, que descobriam ouro, no Centro Sul.

Este fato novo, de sentido socioeconômico alvissareiro, desloca as atenções e interesses da Colônia e da Corte Portuguesa, principalmente, para tais riquezas nas Minas Gerais.

Rio de Janeiro

Ante à necessidade de transportar o ouro e outras riquezas minerais das Minas Gerais para vendas e exportações, os bandeirantes buscam encontrar um porto marítimo mais próximo. Abrem caminhos transpondo as Serras do Mar e da Mantiqueira, até chegarem à cidade do Rio de Janeiro, onde existia um porto marítimo, ainda incipiente.

É a febre do ouro! Uma marca do Século 18, na Colônia e em Portugal. E no mundo. A corrida de Minas ao Rio de Janeiro é tanta que se fizeram necessárias ampliações e reformas de urgência no pequeno Porto do RJ para atender o movimento sempre crescente.

Tamanha a repercussão que a "*cobiça estrangeira"* coloca *"olhos grandes"* na cidade do Rio de Janeiro, que chegou a ser invadida belicamente (Duclerc, em 1710, e Duguay Troiun, em 1711). Mas, felizmente, foram expulsos.

Capital do Brasil

O Rio de Janeiro se projeta e se faz o grande centro econômico do Brasil. Por esta e outras razoes, em 1763, uma Carta Régia, editada pela Corte de Portugal, transfere a sede do Governo do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro contava com uma população de 50 mil habitantes.

A par do êxito da mineração de ouro das minas gerais, o Rio de Janeiro promove o desenvolvimento da agricultura. A cana de açúcar começa a ser produzida na região de Campos. Tem início a plantação de café com sementes vindas do Pará (onde era plantado desde 1727) e o sal marítimo passa a ser produzido em Cabo Frio. Uma fábrica de aguardente é instalada em Parati.

De repente, uma grande surpresa!

Portugal é ameaçado e invadido por tropas francesas de Napoleão.

A Família Real Portuguesa deixa Lisboa, em novembro de 1807, rumo à Colônia Brasil. Em 23 de Janeiro de 1808, o Príncipe Regente D. João desembarca em Salvador, de onde segue, em março, para o Rio de Janeiro, já Capital do Brasil, desde 1763, Na sua estadia em Salvador, decreta a Abertura dos Portos do Brasil às Nações Amigas.

O Rio de Janeiro abriga a Família Real Portuguesa e seu séquito, em 1808. Mais de 10 mil pessoas. Toda a administração governamental lusitana. O Rio explode em crescimento. Lavouras imensas de café, açúcar, algodão e tabaco. Tráfico de escravos em navios negreiros vindos da África, aos milhares. Pesca, em escala, na Baia de Guanabara. A Carta Lei 1810 cria a Academia Real Militar. Chegam famílias imigrantes suíças e alemãs. O Rio é ponto de partida de Expedições Científicas: do alemão Eschwege, dos austríacos Pohl e Von Maltteses, do toscano Raddi e dos bávaros Spix e Martins. Nova Friburgo é fundada, em 1920. A população subira para 330 mil habitantes, sendo 170 mil escravos.

O Rio de Janeiro é a Capital de fato e de direito do Brasil.

Ainda na década de 1820, o Príncipe D. Pedro rompe com Portugal e, em 7 de setembro de 1822, lança seu grito de guerra *"In-*

dependência ou Morte!". Em outubro, D. Pedro I é proclamado Imperador do Brasil.

A cidade do Rio de Janeiro é reconhecida e elevada a Capital do Império do Brasil.

Em sendo Capital do País, é administrada por ministros do Império.

Com a abdicação de D. Pedro I, em favor do seu filho D. Pedro II, em 1831, o Rio de Janeiro permanece Capital, inclusive durante a Regência. Período de grande desenvolvimento! Em 1854, Mauá faz o escoamento da produção agrícola através de via férrea ligando o Porto de Mauá à Serra da Estrela, o que promoveu grande desenvolvimento para Nova Friburgo, Barra do Piraí, Barra Mansa, Resende, Macaé e Campo. Além do Porto do RJ, a produção do RJ, MG, São Paulo e ES é exportada pelos portos de Parati, Angra dos Reis e Mangaratiba. Em 1888, a Princesa Isabel decreta a Abolição da Escravatura, o que prejudica muito a produção agrícola, mas que se recupera, principalmente, com a presença de imigrantes europeus.

Em 1834, o Rio de Janeiro tem o seu território reconhecido como Município Neutro, a exemplo de Washington e outras capitais federais do mundo, cujos territórios têm a designação de Distrito Federal.

Em 1824, depois da Independência, Dom Pedro I outorgou a primeira Constituição instaurando, no Brasil, a Monarquia, até a Proclamação da República em 1889, com a adoção do federalismo. Em todo este período a cidade do Rio de Janeiro manteve-se Capital do Brasil, e assistiu todos os episódios históricos relacionados às Constituições de 1934 e 1937, outorgada, esta, por Getúlio Vargas. Também, a Constituição de 1946.

A Capital do Brasil no Interior Central

Os brasileiros do Século 18 já pensavam na mudança da Capital do Brasil para o interior do País, paralelamente aos sonhos de Independência e de República.

A mudança da Capital, do Rio de Janeiro para o Brasil Central, foi um ideário do Mártir da Independência do Brasil, o Tiradentes, ainda na fase em que o Brasil era Colônia de Portugal.

O nome "Brasília" para a nova Capital Federal interiorana foi proposto no início do Século 19, pelo Patriarca José Bonifácio, em 1823.

Perseverantes, os brasileiros perseguiram este sonho durante os tempos do Brasil Império e, depois, na fase republicana brasileira.

A primeira Constituição Republicana, a de 1891, determinou a mudança da Capital do Brasil, do litoral para o Planalto Central. O assunto é lembrado em 1934 e 1937 e, finalmente, determinado na Constituição de 1946. Três Comissões examinaram e trabalharam a iniciativa de fixação na Capital do País interiorana, com fundamento em determinações de quatro Cartas Magnas.

Em 1955, um homem de decisão firme, corajoso e de espirito cívico forte chamou a si aquele propósito de muitos brasileiros e assumiu a missão de construir uma Nova Capital para o Brasil no interior Central: o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A 21 de abril de 1960, o Presidente JK tornou realidade aquele ideal de várias gerações nacionais, construindo e inaugurando Brasília, a Capital de todos os brasileiros, no interior central do País, no Planalto Central Goiano, entre os Paralelos 15 e 20.

Dos tempos de 1960 aos nossos dias (2017), Brasília tem cumprido a sua função de Capital Federal, de centro polarizador do desenvolvimento da imensa região interiorana, o Centro-Oeste e o grande Norte brasileiros. Brasília é hoje uma cidade agradável de se

viver, própria ao trabalho eficiente, ao devaneio e à especulação intelectual. E caminha rumo à sua grande missão civilizadora, a partir do ano 2000.

O Adeus à Cidade Maravilhosa

Quando a cidade do Rio de Janeiro transferiu à nova Capital Brasília a missão de Capital do Brasil, quem mais exaltou este momento histórico foi o Presidente da República de então, Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1960.

JK, ao se despedir dos cariocas, na manhã de 20 de abril, no seu último despacho no Palácio do Catete, agradeceu, em nome do País, "o apoio, a compreensão, o desprendimento e o espírito autenticamente nacional da população" desta cidade. E concluiu JK: "É com extraordinária emoção que, em nome do Brasil, faço esta despedida. Sinto que o Brasil cresceu, que o Brasil não é o mesmo."

Esta despedida – acrescentou JK – é, na realidade, menos uma despedida e muito mais um encontro.

Retribuindo as atenções dos cariocas, disse o Presidente Juscelino "já ter falado ao povo pela *Voz do Brasil",* e estava, de fato, pesaroso de "deixar uma cidade que me recebera, tão bem e tantas provas de carinho me dera. Falei, pois, com emoção, ao dizer o meu adeus à Cidade Maravilhosa". Muitas homenagens foram prestadas pelo povo carioca, nos dias 19 e 20. A Câmara de Vereadores, da cidade do Rio de Janeiro, nas despedidas, concedeu ao Presidente Juscelino e à sua esposa Sarah, os títulos de *Grandes Beneméritos da Cidade.*

Capital Turística e Capital Cultural

E a Cidade do Rio de Janeiro continuou e continua *Maravilhosa.* E linda!

Suas paisagens e suas instituições continuam monumentos ao encantamento turístico e à evolução humana: o Cristo Redentor, o Corcovado, a Academia Brasileira de Letras, o IHGB, o IHGRJ, a

Biblioteca Nacional, a Baía de Guanabara, o Maracanã, a Ilha Fiscal, a Cinelândia, o Pão de Açúcar e seu bondinho, o Teatro Municipal, a Igreja de Nossa Senhora da Glória, o Museu Nacional, *as Escolas de Samba, a Fórmula 1, a Orquestra Sinfônica Brasileira, a Academia de Belas Artes,* o Aterro do Flamengo, a Praia de Copacabana, o Jardim Botânico, a Floresta da Tijuca, os espaços públicos, o Parque da Tijuca, o Parque Pedra Branca, o Passeio Público, a Lagoa Rodrigo de Freitas, a Lagoa Marapendi, os cinemas, as TVs, a Bienal do Livro, o Polo de Cinema, Museus, Teatros e casas de espetáculos, sem esquecer os valores das Artes e da Literatura que permanecem sempre vivos e lembrados, como Machado de Assis, Olavo Bilac, Carlos Drummond de Clarice Lispector, Rachel de Queiroz, Nélida Pinon, Arnaldo Niskier, Domício Proença Filho, Carlos Nejar, Noel Rosa, Ari Barroso, Cartola, Ataulfo Alves, Chico Alves, Luiz Gonzaga, Humberto Teixeira, Dorival Caymmi, Maisa e Chico Buarque, entre tantos outros ícones!

Rio e Brasília, Cidades-Irmãs

As cidades de Rio de Janeiro e de Brasília se fizeram, então, irmãs de ideais cívicos, em abril de 1960.

O Rio vivendo o mérito institucional do dever cumprido, em sendo por 197 anos a Capital do Brasil. E Brasília, iniciando uma nova fase histórica no Brasil, a partir de 21 de abril de 1960, em prol, igualmente, dos ideais pátrios de independência, soberania e desenvolvimento social, econômico e cultural, na construção de um Brasil de homens e mulheres felizes.

No correr destes anos do primeiro Século do Terceiro Milênio, o Rio de Janeiro, que já era portentosa, mais se consolidou como *Cidade Maravilhosa,* na feliz expressão musical de André Filho (1935), que tem hoje o foro de *Hino da Cidade do Rio de Janeiro.* A cada dia mais se afirma como Capital Turística e Capital Cultural do Brasil, admirada e querida de todos os brasileiros e, até, estrangeiros.

Brasília nasceu de um sonho nativista e de uma visão futurista de brasileiros durante 171 anos, ao longo da História da Colônia, do Império e da República.

Brasília não foi uma improvisação mas, um ideal que amadureceu por quase dois Séculos de vida nacional.

Quando visitou o local para iniciar as obras de construção da cidade-Capital, o presidente Juscelino Kubitschek teve uma visão de futuro, ao afirmar:

> *Desde Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País, e antevejo uma alvorada com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.*

Não menos futuristas foram suas palavras, na inauguração da cidade:

> *Daqui, do centro da Pátria, levo o meu pensamento a vossos lares e vos dirijo a minha saudação. Explicai a vossos filhos o que está sendo feito agora. É sobretudo para eles que se ergue esta cidade--síntese, prenúncio de uma revolução fecunda em prosperidade. Eles é que nos hão de julgar amanhã.*

Nestes episódios e em tantos outros, verifica-se que todo o pensamento do presidente JK, em relação a Brasília, é de sentido futurológico.

Um ou dois meses antes do seu falecimento, o presidente Juscelino disse-me (lembro-me como se fosse hoje!), no Edifício Manchete, no Rio de Janeiro, esta frase inspirada e cheia de clarividência em relação a Brasília: "Adirson, Brasília será a Capital do Terceiro Milênio. Viva e verá."

E Brasília, neste recente período histórico de 1960 aos nossos dias (2017), tem buscado a sua fixação e a sua consolidação como Cidade-Capital do Brasil, a par do seu objetivo institucional de centro

da administração federal, pelos Três Poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário, a par de ser um polo de irradiação de desenvolvimento socioeconômico do Centro-Oeste e do Grande Norte do Brasil.

Com o surgimento da geração brasiliense, o homem síntese, fruto de uma integração nacional, crê-se que haverá de construir-se, com o tempo, uma nova aristocracia: a do espírito, da inteligência, do pensamento. Esta terá como fundamento a retidão de vida individual e coletiva. Uma fase de aperfeiçoamento social, intelectual e moral. O espírito prevalecerá sobre a matéria e a cidadania será plena e responsável.

E Brasília haverá de ser o centro polarizador e irradiador para o Brasil – quiçá para o mundo! – da evolução espiritual, do poder do pensamento. E, aí, ocorrerá um novo ciclo na terra: o homem valorizando o transcendental, a espiritualidade. Terão plena aceitação os princípios da fé cristã, da igualdade de direitos e deveres, da liberdade responsável e da solidariedade entre os homens.

Resumo

Ao ensejo da celebração dos 500 anos da Reforma Protestante, a se dar este ano de 2017, o texto investiga a trajetória do quesito religião nos censos do Brasil, desde o primeiro em 1872, até o mais recente em 2010. Duas situações são realçadas: como o quesito foi sendo classificado censo a censo, bem assim, em quais censos ele foi investigado. Ao final, o autor opina, seguindo notáveis teóricos da atividade estatística brasileira, sobre se é ou não adequado seguir investigando o quesito religião nos censos.

Palavras-chave: Reforma Protestante; Quesito religião; Censos; Atividade Estatística.

Abstract

At the occasion of the celebration of the 500th anniversary of the Protestant Reformation, to be held this year of 2017, the article regarding the trajectory of the investigation of religion in the Brazilian censuses, from the first in 1872 until the most recent in 2010. Two situations are highlighted: as the item religion was being classified census to census, as well in which censuses he was investigated. In the end, the author considers, following notable theorists of Brazilian statistical activity, on whether or not it is appropriate to continue investigating the item religion in the censuses.

Keywords: *Protestant Reformation; Item of Religion; Censuses; Statistical activity.*

Recebido em 3 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

FAZENDA SANTA CRUZ: POTÊNCIA JESUÍTICA 1589 - 1759

Miranda Neto[1]

ORIGEM E CONSOLIDAÇÃO

Os jesuítas, ao se fixarem na capitania do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVI, colaboraram na expulsão dos franceses e na catequese de seus aliados, os Tamoios; que, aos poucos, conseguiram cooptar, desse modo tornando-se de grande valia para os luso-brasileiros. Em retribuição, foram agraciados com a sesmaria do Engenho Velho doada por Estácio de Sá. Aos poucos, ampliaram a área por doação e compra até a instalação da fazenda que iria se tornar símbolo do poder da Companhia de Jesus pela sua importância e opulência. De fato, durante o período colonial, as fazendas jesuíticas Santa Cruz e Campos de Goitacazes abasteceram de alimentos e outros produtos a província do Rio de Janeiro.

Dentre as inúmeras propriedades constituídas pela Companhia de Jesus no estado do Rio de Janeiro, sobressaiam: dois engenhos de cana; uma quinta em São Cristóvão; terras em Jurujuba e Macacu; currais em Cabo Frio, no rio São João, em Macaé e em Campos dos Goitacazes; e sobretudo a Fazenda Santa Cruz que chegou a atingir 10 léguas em quadra, com 22 currais de gado, cavalaria e outras criações. Ela se tornou importante propriedade jesuítica no Sul do Brasil durante o século XVIII, alcançando cerca de 10% da área do atual estado do Rio de Janeiro.

"Além destas, têm muitas outras terras, mas difíceis de averiguar pela cautela com que os ditos padres ocultam seus títulos". Esta foi a resposta dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro à solicitação

---

[1] Sócio honorário do IHGB.

de D. João V relativa às propriedades da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro.

O registro da primeira sesmaria doada aos jesuítas no Rio de Janeiro ocorreu em 27 de novembro de 1565, mas a posse das terras só se efetivou em 15 de dezembro de 1567 e foi registrada no dia 10 de junho de 1568.

A sesmaria de Guaratiba, que incluía a fazenda dos Currais, (depois chamada dos Padres e, em seguida, de Santa Cruz) foi efetivamente recebida a 6 de janeiro de 1576 por Cristóvão Monteiro, Cavalheiro da Casa Real em Santos que exerceu vários cargos ligados à administração. Ele casou com Marquesa Ferreira, filha de Jorge Ferreira, capitão-mor de São Vicente, e neta de João Ramalho, fidalgo da sociedade de Piratininga, SP. Cristóvão Monteiro faleceu em 1589 após o início da organização da fazenda.

No ano seguinte, a viúva de Cristóvão Monteiro dividiu suas terras de Guaratiba e Guarapiranga entre sua filha Catarina e a Companhia de Jesus. Catarina casou com José Adorno[2] e permutou sua gleba com a dos jesuítas em Bertioga na Ilha de Santo Amaro e parte de terreno em Santos.

Desse modo, a Companhia de Jesus conseguiu anexar, por concessões de sesmarias, doações e permutas, glebas contíguas. O regulamento *Monita Secreta* ensinava "a forma em que os jesuítas hão de dispor dos bens das viúvas ricas" (a doadora deveria converter o legado em *escritura de doação intervivos*).

Em 1616 os padres compraram, dos herdeiros de Manoel Veloso de Espinha, extensa gleba no baixo Guandu; em 1654, os terrenos de Tomé Correia de Alvarenga e, em 1656, parte das terras de Francisco Frazão de Souza que se estendiam até a Serra do Mar, completando assim a enorme área da fazenda da Companhia Jesus que englobava o

---

[2] José Adorno era fidalgo genovês que dominava várias línguas e como tal, serviu de intérprete na pacificação dos Tamoios e na fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1º de março de 1565

atual bairro de Santa Cruz no município do Rio de Janeiro e parte dos municípios de Barra do Piraí, Piraí, Itaguaí, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Eng. Paulo de Frontin, Rio Claro, Vassouras e Volta Redonda em localização estratégica na rota para São Vicente e Potosi e sobretudo no caminho do ouro das Minas Gerais.

Em seu apogeu, a fazenda se estendia entre os rios Guandu, Itaguaí e Piraí desde Sepetiba e Guaratiba, da serra do Mar até o litoral, de Pedra de Guaratiba a Mangaratiba, aproximadamente quatro léguas de costa.

A Fazenda Santa Cruz completava, com as aquisições, 10 léguas em quadra, equivalentes a 2.265.120m² de terras férteis, matas fechadas, com madeira de lei e muitos rios dotados de quedas d'água e testada para o mar. Melhoramentos enriqueceram o patrimônio devidamente registrado no Tombo[3]. A legalização e medição definitiva foi dificultada pelas feras, febres, pântanos, mata fechada e intensos temporais.

Em 1579 as aldeias São Lourenço (Niterói) e São Barnabé (Itaboraí), resultantes da fusão de outras pré-existentes, próximas aos rios Guapiaçu e Guapimirim foram as primeiras constituídas pelos padres.

Os habitantes de Marapicu, vizinhos à fazenda, viviam em atritos com os jesuítas devido à ponte por estes construída sobre o rio Guandu. Alegavam que ela impedia a livre navegação. De outra parte, a Companhia de Jesus justificava sua existência como indispensável ao transporte por terra. Aliás, os jesuítas eram conhecidos como os maiores promotores de demandas judiciais na Colônia, tantas que a frase do padre Antônio Vieira se popularizou: "para o Reino iam mais *queixas* do que *caixas*" (de açúcar).

Para se ter uma ideia do poder e da influência dos primeiros ocupantes da região, basta citar o sesmeiro Manoel Veloso cuja filha

---

[3] Tombo compreendia um conjunto de certidões, medições, plantas e cálculos que asseguravam a posse e a propriedade de glebas, legitimando seu registro.

casou com o capitão Belchior da Fonseca Dória. Seu genro, Luiz Vieira Mendanha, foi pioneiro da cafeicultura fluminense e construiu belo templo que se destacava em Pedra de Guaratiba. Na fazenda Mendanha nasceu Francisco Freire Alemão que se tornaria famoso médico e botânico.

O primeiro caminho entre o Rio de Janeiro e São Paulo ficou conhecido como 'estrada Real de Santa Cruz'. A partir do centro da cidade, ligava a fazenda a São Paulo. Em suas viagens ao Planalto de Piratininga, D. Pedro I lá costumava pernoitar.

As propriedades da Companhia de Jesus sofriam inventários a partir de 1596 quando o padre visitador Cristóvão de Gouveia ordenou que se fizessem "tombos de nossas terras para que conste as que são do colégio e se aproveitem".

O *Diário de Assumar* (nome do autor que teria estado na fazenda há mais de dois séculos) registra fatos ocorridos dentro e fora da jurisdição da área objeto de estudo.

A fazenda constituía expressivo patrimônio da Companhia no Brasil, tombado pelos próprios jesuítas com todo poder jurídico das Notas dos Tabeliães (Provisão Régia de 5/07/1727). Suas terras foram ainda valorizadas pelos acréscimos, melhoramentos e benfeitorias. Longo processo de tombamento das terras, enfrentando litígios com os moradores e fazendeiros nas áreas limítrofes, se seguiu ao período de aquisições das glebas.

A ordem de expulsão dos jesuítas baseou-se na lei de 3 de setembro de 1759, cumprida pelo governador Conde de Bobadela dois meses depois. Na madrugada chuvosa de 3 de novembro, o desembargador Agostinho Felix Capelo, acompanhado devários soldados, mandou cercar o Colégio da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro, prender os religiosos – que ficaram incomunicáveis – e confiscar seus bens.

Após 1759, com a expulsão dos jesuítas, foi designada comissão para o inventário do patrimônio dos bens confiscados pelo Reino.

Dela participou o desembargador Domingos Nunes Vieira e Pedro Henrique da Cunha que, entusiasmado com o nível de organização da fazenda, escreveu "Notícia curiosa e proveitosa a benefício da Real Fazenda de Santa Cruz" em 1790.

Duas partes compunham a Fazenda Santa Cruz após a saída dos jesuítas:

1. A sesmaria do século XVI, de cultivo mais antigo, onde ficava a sede, o conjunto de prédios do núcleo, a criação de gado, dois engenhos de açúcar de cana (Itaguaí e Piaí);

2. A sesmaria adquirida no século XVII, abrangendo o sertão fluminense, subindo a Serra do Mar, com matas ricas em madeira de lei.

EFICIENTE GESTÃO

Capital, tecnologia e profissionalismo administrativo caracterizavam os jesuítas.

Como eficientes administradores, os religiosos utilizavam a contabilidade para periodicamente registrar a evolução de seu patrimônio, além do movimento diário de entradas e saídas de recursos de custeio. Relatórios, certidões, recibos, alvarás, contratos e sentenças ajudam a revelar o funcionamento do complexo produtivo jesuítico, cujos inventários eram periódicos.

Competentes engenheiros hidráulicos, por meio de canais, retificação de cursos d´água e diques, conseguiram drenar e distribuir melhor a irrigação do terreno para o gado e a lavoura. Erigiram duas grandes barreiras de pedra e cal, com suas comportas e registros, graduados a fim de soltar aos poucos o volume d´água necessário para dois canais, também construídos para drenar os pântanos e umedecer o solo das pastagens.[4] Eram rigorosíssimos na limpeza periódica das

[4] Com cerca de 14km, o primeiro deles conhecido como canal de Itá serviu para completar complexo sistema de drenagem que permitiu transformar os 'encharca-

vias fluviais. Assim evitavam os problemas de alagamentos e secas, navegação e irrigação.

Segundo Couto Reis, administrador da fazenda após a expulsão dos jesuítas, o segredo da eficiente gestão dos padres poderia ser resumido em quatro postulados:

1. Eficiente gestão da mão de obra (recursos humanos)

2. Conservação do campo (recursos agrícolas)

3. Manutenção dos canais (recursos hídricos)

4. Escolha das matrizes para reprodução do gado (recursos pecuários)

A formação de plantel bovino de elevada rentabilidade daria fama à propriedade.

Os escravos, que chegaram a ultrapassar 1.200 indivíduos, gozavam de significativa autonomia, com permissão de cultivar suas roças, comercializar seus produtos, dispondo de periódicas folgas no trabalho regular para cuidar de seus interesses. Os cativos dispunham de lotes seus dentro da fazenda e ainda podiam exercer outras atividades aos sábados, domingos e dias santos. Com isso, conseguiam acumular significativos pecúlios que, entretanto, não interferiram na produtividade do complexo agropastoril.

Os escravos casados mais produtivos, fiéis e disciplinados recebiam a permissão de criar até dez reses. Segundo Couto Reis (1804) o sistema jesuítico era "criador, piedoso, econômico, preocupado com a sobrevivência dos escravos chefes de família que deveriam viver contentes, vestir-se e manter suas mulheres, ficando a subsistência dos filhos por conta da fazenda". Além disso, procurava unir as famílias pelo casamento o que propiciava elevada taxa de fecundidade:

---

dos campos de Santa Cruz' em rica área de pastoreiro extensivo. Foi considerada a primeira grande obra de engenharia hidráulica realizada no Brasil.

os filhos eram socializados junto aos pais, avós, irmãos, tios, primos e padrinhos. A partir do momento em que essa comunidade se assenhoreava de certo grau de autonomia, abria-se ampla possibilidade à formação de um mercado interno que iria movimentar a economia e a prosperidade da região.

Acresce que a autossuficiência e a diversificação produtiva garantiam à fazenda como um todo certa independência frente ao mercado, pois atividades voltadas para o consumo interno coexistiam com atividades destinadas à comercialização. Assim, os senhores "se isentavam de custos com alimentação e vestimenta, e da preocupação com a reprodução da mão de obra além de controlar melhor sua potencial rebeldia".[5] Pois era sabido que o escravo possuidor de roças não fugia nem promovia desordens. Além das atividades agrícolas, cultivavam as vocações para as artes e ofícios.

Moradias unifamiliares eram valorizadas com o casamento, propiciando mais disciplina e moral cristã. Existiam em 1759 em Santa Cruz cerca de 360 moradias formando a chamada 'vila dos escravos', o que contribuía para firmar uma boa imagem para o legado jesuíta. [6]

A partir do início do século XIX a fazenda Santa Cruz foi se descaracterizando aos poucos de uma unidade produtiva 'tradicional' pois subsistia, além de através da agricultura e da pecuária, do aluguel de pastagens, do produto do trabalho da mão de obra especializada e da cobrança de foros. Em 1808 a família real portuguesa já encontrou a fazenda com o seu território reduzido e suas rendas minguadas. Na década 1820, o administrador Couto Reis pretendia transformar Santa Cruz em reservatório de mão de obra qualificada, ao treinar na própria fazenda aprendizes nos ofícios mais requisitados pelos particulares, dispostos a pagar por seu trabalho diário, o que se tornou importante fonte de renda para a unidade produtiva. O coronel Francisco Cordeiro

---

[5] CARDOSO, Ciro Flammarion. *Escravo ou camponês?* São Paulo: Brasiliense, 1987

[6] Os 'servos de Santo Inácio' destacavam-se nitidamente dos demais escravos, bem menos aquinhoados

da Silva Torres chegou a sugerir a conveniência da venda ou aforamento das terras a fim de desonerar o Estado das crescentes despesas.

Direitos de uso e de propriedade, oportunidades de ascensão social, autonomia produtiva e incentivo à formação e manutenção da família nuclear – foram as principais contribuições jesuíticas na gestão da mão de obra para o sucesso do modelo econômico da fazenda Santa Cruz. Compadrio, mobilidade, e *status* ocupacional mantinham o prestígio e a proximidade de seus habitantes com o mundo dos 'socialmente brancos'.

CONSTRUÇÕES DA FAZENDA

O espírito da Companhia de Jesus marcou muito a arquitetura religiosa do século XVIII. As construções se destacavam pela solidez e suntuosidade. Grandes blocos de granito eram selecionados, partidos, transportados e sobrepostos a pesadas peças de madeira de lei, o que demandava tempo.

Pintadas de branco nas paredes externas e com cobertura de telhas vermelhas de canal, a residência da fazenda, a igreja e o convento, além de outras construções, formavam amplo e grandioso conjunto arquitetônico. O convento se destacava pelos portais de granito, alicerces resistentes, paredes espessas de pedra e cal, vigamento reforçado de madeira selecionada a partir do qual tijolões fechavam as paredes externas. A residência principal era constituída de sala utilizada para contatos comerciais, refeitório, cozinha, rouparia, dispensa e biblioteca no primeiro pavimento; dormitórios e salão com varanda no segundo piso, com sacada de madeira de onde se descortinava a propriedade em toda sua extensão.

Completavam as edificações do conjunto: a escola, o hospital, a senzala, a hospedaria, a ferraria e demais oficinas, a casa de farinha, a casa do capelão, do administrador, todas calçadas com grandes lajes de pedra depositadas lado a lado circundando os trinta e seis alojamentos divididos por paredes de pedra e cal para hospedagem dos irmãos e viajantes eventuais.

Concluída em 1751, a igreja da fazenda com 25m de comprimento, centro de convivência dos residentes e dos habitantes de núcleos vizinhos, foi edificada com grandes blocos unidos por mistura de cal, terra e areia gorda (argamassa) adicionada a cola de peixe. As paredes duplas preenchidas com areia isolavam os ambientes do calor ou frio intensos.

O autor do projeto teria sido o irmão arquiteto Francisco do Rêgo que também dirigiu a obra do colégio dos Jesuítas no morro do Castelo.

A decoração interna do templo era exuberante, sobretudo no altar e nas capelas laterais cujas colunas entalhadas eram douradas em finíssimas camadas, destacando-se também as figuras tornadas festivas pela policromia resplandecente. Murais azulejados com requinte serviam de fundo aos objetos para o culto, que ostentavam ouro, prata e pedras preciosas. Rendas e bordados finíssimos ornavam o mobiliário e as obras de arte, enriquecendo o ambiente.

Na capela anexa foi construída a cripta destinada aos jazigos dos religiosos.

Outro monumental templo, destinado a ser o maior do continente, estaria sendo construído pela Companhia de Jesus pouco antes da expulsão de seus missionários. Ruínas da igreja destinada a se destacar no continente, constituídas de arcadas espaçadas, paredes de pedra e cal de quase um metro de espessura, enormes blocos de cantaria jaziam dispersos na área próxima à hoje ocupada pelo quartel do Exército, antigo convento e igreja em Itaguaí. Na opinião do Padre Manuel da Nóbrega em 1552, as edificações da Companhia deviam existir "enquanto o mundo durasse".

A Igreja remanescente, transformada em Real e Imperial Capela, foi remodelada várias vezes. Conta Benedicto Freitas que ainda hoje se pode contemplar a pia batismal, o arcaz de jacarandá[7] e os soberbos castiçais. As demais peças teriam sido vendidas a peso. A

[7] Grande arca com gavetões.

sede da Fazenda foi reformada para servir de residência a D. João VI e sua Corte durante as férias e como pouso dos reais viajantes em trânsito para São Paulo, como D. Pedro I que organizava saraus com os músicos negros formados pelos jesuítas e muito requisitados pelos regentes cariocas.

No alto da colina, a igreja e a residência sobressaíam pela opulência e alvura do revestimento contrastando com as telhas da cobertura. Destacava-se o interior da capela-mór "artisticamente azulejada". Os prédios utilizaram madeira extraída das matas riquíssimas da fazenda, escolhidas e aparelhadas pessoalmente pelos padres--carpinteiros, auxiliados pelos escravos 'entendidos' que elaboravam também as embarcações indispensáveis. O granito para as sapatas e os pilares das paredes, de excelente qualidade, teria sido extraído das pedreiras próximas e fragmentado utilizando as ferramentas confeccionadas na ferraria da fazenda.

Os índios livres, que aprendiam ofícios, cedo eram requisitados pelos colonos e moradores vizinhos às aldeias. Foi preciso que D. João V em 16/1/1727 determinasse a retenção de um mínimo de indígenas carpinteiros, tecelões, oleiros e ferreiros a fim de não desfalcar a fazenda da mão de obra especializada.

Durante a segunda invasão pelos franceses, os padres do Colégio da cidade do Rio de Janeiro se refugiaram na residência da fazenda, lá permanecendo bastante tempo.

PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

A aldeia indígena de Itinga (Itaguaí)[8] manteve-se vários anos como patrimônio dos índios, preservada à parte. De início, houve conflitos entre índios aldeados e moradores da missão de São Francisco Xavier situada nas terras da fazenda que teria iniciado as primeiras culturas agrícolas. Administrada pelos jesuítas, os indígenas seus

---

[8] A aldeia de Itinga (Itaguaí) manteve-se vários anos como patrimônio dos índios, preservada à parte. De início, houve conflitos entre índios aldeados e moradores

habitantes trabalharam nas obras públicas, no transporte de legumes e hortaliças por eles produzidos para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e na segurança da comunidade de Santa Cruz contra os forasteiros e criminosos que transitavam por lá, vindos das minas; e na captura dos escravos fugidos. As aldeias de São Lourenço (Niterói) e São Barnabé (Itaboraí) completavam o tripé defensivo do Rio. Havia um acordo tácito entre os jesuítas e os autóctones.

Desde o início do século XIX o Rio de Janeiro dependia do abastecimento da carne bovina produzida em Minas Gerais. Disputas pelo poder na distribuição/comercialização entre marchantes e políticos influíram na fixação do preço, dos impostos cobrados e, portanto, no lucro e nas receitas do Erário, no controle da oferta por parte do Estado e dos marchantes. Esta disputa assumia proporções cada vez mais aéticas pela corrupção que envolvia políticos, criadores e comerciantes no acesso à superintendência do matadouro e ao governo provincial.

O contratador (comerciante que assumia o pagamento à Câmara e à administração do matadouro) tornava-se, assim o único comprador e vendedor de carne, detendo o poder de favorecer determinados produtores e marchantes e, portanto, exercendo enorme influência política. Ao controlar a oferta, maximizava seus lucros e contribuía para a escassez no abastecimento: pois forçava o criador a vender barato e, por outro lado, causava a alta do preço de venda no varejo.

A partir de 1808, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, aumentou a demanda por gêneros alimentícios e ficou patente o colapso do abastecimento. D. João VI então decidiu incumbir a polícia de fiscalizar o comércio de carne, isentar de impostos o criador de gado e facilitar ao máximo o fluxo de suprimentos através de estradas desimpedidas. O objetivo era acabar com o monopólio, ampliar a oferta e, por conseguinte, baixar o preço, o que infelizmente, não ocorreu.

Na segunda metade do século XIX o governo imperial resolveu melhorar as estradas e o transporte, tornar mais eficiente a fiscalização e decidiu pela construção de novo matadouro. Houve conflitos

de competência, o monopólio se firmou, e as medidas acabaram anuladas.

Além da carne bovina destacava-se também a produção de farinha de mandioca, açúcar de cana, arroz de várzea beneficiado, couro para as selas e os arreios, linguiças e carnes secas ao sol. Em 1808 D. João VI solicitou a John Mawe a construção em Santa Cruz de uma indústria de laticínios, pioneira no Brasil, que até então importava manteiga da Irlanda, frequentemente já imprópria ao consumo humano devido ao demorado transporte marítimo.

No setor oleiro, despontavam as cerâmicas para utensílios domésticos e artesanato; na tecelagem sobressaía a de algodão. Os cordames feitos de lã ou de algodão tinham emprego garantido. Ao longo do litoral de Sepetiba, a construção naval e a pescaria dominavam.

As ferramentas – facões, machados, foices e enxadas – eram confeccionadas nas oficinas que atendiam à pequena demanda interna da agropecuária, da construção civil e das necessidades das demais oficinas. Vasilhames, calhas e peças de vedação de folhas de *flandres* se destacavam junto com a pequena metalurgia.

De madeira eram os carros de boi, os móveis, as estacas, os pilares, as embarcações, os cabos das ferramentas, as estruturas das edificações.

'Ora et labora' era a máxima utilizada pela Companhia de Jesus que valorizava o missionário que se tornava espécie de *factotum*, de acordo com as necessidades: pedreiro, carpinteiro, ferreiro, tecelão, oleiro, curtidor, jardineiro, padeiro, cozinheiro, pintor, escultor.

Ao educar pelo exemplo, o padre estimulava seus pupilos a *'aprender, brincando e fazendo'*, combatendo a ociosidade enquanto envolvia e ocupava a comunidade nas várias tarefas em benefício do seu próprio bem-estar e felicidade. Excelentes administradores, os jesuítas sabiam dividir bem o dia entre trabalho, lazer e atividades religiosas com racionalidade, ordem e disciplina através do bom-senso e do convencimento.

O LEGADO DOS JESUÍTAS

Abrangendo enorme área contínua e se destacando na criação de gado, a fazenda Santa Cruz desenvolveu com eficiência uma produção diversificada incluindo engenho, cultivo de hortaliças, manufaturas e artesanato exercidos por indígenas e africanos dispostos a defender os interesses da Companhia de Jesus, o que lhe conferia poder considerável. Havia os currais dos índios na vila de Itaguaí e os dos padres. Em 1759, quando as propriedades da ordem foram confiscadas, contavam-se 22 currais cujos pastos criavam rebanhos cuja produtividade atraía arrendatários e marchantes de gado. A maioria das benfeitorias só se concretizou próximo a esta data.

Os padres utilizavam os pastos disponíveis para a engorda do gado que procedia de Minas Gerais e São Paulo, comercializado após alguns meses, oferecendo considerável lucro tanto aos atravessadores quanto aos inacianos através do aluguel cobrado.

A fazenda possuía abundante mão de obra, mantida com as respectivas famílias pelos padres que se incumbiam da educação dos filhos "até a idade de trabalhar" quando eram, então encaminhados a um ofício, orientado por um mestre experiente, quase sempre jesuíta. Seriam futuros carpinteiros, pedreiros, ferreiros, oleiros, tecelões. Em 1743 contavam-se 750 escravos que tinham a permissão de criar seus animais separadamente. A pesca também era estimulada.

Incentivavam o casamento, facilitando o acesso a uma série de benefícios sociais e econômicos como a permissão a que cada família pudesse cultivar sua roça e criar alguns animais, além da garantia de alojamento, alimentação e vestuário. Desse modo, asseguravam elevada taxa de reprodução.

A administração jesuítica em Santa Cruz colheu bons resultados com a comunidade escrava que teve suas famílias preservadas, garantindo certa estabilidade pela solidariedade entre os indivíduos o que, lamentavelmente, não ocorreu nas administrações posteriores.

A produção agropecuária não se limitava à carne e derivados, ao leite e laticínios, ao couro e outros subprodutos, mas compreendia, sobretudo açúcar e seus derivados para exportação, e uso próprio, beneficiado nos dois engenhos da fazenda Itaguaí e Piaí; e arroz de várzea, aproveitando o solo encharcado por valas, canais e cursos d´água.

A população indígena e negra escrava que colaborava tinha a garantia do abastecimento da farinha de mandioca, do feijão, do milho, das hortaliças, legumes e frutas, alimentos fornecidos também, e, sobretudo, à população do Rio de Janeiro, incluindo as tropas aí sediadas e os moradores e frequentadores do Colégio dos Jesuítas.

A fazenda Santa Cruz sofreu cinco inventários (1759, 1768, 1779, 1791 e 1801) ao longo dos quais verifica-se sensível decadência geral da produção sob administração secular. No primeiro inventário pós-expulsão dos jesuítas em 1759 contavam-se mais de 8.000 reses, reduzidas para cerca de 3.500 em 1779. Apesar dos esforços para manter o patrimônio coletivo das aldeias para os índios, com a saída dos inacianos, a administração não conseguiu controlar, motivar e incentivar os seus trabalhadores. Eles, aos poucos, boicotavam a produção, fugiam e, quando voltavam, geralmente estavam doentes e subnutridos, ocasionando mais despesas.

Os jesuítas haviam dado grande importância à produção de plantas medicinais para sua bem abastecida botica, à horticultura e à criação de aves e pequenos animais. Saberes médicos e práticas científicas dos jesuítas foram exaustivamente estudados por Eliane Fleck, da Unisinos.[9]

Com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, surgiu a oportunidade de reerguer a fazenda para atender à crescente demanda por gêneros alimentícios que, de início, eram importados de outros estados e estocados em Santa Cruz. A extensão de suas terras seria utilizada para experimentos de produtividade agrícola de vários ramos

---

[9] Uma ordem de homens de religião e de ciência. *In*: *Santa Cruz: de legado dos Jesuítas a pérola da Coroa* (org. Carlos Engemann e Marcia Amantino). Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

de cultivo. O Secretário de Estado que mais se interessou pela fazenda foi D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que procurou aperfeiçoar a tecnologia empregada com gestão moderna: o incentivo ao cultivo do chá, a introdução de novas culturas e a criação de manufaturas eram suas propostas inovadoras.

Em admiráveis obras de engenharia com limitados recursos e muita tenacidade, os religiosos conseguiram controlar a vazão dos rios através de diques e comportas, umedecer e fertilizar os solos, retificar os cursos d´água em canais, atravessar por pontes os rios mais largos e profundos. As obras hidráulicas possibilitaram a produção e a criação de animais, ao longo de todo o ano, constituindo símbolos da eficiência jesuítica. O porto da barra de Sepetiba coroava essa rede fluvial-marítima.

Já em 1640 havia sido concluído o 'Caminho dos Jesuítas', estrada de terra ligando a fazenda de Santa Cruz a São Cristóvão, o que teria facilitado em 1710 a penetração dos corsários franceses a partir de Guaratiba, na tentativa de conquista do Rio de Janeiro. Com receio de que as estradas públicas 'cortassem' a fazenda e possibilitassem a introdução de malfeitores, os padres se comprometeram a eles mesmos construí-las de acordo com os interesses da coletividade.

A famosa 'ponte dos jesuítas' sobre o rio Guandu foi construída em 1752 inteiramente de cantaria, com 'alvenaria gorda' (cal das ostreiras da Ilha da Pescaria com areia fina) que unia os blocos entre si. Ela foi na verdade construída como uma represa destinada a regular o volume das águas nas enchentes através de comportas de madeira que eram suspensas ou baixadas de acordo com o volume do fluxo d´água.

Os jesuítas sempre almejaram a autossuficiência, a diversificação produtiva, o incentivo à constituição e preservação das famílias, o aprendizado de ofícios, a ocupação produtiva do tempo disponível, a formação cristã. Reconheciam nos escravos capacidade e personalidade jurídica.

José Basílio da Gama escreveu o poema épico *O Uraguay,* inspirado nas 'guerras guaraníticas' do sul, enquanto convivia com os índios de Itaguaí, onde esteve com frequência. Nele denota ter sido um crítico ferrenho à opulência excessiva dos templos em contraste com as míseras 'choupanas' dos habitantes autóctones. Por outro lado, um admirador do apogeu da fazenda Santa Cruz, que a visitou em 1708, foi Antonil – pseudônimo do padre João André Andreoni, autor de *Cultura e Opulência do Brasil*, um clássico e pioneiro ensaio sobre os primórdios de nosso desenvolvimento econômico.

A enorme cruz de madeira ao centro da praça defronte do convento acabou denominando a fazenda e a região. Ao redor do cruzeiro, em maio de cada ano, festejava-se o dia de Santa Cruz.

Merece especial destaque o fato de que notáveis *virtuoses* instrumentistas e cantores formaram-se no 'conservatório' de Santa Cruz e lá se aperfeiçoaram a ponto de se apresentarem até em óperas e recitais na Corte. José Maurício Nunes Garcia foi um dos famosos mestres-regentes desses jovens músicos, filhos de ex-escravos.

A paixão de D. Pedro I pela música foi inconteste. Aluno de música de Marcos Portugal e de Sigismundo Neukomm, "organizava concertos na fazenda Santa Cruz, nos arredores do Rio, e muitas vezes tomou parte na orquestra como primeiro clarinete, ao lado de músicos negros escravos"[10] preparados pelos jesuítas. Frequentes recitais, peças teatrais e óperas pontificavam na fazenda que se orgulhava de sua orquestra cujos instrumentistas eram requisitados pelos regentes cariocas.

---

[10] MARIZ, Vasco. *A música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

Anexos

HISTÓRICO DA COMPANHIA DE JESUS	
1539	Criada a Companhia de Jesus por Inácio de Loyola
1540	Reconhecida pelo Papa Paulo III na contra reforma
Séculos XVII e XVIII	Expansão pelo mundo
	Ao cair em desgraça pela campanha do Marquês Pombal:
1758	Bento XIV reforma a Companhia de Jesus
1759	Jesuítas expulsos de Portugal e do Brasil
1763	Jesuítas expulsos da França por Luís XV
1767	Jesuítas expulsos da Espanha por Carlos III
1773	Extinta pelo Papa Clemente XIV, por pressão política
1814	Companhia de Jesus restaurada (novos estatutos)
1829	Jesuítas sobreviventes voltam a Lisboa
1834	Reinício efetivo das atividades na Europa
1842	Reinício efetivo das atividades no Brasil

PATRIMÔNIO DA COMPANHIA DE JESUS APÓS A RESTAURAÇÃO		
180 Colégios	90 seminários	160 residências ao redor do mundo
	35 universidades e instituições superiores	
	49 faculdades de teologia e filosofia	
	36 faculdades leigas onde leciona-ram professores jesuítas;	
	70 escolas normais	
	100 escolas industriais	
	170 escolas secundárias	
	9000 escolas primárias	
	155 orfanatos	
	70 hospitais	
	350 dispensários	
	1.200 jornais e revistas em 50 idiomas	

24 estações de rádio

+25 observatórios e estações sismológicas

O Observatório do Vaticano abrigou jesuítas com doutorado em Astronomia. Alguns inventos atribuídos aos jesuítas:

Lanterna mágica, precursora do projetor de cinema

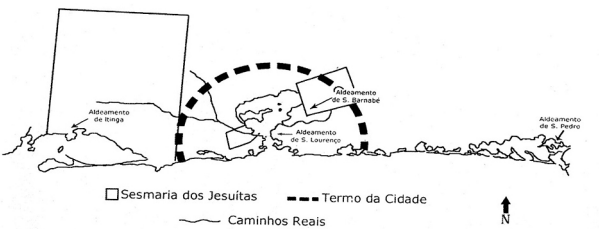
Pantógrafo

Telescópio de espelho

PROPRIEDADES JESUÍTICAS NO RIO DE JANEIRO, 1553 - 1760

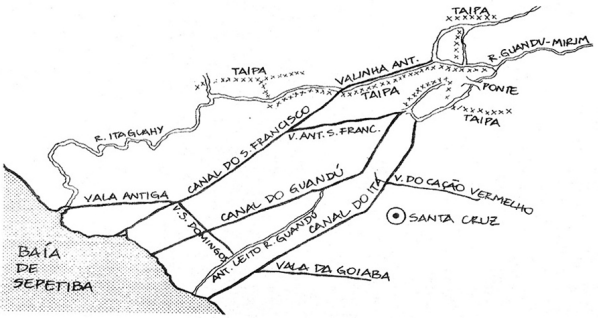
Fonte: Serafim Leite, SJ. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO: SESMARIA E ALDEAMENTOS JESUÍTAS (1565-1600)



Fonte: Abreu (2010, v. 1, PP. 191, 213 e 224) e Engemann (2008, p.62)

DISPOSIÇÃO DOS CANAIS, VALAS E TAIPAS DA FAZENDA SANTA CRUZ (SÉCULO XVII)



Fonte: Telles (1992, p.98), baseado em Armando Magalhães Correa, RIHGB, v.63, t.1, p.190.

CRONOLOGIA DA FORMAÇÃO DA FAZENDA

DATAS	CERTIDÕES
1565 Nov 27	Registro da primeira sesmaria doada aos jesuítas
1567 Dez 15	Posse da gleba
1568 Jun 10	Registro efetuado
1576 Jan 6	Cristóvão Monteiro efetiva a posse
1589	Fazenda começa a ser formada
	Morte de Cristóvão Monteiro
1596	Tentativa fracassada de demarcação e legalização
	Testada da fazenda desde Pedra de Guaratiba até Mangaratiba
1616	Aquisição da gleba da família Espinha
1654	Idem de Tomé Correia de Alvarenga
1656	Idem de Francisco Frazão de Souza
1727 Jul 5 (1729 Out 25)	Tombamento e registro. Provisão Régia

ADMINISTRADORES JESUÍTAS DA FAZENDA SANTA CRUZ

INÍCIO DO PERÍODO	SUPERINTENDENTES
1569	Luiz da Grã
1596	Estevão da Grã
1607	José de Oliva
1610	Jorge Esteves
1613	Mateus Tavares
1616	Antônio Barbosa
1630	Mateus Dias
1654	Antônio Gonçalves
1670	Domingos Fernandes
1685	Manoel Barreto
1701	Domingos Esteves
1716	Pedro Pereira
1718	Nicolau Siqueira
1736	Pedro Fernandes*

*Administrou durante mais de 20 anos.

ADMINISTRADORES LEIGOS PÓS-EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

1778	Manoel Joaquim da Silva Castro
1793	Manoel Martins do Couto Reis*
1808	Leonardo Pinheiro de Vasconcelos
1817	Joaquim José de Azevedo, Visconde do Rio Seco
1846	Coronel Engenheiro Conrado Jacob Niemeyer
1869	José de Saldanha da Gama*
1876	Engenheiro Justiniano Galdino da Silva Pimentel
1878	Conselheiro Antônio Henriques de Miranda Rêgo*
1887	Major Manoel Gomes Archer

*Deixaram excelentes relatórios de suas respectivas administrações.

PRINCIPAIS CONSTRUTORES JESUÍTAS DA SEDE DA FAZENDA

Pedreiros	Carpinteiros	Demais Artífices***
Francisco Dias Inácio da Silva (enfermeiro) Francisco do Rêgo(arquiteto)*	Gaspar Dias ** Afonso Braz Francisco Nunes Ricardo Amorim	Oficiais artistas eram convocados para completar a equipe que contava com escravos muito habilidosos especializados nas diversas tarefas

*Provável autor do projeto.
**Trabalhou também na construção do Colégio dos Jesuítas no Morro do Castelo.
***No apoio técnico especializado, outros jesuítas pontificaram na assistência à saúde, na agricultura, na zootecnia.

RELAÇÃO DOS JESUÍTAS E SUAS PRINCIPAIS ESPECIALIZAÇÕES
(SÉCULOS XVII, XVIII) – por ordem alfabética de sobrenomes

Cristóvão de **Aguiar**, torneiro, marceneiro;

João **Almeida**, azulejador;

Ricardo **Amorim**, carpinteiro: dirigiu construção da Residência;

Afonso **Brás**, carpinteiro, mestre de obras;

Domingos **Capacci**, geógrafo, levantou as cartas do litoral;

Francisco **Coelho**, pintor decorativo, dourador;

Bento da **Cruz**, carpinteiro, entalhador;

Francisco **Dias**, arquiteto, fiscal das obras e piloto de fragatas o que facilitou seu deslocamento ao longo da costa brasileira durante 38 anos;

Gaspar **Dias**, carpinteiro, enfermeiro;

Manoel **Fernandes**, azulejador;

Lourenço **Gonçalves**, carpinteiro;

Bernardo **Henriques**, azulejador;

Mateus **Nogueira**, ferreiro;

Francisco **Nunes**, carpinteiro (24 anos na região);

Domingos **Rodrigues**, pintor decorativo, dourador;

Belchior **Rodrigues**, pintor decorativo, dourador;

Diogo **Soares**, geógrafo, levantou as cartas do litoral;

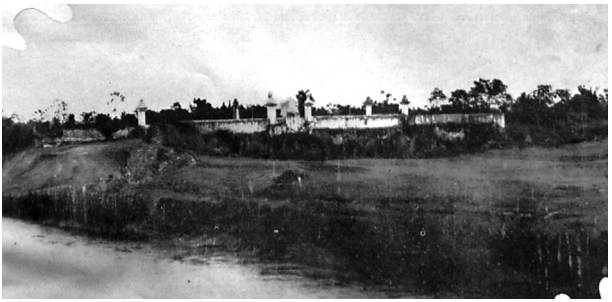
Antônio **Vieira**, azulejador;

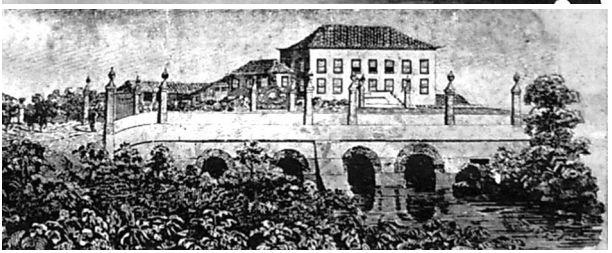
Entre os escravos, havia ainda: oleiros, ferreiros, tecelões, curtidores, ferradores, sapateiros, tanoeiros, barbeiro, cirurgião e vários músicos, alguns luthiers.
A botica (farmácia) chamada "Oficina Farmacopolia" era dirigida pelo Padre João Paulo, farmacêutico e por Brás da Silva Rangel, enfermeiro e boticário.

MATADOUROS QUE ABASTECERAM O RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX		
Santa Luzia	Na extinta praia na baía de Guanabara. Impedido de funcionar devido à localização	Início século XIX Fechado em 1853
São Cristóvão	Constantemente multado por falta de higiene e má localização em terreno pantanoso	Inaugurado em 1853
Santa Cruz	Ficava subordinado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, cidade que abastecia	Inaugurado em 1881 pelo conselheiro Antônio Henriques de Miranda Rêgo.

Imagens

Matriz de Santa Cruz.





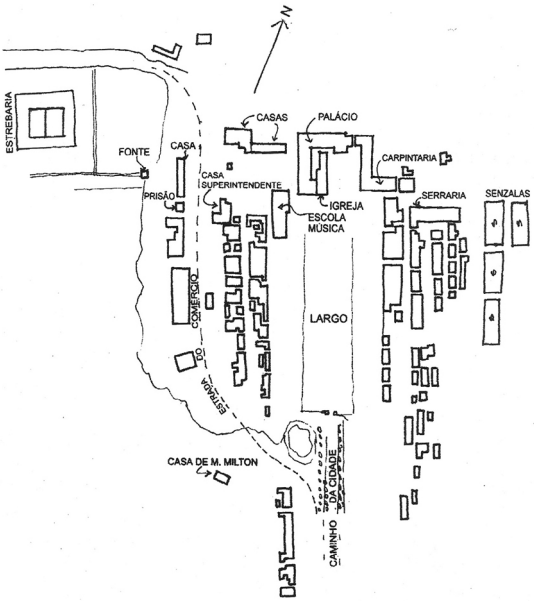
Vista da Ponte e Olaria.

Vista da frente do 'Palácio' da Fazenda Santa Cruz em 1843.

O antigo palácio de Santa Cruz, hoje quartel.

Construções remanescentes em 1911.

Rancho em 1911.



Planta do Povoado da Fazenda Santa Cruz.

Referências Bibliográficas[11]

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro, 1502-1700*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson / Prefeitura do Rio de Janeiro, 2010 (2v.)

ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus. In: Portugal, its Empire and Beyond, 1540-1750*. Stanford University, 1996.

AMANTINO, Márcia, ENGEMANN, Carlos (org.*) Santa Cruz: de Legado dos Jesuítas a Pérola da Coroa*. Rio de janeiro: Eduerj, 2013.

ANGELO, Leonardo Bassoli.*Santa Cruz:uma fazenda jesuítica na economia brasileira (1589-1759)*. XIV Encontro Regional da ANPUH. Rio de Janeiro, 19-23 jul 2010.

---

[11] Agradecimentos à FBN, ao IHGB, à ABL e seus respectivos arquivos e bibliotecas e, em especial, ao Dr. Nireu Cavalcanti.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos*. São Paulo: Edusp, 2004.

BRABO, Francisco Xavier. *Inventários de los Bienes de los Jesuítas*. Madri: 1872.

CAVALCANTI, Nireu. *Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Prefeitura,2003.

CUNHA, Pedro Henrique da. *Notícia curiosa e proveitosa a benefício da Real Fazenda de Santa Cruz.* Rio de Janeiro, 1790.

Exposição do Vice-Rei D. Fernando José de Portugal e Castro sobre a venda da Fazenda de Santa Cruz. Documento original de 23 de outubro de 1802.

FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real, Imperial*. Rio de Janeiro: 1985.

___. *O Matadouro de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: 1977.

GAMA, José de Saldanha da. *História da Imperial Fazenda de Santa Cruz.* RIHGB v.51,1875.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

LATIF, Miran de Barros. *Uma cidade no Trópico*. Rio de Janeiro: AGIR, 1965.

LEITE, Serafim, S.J. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa: Brotéria, 1953.

___. *Fazendas e Engenhos dos Jesuítas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

___. *Terras que deu Estácio de Sá ao Colégio do Rio de Janeiro*. Lisboa: Brotéria, 1935.

___. *História da Cia.de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL/Portugália, 1950.(10 vols.)

LUGONES, Leopoldo. *El Império Jesuítico*. Buenos Aires: CAFI, 1945.

MARIZ, Vasco. *A Música no Rio de Janeiro no tempo de D.João VI.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

MIRANDA NETO,M.J. de. *A Utopia Possível:missões jesuíticas e seu suporte econômico-ecológico* (1609-1767). Brasília: Funag, 2012.

REIS, Manuel Martins do Couto. *Memórias de Santa Cruz em 1804*. RIHGB, 1843. Tomo 5

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1978.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil* (1500-1820). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

WEHLING, Arno e Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,2005.

WERNECK, Ana Lúcia Louzada. *Observações sobre a Administração da Real Fazenda de Santa Cruz em 1815*. Apontamentos para uma história local pelo Ten-Cel. Francisco Cordeiro da Silva Torres. Anais da Biblioteca Nacional v.111. Rio de Janeiro: FBN, 1991. (7-20)

Resumo

A fazenda Santa Cruz, que abastecia o Rio de Janeiro no século XVIII, era considerada verdadeira potência econômica da Companhia de Jesus. Abrangendo enorme área contínua e se destacando na criação de gado, sua produção diversificada incluía cana de açúcar, legumes, fármacos e hortaliças, manufaturas e artesanato, exercida por indígenas e africanos, especialmente qualificados pelos padres para as diversas funções requeridas

Palavras-chave: Jesuítas; poder econômico; Produção; Rio de Janeiro.

Abstract

Santa Cruz farm, food provider of Rio de Janeiro city during the 18th century, was considered a real economic potency of the Jesuits. Comprehending enormous continuos area and excelling in catlle raising, its diversified production included sugar cane, vegetables, manufactures, fine arts, all practiced by Indians and Africans, specially qualified by the priests for the different functions required.

Keywords: *Jesuits; Economic Power; Production; Rio de Janeiro.*

Recebido em 3 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

O QUESITO RELIGIÃO NOS CENSOS DO BRASIL[1]

Nelson de Castro Senra[2]

Do ponto de vista do estatístico administrativo, senão daquele do jurista, acho ser não somente desaconselhável mas até criminosa qualquer alteração das informações constantes das declarações originais, que não representar a correção de um lapso evidente do declarante, como seria o do professor universitário que declarasse não saber ler e escrever ou o do governador de um Estado que declarasse ser presidente da República. No caso da religião, que não constitui um caráter somático facilmente controlável, e sim um estado de consciência, é preciso, ainda mais que outras características individuais, limitar-se a apurar o que foi declarado, sem pretender modificar as declarações de maneira que nos poderia parecer lógica, mas seria amiúde infiel à realidade, a qual nem sempre se comporta de acordo com a nossa lógica. Giorgio Mortara[3]

Era uma quarta-feira, 31 de outubro de 1517, véspera da Festa de Todos os Santos. Era outono, e fazia muito frio na cidade de Wittenberg, numa colina à margem do rio Elba, na Alta Saxônia (cuja capital é atualmente Magdeburgo), no centro-leste da Alemanha.

Naquele dia, Martinho Lutero, um monge agostiniano, afixaria na porta da Igreja do Castelo do Príncipe Eleitor um pergaminho

---

[1] O autor agradece a colaboração dos colegas ibgeanos Paulo César de Sousa Quintslr e de Teresa Cristina Millions nas pesquisas conceituais para este texto, mas não lhes cabe culpa por erros e omissões existentes.

[2] Doutor em Ciência da Informação (UFRJ). Mestre em Economia (EPGE / FGV). Sócio Efetivo do Instituto Histórico E Geográfico do Rio de Janeiro (Cadeira 38 – Patrono: Noronha Santos).

[3] *Apud* GUIMARÃES, Alberto Passos. *O quesito "religião" no censo demográfico de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, 1952. p. 13. (Documentos Censitários. Série C. N. 8).

com suas 95 teses[4], cujo efeito a médio e longo prazo seria abalar a unidade da cristandade. Escritas em latim, estavam dirigidas aos estudiosos, e não ao povo em geral, não sendo senão mais um passo dos seus muitos sermões (e preleções em sala de aula) contra certas práticas da Igreja Católica Romana, práticas que considerava desvios do que era ensinado nos evangelhos.

Somente semanas depois é que as teses seriam traduzidas para o alemão, impressas em panfleto e distribuídas, tanto no ambiente da universidade de Wittenberg, criada por Frederico III, o Sábio, quanto nos monastérios, conventos, e igrejas, em terras alemãs, e logo o seriam também para fora das fronteiras germânicas. Para os espíritos do momento, aquele evento nada mais era do que um passo adiante nas críticas contra os desvios que ocorriam no cotidiano da Igreja Católica Romana, cabendo lembrar que Lutero já estava vivendo seu Caminho de Damasco desde muito antes (em 1515 ao focar a Carta de Paulo aos Romanos, e em 1516 a Epístola aos Gálatas). Mas é de hábito, em perspectiva histórica, tomar-se aquele evento como a ruptura da unidade da cristandade, o marco da Reforma Protestante.[5]

Não houve, é bom observar, de pronto, a ideia de criação de uma nova Igreja, mas apenas de reformar as práticas católicas romanas, depurando-as do que era visto como desvios da boa doutrina encontrada nos evangelhos. Entre vários pontos, condenava-se o paganismo que estaria presente na Corte Papal, em Roma, bem assim, contestava-se a autoridade soberana do Papa, o celibato dos clérigos, e, claro, com muita ênfase, a prática indiscriminada das indulgências, entre vários outros pontos. Mas, antes que apenas razões religiosas, houve razões também políticas e sociais presentes na contenta, o que ajudaria a angariar simpatizantes aos reformadores, dando apoio à criação de uma nova Igreja, por exemplo: a permanente condena-

---

[4] É possível sintetizar os princípios essenciais da reforma, segundo os especialistas, em "Cinco Solas" (seus pilares): "Sola Fide" (somente a fé), "Sola Scriptura" (somente a escritura), "Sola Christus" (somente Cristo), "Sola Gratia" (somente a graça), "Sola Deo Gloria" (glória somente a Deus).

[5] Um momento mais dramático seria o da excomunhão de Martinho Lutero, em 1521, pelo Papa Leão X, e anunciado na Dieta de Worns.

ção da usura pela Igreja Católica não agradava à nascente burguesia capitalista; noutro prisma, a enfática e imediata repulsa às revoltas camponesas feita pelos reformistas agradou de pronto aos senhores rurais alemães; adiante, quando da criação de uma Igreja local, de cunho alemão, a perspectiva da pequena nobreza de apossar de terras, e outros bens, da Igreja Católica agradou bastante (entre vários outros pontos). O fato, então, é que a reforma, ainda que tenha fortes origens religiosas, acabou atendendo a interesses políticos e sociais, bem assim capitalistas já iniciantes na Alemanha daquele tempo.

E a que vem tudo isso? Não para estudar a reforma protestante, o que tomaria muito espaço, e tempo, além de inegável expertise, que não temos.[6] Afora ser um tema muito polêmico, como é bem dito no adágio popular: "se queres preservar amizades, então não discuta futebol, religião e política" (e a ordem não importa). Nossa intenção é, ao ensejo da celebração dos 500 anos da Reforma Protestante, este ano, 2017, historiar a evolução do quesito religião nos censos brasileiros da população. Um quesito, como a própria temática, de complexa investigação, em forma e conteúdo, sempre provocando polêmicas, e atraindo diferentes estudiosos à discussão, uns sendo a favor, outros contra a investigá-lo.

Enfim, como as religiões foram sendo relacionadas nos recenseamentos? Como foram postas nas instruções aos entrevistadores? Como os informantes eram orientados a responderem? Como os resultados foram sendo divulgados? Eis o foco deste texto, que nos levará à difícil questão da religião declarada versus religião professada, ou, como separar a religião apenas nominal da religião de fato praticada, ou, dito de outra forma, da religião vivida ao longo das 24 horas do

---

[6] Algumas leituras sobre o assunto podem ser feitas em: LINDBERG, Carter. *História da Reforma*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017; também em, FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Ed. Três Estrelas, 1011; e, por fim, em, TUCKER, Ruth A.. *A primeira-dama da reforma. A extraordinária vida de Catariana von Bora*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017; afora outras obras, é claro. A segunda referência focaliza a Reforma sob o ponto de vista do seu fundador (Martinho Lutero), já a terceira o faz tendo por foco sua esposa (Catarina von Bora).

dia, da religião deixada à vivência da 25ª hora (que não há nos dias). Eis um ponto que exige atenção dos pesquisadores que planejam os censos, em si, e na orientação aos entrevistadores, ao se porem diante dos informantes, e que também interessa aos que utilizam os resultados censitários. E que também chamava a atenção de Martinho Lutero, ao cobrar uma prática religiosa mais intensa, virtuosa, efetivamente participativa.

A religião nos censos feitos antes do IBGE

O primeiro censo do país foi feito em 1872, ao tempo do Império. Ao contrário da tentativa de realização de um censo em 1851-1852, quando fora criada uma Diretoria Geral de Censo, em 1871 seria criada uma Diretoria Geral de Estatística, revelando assim a intenção de fazer mais do que apenas um censo, mas antes produzir estatísticas continuadas.[7] Houve, sim, esta intenção, e a tanto se aplicou aquela repartição, mas o sucesso não foi o esperado, contudo, o censo foi feito e chegou a bom porto. Recebeu regulamento pelo Decreto n. 4.856, de 30 de dezembro de 1871, e apenas dois de seus dezenove artigos não se referiam ao trabalho de campo, o que bem mostra familiaridade dos seus idealizadores com a prática censitária, em parte pela malfadada experiência de 1851-1852, em parte pela experiência internacional, advinda dos Congressos Internacionais de Estatística (reuniões idealizadas pelo belga Adolphe Quetelet, secundado pelo prussiano Ernest Engel).[8] Pois seu art. 3º dizia quais características deveriam ser registradas no boletim de família para cada pessoa, entre as quais estava a religião. Embora as instruções apostas nos questionários não fossem

---

[7] Sobre a criação dessa repartição, ver: SENRA, Nelson. Paulino e a Lei do Censo (1870). A criação da Diretoria Geral de Estatística – DGE (1871). *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileira*. Vol. I: Estatísticas Desejadas: 1822-c1889. Rio de Janeiro: IBGE. 2006. pp. 253-280.

[8] Sobre o Censo de 1851-1852 ver: SENRA, Nelson de Castro. O povo (sem senso?) em armas contra medidas racionais do governo imperial brasileiro (1851-1852). *In*: CARVALHO JR., César de Carvalho *et al* (ed). *Em associação das Américas, as estatísticas públicas como objeto de estudo*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2011. pp. 97-127. (Série Estudos e Pesquisas n. 90)

explícitas quanto a não questionar a religião dos escravos, eles foram tomados, por definição, como sendo católicos, já que eram tornados cristãos ao chegarem ao território brasileiro. Aos homens livres, só se lhes perguntava se eram católicos, e se não fossem eram ditos acatólicos, já que a Religião Católica era a religião do Estado Imperial, não se reconhecendo nenhuma outra como possível.[9] Não obstante, era livre a prática religiosa, seja do estrangeiro (e, não raro o próprio Imperador participaria da inauguração de templos de outros cultos), seja dos próprios escravos, que não eram coibidos (em geral) de seguirem as tradições religiosas de seus ancestrais (conformando sincretismos religiosos).[10]

Em 1889, após o golpe militar que pôs fim ao regime monárquico, sendo proclamada a República, não obstante a inadequação do momento, com um sem-número de urgências prioritárias, o governo decidiu realizar o Censo em 1890.[11] Houve então forte influência dos positivistas, com sua ideia de promover um governo científico, no qual os números teriam especial destaque; era preciso saber não apenas os números da população, mas também, e com o maior detalhe possível, suas atividades econômicas e suas relações sociais. Para tanto o Censo de 1890 foi ambicioso, e por isso mesmo, dada a convulsão do momento, de muito difícil de realização[12]; para dizer pouco,

---

[9] Sobre o trabalho censitário, ver: SENRA, Nelson. O 1º censo no Brasil: notas à margem da coleta, da apuração e da divulgação (1872). *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileira*. Vol. I: Estatísticas Desejadas: 1822-c1889. Rio de Janeiro: IBGE. 2006. pp. 353-380.

[10] Uma síntese de resultados do Censo de 1872 pode ser vista em: SENRA, Nelson. A DGE sintetiza os resultados (1875-76). Machado de Assis trata do censo (1876-77). *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileira*. Vol. I: Estatísticas Desejadas: 1822-c1889. Rio de Janeiro: IBGE. 2006. pp. 415-452.

[11] Sobre o retorno da repartição de estatística, como uma das primeiras medidas da República, ver: SENRA, Nelson. Restauração em movimento: a DGE volta das cinzas. *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. II: Estatísticas Legalizadas: c1889-c1936. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. pp. 65-80.

[12] Sobre esse segundo censo do país, ver: SENRA, Nelson. Em 1890, segundo Censo Geral: grandezas com fracassos. *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. II: Estatísticas Legalizadas: c1889-c1936. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. pp. 101-118.

a Federação então constituída, com os Estados cada qual se sentindo e se fazendo autônomos, independentes, livres em tudo e por tudo, desfavorecia a atividade estatística para a qual é imperativo haver uma cooperação federativa, ainda mais à época quando a principal fonte de informações individuais, de cujas sucessivas agregações são geradas as estatísticas, era o registro público (de natureza administrativa), de posse das escolas, hospitais, postos de saúdes, delegacias de polícia, etc. etc., ou seja, nos vários espaços geográficos integrantes da Federação, que então não cooperavam. Mesmo fazer um censo, quando não se criava um registro público (de caráter estatístico), sem a cooperação das entidades federadas, ficava muito difícil, já que o órgão federal ou nacional não dispunha de representação federativa, nem era admitido que tivesse.[13]

Fosse como fosse, no Censo de 1890 o quesito religião haveria cinco grupos como divisão: 1) os católicos, que foram divididos em romanos e ortodoxos; 2) os protestantes, que foram divididos em evangélicos, em presbiterianos e em outras igrejas; 3) os islamitas; 4) seguindo a novidade dos positivistas, tomados como religião, o que foi uma prática quase apenas no Brasil; 5) e, por fim, os que não tinham culto algum, o que é uma prática natural de pesquisa para quesitos de escolha em que há predefinição de possibilidades.

No Censo de 1900 ocorrem diversas novidades, por exemplo, os positivistas perderiam autonomia como alternativa, os católicos e os ortodoxos ficariam separados, seguindo os protestantes, os islamitas, se somando os israelitas, e sendo abertas duas alternativas genéricas, a saber: "outras religiões" e "religião ignorada"; em suma, as divisões foram: católicos, ortodoxos, protestantes, islamitas, israelitas.

O Censo de 1900, contudo, seria um desastre e acabaria suspenso por conta da polêmica entre os médicos Aureliano Portugal e

---

[13] Esse tempo inicial da Diretoria Geral de Estatística "restaurada" pela República é tão confuso que, entre seus muitos titulares esteve ninguém menos que Raul Pompéia, sem nada entender de estatística (na ocasião acumulando a direção da Biblioteca Nacional). Ele seria demitido de ambas as funções por Prudente de Moraes após seu discurso apaixonado quando do enterro de Floriano Peixoto.

Hilário de Gouveia, sobre o estado da saúde na Capital Federal[14], só tendo seus resultados nacionais apurados a posteriori por Bulhões Carvalho, e divulgados em relatório da Diretoria Geral de Estatística, com circulação limitada e restrita.[15] O fato é que em decorrência da inexistência de estatísticas para o Distrito Federal, o Prefeito Pereira Passos mandaria realizar o Censo de 1906, que seria uma inflexão positiva da trajetória censitária brasileira, e nele o quesito religião não entraria.[16]

À frente desse Censo de 1906 estiveram Aureliano Portugal e Bulhões Carvalho, dois notáveis médicos. Pois logo em 1907, Bulhões Carvalho, ao assumir a Diretoria Geral de Estatística, daria início a um período, então ainda curto, mas que logo seria longo, de funda reflexão inovadora da atividade estatística brasileira. Entre suas muitas realizações, de pronto começou a planejar o Censo de 1910[17], e nele aos moldes do Censo de 1906 no Distrito Federal não haveria o quesito religião; é dito "não haveria" porque aquele censo, embora planejado, e tendo provocado volumosa despesa (já na gestão de Francisco Bernardino), não foi realizado. Depois de tantos fracassos, a República que tanto prometera em realização censitária, finalmente realizaria um censo digno, o de 1920, e quem o faria seria Bulhões Carvalho que retornara ao comando da Diretoria Geral de Estatística

---

[14] Sobre esta disputa médico-sanitária, ver: SANTOS, Marco Aurélio Martins. Demógrafos-sanitaristas: vida e morte pelas estatísticas. *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. II: Estatísticas Legalizadas: c1889-c1936. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. pp. 225-278.

[15] Sobre esse tema, inclusive a reapuração posterior, ver: SENRA, Nelson. Em 1900, 3º Censo Geral: fracasso quase total. *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. II: Estatísticas Legalizadas: c1889-c1936. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. pp. 161-184.

[16] Sobre esse censo ver uma sua recente reedição: *PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL*. O Censo de 1906 do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2012. (Apresentação de Nelson de Castro Senra: Em 1906, o bom senso no censo e seus notáveis frutos)

[17] Sobre esse censo, não realizado, ver: SENRA, Nelson. Em 1910, o censo não contou. *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. II: Estatísticas Legalizadas: c1889-c1936. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. pp. 355-366.

em 1915, e ficaria na função até 1930.[18] Nesse Censo de 1920, como também no seguinte, o Censo de 1930, que foi planejado, mas não realizado, por causa da Revolução que pôs fim à Primeira República[19], não haveria o quesito religião. E Bulhões Carvalho justifica sua decisão nos seguintes termos:

> *Foi também suprimido o quesito referente à religião, porque o estudo estatístico das diversas confissões exorbita do caráter sintético que devem ter as investigações do recenseamento geral da população, parecendo que deve ser antes objeto de um inquérito especial, capaz de revelar o fenômeno religioso na multiplicidade e complexidade dos seus interessantes aspectos. É esse aliás o critério adotado na América do Norte, onde em março de 1918 ficou concluído o último censo decenal das corporações religiosas efetuado pelo sistema de correspondência direta entre o Bureau of the Census e os representantes dos diversos cultos professados naquela República, que, ao contrário do que sucede no Brasil, não registra a preponderância quase absoluta de uma só confissão. Além disso, a Diretoria Geral de Estatística, graças aos elementos paciente e perseverantemente coligidos durante mais de 10 anos, possui uma estatística cultual que nada tem a invejar à de outro qualquer país, estatística que abrange, pode-se afirmar, a totalidade das igrejas existentes no território nacional. No recenseamento municipal que a Prefeitura realizou no Distrito Federal, em 1906, foi também excluído o quesito relativo à religião, pesquisa em contraste, até certo ponto, com o princípio da liberdade religiosa instituído na Constituição da República.*[20]

---

[18] Sobre esse censo, ver: SANTOS, Marco Aurélio Martins. Em 1920, quarto Censo Geral: estratégia e processo de trabalho. *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. II: Estatísticas Legalizadas: c1889-c1936. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. pp. 491-532. Ver também: SENRA, Nelson. Em 1920, quarto Censo Geral: monumental divulgação dos resultados. *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. II: Estatísticas Legalizadas: c1889-c1936. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. pp. 549-568.

[19] Sobre este censo, não realizado, ver: SENRA, Nelson. Em 1930, o censo não contou. *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. II: Estatísticas Legalizadas: c1889-c1936. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. pp. 639-652.

[20] CARVALHO, José Luiz Sayão de Bulhões. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*. Volume 1: Introdução. Rio de Janeiro: Typografia da

Há quatro pontos a serem realçados: primeiro, Bulhões Carvalho entende que investigar "religião" é contrário ao preceito constitucional (1891) que separou a religião do Estado, não obstante os Censos de 1890 e 1900 não terem levado isso em conta; segundo, a percepção de que a temática da "religião", para ser bem entendida, implicaria investigação minuciosa, com desdobramentos de perguntas, não podendo ser feita em "caráter sintético" como é a forma do censo; terceiro, diz já haver dados bastante sobre o tema da "religião", coletados no cotidiano da atividade estatística", que bem dispensava a colocação do quesito no censo, independente dele ser ou não passível de pergunta sintética numa pesquisa censitária; quarto, por fim, toma o Bureau americano como referência para justificar a exclusão (e o faz à falta de um organismo internacional competente).

A religião nos censos feitos pelo IBGE (I)

Em 1936, com a posse do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, e sob a idealização de Mário Augusto Teixeira de Freitas, o IBGE seria instalado.[21] Embora houvesse um sem-número de atividades a promover, para dar forma ao Instituto, um dos pontos focais seria a realização do Censo Geral de 1940, e a tanto se aplicou os melhores esforços. Ou o IBGE o fazia, e bem, ou não teria vida longa, por mais que atuasse bem em outras frentes. Pois, depois de marchas e contramarchas em busca de um nome para dirigi-lo, uma tarefa quase insana, praticamente uma operação de guerra, ainda hoje, com toda a tecnologia disponível, ainda mais então, com toda a falta de recursos,

---

Estatística, 1922. p. 489. *Apud* GUIMARÃES, Alberto Passos. *O quesito "religião" no censo demográfico de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, 1952. p. 2. (Documentos Censitários. Série C. N. 8).

[21] Na verdade, naquele momento, em 29 de maio de 1936, era instalado o Instituto Nacional de Estatística (INE), mas como a Convenção Nacional de Estatística (chamada de Carta Magna da Estatística Brasileira), aprovada como um pacto federativo em 11 de agosto daquele mesmo ano, já trazia em seu contexto todos os elementos da cartografia, e mesmo da geografia, tal e qual Teixeira de Freitas concebera originalmente, não tardaria para que em início de 1938 fosse mudada a sigla e o nome daquele Instituto, surgindo o IBGE. Na essência nada mudava, razão de se tomar o 29 de maio de 1936 como data de criação do IBGE.

e sobremodo com a precariedade da comunicação, fixou-se na pessoa do físico Carneiro Filippe, que realizou um trabalho extraordinário.

Pois no âmbito da Comissão Censitária, o quesito religião foi objeto de muitas discussões. Por exemplo, ouvida a opinião do padre Leonel Franca, de Heitor Bracet (representante da repartição de estatística do Ministério da Justiça e Negócios Interiores) e de Elmano Cardim (jornalista, que ainda seria presidente do IBGE), decidiu-se por não adicionar o atributo ser "professada" à pergunta sobre religião, e assim constou do formulário, contudo, nas instruções para preenchimento do Boletim de Família esse atributo voltaria, e se instruiu os entrevistadores a solicitarem ao informante o "credo professado". Entre outras discussões, optou-se por não deixar aberta a resposta, mas antes especificar alternativas, ou seja, as possíveis religiões, "a fim de que o informante não se sentisse tentado a generalizá-las, tendo em vista, sobretudo, a multiplicidade de seitas[22] abrangidas na expressão 'protestantismo'".[23]

Ao fim foram divulgados resultados para: 1) católicos romanos; 2) protestantes; 3) ortodoxos (que em 1890 fora uma divisão de católicos, tendo sido separado em 1900); 4) israelitas (introduzida em 1900); 5) maometanos (antes chamados de islamitas); 6) budistas (pela primeira vez); 7) xintoístas (pela primeira vez); 8) espíritas (pela primeira vez); 9) positivistas (que fora introduzida em 1890, mas não em 1900). Havendo mais três categorias: "de outra religião", "sem religião" e "pessoas de condição religiosa não declarada".

Os resultados foram recebidos com cepticismo. E as suspeitas seguiram pela década de 1940, chegando ao planejamento do recense-

---

[22] Note-se a visão de época, fortemente marcada pelo catolicismo. Não obstante houve elogio à entrada de diversas religiões no questionário, por exemplo, o "espiritismo" (neste caso, por parte de Carlos Imbassaí).

[23] CARVALHO, Afrânio de. Relatório sobre a organização e execução do recenseamento geral de 1940. *Apud* GUIMARÃES, Alberto Passos. *O quesito "religião" no censo demográfico de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, 1952. p. 1. (Documentos Censitários. Série C. N. 8).

amento de 1950. Por exemplo, Ismael Gomes Braga, em carta de 25 de abril de 1950, diante do pequeno número de pessoas que se declararam espíritas, levantou suspeita quanto a "honestidade do serviço". Ademais, o jornal "A Gazeta" de S. Paulo, em artigo sob o título "O Diabo e o Recenseamento", de 28 de junho de 1950, sugere que o número de católicos estaria superestimado, havendo uma declaração de religiosidade "apenas de boca", ao mesmo tempo em que sugere que os protestantes estariam sendo diminuídos (o que talvez fosse realidade). O articulista (cujo nome não é revelado) queria que fossem arrolados como tendo esta ou aquela religião, muito em especial os que se diziam católicos, apenas aqueles que de fato o fossem por prática.[24]

Pelo sim, pelo não, a nova Comissão Censitária considerou as críticas seja abrindo as confissões protestantes, seja reforçando as orientações aos entrevistadores. A religião seria marcada como "professada"; o recenseador não poderia induzir, jamais, o informante a declarar uma religião, fosse esta ou aquela; qualquer que fosse a declaração do informante, cabia ao recenseador aceitar pacificamente; para dirimir eventuais dúvidas quanto à religião católica, o recenseador deveria frisar "católico romano", já que havia variações católicas (em 26 de abril de 1950, o Cardeal Dom Jaime Câmara conclamou os católicos a apoiarem o censo). Quanto ao protestantismo, ele foi detalhado em anglicano, luterano, presbiteriano, batista, etc., e essa divisão foi contestada (em 4 de julho de 1950) pelo Rev. Afonso Romano Filho, Secretário Executivo do Conselho de Relações Intereclesiásticas, da Confederação Evangélica do Brasil: "a denominação 'Batista', 'Metodista', 'Presbiteriana', etc. não define ou qualifica religião, e sim ramo ou associação eclesiástica, assim como 'beneditino', 'franciscano', ou 'jesuíta'".[25] Mas não havia mais tempo para fazer mudanças.

---

[24] GUIMARÃES, Alberto Passos. *O quesito "religião" no censo demográfico de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, 1952. p. 3-4. (Documentos Censitários. Série C. N. 8).

[25] GUIMARÃES, Alberto Passos. *O quesito "religião" no censo demográfico de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, 1952. p. 6. (Documentos Censitários. Série C. N. 8).

Enfim, as polêmicas seguiram, e houve muitas dificuldades no trabalho de campo, envolvendo padres, espíritas, pastores, e leigos. Ao fim e ao cabo, os resultados foram divulgados da seguinte forma: 1) católicos romanos; 2) protestantes; 3) espíritas; 4) budistas; 5) israelitas; 6) ortodoxos; 7) maometanos. E com as categorias genéricas de praxe: "outras religiões", "sem religião", "sem declaração de religião". Assim, a menos da saída dos "positivistas" e dos "xintoístas", em nada mudou em relação a 1940.

No censo de 1960 foram adotadas as mesmas classificações.[26] No Censo de 1970 houve certa polêmica, e o tema quase foi excluído, permanecendo por conta do papel do clero em favor do censo, ajudando na participação da população.[27] Na ocasião, dois padres foram ouvidos: Fernando Bastos Ávila (da Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro) e Afonso Felipe Gregori (mais tarde elevado ao bispado), que defenderam a permanência do quesito (não se ouviu ninguém de outras confissões). Contra a inclusão, contudo, havia o argumento de que as "seitas minoritárias" não se consideravam, nunca, atendidas nos grupos prévios, e se viam sempre subenumeradas nos resultados divulgados. Como uma forma de resolver as ditas "seitas minoritárias" foi sugerida a adoção de pergunta aberta, sem prévia enumeração de respostas, o que foi recusado de imediato, pois implicaria uma complexa a codificação; outra ideia foi a de uma enumeração muito exaustiva para essas "seitas minoritárias", o que também não foi aceito, pois complicaria enormemente o questionário.

Ao fim dos debates, o Censo de 1970 foi o que ofereceu resultados mais resumidos: 1) católicos romanos; 2) evangélicos (primeira

---

[26] Sobre este censo, ver: SENRA, Nelson. Em 1960, sétimo Censo Geral: novas técnicas (a novidade da amostragem) e novas máquinas (o "cérebro eletrônico"). *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. III: Estatísticas Organizadas: c1936-c1972. Rio de Janeiro: IBGE, 3008. pp. 637-660.

[27] A menos da tentativa do governo imperial em 1851-1852 em realizar um censo, quando o clero ajudou a boicotar o censo, já que junto a ele se iria laicizar o registro civil, incorrendo a perda pelo clero do privilégio de cobrança dos emolumentos referentes aos registros de casamento, nascimento e óbito.

vez que esta expressão foi usada); 3) espíritas. E seguiram as expressões genéricas: "outras", "sem religião" e "sem declaração".[28]

O resultado não agradou, e o Censo de 1980 voltou a abrir os temas: 1) católica romana; 2) protestante tradicional (primeira vez que apareceu); 3) protestante pentecostal (primeira vez que apareceu); 4) espírita kardecista (primeira vez que apareceu); 5) espírita afro-brasileira (primeira vez que apareceu, dando início à revelação das tradições ancestrais); 6) orientais (primeira vez que apareceu, perdendo destaque o budismo); 7) judaica ou israelita (primeira vez que apareceu desta forma). O islamismo, que já cedera posição à expressão maometana, desaparecia, bem assim, os ortodoxos, como uma divisão dos católicos. E seguiram as expressões genéricas: "outras", "sem religião" e "sem declaração".

No Censo de 1980 houve ênfase nas instruções ao recenseador da religião dever ser "professada" (o que não foi explícito nos Censos de 1960 e 1970), como seria nos censos adiante. O Censo de 1990 seria feito em 1991[29], e traria algumas novidades na classificação: 1) católica romana; 2) evangélica tradicional (antes fora chamada de protestante tradicional); 3) evangélica pentecostal (antes fora chamada de protestante pentecostal); 4) espírita (sem divisão, como antes fora feito); 5) umbanda e candomblé (talvez tendo o sentido de espírita afro-brasileiro); 6) judaica ou israelita; 7) religiões orientais. Há ainda três outras, mais ou menos gerais: 1) outra cristã tradicional; 2) cristã reformada não determinada; 3) neo-cristã. E seguiram as expressões genéricas: "outras", "sem religião" e "sem declaração".

---

[28] Sobre esse censo, ver: SENRA, Nelson. Em 1970, oitavo Censo Geral: "Retrato fiel do País" ou "manancial de informações". *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Vol. III: Estatísticas Organizadas: c1936-c1972. Rio de Janeiro: IBGE, 3008. pp. 801-824.

[29] Sobre as razões desse adiamento, ver a entrevista de Eduardo Augusto Guimarães no livro SENRA, Nelson de Castro; FONSECA, Silva Maia; MILLIONS, Teresa Cristina (Org., Intr., Entr., Notas). *O desafio de retratar o país. Entrevistas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. pp. 131-165.

A religião nos censos feitos pelo IBGE (II)

E vieram os Censos de 2000, fechando o século XX, e o Censo de 2010, abrindo o século XXI. Ficando possível armazenar informações em computador, conseguiu-se divulgar de números para grupos religiosos mais discriminados, sem que fosse preciso, como antes, agregar nomes. Dito de outra forma, as classificações puderam ser apresentadas em formatação mais aberta, tal e qual são pensadas quando do planejamento dos recenseamentos, mas sendo agregadas quando das etapas de campo e de divulgação de resultados, por restrição tecnológica. Não é mais o caso, agora o que é planejado permanece aberto em campo e ao tempo da divulgação, e os usuários podem dispor de mais dados.

Assim sendo, analisemos as diferenças de nomes nesses censos, primeiro nas religiões monoteístas. Em 2000 aparece Católica Apostólica Romana, ao passo que em 2010 também surgem Católica Apostólica Brasileira e Católica Ortodoxa; em 2000 é dito como Judaica, mas em 2010 é dito Judaísmo; em 2000 aparece Islâmica, ao passo que em 2010 aparece Islamismo. E essas diferenças de nomenclatura não são explicadas.

As Igrejas Evangélicas são divididas em dois grandes grupos: Evangélicas de Missão (Luterana, Adventista do Sétimo Dia, Presbiteriana, Metodista, Batista, Congregacional, Adventista[30]) e Evangélicas de origem pentecostal (Congregação Cristã do Brasil, Assembleia de Deus, Brasil para Cristo, Evangelho Quadrangular, Universal do Reino de Deus, Quadrangular, Casa da Benção, Deus é Amor, Maranata, Nova Vida[31]). Há ainda a abertura para "outras religiões evangélicas"

---

[30] Duas notas: primeira, nem todas as divisões obtiveram resultados divulgáveis em ambos os censos; segunda, "Evangélica Adventista do Sétimo Dia" e "Evangélica Adventista", bem assim, "Presbiteriana" e "Evangélica Presbiteriana" são dados como cultos diferentes. E há a abertura para "outras".

[31] Quatro notas: primeira, também aqui, nem todas as divisões obtiveram resultados divulgáveis em ambos os censos; segunda, embora a "Assembleia de Deus" não tenha aparecido em 2000, ou esteja com outra denominação, é disparado o culto com maior número de fieis neste grupo; terceira, "Assembleia de Deus" e

e para "evangélica não determinada", bem assim, para "outras religiosidades cristãs". Isoladas, ou seja, fora de grupos, são relacionadas "Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias" e "Testemunhas de Jeová".

Adiante estão postos: "Espírita", "Espiritualista", "Umbanda", "Candomblé" e "Outras declarações religiosas afro-brasileiras". Seguem "Tradições esotéricas", bem assim, "Tradições indígenas". Por fim, temos "Hinduísmo" ou "Hinduísta", "Budismo", "Outras religiões orientais", "Igreja Messiânica Mundial", e "Novas religiões orientais". Há ainda, como de hábito, a opção "Outras religiosidades".

E seguem as categorias genéricas ("não sabe", "sem declaração"), mas aparecem algumas novidades: "Sem religião", "Ateu", "Agnóstico", "Religiosidade não determinada", "Declaração de múltipla religiosidade". Essa última categoria possibilita caracterizar o sincretismo religioso muito comum entre os brasileiros, não havendo, contudo, o cruzamento dos cultos que são seguidos ao mesmo tempo, mas apenas que há a prática de dois ou mais.

Três pontos, e uma opinião (A 25ª hora)

Acima, ficou claro que na trajetória classificatória, desde 1872 até hoje, as mudanças foram muitas, sem olvidar as ausências do quesito em 1910 e 1930 por não ter havido censos, e em 1920 por não ter havido a pergunta. Assim sendo a série é, além de irregular na nomenclatura, é incompleta na temporalidade, limitando eventuais avaliações históricas desejadas por pesquisadores. E vale frisar que tais mudanças de nomenclatura não são explicadas nem justificadas nas metodologias, embora seja suposto terem robustas sustentações.

Noutro ponto, convém recordar que nem sempre as instruções reforçaram a ideia de que a religião declarada pelos informantes devesse ser a "religião professada", e mesmo quando houve esse reforço

---

"Evangélica Assembleia de Deus" são dados como cultos diferentes; quarta, há ainda os cultos "Evangélica renovada não determinada", "Comunidade Evangélica", e há ainda um grupo "outras".

pelo recenseador, não necessariamente os informantes captaram por igual a ideia de "professar" como sendo "praticar", ou "seguir o preceito religioso". Assim, convém reforçar que a informação registrada ser sempre aquela "declarada" pelo informante, mesmo que ela parecesse, por qualquer razão, inconsistente. Pois corrigi-las, a menos de situações aberrantes como apontadas por Giorgio Mortara na epígrafe, não cabe em hipótese alguma, mesmo que ao final os resultados divulgados pareçam muito estranhos.

No sentido da cobertura geográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, cabe destacar as divulgações censitárias. O Censo de 1872 apresentou resultados para a Província do Rio de Janeiro e para a Cidade do Rio de Janeiro, então vista como a Corte. Os Censos de 1890, 1900, 1940, 1950 e 1960 apresentaram resultados para o Estado do Rio de Janeiro e para a Cidade do Rio de Janeiro, então vista como Distrito Federal. Já o Censo de 1970 ofereceu resultados para os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, este correspondendo à Cidade do Rio de Janeiro. Daí em diante os censos só apresentaram resultados para o Estado do Rio de Janeiro, já não mais havendo resultados para a cidade.

Por fim, uma opinião. A nosso juízo, com Bulhões Carvalho (em sua prática no Censo de 1906, no antigo Distrito Federal, ao lado de Aureliano Portugal, e nos Censos Gerais de 1910, 1920 e 1930), e Teixeira de Freitas (derrotado em sua pregação no Censo de 1940), o quesito religião não se presta a investigação censitária, de caráter sintético. Restrito a uma única pergunta, isto é, por melhor que ela seja feita, não será possível extrair com um mínimo de precisão a efetiva prática religiosa de uma população.

O tema exige uma sucessão de perguntas, para bem avaliar a prática religiosa do informante, ou seja, se ao dizer que tem essa ou aquela religião não o está a dizer por mera tradição, em sentido apenas nominal, ou se, ao contrário, de fato a segue, cumprindo seus preceitos. Dito de outra forma, será uma prática ao longo das 24 horas do dia, ou algo apenas da 25ª hora do dia, a hora do perigo, quando só

resta o arrependimento, o pedido do perdão...[32] Pois uma das lutas de Martinho Lutero estava na não efetiva prática da religião, no apenas se dizer sendo católico, o que era então dominante.

Resumo

Ao ensejo da celebração dos 500 anos da Reforma Protestante, a se dar este ano de 2017, o texto investiga a trajetória do quesito religião nos censos do Brasil, desde o primeiro em 1872, até o mais recente em 2010. Duas situações são realçadas: como o quesito foi sendo classificado censo a censo, bem assim, em quais censos ele foi investigado. Ao final, o autor opina, seguindo notáveis teóricos da atividade estatística brasileira, sobre se é ou não adequado seguir investigando o quesito religião nos censos.

Palavras-chave: Reforma Protestante; Quesito religião; Censos; Atividade Estatística.

Abstract

At the occasion of the celebration of the 500th anniversary of the Protestant Reformation, to be held this year of 2017, the article regarding the trajectory of the investigation of religion in the Brazilian censuses, from the first in 1872 until the most recent in 2010. Two situations are highlighted: as the item religion was being classified census to census, as well in which censuses he was investigated. In the end, the author considers, following notable theorists of Brazilian statistical activity, on whether or not it is appropriate to continue investigating the item religion in the censuses.

Keywords: *Protestant Reformation; Item of Religion; Censuses; Statistical activity.*

---

[32] Sobre a noção dessa hora como que extra do dia, um belo romance é: GHEORGHIU, Virgil. *A 25ª hora*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. Este livro me foi indicado pelo inolvidável economista Antônio Maria da Silveira, quando fui seu aluno no mestrado em economia da EPGE – Escola Brasileira de Economia e Finanças, da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, a quem presto minhas sausosas homenagens, in memoriam.

Recebido em 3 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

LAZARETO DOS PRETOS NOVOS

Roselene de Cássia Coelho Martins[1]

"Pretos novos". Foram assim chamados os escravos que chegavam ao Rio de Janeiro, no relatório da Provedoria da Saúde em 1811.

> *Sendo com evidente fundamento estabelecido pelo Alvará do Regimento de 22 de janeiro de 1810. O que os pretos novos antes de se exporem à venda pública fossem desembarcados em um lugar desviado qual a Ilha de Bom Jesus, fazendo-os ali sustentar de alimentos frescos, lavar, vestir de roupas novas e observar por certo espaço sobre moléstias de que costumam vir infectadas, assim se executou. (Provedoria da Saúde, Série Saúde Is4-1, 1811, p. 1)*

Por ocasião da vinda da Família Real e sua Corte percebeu-se a necessidade de se dar maior atenção à questão da saúde na colônia, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde se estabeleceram. Honorato dá-nos a saber que para tanto, D. João VI, em 1809, criou a Provedoria-mor da Saúde, cargo ocupado por Manoel Vieira da Silva que, entre outras atribuições, se destinava a fiscalizar e controlar a entrada de epidemias no país e, por conseguinte, a saúde da população. O porto configurava-se como porta de entrada de epidemias no país, através da contaminação de passageiros vindos de outros continentes. Não ficariam de fora do controle, os negros africanos trazidos pelo tráfico de escravos. (HONORATO, 2008, p. 88)

A vigilância sanitária atuante no porto do Rio de Janeiro seria feita em navios negreiros não só na observância de pessoas possivel-

---

[1] Mestra em História pela Universidade Severino Sombra, consultora em História para pesquisas em Arqueologia urbana, professora de História da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Sócia Efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ e do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras – IHGV.

mente doentes - com pestes tipo escorbutos e doenças contagiosas das mais diversas, dentre elas a lepra, febres e sarnas -, mas também sobre cargas mal conservadas de diversos gêneros, inclusive alimentícios. Ao serem identificadas as pessoas contaminadas deveriam ser isoladas das sadias levando-as ao confinamento em um local chamado genericamente de lazareto, por um período conhecido como "quarentena", de pouco acesso e distante do núcleo populacional. Lá receberiam o tratamento adequado na época. (HONORATO, 2008, p. 91)

Os lazaretos foram instituídos no século XV. Nesse local, a quarentena era tida como um método salutar para a cura das doenças contagiosas. Os lazaretos funcionaram até o final do século XIX e depois se tornaram hospitais regulares (OLIVEIRA, 2005, p. 8)

Devido à preocupação com a saúde dos que entravam na cidade do Rio de Janeiro através dos portos foi elaborado um plano de ação visando à saúde da população por um negociante de nome Agostinho da Silva Hoffman, tendo este influenciado as ações oficiais de D. João VI na área da saúde pública da colônia.

Dentre as ações de controle sanitário nos portos constava uma inspeção nos navios que chegavam do exterior, principalmente vindos da África, carregados de escravos. Honorato informa que caso houvesse sintomas de doenças entre os escravos, a embarcação ficaria ancorada no porto do Paço ou da Boa Viagem e, caso precisasse, seguiria para a ilha de Bom Jesus para que se fizesse a quarentena determinada pelos agentes de saúde, conforme o tipo de doença detectada. No local onde estariam pelo mínimo de oito dias, os escravos seriam lavados, vestidos e alimentados e, posteriormente, receberiam um cartão de saúde. (HONORATO, 2008, p. 100)

Segundo Honorato, os comerciantes da cidade ligados aos negócios de exportação e importação não se agradaram da estada dos navios por longos dias nos portos para esperar a visita dos oficiais da saúde, o que lhes daria prejuízo. Fato que os levou a se manifestarem junto ao Príncipe Regente para pedir que os navios esperassem a dita visita em outro lugar, na ilha de Bom Jesus. A proposta dos comerciantes era de que os escravos saídos desembarcassem no Valongo e os

adoentados fossem tratados nos próprios navios. Depois de negociações, resolveram construir um lazareto em outro local mais próximo da cidade. (HONORATO, 2008, p. 100)

A procura por um bom local a fim de se instalar o dito lazareto teve fim em 1810 quando um Alvará Régio de 28 de julho determinou que fosse construído no local "adiante do Sítio da Saúde", ou seja, atrás do monte de Nossa Senhora da Saúde, designado pelo Provedor Mor.

Entretanto, o governo não dispunha de capital para tal empreendimento. Lançou mão da iniciativa privada, convocando

> *[...] em seu Augusto Nome alguns dos maiores negociantes de escravatura para a edificação da dita obra, com a condição de ficarem proprietários dela, e perceberem um justo interesse, a título de aluguel, por cada um dos escravos, que se recolhesse no mencionado Lazareto. (Provedoria da Saúde, Série Saúde Is4-1, 1811: p. 2)*

O lado ocidental do morro da Saúde configurava-se como uma praia conhecida como "praia do Lazareto" em algumas projeções cartográficas. Entretanto, aparecem referências ao mesmo local também como "Praia do Propósito". O *Plan de la Ville de S. Sebastian do Rio de Janeiro*, de 1820, mostra um local na costa oeste do morro da Saúde onde encontra-se a inscrição "*Lazaret*". Da mesma forma, no Guia e Plano da cidade do Rio de Janeiro, de 1858, de Kinney e Leeder. Na Planta da cidade do Rio de Janeiro, de 1870, encontra-se referência à "Praia do Lazareto" e em 1900, na Planta Docas do Rio de Janeiro, da Empresa Melhoramentos do Brasil, a nomenclatura que aparece é "Rua da Gamboa".

Localizada entre as águas da baía da Guanabara e terrenos elevados, a Gamboa foi conhecida até o século XIX como "Saco da Gamboa": uma enseada, com aspecto de uma ferradura, entremeada pelos morros da Saúde e o morro da Gamboa. Nos primeiros anos do século XX, a enseada foi aterrada como parte do projeto de remodelação da zona portuária, originando o atual bairro da Gamboa. Onde de

localizavam as águas da enseada, hoje se encontra o conjunto construído da Cidade do Samba.

Durante o período colonial, as atividades portuárias da cidade do Rio de Janeiro localizavam-se próximas ao morro do Castelo e na atual Praça XV. Entretanto, o incremento das atividades econômicas no entorno da baía de Guanabara, destacando-se a produção açucareira, levou à procura por novos portos. Desse modo, a área compreendida entre a antiga Prainha e a praia Formosa passou a receber o olhar mais atento das autoridades coloniais para atender às exigências crescentes do comércio marítimo colonial. (LAMARÃO, 2006: p. 25)

Sobre a palavra Gamboa, consta que a mesma foi dada ao local porque "os pescadores que moravam nas proximidades, ali armavam gamboas." A "gamboa" a que se refere o autor consiste em construir armações de pedras muito próximas ao mar para quando subir a maré e trouxer a água, traga também peixes que ficam aprisionados em seu interior, facilitando a pesca e maior quantidade. (COARACY, 1988: p. 342)

Nos tempos coloniais, gamboa também poderia significar mangue no falar dos colonizadores, entendendo-se desta forma que gamboa significaria "áreas alagadas invadidas pelo mar". (GERSON, p. 159)

Cronistas e viajantes que descreveram e retrataram a paisagem e as gentes brasileiras ao longo da história não registraram a presença dos mesmos na referida área. (FREIRE e MALHEIROS, 2010: p. 12) Entretanto, Tavares referiu-se à presença de nativos na região da Gamboa. Presume-se que os nativos das aldeias citadas poderiam circular pela região da atual zona portuária devido à pouca distância das aldeias localizadas no atual centro da cidade. (TAVARES, 2012: p.124) Não se pode esquecer da aldeia de Martinho, ou Martin Afonso ou Gebiracica, localizada em ponto mais distante da principal área de ocupação da cidade, próxima ao litoral do interior da baía de Guanabara, na foz do rio Comprido, em terras pertencentes aos jesuítas. (ABREU, 2010, vol. 1: p. 169)

A zona portuária em questão conheceu maior movimento quando foi transferido para o Valongo o mercado de compra e venda de escravos. No terceiro quartel do século XVIII, o comércio negreiro saiu da rua Direita (atual rua Primeiro de Março) por determinação do 2º Marquês do Lavradio (LAMARÃO, 2006: p. 28).

Nas proximidades da Gamboa,

> *eram enterrados num cemitério próximo de valas comuns, improvisado no caminho da Gamboa, depois chamado por isso Rua do Cemitério e, depois, Harmonia e por último, Pedro Ernesto. (GERSON, p. 156)*

O cemitério a que se referiu Gerson foi o mesmo encontrado pelos proprietários Mercedes e Petruccio Guimarães, na rua Pedro Ernesto, nº 32 e 34, zona portuária do Rio de Janeiro, no momento em que faziam obras em sua casa. Tavares informa que as ossadas encontradas indicavam as covas rasas. O cemitério foi batizado de Cemitério dos Pretos Novos como referência aos escravos que aqui chegavam sem sequer terem sido comercializados no mercado do Valongo e destinava-se a enterrar os que chegavam aos portos falecidos ou que viessem ou que viessem a óbito no lazareto . (TAVARES, 2012: p. 54)

Verificou-se que anteriormente a 1800,

> *no litoral entre a Prainha e a Saúde principiou a ter notável crescimento a edificação, instalando-se aí depósitos e armazéns de produtos agrícolas e industriais (importados). Ocuparam-no pela mesma época armadores e traficantes de escravos, pescadores e embarcadiços. (LAMARÃO, 2006: p. 28)*

A área da Gamboa ganhou maior incremento a partir do estabelecimento da Família Real no Brasil. A implantação de medidas econômicas que romperam com o pacto colonial entre Portugal e Brasil, abrindo os portos do Brasil às nações amigas, em 1808, resultou na necessidade de se promover a ampliação e melhoramento das áreas aproveitáveis para a atividade portuária. Desta forma, D. João VI em 1809 determinou que o Conselho da Fazenda mandasse demarcar nas

praias da Gamboa e do Saco do Alferes para que se construíssem armazéns e trapiches.

Atendendo à Régia solicitação, os negociantes João Gomes Valle, José Luiz Alves e João Álvares de Souza Guimarães e Cia tomaram para si o encargo da construção do lazareto dos pretos novos, no local onde mais tarde foi aberta a rua da Gamboa. Além da construção do prédio que abrigaria o lazareto, estava sob a responsabilidade dos mesmos a

> *[...] conservação, reparo, utensílios e administração daquele Lazareto, e a responsabilidade dos proprietários por todos os escravos nele recolhidos, (...) que se pagasse aos mesmos proprietários 400 réis por cada escravo que ali fosse recolhido. (Provedoria da Saúde, Série Saúde Is4-1, 1811: p. 3)*

Constituíam obrigações dos proprietários fazerem as acomodações, para agasalho, segurança ou tratamento dos escravos, os utensílios do Lazareto, como tinas, caldeiras grandes bem como o seu conserto e conservação. Também cabia a eles toda a despesa da água, do azeite, lenha e limpeza da casa. Pertencia-lhes da mesma sorte toda a despesa da administração que abrange tanto o edifício e os utensílios dele como a guarda, limpeza e tratamento dos escravos, o que obriga necessariamente a empregaram-se ali algumas pessoas, afinal escravo constituía um bem a ser preservado enquanto ali estivesse. (PROVEDORIA DA SAÚDE, Série Saúde Is4-1, 1811: p. 6)

Entretanto, as determinações Régias com o pagamento das despesas com os escravos no lazareto foram consideradas abusivas pelos seus proprietários, que passaram a questionar o pagamento da estadia dos escravos.

Os proprietários do lazareto se defenderam argumentando que toda esta importância também se deve ao fato de se constituir um risco, tal qual qualquer negócio que envolva um bem, pois eles serão responsabilizados caso haja alguma perda de escravos no dito lazareto. (PROVEDORIA DA SAÚDE, Série Saúde Is4-1, 1811: p. 7)

Interessante é a informação que nos dá a conhecer através da argumentação que justifica o preço a ser pago pelos escravos no lazareto:

> *[...] porquanto que coisa mais fácil de acontecer, que de uma casa onde de recolhem sem grilhões, quinhentos, oitocentos, mil escravos, nem segurança de cárcere, de uma ou mais arqueações simultaneamente com correntes, se extraviem ou roubem um ou mais escravos? Isto sucede frequentemente a bordo dos navios, e não poderá acontecer em uma casa interna? (Provedoria da Saúde, Série Saúde Is4-1, 1811, p. 8-9)*

Consta em documento manuscrito que

> *Os representantes são obrigados pela visita da saúde a desembarcar as armações inteiras em armazém na Gamboa a título de Lazareto para se pagarem aos proprietários do dito armazém, quatrocentos reis por cada um por entrarem nele, [...] (Representação dos proprietários, consignatários e armadores de resgate de escravos a Sua Alteza Real. Seção de Manuscritos, II – 34,26,19.)*

A finalidade do lazareto em ser um local onde se fazia a "quarentena" dos recém-chegados nos navios negreiros não foi a única a ser realizada no local. Pelos informes obtidos no periódico de 1823, verifica-se que também era um local de venda de escravos e bens materiais diversos. Disse um funcionário da Saúde que:

> *[...] o falecido Guarda Mor da Saúde, Anastácio Feliciano de Bastos Teixeira, em várias ocasiões comprou a João Gomes Valle, vários escravos novos, nos armazéns do Lazareto, donde os fez conduzir para a sua casa, cujas compras observei, pelo acompanhar, como empregado na dita repartição da Saúde [...] (Diário do Rio de Janeiro, 22/01/1823, p. 5)*

Sabe-se também que os lazaretos eram destinados à quarentena também de produtos materiais que chegavam dos navios, caso houvesse suspeita de contaminação.

"Armazém" do Lazareto também é a palavra que serviu de referência para que se localizassem o prédio, em chamada de periódico da época, quando o proprietário de uma casa localizada "na Gamboa, sopé dos armazéns do Lazareto" solicita um reverendo para fazer as missas dominicais e em dias santos em sua capela particular (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 18/04/1823: p. 3) A solicitação continua sendo feita no mesmo periódico em 1832, entretanto chama a atenção os seguintes dizeres: *"*Precisa-se de um Reverendo Sacerdote, para ir dizer missa ás 9 horas da manhã, todos os domingos, e dias Santos, em oratório particular, da casa no morro da Saúde, próximo ao armazém que serviu de lazareto [...]" (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 14/06/1832: p. 4)

Portanto, ao que indica, as atividades deste lazareto cessaram entre os anos de 1825 a 1832. Percebe-se, porém, que a existência de um lazareto no local passou a ser referência da própria localização, visto que variados documentos se referiam a "Lazareto" não apenas como instituição, mas também como toda a localidade, conforme se verifica no *Plan de Ville de S. Sebastião do Rio de Janeiro*, de 1820.

Em 15 de julho de 1868, quando o Ministério do Império informa que a Câmara Municipal da Corte resolveu denominar como Rua da Gamboa às praias da Gamboa e do Lazareto. (NOVO E COMPLETO ÍNDICE CRONOLÓGICO DA HISTÓRIA DO BRASIL, 1868: p. 119)

Entretanto, o novo nome não destruiu a memória dos que ali estiveram confinados em quarentena, naquela região. "Lazareto" continuou a aparecer na mídia dos anos subsequentes, para se referir não mais a uma casa de quarentena, mas sim como um novo trapiche, Trapiche do Lazareto. No século XX, não se encontram mais referências ao lazareto na imprensa da cidade do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de A. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700)*. Rio de Janeiro: Andréa Jakobson Estúdio Editorial e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

COARACY, Vivaldo. O Rossio. *In*: *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo, EDUSP, 1988.

EMPRESA INDUSTRIAL DE MELHORAMENTOS DO BRASIL. *Docas do Rio de Janeiro* [1900] Planta. Colorida. Arquivo Nacional. Códice: BR_RJANRIO_ 4Q_0_MAP_0021_fl1BPTE1

FREIRE, José R. e MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Souza, 3.ed. S/d.

HONORATO, Cláudio de. P. Valongo: *o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2008. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-008_HONORATO_Claudio_de_Paula-S.pdf Acesso em 10/03/2017

KINNEY, A.M.Mc e LEEDER, R. *Guia e Plano da cidade do Rio de Janeiro* [1858] Planta. P&B. Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309960/cart309960.jpg. Acesso em: 23/04/2014

LAMARÂO, Sérgio Tadeu. *Dos trapiches ao porto*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal de Culturas (C/DGDI), 1991.

OLIVEIRA, Paula Maria de. *Hospital de São Sebastião (1889-1905): um lugar para a ciência e um lazareto contra as epidemias*. Fiocruz, 2005. Disponível em: http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/3988/2/000001.pdf Acesso em 24/05/2014

Plan de la Ville de S. Sebastião do Rio de Janeiro [1820] Planta. P&B. Biblioteca Nacional, Setor de Cartografia, nº 175727

TAVARES, Reinaldo B. *O cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro, século XIX*: uma tentativa de delimitação espacial. 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em arqueologia), universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), Rio de Janeiro, 2012.

Disponível em: http://portomaravilha.com.br/conteudo/estudos/ea2.pdf Acesso em 10/03/2017

Fontes

CARDIAL, S. Galdino. *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, nº 16, Coluna Notícias Particulares. Rio de Janeiro, 18 abr 1823, p. 3 e 4

DECRETO DE 21 DE JANEIRO DE 1809, LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1809, p. 18 Vol. 1. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/anterioresa1824/decreto-40027-21-janeiro-1809-571570-publicacaooriginal-94703-pe.html Acesso em 03/06/2014

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, nº 16, Rio de Janeiro, 22 jan 1823, p. 5 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20182&pesq=Anast%C3%A1cio%20Feliciano Acesso em 21/05/2014

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Coluna Notícias Particulares. Rio de Janeiro, nº 10, 14 jun 1832, p. 4

PROVEDORIA DA SAÚDE, Série Saúde, Is4-1, 1811, p. 1 (pasta) – *Arquivo Nacional*

REPRESENTAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS, CONSIGNATÁRIOS E ARMADORES DE RESGATE DE ESCRAVOS A SUA ALTEZA REAL. Seção de Manuscritos, II – 34, 26,19. *Biblioteca Nacional*.

Resumo

O artigo é fruto de parte de uma pesquisa realizada para fins de monitoramento arqueológico na área da Gamboa entre os anos de 2013 e 2015. No referido local foi construído um lazareto, destinado a tratar africanos trazidos pelo tráfico negreiro e que chegavam doentes ao porto do Rio de Janeiro. O estabelecimento do lazareto gerou discordância entre os negociantes de escravos e a Provedoria da Saúde, evidenciando conflitos de interesses diante das providências oficiais do governo português na colônia para o controle de epidemias na cidade.

Palavras-chave: lazareto; pretos novos; Rio de Janeiro.

Abstract

The article is the result of research carried out for the purpose of archaeological monitoring in the area of Gamboa between the years 2013 and 2015. A lazaret was built in that area to treat Africans brought by the slave trade and arriving at the port of Rio de Janeiro. The establishment of the lazaretto generated disagreement between the slave traders and the Health Provider, evidencing conflicts of interest in front of the official measures of the Portuguese government in the colony to control epidemics in the city.

Keywords: *lazaret; new black slave; Rio de Janeiro.*

Recebido em 3 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

VENTOS FRANCESES NAS NOITES CARIOCAS: A COCOTTE COMEDIENNE E O ALCAZAR LYRIQUE NO RIO DE JANEIRO IMPERIAL

Lená Medeiros de Menezes[1]

> *À noite, quando já bem escuro, a cidade parece então completamente vazia de qualquer habitante decente. Nas esquinas e nas ruas vêem-se somente negros e também brancos de ambos os sexos, cujo aspecto jamais poderia atrair ou divertir o transeunte. Há poucos cafés ou confeitarias, sendo estes unicamente frequentados pela mocidade e pelos estrangeiros que se demoram apenas algumas horas no Rio. Não existe propriamente vida de sociedade. Os que têm recursos vivem no campo, em sua "chácara". É lá que recebem os amigos. (BURMEISTER, 1980, p.63)*

O relato de Burmeister, viajante estrangeiro no Rio de Janeiro oitocentista, ajuda a entender o impacto da inauguração do *Alcazar Lyrique* no ano de 1859, responsável por introduzir, na cidade, um novo gênero teatral e por apresentar ao público mulheres belas e sensuais, capazes de fazer os homens suspirarem. Dentre todas as francesas que se apresentaram em seus espetáculos, Aimée Tronchon é, sem dúvida, a mais lembrada, imortalizada, para sempre, nas crônicas sobre a cidade.

Francesa de nascimento, Aimée não deixou pistas sobre seu local de nascimento, nem tampouco de sua idade ou dos itinerários percorridos antes de se deslocar para o Brasil. O emblemático nome pelo qual ficou conhecida – Amada –, em língua portuguesa, remete, a um tempo de mudanças profundas nas dimensões do viver, quer na França, cuja burguesia firmava-se com a expansão do comércio e da

---

[1] Doutora em História social pela Universidade de São Paulo, com pós-doutoramento na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora titular aposentada e Pesquisadora visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

grande indústria, quer no Brasil, onde o término do tráfico de escravos e a expansão do café anunciavam tempos novos, principalmente na capital, vitrina de novidades para todo o Brasil.

Nas mudanças ocorridas na cidade, em meados do século, destacaram-se não só a introdução de novos equipamentos urbanos, hábitos, costumes e demandas, como, também, novos atores e a introdução de um novo e revolucionário gênero teatral, alegre e ligeiro. Este foi viabilizado nos palcos do Alcazar, cinco anos apenas após a noite passar a ser ilumonada por lampiões de gás,[2] demonstrando a velocidade com que os ventos europeus sopravam na cidade. As mudanças ocorridas nos prazeres noturnos possibilitaram, dentre outros aspectos, a criação de um *demi-monde*[3] revisitado nos trópicos, no qual a *cocotte comédienne* das operetas de Offenbach tornou-se registro emblemático da chegada de novos tempos.

A atriz-cortesã não foi uma invenção do século XIX, estando, também, presente nos séculos que o antecederam, quando atrizes famosas, apesar das discriminações sofridas,[4] transformaram seu sucesso nos palcos em possibilidades de libertação das amarras sociais e sexuais que a sociedade impunha às mulheres, vivendo em um *demi-mundo* colocado entre "a respeitável alta sociedade e a vida degradante da prostituta comum" (ROUNDING, 2003, p.1). Algumas dessas mulheres, como Cateley, cantora na Inglaterra dos idos de 1760, transformaram sucesso em admiração, a ponto de ditarem moda, com suas vestimentas e penteados sendo copiados até mesmo por respeitáveis senhoras. (HICKMAN, 2003, p. 51).

Quanto às *cocottes-commédiennes* do século XIX, elas não eram uma simples expressão popularizada das atrizes-cortesãs do sé-

---

[2] A iluminação a gás foi inaugurada em março de 1854, contemplando, inicialmente, as ruas São Pedro, Sabão, Rosário, Ouvidor, Direita e largo do Paço.

[3] Termo foi criado por Alexandre Dumas Filho, autor da Dama das Camélias e amante de Marie Duplessis, que nela se inspirou para caracterizar o mundo no qual circulavam mulheres que não eram nem prostitutas nem senhoras.

[4] Por esta época, ser atriz, ou como preferiam os ingleses, "fazer carreira na cidade", era sinônimo de prostituição.

culo XVIII, divas das clássicas temporadas de ópera. Por outro lado, distinguiam-se das cortesãs de luxo da primeira metade do Oitocentos, visto não reproduzirem o protótipo romântico da cortesã virtuosa assumido por Marie Duplessis (1824-1847), cuja vida inspirou a *Dama das Camélias* de Alexandre Dumas Filho e a *Traviata* de Verdi. Não tinham paralelo, também, com Aglaé Savatier (Apollonie Sabatier, 1822-1889), musa de Baudelaire (que a considerava seu anjo da guarda) e modelo de Coubert ou, ainda, com Cora Pearls (1835-1866), amante de príncipes e outros representantes da nobreza, que amealhou enorme riqueza em bens móveis e imóveis.

Dentre as inúmeras qualificações possíveis a uma *cocotte*, a de *comédienne* retratava o viver burguês, alegre e irreverente da Paris de Napoleão III (1852-1871) e das exposições internacionais, vocacionado para irradiar-se pela Europa e pelo mundo por ela penetrado, baseado em ideias de força e na crença em um progresso ininterrupto, bem como na convicção de que ciência e indústria eram capazes de garantir sabedoria e felicidade e de que as distâncias entre as classes poderiam ser eliminadas, ainda que o abismo entre ricos e pobres permanecesse uma realidade visível.

Alcazalina de primeira grandeza, Aimée chegou à capital brasileira no dia 16 de junho de 1864, nela permanecendo até agosto de 1868. Nesses quatro anos brindou o público com seu jeito leve, alegre, picante e competente de se apresentar. Sua despedida dos palcos cariocas, no papel principal de *La Grande Duchesse de Gerolstein,* foi retumbante. A volta para a França, porém, não significou esquecimento. Sua fama no Brasil atravessou os séculos, cristalizando-se no imaginário urbano como representante de um tempo de descobertas: do glamour, da sexualidade, da licenciosidade e da alegria forjada na reinvenção da noite em meados do Oitocentos.

Muito foi falado sobre sua partida para a França. Todas as narrativas existentes destacam a ocorrência de sentimentos exacerbados e contraditórios, por parte daqueles que, direta ou indiretamente, com ela haviam convivido. Para muitos homens chorosos, a partida representou a dor de uma alegria perdida, enquanto esposas, noivas,

mães e namoradas suspiraram de alívio, expressando uma alegria redentora. Muitas dessas mulheres, segundo relatos de época, soltaram vivas na praia de Botafogo, quando o vapor que levava Aimée costeou o Pão de Açúcar em direção ao mar profundo, tendo a Europa como horizonte, levando a bordo aquela que lhes havia custado noites de vigília, angústia e tristeza.

O retorno de Aimée para a França foi inevitavelmente descrito com dramaticidade e muitos exageros. Segundo a *Semana Illustrada*, por exemplo, o acontecimento foi impactante, pois "mulheres ajoelhadas", agradeciam aos céus, afetando, também

> *(...) padres que voltavam tranqüilamente a rezar as suas missas; roceiros que regressavam às suas lavouras; empregados públicos que iam, de novo, assinar o 'ponto' nas repartições; casais que se reconciliavam; estudantes que prosseguiam nos estudos; soldados que se lembravam de seus quartéis. (Semana Illustrada, agosto de 1868)*

Fazendo jus à fama celebrada pelos jornais, Aimée continuou a ser notícia mesmo depois de sua partida. Transformada em mito alcazalino, ela permaneceu ensejando atitudes inusitadas por parte de seus admiradores. Conta-se, por exemplo, que os leilões dos artigos pessoais que a artista deixara em solo brasileiro transformaram-se em eventos memoráveis na vida carioca. Alguns objetos, inclusive, presentes em momentos íntimos da artista, teriam alcançado valores inacreditáveis, muito acima de qualquer previsão.

Coube a Machado de Assis, então um escritor iniciante, mas ativo integrante da *jeunesse dorée* que frequentava o Alcazar, dirigir-lhe as palavras de maior fascinação, ao descrevê-la como:

> *demoninho louro – uma figura leve, esbelta, graciosa – uma cabeça meio feminina, meio angélica – uns olhos vivos – um nariz como o de Safo – uma boca amorosamente fresca, que parece ter sido formada por duas canções de Ovídio, enfim, a graça parisiense, toute pure . (ASSIS. Apud: CRULS, 1965, p. 554)*[5]

---

[5] Essa descrição amorosa levou alguns de seus biógrafos a atestarem um romance

A Aimée de Machado de Assis era a mesma que, segundo o *Ba-ta-clan*, revista dedicada às atrizes do Alcazar tinha "uma fisionomia provocante; olhos cintilantes, nariz fino, boca pequena, pernas perfeitas, boa voz e ótima inteligência" (*Ba-ta-Clan*, 08/06/1867, p. 7), que adquiriu fama

> *(...) não só pela sua brilhante atuação no palco, mas, principalmente, pelas diabruras que praticava fora dos bastidores", pois, conseguira transformar em verdadeiro inferno muitos lares que, até então, haviam vivido na mais perfeita paz do Senhor. (BARRETO FILHO e LIMA, 1942, p.218)*

Responsabilizada pela ruína de muita gente e a desgraça de muitos lares, foi ela acusada de ser

> *(...) a causa, talvez a principal, dos conflitos que ocorriam no Alcazar, cujo policiamento era reforçado todas aas noites. Teria sido por causa de Aimée que, a 30/10/1868, o negociante português Antonio Maia Teixeira de Melo, à porta daquele teatro, desfechou um tiro sobre o soldado de polícia José Borges Ribeiro, conhecido por Abalada, matando-o. (BARRETO FILHO e LIMA, 1942, p. 217).*

Essas representações, entretanto, foram contestadas, posteriormente, por alguns autores, que se dedicaram à descrição do cotidiano do Rio de Janeiro Imperial. Dentre eles, Gastão Cruls, segundo o qual:

> *Entre tantas mundanas que por aquela época, como sempre, hão de ter afogueado paixões, mas que se perderam no anonimato, uma houve que pelas suas altas proezas e a récua de adoradores e chichisbéus que trazia à rabadilha, levou o nome aos jornais e à página de livros. Foi a Aimée". (CRULS, 1965, p. 554)*

Artista ou mundana, Aimée foi referência em meados do Oitocentos, como o foi, também o Alcazar – igualmente controvertido –, com suas belas cantoras e dançarinas, responsável por inaugurar

---

que, segundo outros, nunca existiu.

novos tempos na cidade, com a circulação na noite adquirindo papel significativo no cotidiano urbano.

Considerada a "primeira cantora cômica e estrela parisiense" das operetas do Alcazar, Aimée abrilhantou as noites cariocas desde sua ruidosa estreia como integrante do grupo contratado por *monsieur* Arnaud[6] em Paris, nos idos de 1864, então uma cidade na qual o espírito dos *vaudeville*[7] já não mais estava confinado aos bairros operários, mas havia invadido o *Champs Elysées*, graças à ousadia e à genialidade de Offenbach e suas peças burlescas, expressões de uma sociedade burguesa em ascensão que elegera Paris o *lócus* privilegiado de alegria e irreverência.

No Rio de Janeiro, Aimée encarnou as personagens principais das operetas de Offenbach.[8] Sua aparição nas peças encenadas no palco da rua da Vala causava sempre *frisson* em uma plateia, formada, principalmente por homens, de todas as classes sociais e de todas as posses, em uma cidade na qual o contingente masculino era constantemente adensado por um processo imigratório majoritariamente formado por imigrantes sós.

A popularidade da célebre artista iniciou-se com o retumbante sucesso alcançado por seu desempenho na peça *Orphée aux Enfers,*

---

[6] Arnaud dirigiu o Alcazar desde a sua inauguração, estando à frente da casa em sua fase áurea, iniciada em 1864, justamente com o grupo do qual fazia parte Aimée, chegados ao Brasil em 16 de junho de 1864, a bordo do navio Bearn.

[7] Muitos afirmam que as origens do que, mais tarde, seria traduzido como *vaudeville* parisiense, podem ser recuadas à Grécia Antiga, tendo em vista que o humor era parte integrante dos espetáculos em honra a Dionísio. O *vaudeville* parisiense, encenado desde o século XVIII, sinônimo de liberdade na arte de representar, surgiu como contraponto à *Comédie Française*, teatro oficial sob o comando do Estado.

[8] O trio Meilhac, Halévy e Offenbach foi responsável pela maior parte dos sucessos levados ao palco dos teatros de variedades de Paris. A estrela de Offenbach, compositor de formação acadêmica, iluminou a fase final do Império de Napoleão III (1864 a 1870). Os cálculos existentes apontam para um total de 135 peças de sua autoria, apresentadas nos teatros parisienses entre os anos de 1839 e 1880 (ano da morte do compositor).

considerada a primeira grande opereta francesa, cujo movimento final, representando a descida ao inferno, é considerado o primeiro *can-can*[9] da história do teatro musicado. A partir dessa estreia, encarnando as heroínas offenbachianas, ela foi sempre garantia de sucesso. Aimée representou Eurydice em *Orphée aux Enfers*, Héléne em *La Belle Hélène,* Boulette em *Barbe Bleu,* etc. Na peça *La Femme aux Oeufs d'Or,* superou todos os limites de ousadia, representando quatro papeis de características diferentes, sendo um deles uma personagem masculina. Subverteu, dessa forma, toda e qualquer expectativa quanto aos papeis que podia representar, bem como apontou para uma liberdade interditada às mulheres que, na proteção das paredes do lar, viam passar suas vidas.

Residente à rua dos Ciganos, hoje Constituição, no centro da cidade do Rio de Janeiro, sua fama permitiu-lhe acumular dinheiro suficiente para voltar a Paris e viver uma existência de luxo e conforto antes não conhecida. Desde sua partida, porém, o silêncio recaiu sobre seu futuro, não sendo possível saber, pelo menos com base nas fontes existentes no Brasil, a trajetória por ela seguida na cidade-luz.

Na esteira de Aimée – ainda que sem atingir sua fama - outras estrelas continuaram a garantir o toque feminino francês nas noites cariocas. Mlle Delmary, por exemplo, tornou-se diva nos palcos do Alcazar, como também nos espetáculos do Eldorado. Émile Foucaud, outra alcazalina, mesmo "não sendo bonita", tinha "um nariz que da[va] ar picante à sua fisionomia" (*Ba-ta-Clan*, 14/07/67, p. 48). Mlle Virginie

---

[9] O can-can foi inspirado na quadrilha francesa, associada ao nome da 'vedete' Celeste Mogador que, em 1850, teria introduzido a nova dança nos bailes de Paris. Em 1861, o can-can teria sido inventado em Londres, associado ao nome de Charles Morton. Com o passar dos anos, tornou-se dança ritualizada, dançada, exclusivamente, por mulheres. A sociedade tradicionalista inglesa acabou por possibilitar que o can-can se tornasse a febre das noites de Paris, imortalizando estabelecimentos como o Moulin Rouge e o Chat Noir. O Guia para as Noites de Paris de 1898 descreve o can-can como "exército de jovens raparigas de Paris que dançavam esta barulheira divina da maneira que a sua fama lhes exigia, assim como a sua flexibilidade com a moral". Apud : htpp://moulinrouge.planetaclix. pt/filme/moulin-rouge.htm. Consulta 15 de maio de 2017.

Personne tinha "uma magnífica voz de contralto, plena, vibrante, metálica e, ao mesmo tempo, doce como uma noite harmoniosa" (*Ba-ta--Clan,* 22/06/1867, p. 50). Mlle Jeanne de Bar "tinha uma pequena voz cerebral que parecia sair pelas orelhas e remetia aquela dos afortunados sopranos da Capela Sixtina" (*Ba-ta-Clan*, 29/06/1867, p. 58). Mlle Adele Escudero, adquiriu experiência que lhe permitiu, ao voltar a Paris, em 1867, trabalhar no *Ópera Comique*. (*Ba-ta-Clan*, 13/06/1867).

Não só as cantoras, com sua voz e capacidade de representação, encantavam o público, mas também, as meninas do coro e as dançarinas. Foi o caso da *Petite Pauline*, frequentadora assídua da Confeitaria Paschoal, descrita como "trêfega, inteligente e viva", "tentação dos velhos e a perdição dos moços, na época do Alcazar", (Barreto Filho e Lima, 1942, p. 143), possivelmente uma das responsáveis por inspirar a imagem jocosa de que "ao contrário do que acontecera ao tempo de Villegagnon, quando os franceses perseguiam as índias, era a gente da terra que saía atrás das francesas". (Barreto Filho e Lima, p. 553)

Fossem grandes estrelas ou simples coristas, francesas - autênticas ou não - sintetizavam os sonhos eróticos de homens solteiros, casados e viúvos nos Oitocentos cariocas, em um contexto de expansão urbana no qual as artistas do Alcazar representaram a invenção e o esplendor do *demi-monde* na capital brasileira, parte integrante do processo de (re)invenção da vida noturna na cidade.

Alvos permanentes da curiosidade do público, as *cocottes comédiennes* do Alcazar foram imortalizadas pela revista *Ba-ta-Clan.* Inspirada pela fama de divas como Aimée e Delmary, a revista, escrita em francês, a partir de 1867, passou a dedicar uma de suas colunas: *L'Alcazar en Robe de Chambre*, à divulgação de notícias de bastidores sobre as alcazalinas, encarnassem elas os personagens centrais das peças musicadas ou participassem modestamente do coro ou de números de dança. Nesse sentido, foi responsável por dar visibilidade à presença de mulheres que, de outra forma, tenderiam a permanecer no silêncio e no anonimato. Uma dessas mulheres foi Vittoria Carlotta, "dançarina que faria escola", uma das melhores, senão a melhor

bailarina que até então se apresentara no Alcazar, sendo-lhe reputados, pela revista, apenas "dois defeitos": sua juventude e sua magreza, apesar dessa última estar condizente com a última moda de Paris, onde "as dançarinas magras [estavam] na moda na ópera." (*Ba-ta-Clan*, 14/07/1867, p. 54)

Tomando-se como referência os relatos dos viajantes estrangeiros que passaram pelo Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, a capital brasileira, pelo menos antes da virada dos 1850, não contava com símbolos da modernidade como cafés, restaurantes, casas de chá ou locais de diversão, onde, geralmente, eram "cometidos excessos". Como relata Burmeister:

> *À noite, quando já bem escuro, a cidade parece então completamente vazia de qualquer habitante decente. Nas esquinas e nas ruas vêem-se somente negros e também brancos de ambos os sexos, cujo aspecto jamais poderia atrair ou divertir o transeunte. Há poucos cafés ou confeitarias, sendo estes unicamente freqüentados pela mocidade e pelos estrangeiros que se demoram apenas algumas horas no Rio. Não existe propriamente vida de sociedade. Os que têm recursos vivem no campo, em sua "chácara". É lá que recebem os amigos. (BURMEISTER, 1980, p.63)*

É importante lembrar que, ao tempo da revolução de 1789, Paris já contabilizava vários cafés, onde se reuniam os revolucionários, fossem eles homens ou mulheres. Nos tumultuados anos 1790, por sua vez, prostitutas já circulavam por tais estabelecimentos, fazendo eco a um imaginário que as colocava no espaço intermediário entre o céu e o inferno. Dessa forma, desde a revolução, "as relações sociais parisienses tenderam a estar mediadas pela bebida e comida" (Haine, 1996, p.45), processo que não parou de ser aprofundado ao longo dos séculos XIX e XX.

Apesar dos avanços possibilitados pela chegada da família real em 1808, o Rio de Janeiro, na primeira metade do Oitocentos, permanecia à margem de uma determinada forma de viver que, inserida nos parâmetros do progresso e da civilização, contemplava a diversão, o lazer e a circulação noturna nas ruas. Na capital imperial,

apenas as festas religiosas, iniciadas nas igrejas e capelas, terminavam nas ruas, as apresentações no Teatro São João e saraus ocasionais ofereciam possibilidades urbanas de diversão. Daí tornar-se um grande acontecimento na cidade a chegada de companhias teatrais estrangeiras (francesas, italianas e portuguesas), ocasião na qual a nobreza e abastados locais vestiam seus melhores trajes e desfilavam em público. Os trajes – cortados e confeccionados por tesouras e mãos francesas desde o tempo de D. João – possibilitavam a ostentação do *status* e/ou riqueza dos que os portavam, parecendo demonstrar que a civilização, de alguma maneira, chegara a terras tropicais.

O término do tráfico negreiro e os lucros advindos da exportação do café levaram à mudança dessa cenografia. Como resultado, expandiu-se a vida noturna, como mais uma das facetas da influência francesa que se vinha firmando no Rio de Janeiro quando Portugal e França, findas as guerras napoleônicas, assinaram tratados de amizade e comércio em 1816. Essa influência alimentou-se de uma contínua *attirance* de portugueses e brasileiros por tudo aquilo que chegava da França, fossem ideias, objetos, hábitos ou produtos culturais.

O mundo teatral serve de exemplo dessas mudanças, com destaque para a invenção de musicais que se afastavam da tradicional ópera e de artistas seminuas em palcos por todo o ocidente, o que projetou a *cocotte comèdiènne* como musa de novos tempos, revestida de uma aura da modernidade. A febre dos *vaudevilles*, das operetas e das óperas bufas caracterizou não só o Segundo Império Francês (1952-1871) quanto cidades afrancesadas por todo o mundo, encontrando, na capital brasileira, campo fértil para florescer.

Foi nesse processo de reinvenção teatral que o *Alcazar Lyrique* abriu suas portas no dia 17 de fevereiro de 1859. Localizado à rua da Vala (atual Uruguaiana), números 47, 49 e 51, ele propiciou o início de novos tempos na cidade, principalmente no tocante ao entretenimento e à vida noturna. O teatro - ou café-concerto como preferem alguns - tornou-se "fonte prodigiosa de alegria", como também, "centro de constantes distúrbios" (Barreto Filho e Lima, 1942, p. 216), despertando, em frequentadores e não-frequentadores, senti-

mentos exacerbados pela alegria e pelo álcool que acompanhava as noitadas. Segundo Gobineau, "toda a vida dos habitantes do Rio se passa[va] num horrível teatro da rua do Ouvidor, chamado Alcazar" (Apud. Barreto Filho e Lima, 1942, p. 547) que, em realidade, não ficava na Ouvidor, mas em suas imediações.

Responsável por trazer para os palcos cariocas um gênero teatral tipicamente francês, inspirado no *vaudeville* pré-revolucionário, o Alcazar permitiu que o público carioca travasse contato com espetáculos compostos por números vibrantes de música, entremeados de danças empolgantes, que privilegiavam canções com letras de duplo sentido, salpicadas de piadas, muitas vezes consideradas grosseiras e de mau gosto. Acima de tudo, despertava fascinação a presença de mulheres desnudas, de belos rostos e corpos esculturais, agentes de difusão de um novo viver, liberto dos limites rígidos da moralidade. As *cocottes comédiennes*, ou, como preferiam alguns, as "odaliscas alcazalinas" (revista *Entreacto*) tornaram-se divas de um novo tempo nas noites do Rio de Janeiro.

Inaugurado "como um teatrinho mignon", o Alcazar teve sua fase áurea a partir de 1864, quando M^s^ Arnaud tomou a decisão de partir para Paris em busca de um elenco de maior porte, trazendo para o Rio de Janeiro *troupe* encabeçada por Aimée: a "fada alcazalina" das operetas de Offenbach.

Inspirado pelo *frenesi* que tomava conta de Paris e pelo sucesso do teatro *Bouffes Parisiens* de propriedade do próprio Offenbach, Arnaud transformou o Alcazar em teatro referencial dos gêneros musicais que acompanhavam a vitória burguesa em terras europeias; uma burguesia dispostas a fazer da diversão e do lazer partes constituintes de um novo viver. Encenando operetas com pouco distanciamento temporal de suas estreias em Paris, o Alcazar e as alcazalinas tornaram-se matéria obrigatória de revistas especializadas e jornais dedicados a publicizar novidades teatrais, dentre eles o *Jornal do Commercio*.

Quanto a Offenbach, ele formava, com Meilhac e Havély, o que ficou conhecido como "Trio Infernal". Em suas obras, o grupo

reinterpretava a mitologia clássica, satirizava a nobreza, a burguesia em ascensão, o militarismo europeu e a vida parisiense, e nunca deixavam de oferecer ao público quadrilhas animadas, como na peça *Tromb-Al-Cazar*, que possibilitavam um entrosamento eletrizante entre dançarinas e plateia. Compositor representativo do Segundo Império Francês, conhecido como o "queridinho" de Napoleão III, Offenbach musicava peças de autores diversos e teve a maioria de sua obra apresentada ao público carioca, no palco do Alcazar.

Do sucesso retumbante de *Orphée aus Enfers* (1858), considerada a primeira grande opereta francesa, que colocava em foco a história de Orfeu e Eurídice, ressignificando a mitologia clássica, à *Grande Duchesse de Gerolstein* (1867), que satirizava a atuação do exército francês no México, cada nova peça que estreava, em Paris e nos palcos cariocas, merecia sempre o aplausos da plateia e da imprensa. No caso da primeira, ela teve 93 encenações até 1885 e, no Rio de Janeiro, teve Aimée e Delmary representando Eurídice. No caso da segunda, encerrou a carreira de Aimée no Rio de Janeiro, ela era uma sátira ao militarismo europeu, destacando a campanha francesa no México e a derrota austríaca em Sadowa.[10]

O sucesso alcançado pelo Alcazar e por suas belas mulheres tornaram-no ponto de encontro de figuras que, mais tarde, viriam a se firmar no universo literário e político da cidade, como o Conde de Porto Alegre, o Barão de Cotegipe, o Marquês de Paranaguá, Gusmão Lobo e o Barão do Rio Branco, que se tornaram frequentadores assíduos e admiradores confessos de cantoras e bailarinas do estabelecimento. O futuro Barão do Rio Branco, inclusive, desafiando o conservadorismo social, casou e teve filhos com uma das estrelas acazalinas: Mlle Estevens, belga da aldeia de Acoz, descrita como:

---

[10] Para além dessas peças, tiveram grande sucesso, podem ser citadas, como sucessos retumbantes: *Une Demoiselle em Loterrie* (1857); *Le Pont des Soupirs* (1861); *La Belle Hélène* (1864), que contaba a história de Helena de Tróia; *Barbe-Bleue* (1866), sátira a Napoleão III e seu apetite pelas mulheres; *La Vie parisienne* (1866), que retratava a vida parisiense e o cosmopolitismo de Paris. Todas elas apresentadas no palco do Alcazar. *Diário do Rio de Janeiro, Jornal do Commercio* e informações constantes no site fr/bataclan/page2.html.

> *Franzina, de grandes olhos negros marcados por expressão romântica, que contrastavam com os cabelos castanhos-claro", tinha "nariz bem proporcionado, fino" e "boca bem talhada", sendo uma "dessas criaturas que incita[va]m o culto da proteção, tão frágeis e doces se mostra[va]m na aparência". (VIANNA FILHO, 1959:41)*

Com vistas a impedir que o relacionamento amoroso viesse a prejudicar sua carreira, o casal decidiu pelo retorno de Estevens e filhos para a Europa.

Para moralistas como Joaquim Manuel de Macedo, o "satânico" *Alcazar* era "o teatro dos trocadilhos obscenos, dos cancãs e das exibições de mulheres seminuas", que "corrompeu os costumes e atiçou a imoralidade", determinando "a decadência da arte dramática e a depravação do gosto" (Macedo, 1988, p.142). Segundo outros escritores, ele nada mais foi do que uma planta venenosa francesa que medrou em uma cidade cujas noites apresentavam poucos atrativos. Para muitos, tanto o Alcazar quanto o Eldorado tornaram-se, por suas características, "o pesadelo das famílias", pois neles:

> *Os velhos babosos, os maridos bilontras e a rapaziada bordelenga se davam rendez-vous todas as noites, para rentear as atrizes brejeiras e as cupletistas gaiatas que degelavam os mais idosos e rescaldavam os mais moços. (CRULS, 1965, p. 553).*

Na contramão de apreciações negativas como essas, a revista *Ba-ta-clan* aplaudia sua existência, glorificando o fato do teatro ter possibilitado diversão em uma cidade onde elas praticamente inexistiam. Por sua vez, o jornal *Entreacto*, dando o mesmo destaque à diversão que o teatro oferecia, afirmava que era no Alcazar que o público ia "buscar duas horas de distracção, ouvindo banalidades christosas, que só os franceses sab[iam] escrever e dizer". (*Entreacto*, 12/05/1860, p. 4)

Encenados em francês e português, os espetáculos agradavam a um público cada vez mais ávido por diversão, formado, principalmente, por homens sós ou acompanhados de cortesãs. As propagandas veiculadas pelos jornais de época nos dão uma ideia da variedade e do

porte dos números que eram apresentados, sendo comum, em uma só noite, passarem pelo palco dezenas de artistas, como atesta a revista *L'Ilustration*:

> *Aujourd'hui, lundi, 18 mars, Espetáculo francês e português. Grande concerto instrumental, composto de 40 artistas. 'On ne passe pás' ou 'Le porte d'honneur', vaudeville militaire em 1 acte, jouée par Mme Louise Aimée e E. Lavagade. Durante intervalo de 2 pièces, a orquestra executará le quadrile 'Le Trombonne de l'Alcazar'. (L'Ilustration, 1861.)*

Tendo por inspiração *Les Bouffes-Parisiens*, fundado em Paris em 1855, por ocasião da Exposição Universal, o Alcazar dedicou-se a encenar operetas: gênero que associava "caricaturas musicais a um estilo de teatro descritivo" (Diniz, 1984, p.115), brindando o público com quadrilhas frenéticas que antecipavam o *cancan* que viria a imortalizar o *Moulin-Rouge*, bem como dançarinas como Louise Weber (*La Goule*), Jane Avril (Jeanne, *La Foule*), La Môme *Fromage*, *Grille d'Egoût*, Nini *Pattes-en-l'air* e Yvette Guilbert. O impacto do gênero na vida parisiense foi tal que apenas quatro anos depois ele foi reproduzido na capital brasileira, em tempos marcados pela busca de novidades.

> *No gênero alegre nós iríamos ouvir as graças (sim, as graças, tudo é possível...) dos revisteiros apimentados, esquentadas por todo aquele excesso de provocação fesceninas (...) Era ou não a civilização, era ou não o Rio reflexo de Paris, era ou não a cidade igual a todas as outras cidades, com as mesmas necessidades, a Coréia de cinismo e o mesmo apetite pelos frutos ácidos, pela mocidade que todas as cidades velhas possuem? (BARRETO,1909, p.36)*

As inovações no campo do teatro compuseram, assim, o contexto de uma modernização cultural profundamente influenciada pela França. A inevitável comparação entre o presente vivido e o passado a ser esquecido tornou-se a base de muitas análises dispostas a registrar os avanços do Brasil em direção ao progresso e a formas civilizadas de viver, É o que podemos aferir das apreciações feitas pela *Revista Dramática* por ocasião da apresentação de *Une Demoiselle em Loterrie*, outro sucesso de Offenbach.

> *O teatro agora não é mais um palanque de saltimbancos adestrados no jogo de pilherias grosseiras (...); pelo contrário, é um recinto onde, ao passo que nos distraímos, corrigimos os costumes, aprendemos a dar valor às mais delicadas manifestações de inteligência e de arte e, sobretudo, a esse apurado bom gosto que diverte e educa insensivelmente as platéias" (L'Ilustration, 1861, p. 63).*

Enquanto a *Revista Dramática* contrapunha presente e passado, glorificando as novidades, dezesseis anos depois, a *Revista Illustrada* comprovava o sucesso do gênero teatral criado por Offenbach entre o público carioca. Dividindo os gêneros teatrais em três classes distintas: "o dramalhão íntimo, a comédia fina e a opereta bufa", destacava a preferência do público pela opereta e pela paródia, que sempre compunham as programações de teatros como o Alcazar, o Eldorado e a Phoenix Dramática. (*Revista Illustrada*, 26/08/1876, p. 3)

As programações oferecidas por estes três teatros sintonizavam o Rio de Janeiro com as novidades parisienses. As canções, picantes e brejeiras, apresentadas no palco, logo eram memorizadas pelos freqüentadores dos estabelecimentos, atingindo um público maior graças a sua reprodução no canto e no assovio daqueles que as aprendiam. O dinamismo com que mudavam as peças em cartaz era a garantia certa da novidade necessária em uma cidade que ansiava por progresso e civilização, conforme indicam as programações divulgadas pelo *Jornal do Commercio:*

> *01/01/1864 - Alcazar Lyrique Fluminense - Direction de J. Arnaud & C. – troupe parisiense aujourd'hui – 1er janvier 1864 – A l'occasion du 1er jour de l'an – a démande générale – une soirée de carnaval. Marie Anne – chanson créole par Mlle Adéle Escudero – Une demoiselle em loterir – ópera-bouffe d'Offenbach";" 02/01/1864- Alcazar Lyrique Fluminense – La fille de l'épicier – saynette bouffe en un acte".*

Ainda que os espetáculos, regra geral, fossem apresentados em francês, títulos, canções e diálogos, quando não peças inteiras, muitas vezes, eram traduzidos. Quando isto ocorria, para além da simples reprodução das piadas e da garantia do riso fácil, o humor carioca

se fazia presente na forma irreverente com que eram enunciados os títulos e as letras das peças em língua portuguesa. Dessa forma, *Barbe Bleu* transformou-se em Barba de Milho, *Orphée aux Enfers* em Orfeu da Roça e *La Fille de Madame Argot* em A Filha de Maria Angu.[11]

A Filha de Maria Angu fez enorme sucesso na semana de 11 de março de 1876. Apresentada na Phoenix Dramática, a peça ensejou elogios entusiásticos, sendo considerada "uma das mais esplêndidas e brilhantes reuniões a encher a sala e o jardim do teatro na noite da primeira apresentação". (*Revista Illustrada*, 11/03/1876, p.2)

Sobre a tradução da peça para o português, feita por Aluísio Azevedo, "(...) a imprensa [foi] unânime em louvar o desempenho da peça e a propriedade com que o autor transplantou o libreto francês não só para a nossa língua, como para os nossos hábitos e costumes". (*Revista Illustrada*, 11/03/1876, p.2). No caso das artistas principais que a interpretaram, Delmary e a "louríssima" Rosa Villiot, os jornais consideraram que "elas foram vitoriosas em representar em uma linguagem estranha que não cultivavam" (*Revista Illustrada*, 11/03/1876, p.2), abrilhantando os papéis de Chica Valsa e Clarinha Angu, personagens que, por sua vez, também estavam inseridos em um panorama cultural que lhes era estranho. Quanto à Aluísio Azevedo, após ter tentado participar, como autor, do teatro tradicional, curvou-se ao teatro ligeiro de origem francesa, que adaptou para a cultura brasileira e para o momento político vivido pelo país.

Tanto os espetáculos que eram oferecidos ao público quanto as atrizes que deles participavam causavam a um só tempo aplausos frenéticos e críticas contundentes. Por outro lado, a diversão não terminava com o fim do espetáculo. A circulação das alcazalinas pelos hotéis e cafés das proximidades eletrizava a noite no entorno do teatro, com artistas francesas circulando com protetores endinheirados. Não só era costume os jovens se postarem à porta do teatro, para ver de perto as artistas, como, após os espetáculos, tornou-se comum o hábito

---

[11] É este o título em português que o *Diário do Rio de Janeiro* de 18 de maio de 1876 registra, ao anunciar que a peça seria cantada por Rose Marie Delmary e Rose Villiot no teatro D. Pedro II.

de frequentar locais por onde elas circulavam. Dessa forma eram muitos os desdobramentos dos espetáculos, que tendiam a se prolongar para muito além do término dos espetáculos, invadindo a madrugada.

> *Para ir ao espetáculo, quando as conduções, além de morosas, eram escassas, melhor seria ficar logo pelo centro. Para as ceias, nem sempre se encontraria assim um propósito tão razoável. Nem razoável nem honesto. Entra-se-ia muitas vezes num hotel ou numa cervejaria à procura de uns olhos ou de umas pernas vistas no tablado do Eldorado ou do Alcazar. E para isto, havia-se de ir, preferencialmente, ao Renaissance, paredes-meia com essa última casa de diversões, ou ao Hotel des Princes, na Praça da Constituição, ou chegar ainda até os Frères Provenceaux, na rua do Ouvidor, esquina de Latoeiros (Gonçalves Dias), com uma pensão de 'meninas' mal comportadas no sobrado. (BARRETO FILHO e LIMA, 1942, p. 550)*

Na multifacetada influência francesa sobre a cidade, as artistas do Alcazar substituíram a fama das modistas da rua do Ouvidor no imaginário erótico de homens e, por que não dizer, de mulheres, sobre as quais despertavam sentimentos confusos de repulsa, admiração e mimetismo. Quando o Alcazar foi inaugurado, já se haviam passado mais de cinquenta anos desde que os primeiro(a)s franceses e francesas haviam chegado ao Brasil, acompanhando a família real e quarenta e três anos desde que os tratados firmados entre Portugal e França haviam possibilitado que os tecidos e as quinquilharias francesas começassem a se tornar objetos cobiçados pelas elites. Algumas modistas, floristas, trançadores de cabelos e perfumistas francese(a)s, por outro lado, ganharam fama, na segunda metade do século XIX, justamente por vestirem, pentearem e embelezarem as artistas do Alcazar, como a Mme Gorda[12] das memórias de Manuel de Macedo.

> *Estabelecido o Alcazar Lírico depois Teatro Lírico Francês na rua da Vala /.../ as principais ninfas alcazalinas foram aos poucos tomando Madame gorda por modista, e enfim a célebre Mlle Aimée*

[12] Mme Gorda e Mme Magra a quem se refere Macedo eram, segundo suas palavras duas irmãs francesas de meia-idade, "das quais uma alta e quase magra e a outra notavelmente gorda", daí a loja de sua propriedade, aberta no ano de 1840 na rua do ouvidor, ficar imortalizada como "loja de Madame Gorda".

> *firmou o reinado da tesoura de Madame gorda nas toilettes das alcazarinas florescentes. /.../ Mas em breve Mlle Aimée, e logo a imitá-la as celebridades alcazarinas, não se contentaram com a sua exposição às vezes em seminudez na cena escandalosa do Alcazar /.../, elas quiseram ainda pôr-se em exibição repreensível de dia, e Madame gorda prestou-se a essa exploração do vício. Tomando como prova seus novos e riquíssimos vestidos, fugiam do interior da loja; e era junto às portas desta e em face do público a passar pela rua que Madame gorda e Madame magra as cercavam, simulando marcar supostos defeitos em sua obra, ora alisando com os dedos os talhes do corpinho, ora fazendo aquelas freguesas de colo nu e nuas espáduas executar longo e moroso movimento de rotação, como bonecas-figurino de vidraça de cabeleireiro... Ora é claríssimo que não se provam inocentemente vestidos às portas da rua (...) (MACEDO, 1988, p.142)*

Desde que se impôs a tendência de importação das modas e costumes afrancesados, o processo não parou de ampliar-se e diversificar-se, quer com relação a vestimentas e adereços quer com relação aos prazeres e lazeres. É correto dizer que, desde o reinado de Pedro I já se encenavam *vaudevilles* com elenco amador formado por modistas, contramestres e caixeiros franceses da rua do Ouvidor. Tudo, porém, mudou com a ascensão de Offenbach e do gênero teatral do qual foi expoente máximo, ensejando a explosão de um *demi-monde* marcado por um meretrício glamuroso sem precedentes no tempo. Novas cores, novos sons, novos perfumes e uma nova movimentação noturna deram nova feição à cidade do Rio de Janeiro. Da moda que circulava nas ruas ao borbulhar do *champagne* nas confeitarias, cafés e restaurantes da cidade, quando o crepúsculo anunciava-se no céu e no relógio de estabelecimentos como a Confeitaria Colombo, tudo passou a trazer a marca de Paris. Nesse contexto, francesas de muitas ou poucas posses, famosas ou anônimas, dedicadas ao trabalho, ao lazer ou ao prazer, protegidas ou abandonadas, tornaram-se verdadeiras embaixatrizes de um processo multifacetado de mudanças.

Quando já não mais existia o Alcazar, outros estabelecimentos surgiriam, diversificando as possibilidades de diversão pela via do teatro. Um novo teatro de variedades, chamado *Moulin Rouge* em

homenagem ao célebre cabaré francês de Pigally, surgiu na Praça do Rocio, atual Praça Tiradentes. Um novo Alcazar foi inaugurado para os lados da Lapa, pálida imitação dos tempos de glória do passado. No mesmo Largo do Rocio que tendeu a se tornar área de concentração do teatro de revista, foi inaugurado o *Maison Moderne,* de propriedade de Pascoal Segreto, empreendedor ligado, mais tarde, à introdução do cinema na cidade-capital. Espécie de Parque de Diversões, o *Maison Moderne* possuía tiro ao alvo, roda-gigante, montanha-russa, carrossel, cabeça-de-turco e um pequeno palco para o café cantante ao fundo. Cerveja e outras bebidas, por outro lado, eram servidas em mesas distribuídas pelo parque.

Com a política de modernização de Pereira Passos no início do século XX, o Largo do Rocio sofreu processo de "higienização" e, da mesma forma que os quiosques e os cortiços, o *Maison Moderne* recebeu os golpes de picareta dos trabalhadores da Prefeitura, sendo erigido em seu lugar o Teatro Carlos Gomes. Por essa época, para além da hoje Praça Tiradentes, o eixo da vida noturna carioca alcançou novo endereço: a área do antigo Convento da Ajuda, hoje Cinelândia, com ramificações na direção da Lapa, local do surgimento de vários cabarés, como o Casanova e o Escondidinho, este muito citado nas fichas policiais responsáveis pelos registros e pelo acompanhamento da atuação de cantoras, dançarinas e bailarinas na Era Vargas.[13] Já então as *cocottes comédiennes* oitocentistas eram coisa do passado, mas a influência francesa do teatro de variedades desembocaria no Teatro de Revista, dando espaço de fama às *vedettes* dos Novecentos: as novas *aimées* do público.

Referências bibliográficas

BARRETO FILHO; MELLO, LIMA, HERMETO. *História da polícia do Rio de Janeiro*. Aspectos da cidade e da vida carioca, 1870-89. Rio de Janeiro, a Noite, 1942.

---

[13] Sobre o tema, ver Lená Medeiros de Menezes. "Dancings e cabarés: trabalho e disciplina na noite carioca (1937-1950). In: Cristina Bruschini e Heloísa Buarque de Hollanda. *Horizontes Plurais. Novos Estudos de Gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 1998, pp. 249-280. Concurso Carlos Chagas de estudos de gênero.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Notícia histórica e descritiva da cidade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965 (Coleção 4 séculos)

DINIZ, Edinha. Chiquinha Gonzaga. *Uma história de vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2ª ed., 1984.

MENEZES, Lená Medeiros de. Dancings e cabarés: trabalho e disciplina na noite carioca (1937-1950). In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Horizontes Plurais*. Novos Estudos de Gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Editora 34, 1998, p.249-280.

HAINE, S. W. Scott. *The World of the Paris Café*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

HICKMAN, Katie. *Courtesans*. London: Harper Perennial, 2003.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Brasília: UnB, 1988.

ROUNDING, Virginia. *Grandes horizontales*. The Lives and Legends of Four Nineteenth-century Courtesans. Great Britain: Bloomsburt, 2003.

VIANNA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

Fontes

BARRETO, Paulo (João do Rio). *Cinematographo*, 1909.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiai/EdUSP, 1980.

RIO DE JANEIRO. *Ba-ta-Clan*, 1867.

RIO DE JANEIRO. Diário do Rio de Janeiro, 1857 a 1867.

RIO DE JANEIRO. *Entreacto*, 1860.

RIO DE JANEIRO. *Jornal do Commercio,* 1857 a 1867.

RIO DE JANEIRO. *L'Ilustration*, 1861.

RIO DE JANEIRO. *Semana Illustrada*, 1868.

RIO DE JANEIRO. *Revista Illustrada*, 1876.

Resumo

O artigo se propõe discutir as formas pelas quais o teatro alegre e ligeiro francês foi introduzido no Rio de Janeiro, revolucionando os prazeres e as diversões noturnas na capital brasileira. Nesse contexto, analisa a recriação, em terras cariocas, de um *demi-monde* no qual circulavam as chamadas *cocottes comédiennes*, personagens centrais das operetas musicadas por Offenbach, apresentadas nos palcos do *Alcazar Lyrique*. Estão propostos exercícios prosopográficos, com a utilização de jornais e revistas, que se constituem nas fontes principais do trabalho.

Palavras-chave: *Alcazar Lyrique*; *Cocottes comèdiènnes*; Rio de Janeiro imperial. .

Abstract

The article proposes to discuss the ways in which the light and cheerful French theater was introduced in Rio de Janeiro, revolutionizing the pleasures and the nocturnal amusements in the Brazilian capital. In this context, he analyzes the re-creation, in Rio lands, of a demi-monde in which the so-called cocottes comédiennes circulated, central characters of the operettas played by Offenbach, presented in the stages of the Alcazar Lyrique. Prosopographic exercises are proposed, with the use of newspapers and magazines, which are the main sources of work.

Keywords: *Alcazar Lyrique; Cocottes comèdiènnes; Imperial Rio de Janeiro.*

Recebido em 3 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

TEIXEIRA DE FREITAS E MACEDO SOARES: DOIS PILARES DE UM TEMPLO CHAMADO IBGE

Marco Santos[1]

Na tarde daquela sexta-feira, dia em que o presidente da República costumava receber deputados, senadores e eventualmente ministros para despachos, uma comitiva para um evento especial chegou ao palácio do governo, sob o olhar atento das águias de ferro que enfeitavam o seu telhado. Às 14h, o grupo foi introduzido no grande salão e então o presidente Getúlio Dorneles Vargas adentrou o ambiente, ladeado por seu ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, recebendo palmas dos presentes. Um funcionário do Palácio leu o termo de posse, jornalistas empunharam suas canetas, fotógrafos tomaram posição. O presidente assinou o documento, sendo seguido pelo empossado, Macedo Soares. Estava definitivamente instalado o Instituto Nacional de Estatística, criado por lei em 6 de julho de 1934 e só naquele momento, naquele 29 de maio de 1936, legitimamente autorizado a começar os seus trabalhos.

Macedo Soares, com voz grave e pausada, discursou para a seleta audiência, onde pontificavam os demais ministros de Estado, o presidente do Senado, os governadores do Estado do Rio de Janeiro e de Pernambuco, o prefeito do Rio, o presidente da Sociedade Nacional de Geografia, deputados, senadores, diversos diretores de departamentos ministeriais, entre tantos outros.

Ao findar seu discurso e ser demoradamente aplaudido, Macedo passou a palavra ao secretário da Junta Executiva do Instituto, ali também tomando posse. E falou Mário Augusto Teixeira de Freitas, com voz rouca, mas perfeitamente clara. Iniciou seu discurso, men-

---

[1] Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE e Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

cionando sua "insignificante" atuação na criação do INE. Ora, até as penas de ferro das asas das águias do Palácio sabiam que ele era o grande artífice da criação daquele órgão, dali em diante coordenador e sistematizador de todos os serviços estatísticos oficiais do Brasil. Era Teixeira o mentor daquela repartição federativa que se articularia com as três esferas administrativas do país e também com a iniciativa privada. Depois, ele falou como representante dos estatísticos, assegurando que o novo órgão era "a etapa final de formação e unificação da estatística brasileira" (SENRA, 2008, p. 55). Lembrou os pioneiros, os "precursores iluminados" que lançaram as bases da construção da estatística pátria. Agradeceu ao presidente Vargas pela missão histórica daquele empreendimento, deixou fluir sua sabedoria que a todos encantava quando se pronunciava. Ao encerrar, as paredes daquele salão ouviram os ruidosos aplausos da plateia, o justo reconhecimento pelas belas páginas ali proferidas.

Oficialmente, começava naquele momento a trajetória do principal órgão nacional de estatística e posteriormente de geografia. Um instituto que veria o Brasil, enxergando sua pujança e também suas mazelas. Parafraseando Isaac Newton, aquela repartição veria mais longe porque estava apoiada sobre pilares gigantes. Dois deles, quiçá os mais sólidos naquela fase inicial, eram justamente Teixeira de Freitas e Macedo Soares.

Teixeira teria sido o presidente, se assim o quisesse. Cabedal para isso não lhe faltava. Sua modéstia e também sua visão de que naquele momento um peso pesado da política, comensal do palácio do governo, amigo pessoal do presidente da República, era imprescindível como suporte do novo órgão de estatística. A ele, Teixeira, com carta branca do presidente do Instituto, Macedo Soares, caberia tocar as coisas da Casa em seu aspecto técnico.

Todavia, Macedo Soares também tinha seu cabedal. Contrariando a fama que obteve, de ter sido uma espécie de "rainha da Inglaterra" no Instituto, comandando só no papel, sem envolvimentos técnicos por supostamente não ter saberes para tal, ele foi figura

importante na Casa ao seu tempo, e, sem dúvida, tinha envergadura intelectual que o colocava como par entre os técnicos do Instituto.

Falar sobre ambos em poucas páginas é tarefa ingrata. São dois perfis que preencheriam um grosso volume. Mas no compreensível espaço exíguo que tenho, apresentarei fragmentos de suas fulgurantes carreiras. Teixeira e Macedo tem seus nomes esculpidos em ouro no livro da História. Eles, como o apóstolo Paulo, combateram o bom combate, completaram a carreira e guardaram a fé. Especialmente a fé em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obra de ourivesaria de ambos, se tornasse em exemplo de excelência internacional em seus misteres, o que efetivamente aconteceu.

Mario Augusto Teixeira de Freitas nasceu em São Francisco do Conde, na Bahia. Seu pai, Affonso Augusto, era engenheiro catarinense, radicado no Paraná, neto do notável jurista Augusto Teixeira de Freitas. Por ter conseguido emprego no interior baiano para lá seguiu, onde conheceu sua esposa, Maria José, na cidade em que viriam a se casar e onde nasceria seu primogênito, Mário Augusto, em 31 de março de 1890. Tempos depois, a família Teixeira de Freitas se mudaria para Curitiba, lá permanecendo.

O jovem Teixeira de Freitas sempre se notabilizou pela inteligência e pela fervorosa devoção à religião católica. Com 18 anos, veio para o então Distrito Federal onde prestou concurso para a Diretoria Geral de Estatística, órgão ligado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, passando com ótima classificação. Em seguida, foi aprovado para a Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, formando-se advogado em 1911.

Na DGE, onde entrara como "praticante", em pouco tempo galgava postos e promoções, por conta de sua capacidade de trabalho e espírito de iniciativa. Acabou atraindo a atenção do diretor geral do órgão, José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, que em 1920 o nomeou delegado geral do Recenseamento em Minas Gerais. Apesar das imensas dificuldades, por ele relatadas em seu relatório ao final da fase de coleta do Censo de 1920, teve excelente desempenho na tarefa. Tanto que ao término da operação censitária em Minas, o governo estadual

mineiro o convidou para que reformasse e reorganizasse a estatística do estado. Nesse momento, ele teve a oportunidade de introduzir "o sistema de cooperação interadministrativa entre as diferentes áreas do governo estadual. Seria a semente do futuro sistema estatístico nacional que implantaria mais tarde" (SANTOS, 2008, p. 509)

Com os ventos revolucionários que vinham do Sul do país, em 1930, trazendo Getúlio Vargas e seus colaboradores, Teixeira voltou ao Rio de Janeiro, convidado para colaborar na organização do recente Ministério da Educação e Saúde Pública. Ali, ele assumiria a chefia da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, cargo que ocupou até se aposentar, em 1952.

Um pouco antes da revolta que guindou Vargas ao poder, ele "concebeu o plano de cooperação interadministrativa, já em dimensão nacional, e que seria apresentado em forma de teses na 1a. Conferência Nacional de Estatística, convocada por Bulhões Carvalho e que aconteceria em 12 de outubro de 1930, adiada *sine die*, justamente por conta da sublevação que destituiu Washington Luiz". (SANTOS, 2008, p. 509)

Estas teses, apresentadas em documento com 33 seções, se constituíam em mais uma prova do intelecto privilegiado de Teixeira, já o apontando como um pensador do Brasil.

Exatamente como pensador, ele via a necessidade de um órgão nacional de estatística, que envolvesse também a cartografia, e que principalmente contasse com a colaboração estrita de estados e municípios, ombro a ombro com o governo federal. Tirar de sua mente privilegiada tais ideias era tarefa fácil, visto que redigia muito bem. Tirar as ideias do papel e implementá-las seria algo mais difícil, especialmente por depender das canetas dos prefeitos, governadores e principalmente do presidente da República.

A luta para a concretização de suas ideias foi digna de um 13o. trabalho de Hércules. Mas assim como o mitológico personagem, Teixeira tinha a determinação dos justos e a firmeza na consecução de seus objetivos. Vencendo "leões" da política perigosos como o de

Neméia, lutando com êxito contra a "hidra de Lerna" encastelada na burocracia brasileira, sobrepujando o "gigante Gerião" de um Estado pesado, Teixeira alcançou o Olimpo em 29 de maio de 1936, com a assinatura de Vargas instalando o que viria a ser o IBGE.

Por 12 anos esteve a frente da Secretaria Geral do Instituto e nomear suas realizações seria por demais demorado. Ele deixou o cargo em 1948, passando a acompanhar de longe, mas atentamente, o que acontecia nas reuniões da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, e mesmo no próprio IBGE.

As honrarias que Teixeira recebeu em vida ultrapassam em muito o que a sua conhecida e excessiva modéstia poderia aceitar, embora todas fossem mais que merecidas. No encerramento de sua gloriosa carreira, ele figurou no Livro de Mérito do DASP como "funcionário público número 1", considerado como "paradigma do servidor público".

Teixeira foi o primeiro presidente do IASI (Instituto Interamericano de Estatística). Deixou uma obra escrita que ainda deverá ser analisada pelo porvir, onde se conhecerá mais um pouco de seu talento. Seu acervo, localizado no Arquivo Nacional, tem mais de 13.600 itens, que exibem suas várias facetas, de estatístico, geógrafo, educador, ruralista, municipalista, articulador político, filósofo e matemático. Seus contemporâneos são unânimes em dizer que todas as palavras ditas ou escritas sobre Mário Augusto Teixeira de Freitas não são suficientes para descrever a sua largueza moral, sua extraordinária capacidade de trabalho, sua pertinácia como gerador de ideias entre muitas outras qualidades.

A mais indesejável das visitas o alcançou em 22 de fevereiro de 1956, quando aqueles olhos gastos na labuta por uma estatística nacional maior se fecharam de vez.

Seu grande amigo e principal parceiro dentro da administração do IBGE foi, sem dúvida, José Carlos de Macedo Soares, o primeiro e mais longevo presidente no cargo na história do IBGE. Ele também é detentor de um respeitável currículo, onde se incluem as

atividades de político, sociólogo, diplomata, historiador e geógrafo, entre outros muitos títulos.

Ele era principalmente a face política do Instituto. A sua presença a frente do principal órgão de estatística nacional dava a Teixeira de Freitas a tranquilidade necessária para os trabalhos técnicos da Casa. Foi presidente do IBGE de 1936 a 1951 – período conhecido como anos heroicos e de consolidação – retornando ainda em 1955, para afastar-se definitivamente no ano seguinte.

José Carlos de Macedo Soares nasceu em São Paulo, no dia 6 de novembro de 1883. Era filho de José Eduardo de Macedo Soares e Cândida Azevedo Sodré de Macedo Soares. Seu pai foi professor e empresário, tendo inclusive fundado o paulistano Ginásio Macedo Soares. Tanto por parte de pai quanto no seu lado materno ele descendia de famílias tradicionais paulistas, do qual fizeram parte, inclusive, conselheiros do Império.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1905, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Lá, no seu último ano de estudante, chegou a presidência do Centro Acadêmico 11 de agosto, a primeira de muitas outras que acumularia em sua vida.

Tão logo se formou, foi nomeado professor de Economia Política e Ciência das Finanças do curso superior da Escola de Comércio Álvares Penteado e em seguida, dirigiu o Ginásio Macedo Soares. Em 1909, entrou para a Campanha Civilista, prestando apoio a Ruy Barbosa em sua candidatura a presidência. Juntamente com seu irmão, José Eduardo, fundou o jornal *O Imparcial* para apoiar a candidatura do senador baiano contra Hermes da Fonseca. Com a derrota de seu candidato, retornou às suas atividades de empresário. Em 1923, foi eleito presidente da Associação Comercial de São Paulo e um ano depois, por ocasião da Revolta de 5 de Julho, tomou o partido dos legalistas, apoiando o presidente do estado, Carlos de Campos e até tornando-se um importante negociador. Por sua natureza pacifista e conciliadora, cedeu às forças revolucionárias para evitar desordens. Por sua colaboração, acabou preso ao fim da revolta.

Depois de passar três anos na Europa, Macedo Soares retornou e se engajou na Aliança Liberal, chefiada por Getúlio Vargas. Com a deposição de Washington Luís, em outubro de 1930, ele colaborou com o governo provisório paulista, como secretário do Interior. Em 1932, foi convidado para funções diplomáticas no continente europeu, retornando ao Brasil no mesmo ano. Elegeu-se deputado constituinte, sendo escolhido, em 1934, por Getúlio para a pasta das Relações Exteriores. Participou, no ano seguinte, da conferência que discutiu a questão do Chaco – conflito entre a Bolívia e o Paraguai – e por sua participação foi chamado pelos argentinos de o "Chanceler da Paz".

Em 29 de maio de 1936 tomou posse como primeiro presidente do Instituto Brasileiro de Estatística, sem deixar de ser ministro. Permaneceu à frente do Instituto por quinze anos. Embora a figura solar de Teixeira de Freitas atraísse as atenções, por sua inesgotável capacidade técnica, não se pode negar a importância de Macedo Soares na fundação e nos chamados anos heroicos do IBGE. Em sua atividade como chanceler, no contato com representantes de outros países ele percebeu que as estatísticas brasileiras eram falhas e sem maior concisão. Macedo procurou o presidente Vargas para expor seus pontos de vista sobre o assunto, e como já estivesse criado o INE, mas ainda não instalado, nem tinha sede ou pessoal disponível, uniu-se a Teixeira no esforço por sua definitiva implementação. É bem provável que sua presença ao lado de Teixeira tenha levado Getúlio a decidir pelo seu nome para a presidência do órgão. Além disso, sua participação na presidência de uma comissão de técnicos dos órgãos de estatística dos ministérios, fez com que o próprio Teixeira visse nele, homem de grande prestígio pessoal, um bom nome para presidir o Instituto ainda não instalado.

Naquele momento, era muito importante ter o respaldo de uma personalidade política forte para lutar pelas ideias de Teixeira. Em seu período como presidente, nunca interferia a não ser para apoiar integralmente nomeações e decisões da Junta Executiva. Foi de suma importância sua posição intransigente contra ameaças de injunções políticas no IBGE, muitas vezes até ameaçando se demitir. Nem ao seu próprio partido – o PSD – ele se dignava a atender pedidos

de colocações em cargos no IBGE. Eram outros tempos na política brasileira...

Macedo não tinha nenhum apego de ordem material. A dotação que ele recebia como presidente, fazia retornar, a título de doação ao próprio Instituto. Colaborava secretamente com a biblioteca do IBGE, adquirindo livros que eram pagos de seu próprio bolso. Definitivamente, outros tempos na política.

Por sua iniciativa, em cada 29 de maio dirigentes e funcionários do IBGE iam ao presidente da República prestar contas e exibir-lhe os trabalhos efetuados na Casa.

Tinha Macedo especial apreço pelo Serviço Gráfico do IBGE e por suas publicações. Na sua residência, ele mantinha alguns exemplares de obras da Casa para serem oferecidos a homens públicos de alto coturno que o fossem visitar.

Depois de ter deixado a presidência do IBGE, em 1951, retornou quatro anos depois, atendendo a um pedido do então presidente em exercício, Nereu Ramos. Com a posse de Juscelino Kubitschek, ele pediu demissão em caráter irrevogável, recebendo os agradecimentos de JK, que o denominou "servidor-padrão do IBGE".

Entre os muitos outros cargos que exerceu destacam-se os de ministro das Relações Exteriores (por duas vezes), da Justiça (também por duas vezes), a interventoria de São Paulo, a presidência da Sociedade Brasileira de Estatística, da Sociedade Brasileira de Geografia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (designado posteriormente como seu presidente perpétuo) e da Academia Brasileira de Letras. Deixou várias obras publicadas.

Seu passamento na madrugada de 29 de janeiro de 1968 foi lamentado em todo o país, que perdia ali um homem digno, um cidadão exemplar e um personagem republicano que deixava o mundo dos vivos para se tornar uma legenda entre brasileiros dignos de nossa História.

Referências bibliográficas

SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3.

SANTOS, Marco. Teixeira de Freitas: figura solar do sistema estatístico. *In*: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3.

Resumo

Teixeira de Freitas e Macedo Soares são figuras fundamentais na criação e consolidação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O primeiro, como principal mentor da criação deste órgão de estatística; o segundo, como esteio político e também como apoio intelectual. Os primeiros anos do Instituto, chamados de anos heroicos, tiveram a participação fundamental destes grandes homens.

Palavras-chave: IBGE; Teixeira de Freitas; Macedo Soares.

Abstract

Teixeira de Freitas and Macedo Soares are key figures in the creation and consolidation of the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE. The first, as the main mentor of the creation of this statistical body; The second, as political support and also as intellectual support. The first years of the Institute, called heroic years, had the fundamental participation of these great men.

Keywords: *IBGE; Teixeira de Freitas; Macedo Soares.*

Recebido em 3 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

AS FAZENDAS DE CAFÉ NA OCUPAÇÃO DEMOGRÁFICA DE PATY DO ALFERES E MIGUEL PEREIRA

Sebastião Deister[1]

Fazer uma narrativa a respeito das origens históricas que envolvem a trajetória das belas fazendas de café do Vale do Paraíba seria impossível em curto espaço de tempo em função do grande número de propriedades rurais que tanta riqueza carrearam para o chamado Vale do Café. Por conta de tal limitação, considerei interessante me prender às atividades das fazendas mais importantes que determinaram a ocupação demográfica de Paty do Alferes e Miguel Pereira, municípios interligados em suas origens, sociais, culturais e históricas. Por conseguinte, estabeleci um recorte geográfico e cronológico que contemplasse algumas propriedades cuja atuação familiar e econômica criou uma base de trabalho que proporcionou aos dois municípios amplas condições de prosperar na área do vale médio do rio Paraíba do Sul.

FAZENDA PAU GRANDE

Sediada no Distrito de Avelar, em Paty do Alferes, Pau Grande surgiu em 1709, constituindo assim o primeiro grande estabelecimento fazendário da região, estando em plena atividade quando visitado por Antonil em 1711. Nascida provavelmente de um pouso deixado por Garcia Rodrigues Paes quando da abertura do Caminho Novo (que atravessa tanto Paty quanto Miguel Pereira), ela foi o palco de atuação da família Ribeiro de Avelar, responsável pela implantação de um rentável engenho de cana-de-açúcar, cuja produção e dimensões, segundo as palavras de Saint-Hilaire (que o conheceu em 1861), eram inferiores apenas àquele existente em Campos do Goytacases. Inteiramente restaurada pelo atual proprietário, o grande solar apresenta os dois

---

[1] Mestre em História Social. Vice-Presidente do IHGV,

pavimentos típicos observados em quase todas as fazendas do vale, com o andar térreo abrigando os espaços sociais da casa, como salão para recepção de visitantes, cozinha, copa, sala de jantar, sala de estar, etc., com o pavimento superior destinando-se aos quartos e alcovas. A frontaria apresenta dezesseis janelas protegidas por sacadas portuguesas de ferro batido. Curiosamente, Pau Grande é a única fazenda que apresenta sua capela no centro do imóvel, dividindo assim dois corpos arquitetônicos, ao contrário de outras casas rurais que, normalmente, levantavam suas capelas ao lado ou nos fundos do corpo principal. Fernando Tasso levanta a divertida história que dá conta das desavenças entre Joaquim Ribeiro de Avelar e a sogra. Uma vez que ambos se odiavam, Joaquim resolveu levantar uma segunda ala na fazenda, que até então apresentava apenas uma das duas atuais partes. Assim, a capela – que havia sido colocada lateralmente ao prédio – acabou por se situar no centro da construção, o que explica tal particularidade da Pau Grande.

A fazenda alcançou seu maior esplendor sob a administração de Joaquim Ribeiro de Avelar, o barão de Capivary. Seu sobrenome, inclusive, acabou designando o atual distrito patiense de Avelar, local de realização da afamada Festa do Tomate. Joaquim gerou um filho fora do casamento, mas por ele reconhecido, batizado como Joaquim Ribeiro de Avelar Filho, laureado com o título de Visconde de Ubá. Após passar pelas mãos de vários descendentes da família ao longo dos séculos XIX e XX, Pau Grande foi adquirida pelo empresário Walter Ribas que nela mantém uma interessante criação de cavalos manga-larga.

FAZENDA MANGA LARGA

Em 1715, vinha à luz a fazenda Manga Larga de Baixo, criada por Francisco Gomes Ribeiro, cognominado "o Moço", também às margens do Caminho Novo em Paty. Francisco, posteriormente, estabeleceria ligações diretas com os Gomes Ribeiro de Avelar, da Pau Grande. A primeira fazenda, hoje, está em estado de completo abandono e em ruínas. Posteriormente, construiu-se a chamada Manga Larga de Cima, junto ao um rio cujas águas serviram, em 1930, para a instalação da primeira usina de energia elétrica de Paty do Alferes, cuja produção também era direcionada para a área de Miguel Pereira. Contudo, nada mais resta da usina, destruída por uma enchente de incríveis proporções ocorrida na região em 1945. A fazenda foi adquirida pelo barão de Paty, que ali comandou uma criação de cavalos manga-larga, daí a denominação das fazendas. Na verdade, o primeiro animal dessa raça veio junto com a família de D. João VI em 1806, sendo levado para Alfenas, em Minas Gerais. Posteriormente, alguns exemplares oriundos do pioneiro reprodutor vieram para Paty, e foi justamente na fazenda que se verificou um grande surto de criação destes notáveis cavalos de marcha.

Além da criação de cavalos, o barão de Paty também administrou na fazenda uma extensa plantação de café, unindo-a à produ-

ção da vizinha fazenda Monte Alegre, também de sua propriedade, e transformando-se em um dos mais ativos e ricos homens da área patiense na metade do século XIX, chegando, inclusive, ao posto de Comandante da Guarda Nacional e ao cargo de Deputado Provincial pelo Rio de Janeiro.

A fazenda Manga Larga de Cima foi transformada em um luxuoso hotel, enquanto a Manga Larga de Baixo, deixada de lado, espera apenas pelo derradeiro dia de seu desabamento.

FAZENDA DA FREGUESIA

Por seu turno, o Alferes Francisco Tavares fundou, em 1739, uma fazenda que batizou como Freguesia em razão do atendimento que fazia aos tropeiros que demandavam o Caminho Novo que atravessava a atual região de Paty. A propósito, ele é considerado o fundador de Paty do Alferes, pois foi graças às plantações dessas palmeiras por ele levadas para a região, que o local passou a ser conhecido por este nome. Diga-se de passagem, que o título do povoado foi reconhecido pelas autoridades portuguesas como Vila de Nossa Senhora da Conceição de Serra Acima da Roça do Paty do Alferes, ou seja: tratava-se de uma vila dedicada à padroeira Nossa Senhora da Conceição (entronizada na fazenda da Freguesia), de Serra Acima (pois

os tropeiros subiam a serra para seguir em direção a Minas Gerais) da roça (em virtude das plantações da fazenda, especialmente o milho para as mulas das caravanas), do Paty (a palmeira) introduzida pelo Alferes. Um belo nome, sem dúvida, mas praticamente desconhecido da população. Já em 4 de setembro de 1820, D. João VI expedia um Alvará Real criando oficialmente a Vila de Paty do Alferes, o que significa que em 2020 a cidade irá comemorar seu bicentenário.

A Freguesia foi, de fato, o embrião de criação de Paty do Alferes. No século XX, tornou-se propriedade do Coronel Manoel Francisco Xavier, dono ainda da fazenda Maravilha, também na área de Paty. Foi a partir dessa segunda fazenda que o negro Manoel Congo comandou uma célebre rebelião de escravos em 1838, somente debelada pela ação de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o barão de Paty. A fazenda, no segundo quartel do século XIX, passou às mãos do Visconde de Arcozelo (Dr. Joaquim Teixeira de Castro), casado com a filha do barão de Paty, daí porque aquele bairro patiense chama-se Arcozelo. Na metade do século XX foi comprada por Paschoal Carlos Magno, que ali estruturou a famosa Aldeia de Arcozelo, um centro cultural notável hoje totalmente abandonado e praticamente em ruínas sem que a FUNARTE, sua proprietária, tome qualquer atitude para preservá-la, um crime absurdo contra o patrimônio cultural de Paty e, por extensão, do país.

FAZENDA DA PIEDADE (ATUAL SANTA CECÍLIA)

No ano de 1770, o português Manoel de Azevedo Matos (ao lado da esposa Antônio Ribeiro do Pilar Werneck e dos filhos Ana de Jesus Werneck, Inácio de Souza Werneck e Manoel de Azevedo Ramos), desistindo da mineração em terras de Barbacena, resolveu assentar-se nas proximidades da Serra do Tinguá, construindo ali a primeira moradia da fazenda de Nossa Senhora da Piedade de Vera Cruz às margens do rio Santana, em terras então ligadas à freguesia de Paty, mas hoje parte do território que compõe o município de Miguel Pereira. Sua intenção inicial era montar ali um engenho de cana e plantar o café que já vinha despertando grande interesse no vale do Paraíba. Com o nascimento de netos, a casa tornou-se pequena, e assim a famí-

lia mudou-se para uma propriedade bem maior, que acabaria estruturando a atual e bela fazenda da Piedade, agora rebatizada como Santa Cecília. Dos filhos de Manoel, Inácio teve uma história interessante. Desde cedo mostrara vontade de ser padre, e de Barbacena seguiu para o seminário no Rio de Janeiro, hospedando-se na casa do Ajudante-de-Ordens Francisco das Chagas Monteiro, grande amigo e sócio de seu pai. Entretanto, Francisca das Chagas Monteiro, filha do seu anfitrião, despertou outros sentimentos no jovem Inácio. Assim, acabaram se casando em 27 de setembro de 1769, partindo daí para Minas Gerais. Após a construção da primeira moradia, o casal e alguns de seus filhos foram morar na fazenda da Piedade, onde nasceria o restante de seus doze filhos. A partir de então, Inácio passou a auxiliar o pai nos negócios da fazenda, paralelamente prestando serviços ao Império na qualidade de Capitão-Mor de Milícias. Foi, inclusive, encarregado de seguir para a região do rio Preto a fim de aldear os índios coroados da região. Ali colaborou na fundação da capela de Nossa Senhora da Glória (da atual cidade de Valença) e criou uma reserva indígena que acabaria se transformando na cidade de Conservatória. Decepcionado com o tratamento cruel dispensado aos índios, Inácio solicitou ao Império a baixa de seus títulos militares, retornando definitivamente para Vera Cruz a fim de administrar sua fazenda e criar filhos e netos. O destino, entretanto, iria surpreendê-lo. Com a morte da esposa Francisca em 1811, Inácio solicitou ao Imperador D. Pedro I o direito de tomar as ordens eclesiásticas, tornando-se assim padre aos 78 anos e realizando seu desejo de juventude. Morreu em 1822, deixando a fazenda que herdara de Manoel para a filha mais velha que, por sua vez, repassou-a para o filho Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, posteriormente titulado 2° barão de Paty do Alferes.

A Piedade ficou em mãos da família Werneck até a primeira década do século XX. Daí para frente, passou por diversos proprietários, e na metade do século chegou inclusive a correr o risco de desabar. Felizmente, com a chegada do embaixador José Aparecido de Oliveira, a centenária construção ganhou de novo seu brilho, constituindo hoje um hotel-fazenda administrado pela filha Maria Cecília Aparecido de Oliveira.

Como adendo, podemos lembrar que nos jardins da fazenda existe uma capela assinada por Oscar Niemeyer, presente do grande arquiteto pelos 15 anos da jovem Cecília Aparecido.

FAZENDA MONTE ALEGRE

Maior centro administrativo entre todos os estabelecimentos agrícolas comandados pelo barão de Paty do Alferes, a concorrida fazenda Monte Alegre era a mais bem aparelhada em número de escravos, em mão de obra especializada, em instalações gerais, em instrumentos de produção e no trabalho geral do campo, além de possuir uma localização geográfica esplêndida, já que se distanciava a menos de meia légua da Vila de Paty do Alferes.

O Barão comprou a Fazenda Monte Alegre de seu tio Francisco das Chagas Werneck, irmão de sua mãe, e nela passou a residir, a centralizar seus inúmeros negócios e a concentrar e arquivar toda a documentação relativa à inspeção de suas lavouras e às atividades desenvolvidas em outras propriedades da família a partir do ano de 1853. Já em 1859, Monte Alegre possuía 200 escravos, avaliados num montante considerável de Rs. 396:899$000, como consta do Inventário do barão.

Monte Alegre apresentava um extraordinário conforto, podendo-se mesmo dizer que dispunha de um luxo ainda inigualado na área de Paty, possuindo mobílias de mogno, jacarandá, cedro e peroba.

Havia no grande salão um belíssimo piano, e para servir seus hóspedes o barão utilizava-se de um serviço de louça da Índia que podia vir acompanhado de um caro aparelho de porcelana, no qual apareciam a firma e o brasão da família Lacerda Werneck.

Político muito atuante em Paty do Alferes e Vassouras, entre 1854 e 1855 o barão chegou à respeitável posição de Deputado na Assembleia Provincial, eleito que fora com 302 votos. É lícito afirmar que Francisco Peixoto de Lacerda Werneck foi um exemplo de grande fazendeiro da época imperial brasileira, cuja vida transcorreu ligada diretamente ao crescimento extraordinário da cafeicultura no Vale do Paraíba e ao brilho da Corte do Segundo Império.

Depois de dedicar toda sua vida à família e às fazendas que possuía (Manga Larga, Monte Alegre, Monte Líbano, Conceição, Palmeiras, Santana e Piedade), o barão de Paty faleceu de congestão cerebral na Fazenda Monte Alegre no dia 22 de novembro de 1861, sendo sepultado em Paty do Alferes. Isso explica a razão pela qual, no frontispício da fazenda, existe hoje a data de 1861 lembrando o ano de sua morte.

Nos anos cinquenta, a fazenda foi vítima de um incêndio que quase provocou seu desaparecimento. Felizmente, encontra-se hoje totalmente restaurada pelo empresário Gabriel Fonseca, exibindo sua típica estrutura de dois pavimentos, com o andar térreo dedicado à área social e a superior aos aposentos da família e dos convidados. As portas e janelas são em duas folhas, sendo que as superiores apresentam ainda guarda-corpos de ferro fundido. Os jardins são bastante amplos, muito bem cuidados e aproveitados pelo proprietário para exposição de suas esculturas e de seus trabalhos de artes plásticas. Monte Alegre situa-se exatamente nos limites dos municípios de Paty do Alferes e Miguel Pereira.

FAZENDA IGAPIRA

Com área aproximada de 250 alqueires (cerca de 1.000 hectares), a Igapira localiza-se a 17 quilômetros do centro urbano de Miguel Pereira e dista, por uma das vertentes da Estrada do Imperador (ligação Paty / Petrópolis), cerca de 50 quilômetros da cidade Imperial. Sua altitude alcança os 750 metros (superior à de Miguel Pereira, que é de 618 metros) e junto dela encontramos as límpidas e tranquilas nascentes do rio Santana.

Grande parte da superfície da fazenda ainda se encontra revestida por uma cobertura vegetal primitiva, componente natural proporcionado pela Mata Atlântica que veste de verde as serranias do Tinguá. Uma vez que se situa em considerável altitude, bem aos pés da Reserva Biológica do Tinguá, e em função de seus abundantes veios de água, a fazenda vê-se contemplada no verão com temperaturas amenas que oscilam entre 10º C e 24º C. Já no inverno, os termômetros variam de 2º C a 12º C, não sendo raras as ocasiões em que eles se aproximem do zero grau.

Historicamente, a Igapira resultou da fusão de terras que compunham dois latifúndios na região montanhosa de Vera Cruz: as fazendas Boa Vista e Bela Vista. Embora as origens de tais fazendas ainda se encontrem um pouco obscuras – a despeito de sabermos que elas derivaram de desmembramentos de terras alocadas

dentro da Sesmaria do Almoxarife Marcos da Costa Fonseca Castelo Branco – temos como certo que o barão de Vassouras teria recebido tais propriedades como um acerto de contas em relação a dívidas contraídas junto às casas comissionárias administradas pelos Teixeira Leite no Rio de Janeiro. Fato é que Stanley Stein garante que, em 1839, Tomás Rufino da Silva Franco contraiu uma dívida com Joaquim José Teixeira Leite (irmão do barão de Vassouras) para comprar 12 novos escravos recém-chegados da África, aos quais acrescentou mais dezenove por meio de novos empréstimos. Os escravos, porém, estavam doentes quando comprados, como veio a descobrir quando, pouco tempo depois, quinze deles morreram, deixando-o sem recursos para saldar a dívida contraída. Algumas prestações da mesma foram pagas com café consignado a uma casa comissária do Rio de Janeiro, pertencente a um cunhado de Joaquim José – Luciano Leite Ribeiro – que reembolsou o prestamista com o produto da venda do café. Em 1844, Joaquim José propôs então a Silva Franco efetuar a hipoteca de sua fazenda, o que foi de pronto aceito pelo devedor. Num caso posterior (1859), a Fazenda de Evaristo da Silva Franco – talvez filho de Tomás Rufino – achava-se onerada com uma dívida de vinte e três contos de réis em favor do cunhado de Francisco Teixeira Leite e Souza – por sua vez, cunhado de Francisco José Teixeira Leite, o barão de Vassouras – e mais um débito de dez contos a favor do comissário Caetano Furquim de Almeida, genro do barão.

Não se sabe, com exatidão, como tais propriedades passaram de Joaquim José para o irmão Francisco José. Entretanto, acredita-se que as fazendas tenham sido repassadas para o barão após a morte de Joaquim, em 1872, doze anos antes do falecimento do próprio barão. De qualquer forma, sabe-se que Francisco José poucas vezes teria ido àquelas longínquas plagas de Vera Cruz, e segundo D. Olga Teixeira Leite, neta do nobre vassourense, os descendentes de velhos escravos e de outros trabalhadores da região a ela afirmavam com convicção, quando de suas idas à fazenda em seu período de infância, que Francisco jamais visitara as fazendas Bela Vista e Boa Vista.

Tais latifúndios acabaram sendo herdados pelo Dr. Leopoldo Teixeira Leite, filho do barão, que por sua vez os deixou em mãos de

um dos seus filhos – o Dr. Edgar Teixeira Leite – este o criador do nome Igapira, ou seja, *"Nascente do rio"*, em linguagem tupi-guarani, designação utilizada por ele pelo fato de a fazenda aninhar-se bem ao lado das cabeceiras do rio Santana.

Atualmente, a Igapira encontra-se sob a administração direta de D. Maria Ignez (Teixeira Leite) Rocha Santos – uma das filhas do Dr. Edgar – coadjuvada pelos filhos Carlos Augusto, Carlos Eduardo, Carlos Fernando e Cristina. Uma das maiores preciosidades da fazenda são os móveis de quarto em estilo colonial mandados vir de França pelo barão de Vassouras, além de outros utensílios de cozinha e elementos de decoração das salas em estilo século XIX. Também a área da senzala encontra-se totalmente preservada.

Referências bibliográficas

BARRETO FILHO; MELLO, LIMA, HERMETO. *História da polícia do Rio de Janeiro*. Aspectos da cidade e da vida carioca, 1870-89. Rio de Janeiro, a Noite, 1942.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Notícia histórica e descritiva da cidade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965 (Coleção 4 séculos)

DINIZ, Edinha. Chiquinha Gonzaga. *Uma história de vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2ª ed., 1984.

MENEZES, Lená Medeiros de. Dancings e cabarés: trabalho e disciplina na noite carioca (1937-1950). In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Horizontes Plurais*. Novos Estudos de Gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Editora 34, 1998, p.249-280.

HAINE, S. W. Scott. *The World of the Paris Café*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

HICKMAN, Katie. *Courtesans*. London: Harper Perennial, 2003.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Brasília: UnB, 1988.

ROUNDING, Virginia. *Grandes horizontales*. The Lives and Legends of Four Nineteenth-century Courtesans. Great Britain: Bloomsburt, 2003.

VIANNA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

Fontes

BARRETO, Paulo (João do Rio). *Cinematographo*, 1909.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiai/EdUSP, 1980.

RIO DE JANEIRO. *Ba-ta-Clan*, 1867.

RIO DE JANEIRO. Diário do Rio de Janeiro, 1857 a 1867.

RIO DE JANEIRO. *Entreacto*, 1860.

RIO DE JANEIRO. *Jornal do Commercio,* 1857 a 1867.

RIO DE JANEIRO. *L'Ilustration*, 1861.

RIO DE JANEIRO. *Semana Illustrada*, 1868.

RIO DE JANEIRO. *Revista Illustrada*, 1876.

Resumo

Este artigo trata das origens históricas e da trajetória das belas fazendas de café do Vale do Paraíba. Considerando o grande número de propriedades rurais que, nesta região, tanta riqueza carrearam para o chamado Vale do Café, foi necessário destacar as atividades das fazendas mais importantes que determinaram a ocupação demográfica de Paty do Alferes e Miguel Pereira, municípios interligados em suas origens, sociais, culturais e históricas. Por conseguinte, foi estabelecido um recorte geográfico e cronológico para contemplar algumas propriedades, cujas atuações, familiar e econômica, criaram uma base de trabalho que proporcionou aos dois municípios amplas condições de prosperar na área do vale médio do rio Paraíba do Sul.

Palavras-chave: Fazendas; Vale do Paraiba; café.

Abstract

This study is about historical Imperial Farms in the Vale do Paraíba in Rio de Janeiro. It is about the historical element and the material culture with value enough to promote tourism, having as basis the daily life story of the Vale do Café region, in the period of coffee growing during the 19 th century.

Keywords: *Imperial farms; Vale do Paraiba; coffee.*

Recebido em 3 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

ARQUITETURA PERDIDA: ELIXIR DE NOGUEIRA

Olinio Gomes P. Coelho[1]

O edifício, especialmente construído para fabricação do famoso medicamento – Elixir de Nogueira – é projeto e construção de Antonio Virzi. Inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, em 1966, foi destombado em 1969. Irreparável perda para a história da arquitetura no Brasil. Havia nesse edifício o conflito de técnicas e sistemas estruturais, assinalado pelo emprego de soluções mistas: alvenarias de tijolos em todo o perímetro da construção apoiadas em fundações de blocos de grandes dimensões; estrutura metálica com delgadas colunas de ferro fundido com bases e capitéis decorativos; consolos e braçadeiras metálicas e lajes de concreto apoiadas em vigamentos de ferro.

A história do Elixir de Nogueira começa na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde um químico e farmacêutico, diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, João da Silva Silveira, cria, entre tantas, a fórmula de um medicamento que iria ter uma enorme aceitação nos meios médicos: o EIixir de Nogueira. Em sua *Pharmacia Popular*, fundada em 1876, desenvolveu e distribuiu sua fórmula que continha, geralmente, 20% a 50% de álcool, oriundo de extratos alcoólicos de plantas medicinais, como extratos de nogueira, salsa, caroá e guáiaco.

No livro *Impressões do Brazil*,[2] encontra-se significativo texto sobre a importância desse estabelecimento industrial:

---

[1] Arquiteto. Urbanista. Livre-docente e Doutor em Arquitetura. Professor titular da UFRJ. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras. Membro do Conselho Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

[2] *Impressões do Brazil*. London: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913.

[...] é uma das mais conhecidas no Brasil, não só pela importância do estabelecimento, como também pela fama que alcançaram os seus produtos. Por morte do fundador, passou em 1900 o estabelecimento à sua viúva e filho, e atualmente é dirigido pelo filho do sr. Silveira, o sr. Nelson R. Silveira, também diplomado em Farmácia.

O edifício em que está instalada a farmácia foi expressamente construído para esse fim, e nele se acham instalados laboratórios e consultórios clínicos, onde conhecidos facultativos dão consultas, entre eles o dr. João da S. Silveira, também filho do fundador. O sortimento de drogas é recebido diretamente dos Estados Unidos e da Europa.

A firma tem no Rio de Janeiro importante casa filial para a fabricação de preparados do químico e farmacêutico, o falecido sr. Silveira. Esta filial está sob a gerência de um outro filho do sr. Silveira, o sr. Gervasio R. Silveira. Entre os preparados da casa, salienta-se o famoso Elixir de Nogueira, depurativo do sangue, conhecido e procurado no Brasil e no Prata. Contíguo ao estabelecimento, em Pelotas, à Praça do Mercado, 3 e 5, existe um grande depósito de drogas e fábrica de vários preparados.

O *Almanach de Pelotas*, circulado em 1921, publica um texto com muitas fotografias da Fábrica do Elixir de Nogueira que constitui o único registro dos interiores desse edifício construído no Rio de Janeiro.

Um estabelecimento modelo

A Fábrica do "Elixir de Nogueira."

A quem passar pela praia do Russel, no Rio de Janeiro, não deixará de despertar a atenção alteroso edifício, de original e bela arquitetura, e que destaca-se de todos os que lhe ficam próximos – é a Fábrica do Elixir de Nogueira, da opulenta firma Viuva Silveira & Filho, de Pelotas.

O "Elixir de Nogueira" é um produto da indústria pelotense, cuja fabricação foi transferida para a capital da República por motivos ponderosos, e que decisivamente concorreram para a maior propagação de suas virtudes de soberano purificador do sangue e também, daí, para o seu maior, extraordinário, formidável consumo em todo o país e até no estrangeiro.

[...]

Foi, então, que se impôs a construção da grande fábrica, que é um modelo de instalação em todas as suas diversas secções, e onde se sente, se apreende um espírito de ordem e de tino industrial irrepreensíveis, que deveras eleva e exalta a competência de seu digno co-proprietário e distinto pelotense dr. Gervasio Revault da Silveira, e de seus dedicados e inteligentes auxiliares.

[...]

Tem-se a impressão de uma colmeia em franca atividade, onde dezenas de operários e funcionários, nos seus labores diversos, multiplicam esforços para atender aos grandes e constantes pedidos que chegam dos Estados, das vizinhas Repúblicas do Prata e de outros países do estrangeiro.

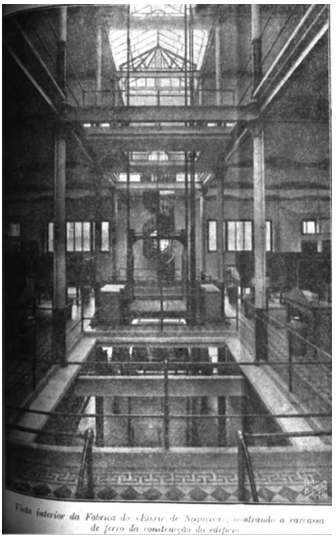
[...]

O "Almanach de Pelotas", que teve e tem por escopo principal a divulgação do progresso, a propaganda do engrandecimento desta terra, não podia preterir por mais tempo esta homenagem a um produto medicinal que, como tantos outros que aqui se formularam, eleva lá fora a competência, o saber e a operosidade dos nossos homens de ciência, no sentido de aliviar as aflições e as dores dos que sofrem, ao mesmo tempo que dá-lhes renome e direito a se "ufanarem".

[...]

F. Paradeda.

Hall, vendo-se o busto em bronze de seu fundador, farmacêutico João da Silva Silveira.
Fonte: Almanach de Pelotas, 1921. Fig. 1



Vista interior mostrando a estrutura de ferro. Fonte: *Almanach de Pelotas*, 1921. Fig. 2.

Como registrado no *Almanach de Pelotas*, o edifício do "Elixir de Nogueira" era dotado de requintes de construção, tanto do ponto de vista arquitetônico, como de natureza técnica e funcional. Elevadores, passadiços e escadas ofereciam ao espaço a articulação necessária ao melhor funcionamento de um estabelecimento industrial de apreciável qualidade para a época.

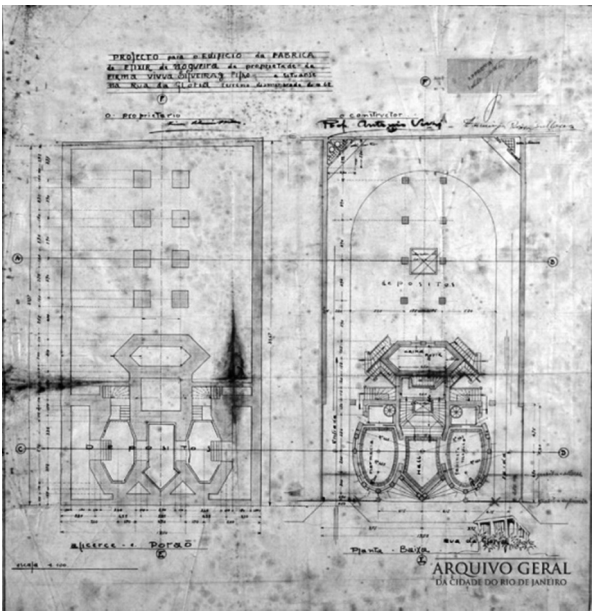
A Fábrica

O "Projeto para o Edifício da Fábrica do Elixir de Nogueira da Firma Viúva Silveira e Filho a situar-se na Rua da Glória, terreno desmembrado do nº 62" encontra-se no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).[3] Está apresentado em seis pranchas desenhadas a nanquim sobre papel tela, com mais dois detalhes construtivos e um desenho para construção de um galpão nos fundos, de auto-

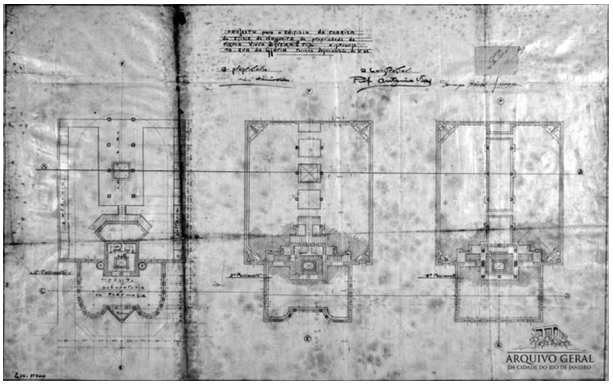
[3] Antigo Arquivo Geral da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara.

ria de Adelino Y Paes, elaborado em 22 de maio de 1925. A construção apresentava quatro pavimentos, com uma altura de 26,95m.

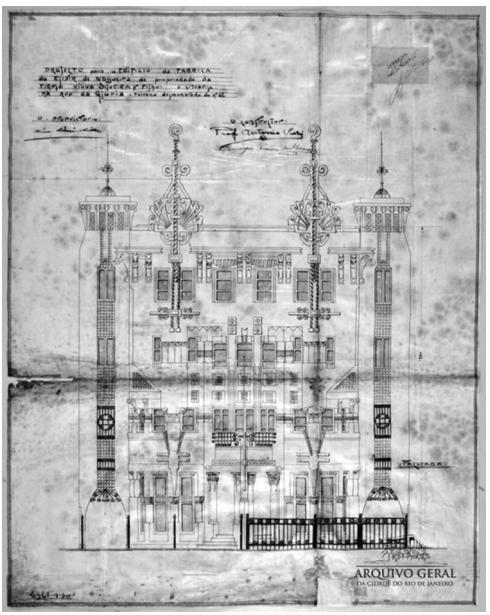
A primeira prancha contém o desenho do Alicerce e Porão e do pavimento térreo. O segundo, o terceiro e o quarto pavimentos estão apresentados na segunda prancha. A terceira prancha contém o Corte AB, transversal, passando pela parte dos fundos. A quarta prancha apresenta o Corte CD, transversal, passando pela parte frontal do edifício. Na quinta prancha é desenhado o Corte EF, longitudinal, mostrando os vários elementos decorativos da construção. A fachada principal está apresentada na sexta prancha. Sua execução, no entanto, seria muito mais tratada com elementos decorativos antropomórficos e fitomórficos em uma singular composição.



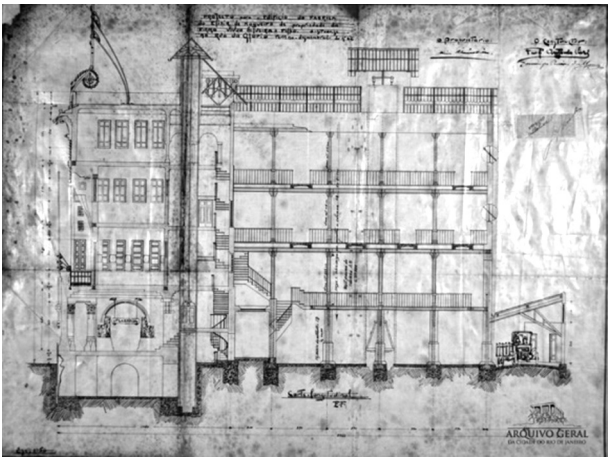
Plantas: Alicerce e porão e pavimento térreo. Desenho. Nanquim s/papel tela.
Fonte: Acervo AGCRJ. Fig. 3.



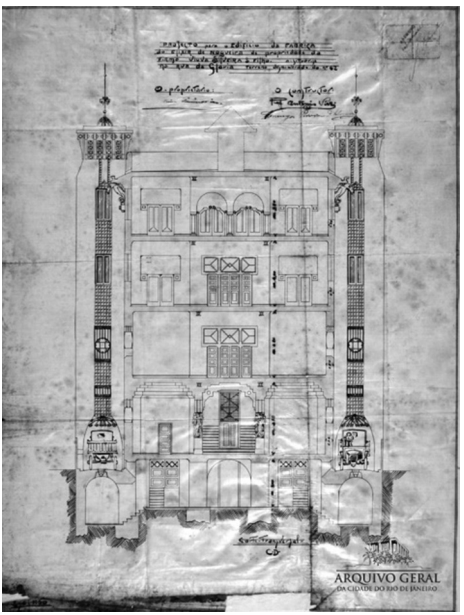
Plantas: 2º, 3º e 4º pavimentos. Desenho. Nanquim s/papel tela. Fonte: Acervo AGCRJ. Fig. 4.



Fachada principal. Desenho. Nanquim s/papel tela. Fonte: Acervo AGCRJ. Fig. 5.



Corte longitudinal. Desenho. Nanquim s/papel tela. Fonte: Acervo AGCRJ. Fig. 6.



Corte transversal. Desenho. Nanquim s/papel tela. Fonte: Acervo AGCRJ. Fig. 7.

O medicamento

O sucesso do 'grande depurativo do sangue', deve-se ao desconhecimento que, em sua época, a população tinha quanto à existência de microrganismos causadores de doenças, acreditando-se que tais enfermidades eram causadas pelas impurezas no sangue, e que poderiam ser curadas com "depurativos".

Atribuía-se ao Elixir de Nogueira a capacidade de curar notadamente, a sífilis e purificar o sangue, o que, até hoje não é confirmado pela literatura farmacêutica. Sua fórmula continha geralmente de 20% a 50% de álcool, proveniente dos extratos de plantas medicinais usados em sua composição, como os extratos de nogueira, salsa, caroba e guáiaco.

Era usado para o tratamento de doenças várias, como reumatismo crônico de origem sifilítica, glândulas no pescoço, úlceras ou feridas, gonorréias, empigens, afecções de útero e de fígado, espinhas, eczemas, manchas de pele, flores brancas, dartos, escrófulas e outras moléstias de origem sifilítica.

O arquiteto

Antonio Virzi nasceu em Palermo, na Itália, em 13 de maio de 1882, filho de Henrique Virzi e Maria Bruno Virzi.

Cursou arquitetura no Instituto de Belas Artes, em Nápoles e no Instituto de Belas Artes , em Milão. Segundo manuscrito, existente no Museu D. João VI da Escola de Belas Artes (UFRJ), o arquiteto teria participado de um curso especial de arquitetura clássica no Real Politécnico de Milão, o que não foi confirmado em pesquisa realizada por Maria Helena da Fonseca Hermes, que afirma:

> *Virzi teria, segundo o manuscrito, participado de concursos na Itália obtendo o segundo lugar para o projeto do Palácio do Banco Comercial de Parma, com premio de 2500 liras e o terceiro lugar no concurso para o projeto do Palácio dos Correios e Telégrafos em Milão. Teria participado do concurso para uma "grande ponte" em*

> *cimento armado na Província de Bergamo, obtendo o terceiro lugar com premio de 500 liras. Além desses, teria obtido o primeiro lugar, com premio de 3000 liras, do projeto de um pequeno pavilhão para a casa Fontana e Cia. de Milão, construído na Exposição Nacional de Milão em 1906.*[4]

O professor Virzi chega ao Brasil em 1910, sendo convidado para lecionar na Escola Nacional de Belas Artes. Em 18 de novembro de 1911, foi nomeado para a cadeira de Arquitetura, por proposta do diretor Rodolfo Bernardelli. Mais tarde, obteve o título de livre docente da cadeira de Escultura e Ornatos, em 1920, concorrendo com Armando Magalhães Correia, Honório da Cunha Mello e Petrus Verdiê. Apesar de sua prova prática ter sido considerada melhor, perdeu a vaga para Petrus Verdiê, na prova de defesa oral.

Realizou importantes obras no Rio de Janeiro, trabalhando com profissionais e construtores brasileiros e estrangeiros, como: Alberto Reeve, Domingos Gonçalves Guimarães, Eupinice Torrini, Evaristo Zambelli, Giuseppe Cogo, Humberto Kaulino, Jorge Machado, José Rodrigues Moreira, Oreste Ferrari e Paulo Pagani.

Entre seus projetos, ainda existentes, podemos destacar: a residência da família Silveira, proprietária da Fábrica do Elixir de Nogueira, na Rua do Russel, 734; a residência Victor Villiot Martins, na Rua Sá Ferreira, 80, hoje Biblioteca Municipal; a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, na Avenida Vinte Oito de Setembro, 200; a Garage Pagani, na Rua Aníbal Benévolo, 315/A; o conjunto de três residências, na Rua Mariz de Barros, 711, 721 e 723; e a residência Braz Santilhana, na Rua Cel. Tamarindo, 67, em Niterói.

Outras obras de Virzi foram demolidas, como, o Cinema Minerva, na Praça Sãenz Peña; a fachada e *hall* do Cinema Americano, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 801; a residência Smith Vasconcellos, na Avenida Atlântica, 680; a residência Martinelli, na Avenida Oswaldo Cruz, 149; a residência do comendador Antonio Nunes Pires, no Largo do Machado, 20 (atribuída); a residência José

---

[4] HERMES. M. H. F. . *Op. cit*.

Pacheco da Rocha, na Rua Mariz e Barros, 353; a residência Bento Costa, na Rua Voluntários da Pária, 166: a residência Alberto Rodrigues, na Rua Senador Vergueiro, 250; a residência Gastão de Oliveira Guimarães, na Rua General Polidoro, 144; quatro residências na Rua Conde de Bonfim, 762/764 e 768/770 (atribuídas); o *hall* do Cinema Odeon, na Avenida Rio Branco, 137.

Por volta de 1934, transfere-se para São Paulo, onde continua seu trabalho. Sua produção nessa cidade não tem sido documentada, faltando informações de todos os seus projetos construídos lá, onde morre em 20 de julho de 1954.

O tombamento

Em 14 de outubro de 1965, o Serviço de Tombamento e Proteção encaminhou ao diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara proposta de tombamento do edifício da antiga Fábrica e Laboratório do Elixir de Nogueira.

> *Senhor Diretor:*
>
> *Tendo em vista o que dispõem os artigos 1º e 6º do Decreto "N"nº 346, de 31/12/64, encaminho a V. S. proposta de tombamento do prédio nº 214, antigo nº 62, da Rua da Glória. O exposto a seguir, justifica, no meu entender, a proposta de tombamento do edifício do antigo laboratório do tradicional medicamento "Elixir de Nogueira".*
>
> *[...]*
>
> *No antigo Arquivo da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, encontra-se o processo de construção desse edifício, com as respectivas plantas, fachadas, cortes e detalhes estruturais do edifício em tela. Nele encontrar-se-á um rol de elementos interessantes que atestam toda a sua construção.*
>
> *Em 10 de abril de 1915, tinha entrada na Prefeitura do Distrito Federal – no 7º Distrito da Glória, o requerimento em que "Viuva Silveira e Filhos", proprietária do terreno desmembrado do lote nº 62 da rua da Glória, requeria licença para a construção de um edifício destinado à fábrica do Elixir de Nogueira.*

Em 12 de abril, é exigido do proprietário que figurasse no projeto o "fechamento no alinhamento do logradouro". Em 27 de maio daquele ano, o engenheiro ajudante informa ao engenheiro da Circunscrição que em exame cuidadoso feito nas plantas, achava que "em alguns pontos não existe segurança necessária".

Por despacho de 12 de junho de 1915, foi levantada a impossibilidade da construção da fábrica pois esta não era permitida naquela zona, de acordo com o Decreto nº 414, de 12/7/1897. Assim sendo, por requerimento datado de 15 de julho daquele ano, o proprietário solicitava novamente o licenciamento da obra, declarando tratar-se de "um edifício destinado a Phamarcia e Gabinete médico, com seu laboratório, para o fim de exploração de seu produto medicinal Elixir de Nogueira, preparado puramente nacional, não ofendendo de forma alguma a hygiene da vizinhança, não produzindo odores ofensivos". Declarava, ainda, o requerente, que é seu intuito "dotar esta capital, especialmente a zona referida de uma Pharmacia com seu Laboratorio, completamente moderno, aperfeiçoado com todos os requisitos, obedecendo ao respeito artístico-estético, que a referida rua merece".

A licença só é expedida quando o proprietário lavrou um termo de obrigação, em 28 de agosto de 1915, em que se obriga a não transformar em fábrica o laboratório, nem a construir chaminé no mesmo, sob pena de ser cassada a licença para funcionamento do laboratório.

A obra foi finalmente licenciada em 4 de setembro e 1915. Em 18 de março de 1916, retira-se da obra o construtor Antonio Virzi, continuando Domingos Pereira de Moura como construtor.

O Elixir de Nogueira foi um medicamento amplamente difundido na época, sendo suas aplicações as mais diversas. Anúncios, os mais variados, surgem nas Revistas e Jornais apregoando as excelentes qualidades do produto anunciado

. Pelos anúncios e agradecimentos, que em anexo apresento, poderá ser notado o largo uso que teve aquele notável medicamento. Em alguns anúncios, vê-se claramente a importância, para a época, do edifício do laboratório, que era tido como o que de mais moderno se poderia ter feito em matéria de arquitetura. É o projeto do Professor Antonio Virzi preciosa obra documental que reflete a procura de soluções plástico-espaciais, demonstrando a conturbada época em

que se realizou, sem, entretanto apresentar as características marcantes e vigorosas do art-nouveau anterior à guerra de 14.

Trata-se de edifício de quatro pavimentos, com subsolo, erigido em terreno de 19,50 m de testada por 35,67 m de fundos. Sua concepção arquitetônica desaparece face à obra escultórica que o envolve: as esculturas que adornam a fachada principal de alto a baixo, em excessivos ornatos, figuras humanas de grande dramaticidade, ornamentos vegetais, animais, flâmulas, emblemas, máscaras, em uma composição imprevista. As figuras parecem se despregar dos panos das paredes tão movimentadas se apresentam.

Na construção desse edifício é largamente utilizado o ferro em vigas e colunas, que os desenhos originais da obra documentam. O concreto armado e o ferro aqui comparecem como introdução a toda uma arquitetura que anos mais tarde iria usá-los sabiamente, legando à posteridade obras como o edifício do Palácio da Cultura, a A. B. I., a Obra do Berço, e tantas outras.

Isto posto, proponho a V. S. o tombamento desse edifício, que indiscutivelmente deve ser preservado, como representativo de um ciclo de nossa arte, sendo incontestável seu valor historicista, e, para que mais tarde, ao se traçar a história da arte brasileira tenha-se presente tão singular obra, característica dos derradeiros reflexos de um estilo que foi transição entre o ecletismo acadêmico e a arte contemporânea.

Atenciosamente,

Olinio Gomes Paschoal Coelho – mat. 119.183.
Chefe do Serviço de Tombamento e Proteção da E. T. P.

O diretor da Divisão, imediatamente, encaminhou o ofício 258 – processo 03/300.490/65 à senhora Secretária de Estado de Educação e Cultura, professora Maria Terezinha Tourinho Saraiva, que o recebeu no dia 17 seguinte.

Senhora Secretária:

Considerando o que dispõem os artigos 1º e 6º do Anexo do decreto "N" nº 346, de 31/12/64, submeto à elevada apreciação de V. Exª. , proposta de tombamento do edifício do antigo laboratório do Elixir de Nogueira, localizado à Rua da Glória, nº 214.

Trata-se de edifício representativo do ciclo da história da arte brasileira denominado "art-nouveau". É o presente edifício, construção de importante arquiteto da época, o professor Antonio Virzi, e sua preservação prende-se à necessidade de se resguardar uma obra que represente aquele ciclo, no Rio de Janeiro, se bem que em seus derradeiros reflexos.

A proposta do Serviço de Tombamento e Proteção enquadra-se, perfeitamente, dentro do melhor e mais requintado conceito de proteção. A Divisão, em seu programa de tombamento não se limita, apenas, ao que é antigo, ao que pertence aos primeiros séculos. Crê a Divisão ser sua função , a proteção da obra de arte. independente da época – mais daquele exemplar que, por suas condições, imponha a preservação.

Assim, a proposta do Serviço de Tombamento creio apresentar vigorosos elementos justificadores desse tombamento.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exª. protestos de estima e consideração.

Marcello Moreira – mat. 59.681
Diretor da ETP – S.3C.

Em seguida, a secretária de Educação e Cultura encaminha ofício ao governador Carlos Lacerda solicitando autorização para o tombamento em tela, que é efetivada por despacho de 29 de outubro de 1965, somente publicado em 5 de novembro de 1965, no *Diário Oficial do Estado*.

Senhor Governador

Submeto a autorização de Vossa Excelência a proposta de tombamento do edifício do antigo Laboratório do Elixir de Nogueira, situado na rua da Glória nº 214.

Trata-se de edifício de quatro pavimentos, com sub-solo, erigido em terreno de 19,50 metros de testada por 35,67 metros de fundos. Sua concepção arquitetônica quase não aparece, em face das esculturas que adornam a fachada principal, de alto a baixo, conforme se vê nas fotografias que seguem junto.

Penso que Vossa Excelência deve autorizar o tombamento em causa, uma vez que o imóvel representa o ciclo da história da arte brasileira denominada "art-nouveau".

Em 22 de outubro de 1965

Maria Terezinha Tourinho Saraiva

Secretária de Estado de Educação e Cultura

O proprietário – inventariante do espólio de Raimundo Lederman, senhor Carlos Lederman, recebe a notificação expedida pelo diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, professor Marcello de Ipanema, em 23 de dezembro de 1965. Com a posse do novo governador eleito, embaixador Francisco Negrão de Lima, o diretor Marcello Moreira, em 10 de janeiro 1966, encaminha ao diretor responsável pelo Departamento de Cultura Albano Raymundo da Fonseca Marques, minuta do decreto de efetivação do tombamento em tela. Em 21 de janeiro de 1966, este diretor solicita ao novo secretário de Estado de Educação e Cultura, professor Benjamin de Moraes Filho, que encaminhe ao governador a mencionada minuta de decreto

Avaliada a proposta de tombamento pelo novo secretário, este, aprovando-a, submete-a à consideração do governador. E, finalmente, em 9 de fevereiro de 1966, é assinado o Decreto "E" nº 1.025:

Determina a inscrição, no Livro do Tombo das Belas Artes, da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, do Estado da Guanabara, de imóvel que menciona.

O Governador do Estado da Guanabara,

usando das atribuições que lhe confere o artigo 30, itens I e XII, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no artigo 10, do Anexo do Decreto "N" 346, de 31.12.64, e o que consta do processo nº 03/300 490/65,

D E C R E T A :

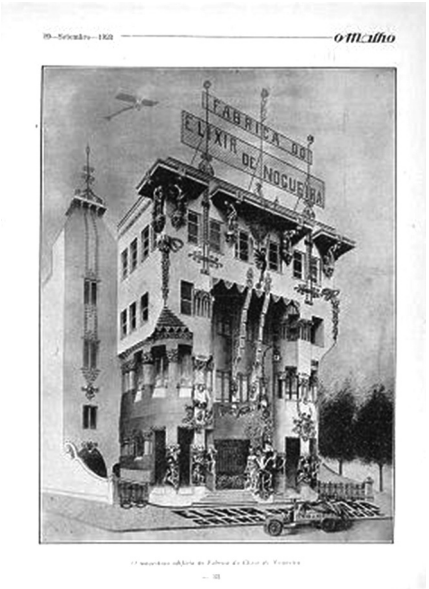
Art. 1º - Fica tombado, para fins de inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes, da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, do Estado da Guanabara, o edifício do antigo Laboratório do Elixir de Nogueira, situado na Rua da Glória, 214, nesta Cidade.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1966 – 78º da República e 7º do Estado da Guanabara.

FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA

BENJAMIN DE MORAES FILHO.



"O majestoso edifício da Fábrica do Elixir de Nogueira".
Fonte: Revista *O Malho*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 1.098, 29 set. 1923. Fig. 8.

Grande é a repercussão do tombamento da antiga fábrica do *Elixir de Nogueira*. Diversos jornais publicam reportagens sobre a obra, destacando-se, entre todas, a matéria do jornal *O Globo*, na seção *Rio de Bairro em Bairro*, sob a responsabilidade do jornalista Péricles de Barros, em 26 de março de 1966:

> ***Prédio do Elixir, Lembrança de Uma Época, é Agora Atração***
>
> *A partir de hoje os cariocas verão sempre ônibus de turismo parando em frente ao número 214 da Rua da Glória, para que os visitantes da Cidade apreciem o mais novo monumento artístico do Rio e Janeiro, o Edifício do elixir de Nogueira, que acaba de ser tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do estado. O tombamento visa preservar e destacar o primeiro edifício em que se usaram concreto-armado e ferro no Brasil e um dos mais curiosos exemplares da nossa arquitetura do começo do atual século, que se caracterizou por sofrer nos grandes prédios a influência do rococó europeu, embora substituindo os traços galantes, irônicos e refinados daquele*

estilo por um expressionismo dramático e violento. Basta observar as figuras vigorosas que ornam a fachada do prédio agora elevado a atração turística na Cidade e que merece uma visita dos leitores neste fim-de-semana.

[...]

A Obra

A obra foi iniciada, sob a direção do Professor Antonio Virzi, que se retirou em março de 1916, ficando em seu lugar o construtor Domingos Pereira de Moura. Diz o Arquiteto Olinio Paschoal Coelho que o ferro foi usado em vigas. Pela primeira vez no Brasil se usavam o concreto-armado e o ferro, abrindo na arquitetura brasileira uma página em que o nosso país iria depois brilhar internacionalmente com o Palácio da Cultura, a ABI e outras obras.

Do importante artista plástico Djalma de Vincenzi, o autor recebeu significativa mensagem:

Rio de Janeiro, 27 de março de 1966

Ilmo. Snr.

dr. Olinio Gomes Paschoal Coelho

Serviço e Proteção e Tombamento do P. N.

Ministério de Educação e Cultura

N'esta.

Eminente patrício.

Relevará por certo usar dessa forma de cumprimentar, louvar e aplaudir.

Li ontem em O GLOBO a reportagem sobre o tombamento do "Prédio do Elixir de Nogueira", e senti a vaidade de ver realisado o meu constante pensamento, manifestado mentalmente, todas as vezes que por ali passava.

Nesses meus 70 janeiros tenho visto tantas coisas documentativas serem destruídas, que o meu raciocínio já previa o arrazamento do prédio acima citado, para ali surgir algo que produza dinheiro.

Seria sem conta o número de absurdos planejado pelos modernisadores, se não houvesse o tombamento.

Na verdade a arte é uma só, mas que se crie algo diferente, sem destruir o ideal anterior, que irá sempre documentar o espírito de criação de cada época.

Sente-se ao ler a reportagem citada, que ali impera o valor do seu trabalho minucioso e erudito, tão completo e cultural que recortei para juntar a meus livros sobre arquitetura.

Antes de encerrar essa missiva, ouso lhe aventar, juntar esse e outros seus pareceres de tombamento em um livro, com ilustrações documentativas. Cresce sempre a cultura nacional, e estou seguro que encontraria um editor, e o êxito desde já afirmo seria completo, pois não conheço em nosso idioma, semelhante.

Repito ao encerar essas linhas, cumprimentos e felicitações pelo seu trabalho, extensivas a esse ótimo jornal que é o nosso O GLOBO, que nos deu a possibilidade de saber algo que geralmente fica ignorado do grande publico.

Cordialmente,

a) Djalma de Vincenzi.

Infelizmente, a preocupação desse artista tornar-se-ia realidade, pois, menos de quatro anos depois, o antigo edifício estaria sendo desmantelado com a revogação de seu tombamento pelo mesmo governador que o tombara – o embaixador Negrão de Lima.

Fachada, 1969. Fonte: Acervo particular. Fig. 9.

Composição escultórica da fachada, 1969. Acervo particular.
Figs. 10, 11 e 12.

O destombamento

Contestando o tombamento, em 15 de setembro de 1967, os proprietários solicitaram o destombamento do bem, argumentando que o edifício não tinha valor histórico, artístico ou documental. Argumentavam ainda que iriam construir um "edifício de linhas modernas e bonitas, que além de enfeitar a paisagem, virá permitir ao município uma maior arrecadação de imposto".[5]

Enfatizaram que esse "velho pardieiro" estava em péssimo estado de conservação. Face a essa alegação, em 9 de outubro de 1967, o diretor Marcelo de Ipanema solicitou que os interessados comparecessem para prestar esclarecimentos para a realização de uma vistoria no imóvel, segundo publicação de 11 de janeiro de 1968.

Como até 13 de março de 1968, os proprietários não tivessem comparecido, o governador mandou proceder a uma vistoria que, realizada pelo Departamento de Edificações da Secretaria de Obras, concluiu que "As condições de segurança são razoáveis, não sendo, entretanto, caso de ruína iminente". Para ser utilizado, o "imóvel necessitaria de obras gerais de conserto e novas instalações" segundo despacho do engenheiro Paula Soares, secretário de Obras, em 4 de abril de 1968. O processo foi então encaminhado à Secretaria de Educação para as providências cabíveis.

---

[5] Processo nº 05/4070/67.

Em 28 de junho de 1968, insistindo pelo destombamento do bem, nova solicitação foi feita pelos proprietários, invocando "motivo de manifesto interesse público"[6], argumentando

> *[...] sério prejuízo para o progresso da cidade, privando-a da construção de um edifício moderno, um local de grande valorização, como provam os prédios vizinhos de números 190 e 228, ambos de 12 pavimentos; prejudicando a visibilidade do de nº 214.*

Os proprietários louvavam-se em um parecer encomendado ao engenheiro Maurício Joppert da Silva, que, em seu juízo pessoal, declarou que o edifício, "pela sua forma bizarra e extravagante, apenas era reclame de produto farmacêutico". Argumentaram, ainda, que o tombamento fora feito pelo seu mérito artístico e que esse exemplar "é o menos expressivo de ponto de vista artístico, sobrava apenas a fachada ameaçando ruir o corpo do edifício", assim, "era muito pouco para testemunhar no futuro a presença do estilo *art-nouveau* na arquitetura carioca". E que, por culpa desse extravagante tombamento "o imóvel está em completo abandono, ameaça ruir, internamente depredado, servindo para abrigar bêbados, vagabundos e desocupados". E, que seria ilegal o tombamento, pois parte do terreno seria da União Federal; e que "o edifício está inteiramente encoberto, encurralado, asfixiado pelos prédios vizinhos, prejudicando a ambiência do prédio tombado". Concluindo, solicitaram a revogação do decreto de tombamento por ser terreno da união e motivo de manifesto e relevante interesse público; e pediram que fosse aceita a doação das figuras e obras de arte ao Estado.

O processo retornou à Divisão para nova apreciação pelo Serviço de Tombamento e Proteção que, em 15 de julho de 1968, continuava contrário ao destombamento do imóvel, sugerindo a audiência da Procuradoria do Estado.

Em 26 de julho de 1968, o parecer do procurador-chefe da *Revista de Direito*, doutor José Carlos Barbosa Moreira, aprovado pelo Procurador-Geral do Estado, concedeu ao órgão estadual o condicio-

---

[6] Processo nº 05/2497/68.

namento do destombamento tendo em vista o valor histórico, artístico e documental do bem, declarando, ainda que este órgão deveria intimar o proprietário à conservação do edifício.[7]

Com as notícias de um possível destombamento do Elixir de Nogueira, mobilizou-se a opinião pública, através dos jornais.

O jornal *Última Hora*, em 7 de agosto de 1968, publicou matéria com uma declaração do diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara:

> *Elixir"tombará destombado*
>
> *Mais um prédio tradicional da cidade desaparecerá: o edifício "Elixir de Nogueira". O público que talvez não o conheça pelo nome por certo identifica a construção de ferro batido, estilo "art--nouveau", na Glória, perto da Rua Candido Mendes. O prédio estava tombado ao Patrimônio histórico da Cidade. Os herdeiros do "Elixir de Nogueira" requereram o destombamento, baseados em dispositivos legais. O diretor da Divisão de Patrimônio, Professor Trajano Quinhões,* ***informou que dará parecer favorável ao destombamento, caso os herdeiros construam no local obra de interesse público****. (Grifo nosso)*
>
> *"Cidade Livre" apenas espera a clara definição sobre que tipo de* ***obra de interesse público*** *será aí construída, para aceitar de bom grado o desaparecimento de um dos mais expressivos exemplos arquitetônicos de uma época. Até lá continuamos na expectativa ...*

Em 30 de agosto de 1968, os proprietários solicitaram reconsideração da decisão do Procurador Geral do Estado, uma vez que a mesma apenas considerou a não conservação do imóvel, sendo que o destombamento seria questão preliminar em relação à multa que seria aplicada ao mesmo pela má conservação do imóvel, insistindo em que a Procuradoria teria admitido a "legitimidade da revogação do tombamento" por inexistir qualquer interesse público conforme o

---

[7] Parecer nº 17/68, de 26 de julho de 1968. Assunto: Revogação de tombamento." Motivo manifesto e relevante interesse público". Má conservação do bem tombado: responsabilidade do proprietário.

parecer do engenheiro Maurício Joppert da Silva. Argumentam, ainda, que o Estado teria um investimento de grandes proporções e sem qualquer compensação se tivesse de fazer as obras indicadas pela Procuradoria[8]. Esta argumentação é anexada ao processo nº 15/2497/68, encaminhado à Procuradoria, onde permaneceu até 26 de fevereiro de 1969, quando foi anexado ao processo nº 14/000.215/69, com nova argumentação do proprietário.

Em *O Jornal*, de 8 de setembro de 1968:

> ***Patrimônio contrário ao destombamento na Glória***
>
> *O Serviço de Tombamento do Departamento Histórico e Artístico do Estado da Guanabara manifestou-se contrário ao processo de pedido de destombamento do edifício nº 214, da Rua da Glória, onde se localiza o antigo Laboratório Elixir de Nogueira, pertencente ao espólio da família Lederman, tombado em 9 de fevereiro de 1966, por decreto do governador Negrão de Lima.*
>
> *A chefe da Seção de Conservação e Restauração do Serviço de Tombamento , professora Hortência Baamonde, declarou que o Departamento foi contra o pedido de destombamento porque "trata-se de um edifício representativo do ciclo da história da arte brasileira denominado art-nouveau, construído pelo professor Antônio Virzi, importante arquiteto da época.*
>
> *[...] A sra. Hortência Baamonde explicou ainda que os órgãos oficiais do Estado chamados a opinar no processo de destombamento do prédio do antigo "Laboratório do Elixir de Nogueira, se manifestaram contra a medida. Entretanto – afirmou – tudo depende do governador do Estado".*

Nesse processo, datado de 16 de janeiro de 1969, os proprietários, no sentido de "colaborar com as autoridades para encontrar uma solução válida que atenda ao interesse público", ofereceram gratuitamente ao Estado duas lojas construídas e prontas com mais de 40 m² para a instalação de uma biblioteca pública. Ainda mais. Seriam doadas as estátuas e figuras da fachada do edifício. Solicitaram, ainda, que fosse minutado um termo de doação "para uma solução rápida

---

[8] Processo nº14/001.098/1968, de3/9/1968.

do caso". Evidentemente, com a opinião pública que clamava pela preservação do monumento, quanto mais rápido fosse determinado o destombamento, melhor seria.

Em 12 de março de 1969, parecer do Procurador Geral considerou que " A existência de manifesto interesse público é juízo de conveniência e oportunidade que escapa, na matéria a esta Procuradoria Geral".

Manifestação dessa natureza "deve emanar diretamente do interessado na atividade que se argui como de interesse manifesto e relevante", **ressalvado o juízo definitivo do senhor Governador**. Assim sendo, o parecer indicava que fosse ouvido o Departamento de Cultura para dizer se existiria manifesto e relevante interesse público na instalação de uma biblioteca popular nas lojas 33 e 35 que seriam doadas ao Estado, no edifício a ser construído no local. Como podemos verificar o objeto do processo não mais era a preservação do bem tombado, pois, pelo visto, **já estava decidida na esfera do governo sua demolição**, mas, se era relevante a doação de um espaço para a instalação de uma biblioteca no local. (Grifos nossos).

Em 1º de abril de 1969, a diretora da Divisão de Bibliotecas ponderou "... a ideia é excelente... **desde que tenha 400m²**" (Grifo nosso). E o Departamento de Cultura, no dia 11 de abril de 1969, informou ao secretário que considerava " importante a criação de uma biblioteca na Glória... "

Em 15 de julho de 1969, os proprietários ainda argumentaram, no processo nº 14/000.215/69, que: - o tombamento resultou de um erro de fato quanto à sua causa determinante, pois Virzi não era arquiteto; - que o engenheiro Maurício Joppert da Silva achava que a obra tombada "não é das mais expressivas"; - que Virzi era um simples estucador na Itália...; - que "por exigência indeclinável do desenvolvimento urbanístico da cidade", não seria possível que continuasse tombado um velho pardieiro sem qualquer expressão artística, impedindo o desenvolvimento da Guanabara, com a construção de um edifício moderno, a exemplo do que ocorreu com os prédios vizinhos; - doavam o último andar do edifício para o Estado. O requente apenas

não citou o § 2º, artigo 9º, do Decreto-lei nº2, de 11/04/69, que mandava submeter à consideração do Conselho Estadual de Tombamento, os atos de tombamento e destombamento de bens.

No dia seguinte, o secretário de Educação declara que a doação seria "do maior interesse..." para a secretaria, solicitando do Procurador ato que viesse a destombar o imóvel. Estava assim consumada a demolição da antiga Fábrica do Elixir de Nogueira!

Trocava-se o singular exemplar da arquitetura do Rio de Janeiro por uma área de 400m², para a instalação de uma biblioteca pública.

Estranhamente, o senhor Procurador emitiu parecer em que determinou que o destombamento fosse feito nos termos do artigo 33 do Decreto nº 346, **revogado desde 11 de abril de 1969, pelo Decreto-Lei nº 2**; e que fosse submetida minuta de termo de doação e promessa de construção ao senhor Governador; e que só após a transação deveria ser o bem destombado[9]. (Grifo nosso).

O Secretário submeteu a minuta e o assunto à consideração do Governador, em 24 de setembro de 1969, informando que " ...ouvidos os órgãos técnicos desta Secretaria, opinaram favoravelmente ao proprietário considerando ser necessária uma área de 400m² para instalação da biblioteca regional".

Em verdade, torna-se necessário registrar que o único órgão técnico especializado pela decisão de destombamento do bem – a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara,- exarou sempre pareceres contrários a esse destombamento.

E o Governador despachou, em 25 de setembro de 1969. "De acordo. Aprovo a minuta. O Secretário de Estado de Educação assinará o termo".

---

[9] Processo n. 14/001.098/68. Despacho de 10/09/1969.

Publicado o despacho, assinado o termo de doação e promessa de construção, o Secretário enviou o processo à Procuradoria para as providências cabíveis, junto à Casa Civil.

Acolhida a decisão exarada pela Secretaria de Educação de destombar o antigo Laboratório do Elixir de Nogueira, em troca de uma 400m2 para a instalação de uma biblioteca pública, o Governador assinou o Decreto "N" nº 3.596, de 19 de dezembro de 1969, publicado em 22 do mesmo mês.

O destombamento desse bem teve grande repercussão na cidade e em todo o país. Escritores como Dinah Silveira de Queiroz, Carlos Drummond de Andrade e Guilherme Figueiredo, o Instituto de Arquitetos do Brasil e a jornalista Gean Bittencourt protestaram contra a demolição desse exemplar arquitetônico. No entanto, em *O Globo*, assinalamos, em 30 de dezembro de 1969:

> ***Destombado o prédio do Elixir***
>
> *Uma reportagem publicada pelo O Globo, chamando a atenção das autoridades sanitárias para o fato de que - os ratos haviam tomado conta – juntamente com os mendigos – do prédio do antigo laboratório do "Elixir de Nogueira", na Glória, levou o Governador Negrão de Lima a assinar decreto anulando o tombamento daquele imóvel, situado na Rua da Glória, 214.*
>
> *Com sua fachada bastante danificada, exalando mau-cheiro, permanentemente sujo e abandonado, o velho prédio deverá ser demolido, para da lugar a um edifício moderno. A decisão do Governador agradou aos moradores das imediações, mas não ao arquiteto Olinio Coelho, chefe do Setor de Tombamento.*[10]

A escritora Dinah Silveira de Queiroz, em *O Globo*, no dia 10 de janeiro de 1970, fez um apelo ao governador para que não destombasse o "Elixir de Nogueira", dizendo que

---

[10] Em 1975, o mesmo jornal apoiaria a demolição de outro exemplar significativo da arquitetura produzida no Brasil: o Palácio Monroe.

[...] aquele belo-horrível é a coisa mais positiva da art-nouveau entre nós.

O prédio da Rua da Glória 214 estava tombado pelo Patrimônio Histórico da Guanabara, mas há dias o Governador assinou decreto tornando sem efeito a medida.

– Há tempo – disse a escritora – eu já fizera um SOS, através de uma emissora de rádio. Agora, renovo esse apelo, pois é necessário conservar aquela construção, que, apesar de no momento apresentar aspecto lamentável, poderia ser limpa e transformada numa biblioteca, por exemplo. Sou 100 % a favor do mostrengo.

Segundo Dinah, não pelo que o prédio representa de beleza, mas de tradição, demoli-lo "é como se tirássemos um pedaço do Pão-de--Açúcar, tal a característica que ele, por tantos anos, deu à Glória".

O Sr. Olinio Coelho, chefe do Serviço de Tombamento, evitou comentar as razões que levaram o Governador a determinar o destombamento do edifício, por desconhecê-las. Admitiu, contudo, que o Patrimônio Histórico não foi consultado.

"Apelo não valeu: prédio do Elixir já em demolição"

Com esse título, *O Globo* informou sobre a demolição do "Elixir de Nogueira", em 13 de janeiro de 1970:

O apelo da escritora Dinah Silveira de Queirós ao Governador Negrão de Lima não foi atendido, e ontem as picaretas, indiferentes à tradição do velho prédio do Elixir de Nogueira, na Glória, começaram a demolição desse remanescente da art nouveau no Rio.

A demolição – feita às pressas, para evitar uma contramarcha no destombamento do prédio – iniciou-se pelas figuras da fachada do edifício, que, às últimas horas da tarde, já tinham sido postas abaixo, sem que houvesse tempo, também, para ser ouvido o diretor do Patrimônio Histórico, que queria salvar pelo menos essas figuras.

[...]

Em solenidade que será realizada amanhã, sede do Patrimônio Histórico da Guanabara, tomará posse o primeiro Conselho Estadual de Tombamento, que terá a função de regular os processos de tombamento no setor paisagístico, histórico e artístico, inclusive reexaminar, o que já foi feito nesse sentido.

O Conselho será presidido pelo Professor Trajano Quinhões, que é diretor do Patrimônio Histórico da Guanabara, e conta com os seguintes membros: Luis Carlos Coelho Rodrigues Vale, do Departamento de Edificações; Aldo Figueiredo Brauns, do Departamento de Recursos Naturais; Milton Rodrigues, da Casa Civil do Governo do Estado; Enéas Martins Filho, do Instituto Histórico e Geográfico; Augusto Carlos da Silva Teles, do Instituto de Arquitetos do Brasil; e Antônio José Chediack, Francisco Gomes Maciel Pinheiro e Luis de Almeida Lima, todos representantes do Governo do Estado.

Ainda, no jornal *O Globo*, em 13 de janeiro de 1970, foi informado:

Várias entidades de classe, como a Associação Brasileira de Críticos de Arte e o Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção GB, deverão encetar vasto movimento destinado a evitar que se concretize o destombamento do prédio do Elixir de Nogueira, a Praia do Russell obra tombada há tempos pelo Patrimônio do Estado, e recentemente retirada do Livro de Tombo por ordem do Governador Negrao de Lima, certamente iludido em sua extrema boa-fé. Que o Governador mande reexaminar o processo, ouça a opinião os verdadeiros entendidos (e não os palpites de pessoas diretamente interessadas na bela transação comercial que se pretende fazer), e temos certeza de que voltará atrás de sua lastimável decisão.

Em 13 de janeiro de 1970, o *Correio da Manhã* registrou:

PRÉDIO DO ELIXIR NOGUEIRA DÁ LUGAR A OUTRO DE DOZE ANDARES

O prédio quase secular da Rua da Glória, 214, onde funcionou o Laboratório do Elixir de Nogueira, e que chegou a ser tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara, começou a ser demolido ontem.

[...]

Moradores do bairro, que assistem à demolição, dividem-se nas opiniões. Uns acham que o prédio deveria ter sido restaurado, outros que ali era apenas um antro de mendigos e marginais. Mário Jorge Campos, que viu o prédio ser concluído, no início deste século, lamentou o fato. Mas o operário Ivo Alves da Cunha, que deu

a primeira marretada, foi taxativo: 'Patrimônio nada, meu caso é marreta nas bonecas. Se o governo quiser a gente tira as estátuas'.

OBRA RARA

O prédio do antigo Laboratório do Elixir de Nogueira é considerado, por diversos arquitetos brasileiros, como uma amostra da Arte Nova de princípios do século. Segundo Olinio Gomes Paschoal Coelho, arquiteto que pesquisa tais obras raras, o tombamento da construção em 1967, mostrava que o poder público tinha o dever de proteger o acervo da história e da arte sob sua jurisdição.

A CONSTRUÇÃO

O homem que viu o prédio ser erguido e agora vê sua queda é o manobreiro da água da Glória, Mário Jorge Campos, de 57 anos. Ele era menino, quando terminaram a construção, e levou muita comida em marmita para os operários da obra.

- Os empregados eram portugueses e italianos. O escultor Virzi era italiano, baixo, claro. Depois, como laboratório é que foi o caso. O maior lucro da empresa foi durante a Lei Seca de 1918, nos Estados Unidos. Houve quem levasse muito elixir para lá, porque continha álcool. O remédio era bom para o sangue, botava tudo fora.

Mário morava na Rua do Catete, 30, à época, e lembra que ali muitas operárias e trabalhadores ficaram velhos, casaram-se, e choraram no dia em que o Elixir faliu.

ESTÁTUAS

A diretoria do Instituto dos Arquitetos do Brasil dirigiu apelo ao governador Negrão de Lima no sentido de preservar as estatuetas e outros objetos de arte da fachada do antigo prédio do Elixir de Nogueira, construído em 1916, que será demolido para dar lugar a um edifício com 80 apartamentos. Argumentam os artistas que as estatuetas ali existentes deverão ser guardadas num museu da cidade, como recordação já que elas representam a arte nova no Brasil.

Com uma significativa legenda sob uma foto da fachada do Elixir de Nogueira –" As obras de arte foram destruídas a marretadas: é a sanha do progresso", o jornal *O Dia*, em 14 de janeiro, assinalou a demolição desse bem tombado:[11]

---

[11] *O Dia*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1970, p. 7.

Obras de arte caem com o prédio do Largo da Glória

Apesar dos protestos que está provocando entre os dirigentes do Instituto de Arquitetos do Brasil, Associação Brasileira de Críticos de Arte e Museu de Arquitetura, a demolição do velho prédio do Elixir de Nogueira, remanescente da "art-nouveau", prosseguiu, ontem, em ritmo acelerado. O atual proprietário quer ver aquela área limpa o mais rápido possível, para que possa construir no local um lindo e majestoso edifício de apartamentos.

Ontem foi o dia da destruição total das figuras que ornamentavam a fachada do prédio secular. Muita gente chegou cedo ao Largo da Glória, para apreciar os trabalhos de demolição. Uns olhavam indiferentes o serviço dos operários. Outros indignados, pediam que não continuassem, como o Sr. Alexandre Martelo. Era o que mais reclamava. Quis saber do encarregado das obras de demolição a razão de tanta pressa, A resposta veio rápida:

"O proprietário assim desejou para que ninguém pudesse reclamar coisa alguma. Aliás, já ajudou muito na destruição dessas coisas horrorosas que aí estão. Progresso é progresso, meu amigo. Não se pode ficar conservando algo que não representa mais nenhum valor monetário".

Promessa

As estátuas da fachada do velho edifício do Elixir de Nogueira haviam sido prometidas pelo proprietário para o Museu de Arquitetura, localizado na Ilha do Fundão, mas como tempo é dinheiro, e aquele órgão do Governo não se resolvia a ir buscá-las, o dono decidiu arrancá-las de onde estavam a marretadas 12. Era preciso acabar com tudo o mais rápido possível. As figuras resistiram à destruição, por todo o dia, mas, afinal, acabaram sucumbindo à ação demolidora. Dentro em breve só restará a lembrança do prédio que foi construído em 1917 à semelhança do que foi erguido no Rio Grande do Sul, em 1876, pelo Elixir de Nogueira. Em seu lugar surgirá um grande edifício de muitos apartamentos, pois este foi o desejo do atual proprietário daquela área, insensível aos apelos que lhe foram dirigidos pelos conservadores das obras de arte antigas,

---

[12] Não é verdadeira essa informação. O Museu de Arquitetura Comparada, setor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, não foi contatado para retirar as figuras do edifício, que foram, como dizem os jornais, impiedosamente, destruídas a golpes de marreta.

inclusive de populares que gostariam de ver instalada no local uma grande biblioteca.

Em 14 de janeiro de 1970, foi instalado o Conselho Estadual de Tombamento. Sua primeira reunião é realizada em meio a intenso debate, na sede da Divisão, na Avenida Pedro II, 400, em São Cristóvão, como publicado no *Correio da Manhã.*[13]

> *A demolição relâmpago do antigo prédio do Elixir de Nogueira foi repudiada pelos membros do Conselho Estadual e Tombamento, no ato de sua instauração, tendo o presidente, professor Trajano Garcia Quinhões, afirmado que "o que vamos fazer não será para agora e sim legado para a história".*
>
> *Outro fato, levantado pelo professor Francisco Gomes Maciel, foi a falta de uma lei que regulamente os tombamentos e destombamentos em âmbito estadual e federal. No momento, declarou o conselheiro Gomes Maciel, "é necessário que se estude uma lei que venha a ser aprovada, cujo anteprojeto já está elaborado, que impeça que as autoridades cometam atos como o que levou à destruição do prédio do elixir de Nogueira".*
>
> *PELA CULTURA*
>
> *O Conselho tem por finalidade preservar e fazer com que sejam conservados os bens históricos, artísticos e paisagísticos da Guanabara. Para seu presidente, "a luta não será pequena, teremos que combater contra a picareta, o mau gosto e a falta de verbas".*
>
> *A instituição do Conselho Estadual de Tombamento foi publicada no Diário Oficial de 22 de dezembro, tendo sido assinado o decreto no dia 17 do mesmo mês. Fato curioso é que na mesma página, com data de 19 de dezembro, o governador Negrão de Lima assinara o destombamento do Laboratório do Elixir de Nogueira, que havia sido tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico, no dia 9 de fevereiro de 1966.*

Durante todo o debate, na imprensa e nas entidades culturais e profissionais, desde que fora divulgado o decreto de destombamento do bem, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

---

[13] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1970.

(Dphan) não se pronunciou sobre o problema. Somente, após o início da demolição, em 13 de janeiro, seu diretor, Renato Soeiro, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, declarou: " Quanto à demolição o assunto se liga a tombamento no Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara e que lamentou vivamente, junto às Autoridades locais, a perda do imóvel, que representava determinada fase de nossa arquitetura".[14]

Na reunião do Conselho, houve um acalorado debate sobre a posição a ser tomada, quanto ao decreto de destombamento do Elixir de Nogueira, sem ter o mesmo sido consultado, como estabelece o artigo 9º do Decreto-Lei nº 2, de 9 de abril de 1969.

O *Jornal do Brasil*, em 15 de janeiro de 1970, registrou aquela reunião:

> *Após se instalar ontem na sede do Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara, o Conselho Estadual de Tombamento anunciou que providenciará, nos próximos dias, um anteprojeto de lei para a criação de um sistema estadual de defesa do patrimônio histórico.*
>
> *A decisão foi adotada após intenso debate entre conselheiros, que divergiam quanto à posição a ser tomada com respeito ao decreto de 19 de dezembro passado destombando o prédio do Elixir de Nogueira, na Rua da Glória, 214,* ***sem consultar o Conselho*** *(Grifo nosso).*
>
> *DIVERGÊNCIAS*
>
> *O diretor do Patrimônio Histórico e Artístico e presidente do Conselho Estadual de Tombamento, professor Trajano Quinhões, explicou que, apesar das divergências, o CET não poderia protestar juridicamente contra a atitude do Governador Negrão de Lima, levantando o tombamento do prédio.*

---

[14] No entanto, em 9 de junho de 1970, o Iphan, por proposta do arquiteto Lucio Costa, de 15 de junho de 1970, determinou o tombamento de outra obra de Antonio Virzi – a residência da família Silveira, na Rua do Russel, 734. A proposta foi feita no dia seguinte à instalação do Conselho Estadual de Tombamento.

> *O destombamento ocorreu antes da instalação do Conselho, não podendo por isso ter havido qualquer consulta por parte do Governo na época.*

Na qualidade de chefe de Serviço de Tombamento e Proteção da Divisão, o autor, presente à reunião, mas sem direto a voto, levantou argumentação contrária à posição do Conselho, como é registrado no *Jornal do Brasil*:

> *Entretanto, para o chefe do Serviço de Tombamento do Patrimônio, Sr. Olinio Coelho, "o ato do Governador Negrão de Lima* ***não tem validade****, pois os artigos 82, 130 e 145 do Código Civil obrigam que os atos do Executivo se revistam das prescrições legais, caso contrário serão nulos", e o decreto que criou o Conselho Estadual de Tombamento determina que antes de qualquer ato de tombamento e destombamento o Governo deveria solicitar parecer do CET. (Grifo nosso).*
>
> *O Sr. Olinio Coelho discordou da interpretação do presidente do Conselho, e disse que "tendo ou não se instalado, o órgão já estava criado desde abril; e seus membros já tinham sido indicados por decreto anterior ao destombamento, datado de 17 de dezembro. Entretanto, ambos os decretos entraram em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial em 23 de dezembro.*
>
> *TARDE DEMAIS*
>
> *Quando o Conselho resolveu não mais tratar do caso do prédio Elixir de Nogueira, "pois saiu de nossa alçada", o presidente Trajano Quinhões lembrou que aquele prédio já está com as obras de demolição adiantadas, tendo sido destruída grande parte das estátuas que ficavam na fachada do edifício, "de nada mais adiantando agora nossa intervenção.*

A posição para a preservação do edifício tombado provocou uma desagradável situação funcional para o autor. Após a publicação no *Jornal do Brasil*[15] *de sua contestação ao ato governamental de destombamento, foi comunicado pelo diretor da Divisão, professor Trajano Quinhões, que o secretário de Educação Gonzaga da Gama*

---

[15] *Idem, idem*.

Filho mandara um recado para que pedisse, imediatamente, exoneração de seu cargo de chefe do Serviço de Tombamento e Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. Sua resposta foi: "– se tiver coragem, que me exonere!".

No Correio da Manhã, de 16 de janeiro de 1970, o diretor da Divisão de Patrimônio Histórico Estadual afirmou que via no decreto do Governador Negrão de Lima, criando o Conselho Estadual de Tombamento, "o fim da Lei da Marreta". Acentuou que "agora, somente os conselheiros poderão decidir sobre a liberação de um imóvel tombado, o que evitará a demolição de prédios como o do Elixir de Nogueira, na Glória, que vem abaixo para dar lugar a um edifício de apartamentos".

Lamentável é que, as marretas que destruíram o Elixir de Nogueira não tivessem sido impedidas de agir antes da reunião do Conselho, que, deveria ter sido convocado para preservar esse bem tombado.

Carlos Drummond de Andrade, em belíssima crônica publicada no *Jornal do Brasil*, em 17 de janeiro de 1970, registrou

> *ADEUS, ELIXIR DE NOGUEIRA*[16]
>
> *Elixir de Nogueira, quem da geração sessenta não guardou esse nome de Elixir de Nogueira? Era um anúncio pavoroso, repetido ad nauseam nas revistas, e era um prédio na Rua da Glória, de estranhas formas. Este complementando aquele. O anúncio agredia: tinha o retrato de um homem sem nariz, quase diria sem rosto, de tal modo o buraco aberto na figura humana dava a impressão de que iria tragá-la toda. Por baixo da foto terrível, o atestado: aquele homem ficara bom, embora não lhe nascesse de novo o nariz, graças ao inigualável "depurativo do sangue" Elixir de Nogueira, fórmula de um farmacêutico do Rio Grande do Sul, recomendada a todos os sifilíticos do Brasil – e como havia sífilis naquele tempo.*
>
> *[...]*
>
> *Quando vim para o Rio, trazia na memória o anúncio, e corri à Rua da Glória para ver o prédio. Meu amigo Pedro Nava mora no*

[16] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1970, p. 8.

edifício n.º 190. No 214 está (estava) o Elixir de Nogueira. Entre os muitos motivos de inveja que Nava me inspira (mestria, clínica, poesia, pintura, graça e bondade), havia este, circunstancial: o de ser vizinho do Elixir de Nogueira, e, ao sair de casa, poder lançar os olhos naquele monumento da arte contra a sífilis, também ***documento sociológico de uma fase da vida brasileira*** *(Grifo nosso).*

[...]

Adeus, edifício do Elixir de Nogueira. Não és o primeiro marco do passado urbano a quem dedico uma elegia. Já me chamaram, mesmo, de carpideira de casas e coisas velhas. O título me desvanece. Em meio à mocidade geral, que pensa estar inaugurando o mundo quando apenas o repete numa edição nem sempre isenta de erros tipográficos e mentais, é preciso que haja alguém para alomgaros olhis até as formas caducas e evocá-las, para que não se dissolvam de todo como se jamais houvessem existido. Se a biblioteca for mesmo instalada no futuro edifício que brotará de tuas ruínas, que ao menos se encontre em sua seção de periódicos uma página velha de jornal, em que teu nome ficou gravado como o de uma das coisas expressivas do Rio do começo do século, injustamente destroçadas. O progresso é às vezes uma espécie de sífilis, que corrói e mata. E contra esta o remédio de Pelotas, da Viúva Silveira & Filho, não pôde.

No mesmo dia da crônica de Drummond, o *Correio da Manhã* publicou um texto de Guilherme Figueiredo, lamentando a destruição do bem tombado, sob o título

O Laocoonte arquitetônico[17]

O velho casarão da Glória – de anjos musculosos e contorcidos e guirlandas de flores robustas – está desaparecendo pedra por pedra, anjo por anjo, depois de uma longa luta de seu proprietário contra os amantes da art-nouveau que a queriam preservada. tombada e destombada, ela tomba de vez.

Às vezes dá isto: a gente se sente envergonhada de contar um gosto, até que alguém de bom-gosto o confessa. Estou salvo. Diná Silveira de Queiroz gosta do prédio do Elixir de Inhame, quer que o Rio o conserve, com todos aqueles arrebiques de art-nouveau e aquelas estátuas nuas, enroscadas. Também acho que deva ser mantido mas

[17] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1970.

tinha vergonha de confessá-lo. Já perdemos tantos prédios realmente bonitos, já estragamos tantos outros, que só mesmo protegendo as fealdades características evitaremos que esta cidade se transforme em massa de caixotes ligados por pontes sobre buracos.

[...]

Quando criança, por ali passava e pensava que a apoteose era de pessoas que tinham tomado o remédio. Depois, às vezes, de noite rumo ao bife da Glória, Evandro Pequeno me travava pelo braço, apontava o edifício e exclamava: "Olha para isto!" Dizem que, em todas as madrugadas, um poeta surrealista ia regar o pedestal. Mário de Andrade tinha horror ao casarão: talvez por isto desapareceu de suas imediações, na Praça Paris, a bela cabeça de Mário, esculpida por Bruno Giorgi.

Agora que Diná diz que gosta, posso dizer que também gosto.

No mesmo jornal,[18] Maria Cristina Brasil comentou a demolição do Elixir de Nogueira:

A queda dos anjos e do elixir

O casarão da Rua da Glória, 214 tinha um bocado de histórias para contar. Construído no início do século para funcionamento do Laboratório do Elixir de Nogueira, viu o progresso chegar aos poucos a sua volta, até que foi finalmente vendido, quando os donos do Laboratório já não podiam mais sustentar o negócio. Mas pouco depois ele voltava a ser importante: era tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

Entretanto, o estado de graça durou muito pouco e no final do ano passado um decreto do Governador Negrão de Lima determinava o destombamento da casa. Agora ela começa a ser demolida. É a queda dos anjos que, durante tantos anos, pareceram sustentar todo o peso da construção. E em seu lugar mais um monumento de formas verticais e corpo de aço e concreto.

Com a demolição o Rio perde mais um monumento de art-nouveau, que serviu para marcar profundamente o final do século XIX e o início do século XX e que, para muitos, surgiu como uma reação

---

[18] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1970.

contra a quantidade de estilos que dominavam a Europa, como o neoclássico, o neogótico e o Luís XVI.

E dentro dos padrões da art-nouveau, o antigo Laboratório do Elixir de Nogueira sempre foi considerado uma das mais perfeitas obras, servindo para tornar ainda mais patente o talento do arquiteto e professor italiano Antônio Vizir (sic) que trabalhou muito anos para esculpir todas as figuras que dominavam a fachada: homens lutando com animais, máscaras, emblemas, flâmulas e até anjos que estão agora caindo e se quebrando grotescamente pela força das picaretas e marretas.

A ASCENSÃO

Quando ficou pronto, teve muita gente que saía de casa só para "ver o trabalho do italiano" e era aquela profusão de Ohs! de espanto e respeito diante do casarão imponente e luxuoso, cheio de esculturas e florões. No seu interior, os farmacêuticos da Viúva Silveira e Filho faziam, pacientemente, o famoso elixir, o Elixir de Nogueira, a panacéia maravilhosa.

Porque não tem quem negue a fama e os prodigiosos efeitos da poção. E não havia quem não tivesse em casa pelo menos um vidro daquele remédio que, segundo a propaganda, "curava todos os males, principalmente os do sangue".

[...]

Os jornais, as revistas e os bondes estavam sempre cheios de anúncios deste tipo, provando que mesmo naquele iníciio de século a propaganda já mostrava a sua força. Alguns anúncios chegavam mesmo a assinalar o extraordinário valor, para a época, do edifício do laboratório, que era considerado como o de que mais moderno se poderia ter realizado em arquitetura. A fórmula do remédio, evidentemente, foi sempre mantida em sigiloso segredo, apenas ao alcance dos seus proprietários e farmacêuticos. E o mistério era tão grande que ela se perdeu no tempo e até hoje ninguém é capaz de afirmar se a poção era séria mesmo ou se não passava de água açucarada e uma substância qualquer que a tornasse amarga. Afinal, poção que se preza tem que ser amarga.

O crítico de arte e professor José Roberto Teixeira Leite, em sua coluna Artes Plásticas, em *O Globo*, em 19 de janeiro de 1970, expressou sua indignação pela demolição do Elixir de Nogueira:

Incrível, mas verdadeiro: uma das peças de convicção do processo de destombamento do Elixir de Nogueira que mais influência tiveram no ato do Governador Negrão de Lima que levou afinal à demolição do monumento, é uma simples carta de um idosa e sem dúvida respeitável senhora, em que afirma ela a nenhuma importância quer do edifício em apreço, quer do próprio autor do projeto, Virzi, que não teria sido senão um "invenção", de mau gosto de seu finado irmão... Pois o parecer dessa ilustre dama prevaleceu sobre o ponto de vista do Patrimônio do Estado, a opinião de arquitetos, artistas e críticos de arte! É ou não é de estarrecer?

Ainda sobre o Elixir de Nogueira, e lamentavelmente verdadeiro: há pressões no sentido de que o Olinio Coelho, do Setor de Tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, e que tanto se bateu pelo edifício afinal demolido, venha a ser afastado de seu cargo: o zelo e a competência demonstrados por esse profissional no exercício de seu dever talvez não tenham agradado como devia aos responsáveis pelos assuntos culturais do Estado...

Na coluna Antiquário[19], Gean Maria Bittencourt, lastimou a destruição do Elixir de Nogueira, em 22 de janeiro de 1970:

Por José Roberto Teixeira Leite fico sabendo que Olinio Coelho, arquiteto do Patrimônio do Estado, talvez seja afastado de suas funções por ser acusado de propalar, entre jornalistas, a notícia do destombamento do Elixir de Nogueira... De minha parte a notícia chegou de outra fonte... Mas, entendo que este arquiteto deveria ser promovido ao invés de enxotado. Se espalhou a notícia fez muito bem. E esta história do destombamento ainda vai dar panos para mangas, pois domingo, no Museu de Armas, com o apoio de várias autoridades, Osvaldo Teixeira lançou um voto de protesto pelo destombamento do prédio. Léo Fonseca e Silva20 já pediu, oficialmente, a intervenção do ministro Jarbas Passarinho21 e daqui faço um apelo ao Presidente da República para esse caso e muitos outros que estão acontecendo... São destombamentos de monumentos; prédios

---

[19] *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1970, p. 13.

[20] O Comandante Leo Fonseca e Silva era o diretor do Museu Histórico Nacional.

[21] Jarbas Passarinho era o ministro da Educação e Cultura.

históricos transformados em maison de tolérance; são mutilações; são padres que vendem relíquias históricas etc. (Grifos nossos).

[...]

E atenção! Soube que já está sendo derrubado o prédio do Elixir de Nogueira. A medida visa ao seguinte; caso alguma autoridade federal ou o próprio Governador reconsidere o parecer de destombamento, não encontrará mais pedra sobre pedra no local...

Enquanto prosseguia a demolição total do edifício, novos protestos eram veiculados pela imprensa carioca. O Instituto de Arquitetos do Brasil – Guanabara, proclamou no *Correio da Manhã,*[22] *em 7 de fevereiro de 1970:*

Prédio do Elixir

tinha de ser poupado

segundo parecer do IAB.

O prédio do velho e tradicional Elixir de Nogueira - um dos monumentos arquitetônicos da Guanabara – está sendo demolido porque a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico e Cultural do Estado da Guanabara, baseada no parecer do engenheiro Mauricio Joppert, ***considerou-o de mau gosto, sem qualidade que justificassem a sua conservação****. (Grifo nosso)*

É importante que seja esclarecido que a Divisão dera pareceres contrários ao destombamento. No entanto, apesar de sua posição contrária desse órgão técnico, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura firmou posição pelo destombamento do imóvel, em face desse parecer pessoal do engenheiro Maurício Joppert, do Clube de Engenharia.[23]

O arquiteto Paulo Casé, presidente interino do Instituto de Arquitetos do Brasil, seção Guanabara, enviou ao engenheiro Joppert carta na qual protesta contra a medida, dizendo que "ela se constituiu numa surpresa e numa decepção para os integrantes da diretoria do IAB, porque a opinião personalista emitida por V. Sª sobre o sin-

---

[22] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1970.

[23] O engenheiro Maurício Joppert exarou seu parecer favorável ao destombamento do edifício em caráter pessoal; não era representante do Clube de Engenharia.

gular exemplo de arquitetura do início do século, no Rio de Janeiro não corresponde à realidade".

PROTESTO

A posição do IAB-GB se definiu na última reunião da comissão diretora, quando os presentes foram informados sobre a revogação do ato de tombamento do prédio do Elixir de Nogueira – ato que se baseou em parecer do engenheiro Mauricio Joppert. Na carta que lhe dirigiu, o presidente interino daquele órgão, diz que cabe-nos como órgão cultural que tem por finalidade estatutária zelar pelos valores arquitetônicos e paisagísticos do Estado, apontar a V. Sª alguns documentos referentes ao controvertido assunto da proteção dos valores arquitetônicos". E lembrou, ainda, a Carta de Veneza, documento resultante do Congresso realizado naquela cidade há alguns anos, em que é definido o problema dos monumentos históricos. Do congresso fizeram parte vários arquitetos, arqueólogos, urbanistas e engenheiros do mundo inteiro, sob o patrocínio da UNESCO, quando foi estabelecida a proteção dos patrimônios históricos das cidades.[24]

Na Circular nº 02-70/71, o Instituto de Arquitetos do Brasil/GB , publicou em fevereiro de 1970, esclarecendo sua posição sobre a demolição do Elixir de Nogueira.

O CASO DO ELIXIR

Num país "pródigo em monumentos históricos e fraco em memória cultural (como diria Franklin de Oliveira) vêm ocorrendo ultimamente, frequentes atentados contra o nosso patrimônio arquitetônico e artístico. Assim é que da noite para o dia (e quase em surdina), foi destombado e liberado para demolição o prédio do "ELIXIR DE NOGUEIRA", considerado um dos raros exemplos de arquitetura "ART NOUVEAU" no Brasil (obra do início do século, de autoria do Prof. Antônio Virzi). Baseando-se em "lúcido" parecer do Eng. Maurício Joppert, que considera o prédio como de "mal gosto", seu proprietário solicitou à Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, a aprovação de ato de destombamento,

[24] Carta para a conservação e restauração dos monumentos,, aprovada pela Assembleia do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, em 31 de maio de 1964, em Veneza, Itália.

que imediatamente foi defendida. Causou estranheza a todos a rapidez com que tal fato ocorreu, principalmente se levarmos em conta a morosidade, nada exemplar, das coisas burocráticas em nosso país.

Ao tomarmos conhecimento do destombamento e da ameaça de demolição iminente do prédio, expressamos através de carta-aberta enviada ao Governador e aos principais jornais da cidade, nossa total discordância ante equívoco tão desastroso. Nesta ocasião apelamos para que fosse revogada a medida e determinada nova inscrição da obra nos livros de Tombo do Estado. Sentindo que nossas palavras não encontravam eco e, que dia a dia as estátuas do "Elixir" se transformavam em cacos ante a fúria das marretas, foi tentada uma entrevista direta com o Governador, quando reafirmamos nossa posição em preservar tal monumento. Recebemos, desta feita, a promessa de que seriam conservados, ao menos, os elementos significativos da obra que seriam reconstituídos em local público.

Em outra reunião de Diretoria foi aprovada nova carta–aberta onde reiteramos as promessas formuladas, que até então não tinham sido cumpridas. Foi aprovada também cartas-abertas ao Eng. Mauricio Joppert e ao Diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara, protestando contra as atitudes assumidas no desenrolar do processo.

Esperamos que tal equívoco não constitua início de um política anti--cultural e estranha à finalidade a que se propõe a Divisão de Patrimônio.

Acreditamos, também, que a atuação do IAB, apesar de não impedir a tempo o destombamento e a imediata demolição do prédio, deixou público o nosso propósito em defender os valores mais significativos da cultura nacional.

No entanto, apesar de tantas manifestações de populares, jornalistas e intelectuais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não apoiou o tombamento em nível estadual, nem propôs que o bem fosse tombado em âmbito federal. E o edifício caiu pelas picaretas e marretas dos operários, sob os olhares curiosos e estarrecidos dos que passavam pela Rua da Glória, 214.

Seu valor como documentação de um estilo artístico era inigualável, e se não poderia negar a necessidade de sua perpetuação como obra de grande valor historicista, para que, ao se traçar a história

da arte brasileira, estivesse presente tão singular obra, característica dos derradeiros reflexos de um ciclo arquitetônico que foi transição entre o ecletismo acadêmico e a arquitetura contemporânea.

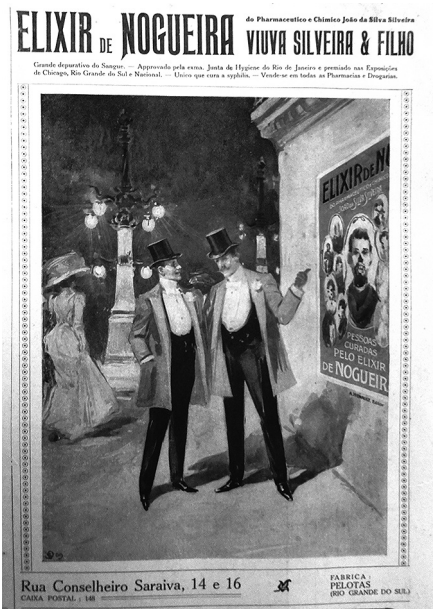
A propaganda: jornais, revistas e almanaques

O Elixir de Nogueira era um medicamento de grande aceitação, divulgando em revistas, jornais e almanaques suas excepcionais qualidades curativas. Alguns anúncios apresentam cartas de agradecimentos de pacientes que ficaram curados de suas enfermidades, em outros, profissionais da medicina descrevem como curaram seus pacientes com essa poção maravilhosa.

Em diversas cidades brasileiras, do Acre ao Rio Grande do Sul, estava presente a campanha publicitária do elixir do doutor Silveira. Até em revistas infantil, como o *Tico-Tico*, encontramos o milagroso medicamento !

No Rio de Janeiro, os mais diversos anúncios do Elixir, são publicados em jornais como, *A Avenida*, *A Época*, *Correio da Manhã Jornal Illustrado*, *O Imparcial, O Jornal* e *Para Todos.*

Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XXXVIII, n. 13.537, 24 dez. 1938. Fig. 13.



Jornal Illustrado, Rio de Janeiro. Anúncio publicado desde 1911, n. 1, dez até 1912, n. 4, março. Fig. 14.

Revista *Tico-Tico*, Rio de Janeiro, ano XXXIII, n. 1608, 29 jul. 1936. Fig. 15.

No antigo território do Acre, encontramos o Elixir em *A Reforma*; em Recife, em *A Pilhéria*; em Curitiba, em *A Bomba* e *Olho da Rua*; em Maceió, no *Diário do Povo;* em Fortaleza, no *Jornal do Ceará* e, em Sobral, em *O Jornal*; em Vitória, em *O Estado;* em Corumbá, em *Tribuna, Diário Matutino* e Tribuna, Diário da Tarde, Independente.

Elixir de Nogueira
SALSA, CAROBA E GUAYACO IODURADO
Preparado do pharmaceutico chimico
João da Silva Silveira
CURA RADICALMENTE
Rheumatismo, ulceras ou feridas cancros venereos, escrophulas, gonorrhéas, em qualquer periodo, tumores, empigens, affecções do utero, fistulas espinhas, inflammações dos olhos, corrimento dos ouvidos, affecções do figado, sarnas carbunculos , darthros, eczemas, &
Emfim, emprega-se em todas as molestias de origem syphilitica. Deve-se usar o ELIXIR DE NOGUEIRA, mesmo em estado de saude, como preservativo da syphilis.
Cuidado com as falsificações nojentas
Vende-se em todas as pharmacias e drogarias do Brazil :—Casa Matriz, Pelotas, Rio Grande do Sul. Caixa 96 Casa Filial e deposito geral: Rua Conselheiro Saraiva 24 e 26. Caixa do correio 146— Rio de Janeiro.

Jornal *A Bomba*, Coritiba, ano 1, n.1, 12 jun. 1913. Fig. 16.

As qualidades do moderno medicamento para "limpar" o sangue estão também presentes no estado de São Paulo, com o *Correio da Noroeste*, em Bauru, o *Correio Paulistano*, *Diário Espanhol* e *Para Todos* e *Vida Moderna*, na capital, *O Araçatuba,* nessa cidade e o *Diário de Santos*, em Santos; o Alpha, em Rio Claro.

Dr. VIDAL
Cirurgião - Dentista
Molestias da bocca e annexas
Rua Siqueira Campos, 11-36
BAURU'
ELIXIR DE NOGUEIRA
Empregado com successo em todas as molestias provenientes da syphilis e impurezas do sangue:
FERIDAS
ESPINHAS
ULCERAS
ECZEMAS
MANCHAS DA PELLE
DARTHROS
FLORES BRANCAS
RHEUMATISMO
SCROPHULAS
SYPHILITICAS
e finalmente em todas as affecções cuja origem seja a
Marca registrada
"AVARIA"
— Milhares de curados —
GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

Jornal *Correio da Noroeste*, Bauru, ano II, n. 331, 10 jul. 1932. Fig. 17

No Rio Grande do Sul, o Elixir era divulgado nos periódicos: a *Città de Caxias* e o *Correio do Município*, em Caxias; *A Razão,* em Pouso Alegre e a Cidade de S. João do Montenegro, nessa cidade.

ELIXIR DE NOGUEIRA
do Phco. Chco. João da Silva Silveira.
Vende-se em todas as Pharmacias do Brazil.

Jornal *Città de Caxias*, Caxias, ano V, n.234, 3 dez. 1917. Fig. 18.

Revistas

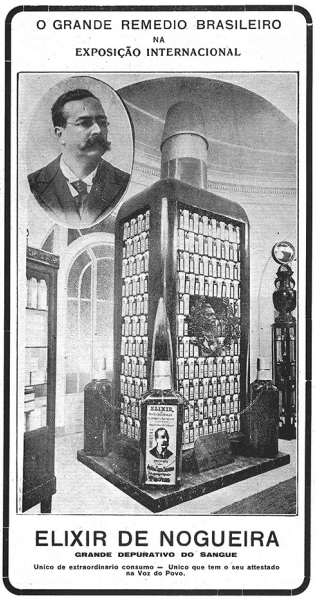
Em São Paulo, revistas também veiculavam anúncios do poderoso medicamento: *A Cigarra, A Lua e Revista Feminina*. No Rio de Janeiro, entre outras, assinalamos *Fon-Fon*, *O Malho*, *Revista da Exposição de 1822* e *Revista da Semana*.

ELIXIR DE NOGUEIRA
Salsa, Caroba e Guayaco Iodurado
PREPARADO DO PHARMACEUTICO CHIMICO
JOÃO DA SILVA SILVEIRA
PELOTAS — Rio Grande do Sul
Approvado pela Exma. Junta de Hygiene do Rio de Janeiro
O illustre dr. Jorge Tibiriça affirma, publicamente, nas rodas dos amigos, que os effeitos do *Elixir de Nogueira* são tão poderosos, que até os seus companheiros de tribu, no interior do Brazil, já deixaram por elle as plantas medicinaes, em casos de molestias de origem syphilitica.
Cuidado com as falsificações nojentas
Vende-se em todas as pharmacias e Drogarias do Brazil
Deposito Geral: CASA VIUVA SILVEIRA & FILHO - PELOTAS - Rio Grande do Sul

Revista *A Lua*, São Paulo, ano I, n. 9, Nova março, 1910. Fig. 19.

Declaro que soffri de rheumatismo chronico de origem syphilitica; a conselho do Dr. Alfredo Barros, usei o conhecido purificador do sangue ELIXIR DE NOGUEIRA do Pharmaceutico Chimico João da Silva Silveira e graças á sua acção benefica consegui restabelecer-me, achando-me gordo e forte, sempre disposto para o trabalho.
MARTINIANO JOSE' DE MORAES
empregado da Municipalidade da Bahia—Thesouraria
Bahia, 21 de Março de 1916.
Sr. Martiniano José de Moraes
ESTE GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE E' O UNICO NO GENERO.
Vende-se em todas as drogarias, pharmacias, casas de campanha e sertões do Brasil. Nas Republicas Argentina, Uruguay, Bolivia, Perú, Chile, etc.

Revista *O Malho*, Rio de Janeiro, n. 1.008, 7 jan. 1922. Fig. 20.



Revista *A Exposição* de 1922, Rio de Janeiro, n. 10-11, dez. 1922. Fig. 21.

Os Almanaques

Os almanaques foram importantes veículos de informação, constituindo-se em instrumentos que continham elementos para a organização do quotidiano, configurando a compilação de saberes e fazeres, dirigidos ao grande público de pouco acesso a outras leituras. Adquiriram grande aceitação do público brasileiro, acompanhando o leitor durante todo o ano. Apresentavam muitos artigos, poesias, histórias, anedotas com ilustrações, acontecimentos da cidade, biografias de ilustres figuras, instituições públicas, comércio local e grande diversidade de anúncios dos mais "modernos" produtos, entre os quais, os referentes à saúde, promovidos pelas novas indústrias farmacêuticas, que no *Almanach de Pelotas*, chegavam a cerca de 54% dos anúncios publicados.

Este periódico popular anual começou a ser editado em Pelotas, em 1913, por iniciativa de F. Paradeda. Era impresso na gráfica do

Diário Popular, e circulou nos anos de 1915, 1917, 1919, 1921, 1923, 1925, 1927, 1929, 1931, 1933 e 1935. O almanaque tinha as dimensões de página aberta de 29cm x 22cm, com impressão em tipografia e clichês. A propaganda desse medicamento aparecia, com exceção dos anos de 1915 e 1927, em todos os números desse prestigiado almanaque. Importante observar a preocupação da firma Viúva Silveira & Filho em assinalar a exclusividade de seu produto, chamando a atenção do público para possíveis falsificações, ilustrando sempre a propaganda com sempre o desenho da garrafa, e por vezes até o desenho do invólucro em sua propaganda. O periódico apresentava uma tipografia bem diversificada, com grande variedade de ornamentos decorativos, como filetes, bordas, cercaduras e ilustrações utilizando a técnica de hachura. A edição de 1921, especialmente, publicou um texto e muitas fotografias da filial da fábrica do *Elixir de Nogueira*, construída no Rio de Janeiro:

No Rio de Janeiro, a empresa Viúva Silveira e Filho publicava o *Almanaque Silveira*, impresso no tamanho 12x18 cm, com 16 páginas e as 2 capas, em cores. A publicação apregoava as curas que o elixir do senhor Silveira fazia e anunciava os departamentos de saúde pública que aprovavam o medicamento, como ainda divulgava declarações de médicos que indicavam o poderoso remédio para seus clientes, obtendo notáveis sucessos.

No número do ano de 1947, são apontados os departamentos de saúde pública, nacionais e estrangeiros que aprovavam o grande purificador do sangue: na América do Sul - Buenos Aires, Montevidéu, Santiago, Assunção, La Paz, Lima e Quito, e, na Europa - Lisboa. Reforçando, a grande aceitação do produto, acrescenta "Vende-se em todo o Brasil, Repúblicas Sul Americanas e alguns países da Europa"

Almanaque Silveira, Rio de Janeiro, 1947. Acervo particular. Figs. 22 e 23.

Na publicação de 1950, com seus votos de um Feliz Ano Novo, indicava, ainda:

> ***Modo de usar – Não havendo indicação médica***
>
> *Tome-se pela manhã uma colher, das de sopa, puro ou com igual porção de água; uma colher ao meio dia, e uma à noite, podendo--ase elevar a dose nos casos graves até 2 colheres de cada vez.*
>
> *Para crianças de dois a quatro anos, dá-se uma colherinha das de chá, duas vezes por dia, misturando com água.*
>
> *As pessoas que não puderem o tomar puro o ELIXIR DE NOGUEIRA, adicionarão igual porção de água e o adoçarão à sua vontade com açúcar, mel, melado, etc.*

No *Almanaque Silveira* 1953, como em todos os números, há sempre, junto ao calendário mensal, uma declaração de algum médico, ao lado de sua fotografia, atestando o infalível uso do Elixir de Nogueira. Assim na página 4

> ***Nas afecções Sifiíticas***
>
> *Atesto in fide gradus mei, que o ELIXIR DE NOGUEIRA é de resultado sempre benéfico em todas as afecções de fundo sifilítico.*
>
> *Itabaiana (Paraíba) – Dr. Jayme Lima.*
> *At. resumo – Firma rec.*

Referências bibliográficas

ALMANACH de Pelotas. Pelotas: 1921.

ALMANAQUE Silveira. Rio de Janeiro: 1947, 1950, 1953.

COELHO, Olinio Gomes P. . *Elixir de Nogueira* – Monumento histórico. *Arquitetura*, Rio de Janeiro, n. 64, out. 1967, pp. 3-6.

COSTA, Lucio. Evolução da Arquitetura no Brasil. *Revista do Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro, ns. 324 a 328, v. 26, ago.a dez. 1963.

HERMES, Maria Helena Fonseca. *Antonio Virzi, arquiteto*. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte decorativa/virzi.htm>. Acesso em 05 ago. 2017.

IMPRESSÕES do Brazil no Século XX. London: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913.

LISBOA, João Luís. *Os Sucessores de Zacuto:* o almanaque na Biblioteca Nacional do Século XV ao XXI. Portugal: 2002.

PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas* (1913-1918). Pelotas: Officinas Typographicas do Diário Popular, 1921.

PRISTA, Luís Vasco Nogueira. *Tecnologia farmacêutica* - V. II. 6.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SIMÕES, C. M. O.; SCHENKEL, E. P.; GOSMANN, G. *Farmacognosia*: da Planta ao medicamento. Porto Alegre/Florianópolis: Ed.Universidade/UFRGS/Ed. UFSC, 2007.

TAVEIRA, Alberto Antonio. *Fogos de artifício à luz do dia*: a arquitetura de Antonio Virzi no Rio de Janeiro, 1998. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-graduação em Arquitetura (Proarq), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

WILLE, Danielle Neugebauer; SOUZA, Helen Pinho; SILVA, Mariana Britto Madruga da; FERREIRA, Mauricio Machado; IGANSI, João Fernando. *Análise Gráfica dos Anúncios "Elixir de Nogueira" publicados no "Almanach de Pelotas" de 1913 a 1918.* Trabalho apresentado no 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. São Paulo: 2010.

Fontes

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

Arquivos particulares.
Biblioteca Pública Pelotense.
Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Resumo

A Fábrica do Elixir de Nogueira, projeto do arquiteto e professor Antonio Virzi era um importante exemplar da arquitetura do ciclo *art-nouveau* no Rio de Janeiro. Foi tombada pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, em 1966, e destombada e demolida em 1977. Irreparável perda para a história da arquitetura da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil.

Palavras-chave: Elixir de Nogueira; arquitetura; Rio de Janeiro.

Abstract

The "Elixir de Nogueira" factory, project of the architect and professor Antonio Virzi was an important example of the architecture of the art-nouveau cycle in Rio de Janeiro. It was registered by the Division of Historic and Artistic Heritage of the Guanabara State in 1966, but the record was canceled and the factory demolished in 1977. Irreparable loss to the architecture history of the city of Rio de Janeiro and Brazil.

Keywords: *Elixir de Nogueira; Architecture; Rio de Janeiro.*

Recebido em 3 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

O SINO DO COLÉGIO PEDRO II

Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade[1]

Objetos não são coisas... Coisa é abstração, objeto é afeto, mania, chamego, algo feito de buscas, tempos perdidos, anseios e aleluias...

Uma vez que "a civilização se faz com ideias e objetos", o sociólogo, poeta e ensaísta, historiador e orador José Arthur Rios[2], nos propõe recriar matéria de relação perceptiva, entre o material e o sensível, recuperada pela memória coletiva afetiva. No universo cultural o homem vive no cotidiano dos objetos de vários tipos e dignidades, dos mais simples e utilitários – como as ferramentas que prolongam e fortificam a mão do homem no trabalho; aos artísticos e luxuosos – como as joias presentes requintados da ourivesaria que embelezam os seres; até os mais complexos e misteriosos – como os espelhos que em sua magia duplicam, distorcem e recriam a imagem. Neste enfoque podemos observar que o protagonismo dos objetos, em sua historicidade de produção de significados e representações, nos leva a intuir circunstâncias – como o significado do suporte material *roda* na dimensão evolutiva da vida humana; deduzir vivências a partir da representação da *ampulheta* como metáfora da mensuração/aprisionamento do tempo pelo homem; reinterpretar memórias, como por exemplo, a linguagem sonora do *sino*, enquanto objeto emblemático de comunicação.

A linguagem sonora dos sinos pode ser recriada em múltiplos aspectos da história-memória do Rio de Janeiro, desde seus primór-

---

[1] Professora Doutora em História Social, pelo IFCS/UFRJ. Professora de História Aposentada da UERJ e do CP II. Sócia do IHGB, do IHGRJ e do IHGN. Pesquisadora da CEPHAS/IHGB e do CEDOM/CP II.

[2] RIOS, José Arthur, 1921. *Objetos não são coisas*. Rio de Janeiro: José Arthur Rios, 2013.

dios, cumprindo diversas funções: a original função religiosa, a função militar e a função educacional.

A tradição de religiosidade da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro assimilou e se apropriou da linguagem sonora do sino como forma emblemática de comunicação. Além do protagonismo original do sino como objeto religioso e signo da herança cultural cristã, novas funções sociais foram recriadas e reinventadas no espaço natural dos trópicos e suas circunstâncias temporais institucionais. Aos toques canônicos vindos de Portugal, que convidavam os fiéis para os diferentes ofícios e liturgias religiosas, como as tradicionais badaladas do sino do Mosteiro de São Bento que anunciavam as missas, os rituais da Semana Santa, do Natal, as procissões e as celebrações da vida, casamentos, nascimentos, batizados, e da morte, os funerais e os enterros, como representação da estrutura da própria sociedade; – foram incorporados os toques militares de prontidão, de recolher e de calamidade, que disciplinavam a população, como os avisos de perigo de invasão da Baia da Guanabara, alerta dado pelo sentinela da Fortaleza de Santa Cruz e replicado pelo Sacristão Mor da Igreja do Outeiro da Glória; – e as chamadas educacionais que davam sentido utilitário organizacional às práticas escolares, como aulas, exames, recreios, formaturas, saídas, como o sino do Imperial Colégio de Pedro II, suporte material da cultura escolar.

No diálogo passado/presente, ponto de encontro entre o tangível da memória coletiva e o intangível da memória afetiva, o sino histórico do Colégio Pedro II representa, como "imagem-objeto", a sobrevivência quase imortal do Colégio de Pedro II como personagem da história da educação no Brasil. Localizado no pátio interno da edificação secular (hoje Campus Centro: Avenida Marechal Floriano, 80), o sino pode ser descrito, em sua materialidade, como objeto simples e utilitário, pequeno instrumento de vbronze com a forma de vaso cônico invertido, medindo 39 cm de altura (cabeçote, asa, coroa e corpo), por 30 cm de largura (costela e campânula), um "ideofone" de aproximadamente 20 Kg, que produz sons graves e agudos, quando nele se exerce percussão por intermédio do badalo, haste metálica de liga de bronze mais flexível terminada em bola, suspensa em seu in-

terior, medindo 30 cm, presa em minúscula coroa de 5 cm, de autoria desconhecida.

As origens do sino e do colégio remontam à primeira metade do século XVIII, ao Abrigo dos Órfãos de São Pedro, obra de caridade da antiga paróquia do mesmo nome, instalada na periferia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, cercanias do Morro da Conceição, vizinhança do sítio do Valongo, arrabaldes do porto, área do maior mercado de escravos do período colonial, descrita pelo cronista Vieira Fazenda como "a via de carga e descarga mais sórdida do Rio de então... povoada de prostíbulos e pensões de curta permanência". Neste cenário, o 4º Bispo do Rio de Janeiro, D. Antônio de Guadalupe, sensibilizado com a situação de penúria dos órfãos, oficializou a obra de caridade paroquial criando o Colégio/Seminário dos Órfãos de São Pedro, conforme registro de Monsenhor Pizarro:

> *A experiência que temos de que nesta cidade e seus contornos se perdem muitos moços (...) nos tem movido a procurar remédio para este dano, não só por meio de um seminário, mas também por meio da instituição de um colégio, em que sejam recebidos e criados meninos órfãos de pais pobres e desamparados de criação (...) e que sejam brancos de geração e de nenhuma sorte mulatos. (Provisão de 08 de junho de 1739)*[3]

A casa de noviciado e pobreza foi mantida por "doações piedosas" até 1766, quando os órfãos se mudaram para sítio contíguo à Capela de São Joaquim, que tinha início na Rua do Valongo, depois Rua da Imperatriz, hoje Rua Camerino, doação do filantropo Manoel de Campos Dias, passando o novo colégio a chamar-se Seminário de São Joaquim. Sob a proteção dos bispos, os reitores foram construindo um pequeno patrimônio, ampliando as instalações e construindo a Igreja de São Joaquim, redesenhando o perfil da região. Os seminaristas, tanto os órfãos como os "pensionistas", se ocupavam do ofício diário das nove lições, desde as matinas, às vésperas, até as completas, além dos ofícios dos domingos e dias santos, coordenados pelos to-

---

[3] ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro, Monsenhor. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820-1822, t.9, pp. 530/531.

ques do tradicional sino, que também anunciava a prestação de serviços fúnebres, a participação nas festas religiosas da cidade, nas procissões e nas celebrações da Semana Santa, como mestres de cerimônias, coristas e cantores remunerados, sendo a instituição distinguida pela sociedade local em transformação.

Em 1818, D. João VI extinguiu o Seminário de São Joaquim, sendo suas dependências incorporadas aos "próprios da Coroa" para o aquartelamento da Divisão das Tropas Portuguesas, recém-chegadas ao Brasil. Os alunos com vocação religiosa foram abrigados no Episcopal Seminário de São José, também no centro da cidade, ficando os demais adidos ao Corpo de Artífices e Engenheiros da Divisão Portuguesa. Os toques canônicos do sino foram substituídos pela linguagem sonora da instrução militar e dos ofícios mecânicos, reforçando o ar policialesco da região.

Após a volta de D. João e sua comitiva para Portugal, em 1821, o Príncipe Regente D. Pedro restabeleceu, o Seminário de São Joaquim em seu prédio de origem e direito patrimonial "atendendo às súplicas dos moradores da cidade conduzidos por sentimentos de caridade e conforme meus desejos de promover e auxiliar quanto possível a educação da mocidade pobre da população". O Imperial Seminário de São Joaquim, designação recebida em 1824, sobreviveu como instituição clerical, através de doações e subsídios, no conturbado período do Primeiro Reinado que culminou com a abdicação de D. Pedro I.

Na complexa conjuntura do período regencial, pelo Ato Adicional de 1834, durante a regência de Pedro de Araújo Lima, o Ministro Interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos converteu o antigo prédio do seminário em primeiro estabelecimento oficial de instrução secundária, para atender às novas exigências políticas de legitimação da Monarquia e culturais da sociedade. Por Decreto de 02 de dezembro de 1837, em homenagem ao Imperador Menino, no transcurso de seu 12º aniversário, foi fundado o Colégio **de** Pedro II para servir de norma oficial da Instrução Pública no Município da Corte e exemplo para as demais províncias.

O memorialista Joaquim Manoel de Macedo, também professor catedrático do colégio, nos fornece a mais antiga e detalhada descrição do prédio original, depois da adaptação feita pelo arquiteto Grandjean de Montigny:

> *No fundo da Rua Larga de São Joaquim se levanta a Igreja consagrada ao santo desse nome, e tem pelo seu lado direito a Rua Estreita de São Joaquim, ligando-se pelo esquerdo ao antigo Seminário, depois Imperial Colégio de Pedro II (...) Ligado a Igreja, o edifício [um sobrado de dois andares com muitas salas e divisões] possuía três faces, a principal olhava para a Rua Larga e as demais para as ruas da Imperatriz e da Prainha (...). No centro do edifício alarga-se um belo pátio central, sombreado de amendoeiras, onde estão dispostos o sino e os meios necessários para os exercícios ginásticos, sendo, além disso, um lugar de recreio para os alunos.*[4]

O Imperial Colégio de Pedro II cumpriu seu papel de colégio padrão no Município da Corte através de seus Estatutos organizacionais, seus Planos de Estudos, Programas de Ensino e compêndios didáticos de autoria de seus professores catedráticos, que foram adotados na maioria das escolas do país. O corpo docente de "notório saber", nomeado pelo Ministério do Império e depois concursado; a seletividade do corpo discente, determinada pelos exames de admissão e promocionais; as exigências do curso de bacharelado com 7 anos de estudos simultâneos e seriados dos saberes de tradição humanística; o pagamento das anuidades, apesar da reserva de vagas para alunos necessitados; e a rígida disciplina imposta pelos Regulamentos, deram ao ensino secundário oficial uma função formativa dirigida às elites, através da preparação dos quadros dos "dirigentes imperiais" – políticos, legisladores, escritores, professores, médicos, engenheiros, formados nas tradicionais universidades europeias e/ou nos cursos superiores de direito, medicina e engenharia do Império pelos paradigmas europeus de civilização com a identidade nacional branca e cristã.

---

[4] MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte:Livraria Garnier, 1991, pp.177-197.

Durante os quase meio século de reinado, D. Pedro II sempre dispensou especial atenção ao "seu colégio". O zelo paternal do Imperador encontra-se amplamente documentado na história-memória petrossegundense, suas visitas constantes, seu comparecimento pontual a todas as festas e solenidades e suas mostras públicas de apreço à instituição, foram sempre marcadas pelas badaladas do sino que anunciavam sua presença.

> *A menina dos olhos do Imperador parece que foi, durante a parte mais longa de seu reinado, o Imperial Colégio com o seu nome, situado, como era natural, na própria Corte. Ao alcance, portanto, de sua vigilância verdadeiramente paternal quanto à qualidade do ensino aí ministrado. Era um ensino que terminava por coroar o aluno com um título então particularmente valioso: o de Bacharel em Letras. Nenhum outro estabelecimento no Império poderia conferir esse título aos seus alunos: só o Pedro II. Nem era diploma fácil de obter. (...) Quem fosse, entretanto, bacharel do Pedro II entrava triunfante em qualquer escola superior. Era como se saísse do Imperial Colégio um pequeno príncipe, com direito a todos os acessos que dependessem da inteligência aprimorada pelo saber humano.*[5]

Na véspera de sua deposição, D. Pedro II, como de costume, compareceu ao Colégio e assistiu ao concurso para provimento da cadeira de inglês. No dia 14 de novembro de 1889, o sino saudou o monarca pela última vez, emudecendo por várias décadas.

Na reconstrução do Estado Republicano a tese da educação pública livre, laica e científica redefiniu a política educacional com o objetivo de "educar, controlar e ordenar a população livre do país". A escola republicana tinha como prioridades educacionais desenvolver a moral e as virtudes cívicas para o aprendizado comum da vida coletiva, formação da base do progresso econômico-social e o exercício efetivo da cidadania.

---

[5] FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro, t.1, 3ªed, José Olympio/MEC.1974. pp.165-166.

Apesar da ruptura republicana com a tradição do Imperial Colégio – expressa pelas mudanças de nomes: Instituto Nacional de Instrução Secundária (1889), Ginásio Nacional (1890), Externato Nacional Pedro II e Internato Nacional Bernardo Pereira de Vasconcelos (1909); a extinção do bacharelado; a abolição de títulos e diplomas; e das políticas de equiparações aos ginásios estaduais e aos colégios particulares (1892/1895 e 1911/1927) – a instituição sobreviveu às fases de crise de identidade de sua natureza elitista e esgotamento de seu modelo de educação clássica. A modernização do Distrito Federal ratificou o Ginásio Nacional como polo cultural da intelectualidade brasileira, formada por homens públicos eruditos e diplomados, muitos deles ex-alunos e professores do tradicional colégio. A historiadora Ângela de Castro Gomes, ao analisar a questão, avalia que "tão ou talvez mais importante do que uma escola superior, o Pedro II é um lugar vital na sociabilidade intelectual dos que vivem no Rio da virada do século."[6]

Nas primeiras décadas republicanas a luta pela volta do nome histórico foi empreendida pela comunidade escolar afetiva como um todo, e, em especial pelos "Bacharéis em Letras". Este movimento de preservação do patrimônio cultural escolar, onde a evocação do poder aristocrático do patrono representava um atributo afetivo referente à mudez do sino que anunciava sua presença moral de avaliador erudito e garantia hipotética da qualidade de ensino, constituem um dos fundamentos da recriação da memória petrossegundense.

Em 1911, esse processo de (re)enquadramento da memória que se alimenta do material da história para a reconstrução institucional da identidade grupal, contou com a adesão do mais ilustre ex-aluno da época, o Chefe de Governo Marechal Hermes da Fonseca, cujo apoio à reforma de ensino do Ministro Rivadávia Correa foi decisiva para a restauração do nome Colégio Pedro II ao estabelecimento reunificado (Externato e Internato) e para a redefinição de seu papel de instituição oficial de ensino e sua nova natureza mais popular:

---

[6] GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro:Ed. FGV, 1996. p.146.

> *O Colégio Pedro II tem por fim proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, aplicável a todas as exigências da vida e difundir o ensino das ciências e das letras, libertando-o da preparação subalterna de curso preparatório. (Decreto Nº8660 de 05 de abril de 1911 – Regulamento do Colégio Pedro II)*[7]

A tradição reinventada do toque festivo do sino foi revivida nas solenidades comemorativas do Centenário de Fundação do Colégio Pedro II, que se estenderam de dezembro de 1937 a março de 1938 e fizeram parte do calendário cívico do Estado Novo que buscava demarcar o lugar da política cultural nacionalista de Getúlio Vargas, num movimento histórico dialético: "conservar o passado dentro do presente, introduzir o presente no passado", na (re)fundação do Estado/Nação.

Respondendo pelo novo patronato, o Presidente Vargas, em discurso de compromisso de continuidade da instituição escolar, institucionalizou as práticas e as representações da memória coletiva, na Sessão Solene Comemorativa do Centenário de Fundação do Colégio Pedro II, a 02 de dezembro de 1937, no Teatro Municipal, promovida pelo Ministério da Educação e Saúde;

> *O centenário do Colégio Pedro II evoca todo o quadro de evolução política e cultural do Brasil. Do modesto Seminário de São Joaquim ao estabelecimento instituído por Bernardo Pereira de Vasconcelos, compendiando as bases do ensino secundário, até chegarmos à organização atual, longo e acidentado foi o caminho percorrido. (...) Nele os homens do Império e da República, receberam os conhecimentos indispensáveis à proveitosa atuação que exerceram, na sociedade civil e na vida política da Nação. Através de variadas fases de sua existência, podemos reconhecer os elementos de reconstituição da vida nacional. (...) Nos moldes do novo regime, o problema educacional recebeu, finalmente, diretrizes definidas. (...) Senhores: os meus agradecimentos, como homem e como Chefe de Estado, assumem a significação de um compromisso público ao qual quisestes associar-vos, nobre e espontaneamente, reconhecendo também a ne-*

---

[7] Coleção das Leis do Brasil. Atos do Poder Executivo. 1911-1915. pp.492-511.

cessidade deste movimento renovador, capaz de fazer da educação e da cultura instrumentos da civilização brasileira.[8]

O velho sino voltou a repicar, no dia 26 de novembro de 1938, para anunciar a visita do presidente Getúlio Vargas, acompanhado do prefeito Henrique Dodsworh e do ministro Gustavo Capanema ao Colégio Pedro II. A comitiva percorreu todas as instalações do colégio no centro da cidade, indo do gabinete do diretor aos laboratórios de física, química e história natural, concedendo autógrafos aos alunos e conversando com os professores, numa réplica das visitas do velho imperador. No Salão Nobre, em Sessão Solene, teve seu retrato inaugurado e recebeu da Congregação, por unanimidade e pela primeira vez, a indicação para o recebimento do título de "Bacharel Honoris Causa do Colégio Pedro II", em reconhecimento à política educacional colocada como um dos pontos principais do programa de governo.

Essa visita do presidente Vargas ao Colégio marcou a volta da velha tradição da memória afetiva: "O sino histórico do Colégio Pedro II [que anunciava as visitas do Patrono Imperial], em silêncio desde o Império, repicou pausadamente. Os estudantes no pátio, entoaram o Hino Nacional". No gesto de todos os atores históricos, um ritual revivido e cheio de ressignificações.[9]

O "Novo-Velho Colégio Pedro II" se consolidou, ao longo do século XX, como colégio público federal de referência do Ensino Fundamental e Médio e Formação de Professores em vários *campi* regionais no Estado do Rio de Janeiro.

Marco do patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, o prédio histórico do Seminário de São Joaquim, Imperial Colégio de Pedro II, Externato, Unidade Escolar Centro, hoje *Campus* Centro do CP II, identificado como "um dado da nossa nacionalidade", foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,

---

[8] ANUARIOdo Colégio Pedro II. Comemorativo do 1º Centenário da Fundação do Colégio Pedro II. V. X, 1937-1938. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. pp. 35-38.

[9] ANUARIO do Colégio Pedro II. V.X. 1937-1938. Op.cit. p.99.

IPHAN, pelo Ato Administrativo de 19 de maio de 1983: "Processo Nº 1031 – T. 80, inscrição Nº 489 do Livro Histórico, fl.86, e inscrição Nº 550 do Livro de Belas Artes, fl. 04, vol. 02. Datado de 19,05,1983".

Nesta instituição escolar, onde "espaço e tempo compossuíram-se"[10], no dizer do Professor Emérito e Aluno Eminente Fernando Segismundo – o velho sino, silenciosamente, expõe, na memória petrossegundense, a "ausência da presença do patrono", e sobrevive como objeto de desejo e chamego até hoje de todos os alunos do terceiro ano do Ensino Médio, que marcam sua despedida do colégio revivendo a tradição de tocar "o sino do Imperador". Na relação do indivíduo com o colégio e do colégio com a sociedade, a eternização do sino e sua singular linguagem afetiva simboliza a memória temporalizada, que se apresenta como institucional e legítima representação de um "lugar de memória", um elo vivido no eterno presente de tempos perdidos, recriação dialética da lembrança e do esquecimento, "vivência que se enraíza no espaço, no gesto, na imagem e no objeto."[11]

Referências bibliográficas:

ANUARIOdo Colégio Pedro II. Comemorativo do 1º Centenário da Fundação do Colégio Pedro II. V. X, 1937-1938. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro, Monsenhor. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820-1822, t.9.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRASIL. Coleção das Leis do Brasil. Atos do Poder Executivo. 1911-1915.

---

[10] SEGISMUNDO, Fernando. *Excelências do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Gráfica do CP II, 1993.

[11] NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire.La République entre mémoire et histoire: la problematique des lieux.* Paris: Gallimard, 1984.

DÓRIA, Escragnolle. *Memoria Histórica do Collegio de Pedro Segundo (1837-1937).* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso.* 3ª ed.Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974. 2v.

GOMES, Ângela de Castro. História e Historiadores. Rio de Janeiro: EdFGV, 1996.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte:Livraria Garnier, 1991, pp. 177-197.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire.* La République entre mémoire et histoire: la problematique des lieux. Paris: Gallimard, 1984.

SEGISMUNDO, Fernando. *Excelências do Colégio Pedro II.* Rio de Janeiro:Gráfica/CP II,1993.

Resumo

A linguagem sonora dos sinos pode ser recriada em múltiplos aspectos na história-memória da cidade do Rio de Janeiro. Desde seus primórdios, esta linguagem tem cumprido diversas funções. Primeiramente, mostrou sua função religiosa original, quando os toques canônicos convidavam os fiéis para as diferentes liturgias, ofícios e celebrações. Os toques tradicionais do sino do Mosteiro de São Bento exemplificam este primeiro papel. Posteriormente, os toques de sino desempenharam também uma função militar, através dos toques de recolher e de calamidade, os quais disciplinavam a população e avisavam sobre os perigo de invasão da Baía de Guanabara. O toque estridente do sentinela da Fortaleza de Santa Cruz, multiplicado pelo sino divinal da Igreja do Outeiro da Glória, era um exemplo desta segunda função recém mencionada. Por fim, a função educacional pode ser ilustrada pelo sino do Colégio Pedro II, com suas chamadas para aulas, exames e cerimônias de graduação, bem como por aquelas que anunciavam a visita do Imperador ao "seu colégio".

Palavras-chave: Colégio Pedro II; sino; linguagem sonora.

Abstract

The sonorous language of bells can be recreated in multiple aspects in the history-memory of Rio de Janeiro City. Since its beginnings, this language has fulfilled several functions. Firstly, it showed its original religious function, when canonic ringings invited practitioners to different liturgies, offices and celebrations, rites which announced life and death. The traditional bell ringings of Saint Benedict's Monastery exemplified this first role. Secondly, bell sounds played a military role through curfew and calamity ringings, which disciplined the population and warned about the danger of invasion of Guanabara Bay. The the strident ringing of the sentinel of Saint Cross Fortress, multiplied by the divine bell of Outeiro da Gloria Church, was an example of the second function just mentioned. Finally, the educational function could be illustrated by the bell of Pedro II School, with its callings for class, examinations, graduation ceremonies, as well as those that announced the Emperor's visit to "his school".

Keywords: *Pedro II School; bell; sonorous language*

Recebido em 3 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 24, número 24, 2017

COMUNICAÇÃO

NATURALISTAS – VIAJANTES DO MUSEU IMPERIAL/NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (BRASIL)

Melquíades Pinto Paiva[1]
Hitoshi Nomura[2]

O Museu Nacional do Rio de Janeiro (Brasil) foi criado sob o nome de Museu Imperial, em 6 de junho de 1818. Os leitores interessados na sua evolução, devem ler os livros de Ladislao Neto (1870), Lacerda (1905) e Lopes (1997).

Em 1876, o Museu passou por uma Reforma. Segundo o Art. 1º do Decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro daquele ano (Lacerda, 1905 : 38), ele "é destinado ao estudo da Historia Natural, particularmente da do Brazil, e ao ensino das sciencias physicas e naturaes, sobretudo em suas applicações á agricultura, industria e artes."

No seu Art. 5º, que fixa o pessoal da instituição, foram criados cargos de naturalistas-viajantes, em número a ser estabelecido pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por proposta do Diretor-Geral.

Cabia aos naturalistas-viajantes, funcionários externos do Museu, a prestação de serviços a eles incumbidos pelo Diretor-Geral (Lacerda, 1905 : 41).

---

[1] Professor Emérito da Universidade Federal do Ceará. Sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Endereço para correspondência: Rua Baronesa de Poconé, 71/701 – Lagoa, 22471-270 Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: mappaiva@uol.com.br.

[2] Era Professor Titular (aposentado) da Universidade de São Paulo. Nasceu em São Paulo (SP) em 08 de março de 1933 e morreu em Campinas (SP) em 12 de agosto de 2017.

Os cargos de naturalistas-viajantes foram extintos em 5 de janeiro de 1915, pela Lei nº 1925 (Leontsinis, 1994 : 4).

Ao todo foram contratados 12 naturalistas-viajantes, a saber, em ordem cronológica das respectivas admissões: Louis Jacques Brunet (1811-1877), Arsène Onésine Baraquin. Julian Audemars de Brassus, Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), Carl August Wilhelm Schwacke (1848-1904), Johann Friederich Theodore Müller (Fritz Müller) (1822-1897), Carl Wilhelm Friedenrich (1824-?), Hermann Friedenrich Albrecht von Ihering (1850-1930), Gustav Rumbelsperger (1814-1892), Ernst Heinrich Georg Ule (1854-1915), Júlio Cézar Diogo (1876-1936) e Severino Brandão (1883-?)

Súmulas biográficas

Louis Jacques Brunet
(1811-1877)

Adjunto naturalista-viajante do Museu Imperial, admitido em 21 de junho de 1860 e exonerado em 2 de fevereiro de 1862 (Figura 1).

Médico e naturalista nascido em Moulins (França), chegou ao Brasil em 1852, desembarcando no Recife (PE), quando já estava viúvo. Explorou intensamente a província de Pernambuco, parte daquelas do Nordeste Setentrional e um pouco a do Amazonas, coletando amostras de natureza geológica e de espécies nativas da flora e da fauna. Em 1855 foi nomeado para a 2ª. cadeira de Ciências Naturais do Ginásio do Recife, onde organizou o gabinete de ciências, que deu origem ao atual Museu de História Natural Louis Jacques Brunet, do Ginásio Pernambucano.

Casou-se, por procuração, em 4 de novembro de 1854 com Custódia Francisca de Sá Barreto, da cidade de Souza (PB), já com o filho francês – Charles Theobaldo Brunet, militar reformado. O pai chegou à Paraíba em 1853.

Após seu tempo de viagens, retornou a Souza, integrando-se à sua comunidade como médico.

Pouco se sabe sobre o fim dos seus dias. Supõe-se que morreu no Peru, em 1877.

Devemos a Brunet a descoberta do pintor Pedro Américo, na cidade de Areia (PB), bem como o primeiro registro dos sedimentos cretáceos do Rio do Peixe (PB).

Fonte: Rosado & Silva, 1973.

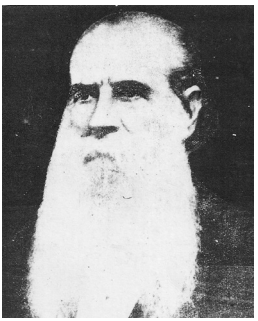


Figura 1 – Louis Jacques Brunet (1811- 1877).

Arséne Onésine Baraquin

Naturalista-viajante do Museu Imperial, designado em 25 de fevereiro de 1863. Não sabemos se o contrato chegou a acontecer, porque houve falta de verba e ele recebeu o título sem pagamento por seu trabalho – foi um voluntário.

Julian Audermars de Brassus

Naturalista-viajante do Museu Imperial, admitido em 27 de junho de 1863.

Domingos Soares Ferreira Penna
(1818-1888)

Naturalista-viajante do Museu Imperial, contratado em 13 de setembro de 1872 e exonerado em 19 de abril de 1884 (Figura 2).

Nasceu em Mariana (MG) em 6 de junho de 1818. Antropólogo radicado no Pará, tendo morrido na cidade de Belém, em 9 de janeiro de 1888.

Primeiro diretor do Museu Paraense (atual Museu Paraense Emílio Goeldi) – (1871).

Em 1870, descobriu importante formação fossilífera – a Formação Pirabas; deixou valiosos estudos sobre os sambaquis da costa oriental do Pará.

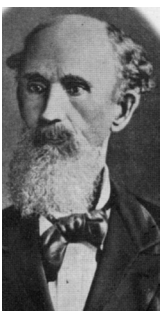


Figura 2 – Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888).
(Cortesia do Museu Paraense Emílio Goeldi).

Em 6 de outubro de 1866 fundou em Belém a Sociedade Filomática do Pará, dedicada ao estudo da História Natural da Amazônia. Esta sociedade foi a precursora do atual Museu Paraense Emílio Goeldi.

Fonte: Lopes, 1997:206.

Carl August Wilhelm Schwacke
(1848-1904)

Naturalista-viajante, foi contratado em 17 de março de 1874 e exonerado em 17 de abril de 1891 – não concordou em elaborar relatórios diários, como passou a exigir o Diretor-Geral do Museu Nacional (Figura 3).

Nasceu na cidade de Alfeld (Hanover – Alemanha), em 29 de julho de 1848, e faleceu no Sanatório de Barbacena (MG), em 11 de dezembro de 1904).

Chegou ao Brasil em 1873. Depois de exonerado do Museu Nacional, foi lecionar Botânica na Escola de Farmácia de Ouro Preto (MG), em 1891; no mesmo ano, foi o seu diretor, assim ficando até morrer. Trabalhou no Museu Paulista.

Estudou Ciências Naturais nas Universidades de Gottingen e Bonn (Alemanha). Era farmacêutico.

Figura 3 – Carl August Wilhelm Schwacker (1848-1904).
(Cortesia da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto).

Andou pelas províncias do Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Coletou mais de 15 mil espécimes da flora brasileira, que infelizmente se perderam. Descreveu várias espécies novas da flora de Ouro Preto.

Fonte: Nomura, 1992 : 67.

Johann Friederich Theodore Müller
(Fritz Müller) – (1822-1897)

Naturalista-viajante do Museu Imperial/Nacional, admitido em 1º de julho de 1876, e exonerado em 20 de janeiro de 1891 (Figura 4).

Nasceu na cidade de Windissholzhausen (perto de Erfurt – Alemanha).

Tendo em vista sua vocação para a matemática e as ciências naturais, entrou para as Universidades de Greifswald e de Berlin.

Figura 4 – Johann Friederich Theodore Müller
(Fritz Müller) – (1822-1897).

Nesta, obteve o título de Doutor em Filosofia (1844). Na primeira, frequentou o curso de Medicina (1845-1848), tornando-se médico.

Chegou ao Brasil em 18 de junho de 1852, desembarcando na ilha de São Francisco, litoral da então província de Santa Catarina.

A princípio, trabalhou, como colono em Blumenau (SC). De 1856 a 1867, lecionou matemática no Liceu Provincial de Desterro (atual Florianópolis). Em seguida, serviu ao governo da Província, até o ano de 1870.

Admitido como naturalista-viajante do Museu Imperial, voltou a morar em Blumenau, onde desenvolveu seus estudos e pesquisas; assim permaneceu até ser exonerado do seu emprego. Queriam que assinasse ponto diário no Museu Nacional, na cidade do Rio de Janeiro.

Sempre foi muito pobre, o que se agravou com a perda do emprego. Morreu em Blumenau em 1º de maio de 1897.

Sem dúvida, foi um dos mais importantes naturalistas do século XIX. Muito pesquisou e escreveu: sua principal obra foi *Fur Darwin* (1864), com fatos e argumentos a favor da teoria da evolução de Darwin, de quem se tornou amigo epistolar. Também, é o autor da lei ontogenética "o desenvolvimento dos animais é uma recapitulação abreviada da sua historia evolutiva".

Fonte: Nomura, 1991 : 7-9.

Carl Wilhelm Friedenrich
(1824-?)

Naturalista-viajante do Museu Imperial, admitido em 7 de abril de 1881 e exonerado em 6 de abril de 1883.

Em 1891 foi contratado como preparador do Museu Sertório, precursor do Museu Paulista, mas em 1892 já não se encontrava na lista dos servidores da nova instituição.

Natural da Alemanha, nasceu em 1824. Chegou ao Brasil em 2 de setembro de 1850, fixando-se em Blumenau (SC).

Graduado em veterinária, mas, às vezes, atuava como médico. Foi delegado de polícia em Blumenau, mudando-se depois para a cidade de São Paulo.

Zoólogo especialista em coleópteros, deu valiosa coleção destes insetos ao Museu Imperial.

Fonte: Emmendoerfer, 2016 : 3.

Hermann Friedrich Albrecht von Ihering
(1850 – 1930)

Naturalista-viajante do Museu Imperial, admitido em 6 de abril de 1883 e exonerado do Museu Nacional, em 21 de dezembro de 1891 (Figura 5).

Nasceu na cidade de Kiel (Alemanha) em 5 de outubro de 1850 e faleceu na Alemanha, em 25 de fevereiro de 1930. Era filho do famoso jurista Rodolpho von Ihering.

Em Gliessen estudava Medicina e Ciências Naturais, mas em 1869 foi para Leipzig, onde se graduou nos dois cursos em 1870. Neste ano, foi recrutado como cirurgião militar. Doutor em Medicina (1872) e em Filosofia (1876).

Já famoso chegou ao Brasil em 1880, desembarcando na cidade do Rio de Janeiro. Depois foi para Porto Alegre (RS) e adquiriu uma chácara em Taquara do Mundo Novo. Após duas mudanças, foi morar na Ilha do Doutor, na foz do Rio Camaquã, onde exercia a Medicina.

Exonerado do Museu Nacional, pela impossibilidade de assinar ponto diário na sede da instituição, foi morar na cidade de São Paulo, onde organizou o Museu Paulista, sendo seu primeiro Diretor, com posse em 15 de janeiro de 1894.

Por causa de intrigas, na I Grande Guerra, deixou o Museu Paulista em 16 de agosto de 1916. Então foi para Santa Catarina e depois andou por países da América do Sul. Por fim, se radicou em Budingen (Alemanha), onde faleceu.

Foi um pioneiro nos estudos zoológicos no Brasil. À luz da ecologia moderna, nada há a criticar nos seus trabalhos. Um brilhante naturalista!

Fonte: Nomura, 1991 : 10-15.

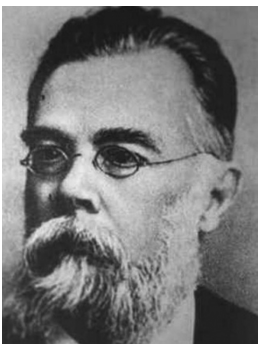


Figura 5 – Hermann Friedrich Albrecht von Ihering (1850-1930).

Gustav Rumbelsperger (1814-1892)

Naturalista-viajante do Museu Imperial, admitido em 9 de fevereiro de 1884 e exonerado no Museu Nacional em 25 de outubro de 1892 – morreu no exercício do cargo.

Nasceu em 5 de agosto de 1814, na cidade de Salins-les--Bains, província do Jura, França. Filho de Joseph Achilles Rumbelsperger, capitão do exército francês, e de Cecile Jean Louise Toulois. Em 1831 viajou para o Brasil, provavelmente indo para São Paulo.

Após viver por 6 anos em Belo Horizonte (MG), foi estudar engenharia em Philadélfia (USA), de lá voltando formado em 1840, indo trabalhar como engenheiro-naval no Arsenal de Marinha da Corte; colaborou na carta da província do Rio de Janeiro.

Trabalhou na Colônia Teresa Cristina (PR) e morreu na cidade do Rio de Janeiro, em 25 de outubro de 1892. Foi um grande amigo de Dom Pedro II.

Fonte: Wikipédia – Gustav Rumpelsperger. Acessado em 26 de julho de 2016.

Ernst Heinrich Georg Ule
(1854-1915)

Naturalista-viajante do Museu Nacional, admitido em 8 de outubro de 1891 e exonerado em 7 de fevereiro de 1893.

Nasceu na cidade de Halle (Alemanha), em 12 de março de 1854, e faleceu também naquele país, na cidade de Lichterfield em 15 de junho de 1915.

Botânico coletor, chegou ao Brasil em 1883, tendo sido professor em cidades de Santa Catarina. Em 1891, mudou-se para o Rio de Janeiro. Deixou diversos trabalhos sobre a vegetação do Brasil.

Fonte: Nomura, 1992 : 68-69.

Júlio Cézar Diogo
(1876-1936)

Naturalista-viajante do Museu Nacional, admitido em 2 de abril de 1910 e exonerado em 5 de janeiro de 1915.

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), em 8 de novembro de 1876, onde faleceu em 15 de dezembro de 1936.

Botânico da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas.

Foi professor de Botânica do Museu Nacional, e deixou muitos trabalhos publicados.

Fonte: Nomura, 1992 : 96.

Severino Brandão
(1883-?)

Naturalista-viajante do Museu Nacional, admitido em 2 de abril de 1910, e exonerado em 3 de julho de 1915.

Nasceu em Alagoas (Brasil), em 4 de julho de 1883.

Trabalhava como preparador de osteologia, montando esqueletos de vertebrados.

Discussão e Conclusões

É grande a variação de informações disponíveis sobre os naturalistas-viajantes do Museu Imperial/Nacional. Tal fato poderia ser bem menor, na hipótese de terem sido pesquisados os processos de contratação e/ou exoneração, no acervo do Museu Nacional. O que não nos foi possível.

Considerando o total das informações por nós obtidas, a respeito dos naturalistas-viajantes do Museu Imperial/Nacional, estes podem ser agrupados em 5 categorias (tabela I):

– categoria superior, com informações mais do que suficientes, com 3 deles – Domingos Soares Ferreira Penna, Johann Friederich Theodore Müller (Fritz Müller) e Hermann Friedrich Albrecht von Ihering;

– categoria suficiente, com as informações consideradas em nível satisfatório, com 2 deles – Louis Jacques Brunet e Carl August Wilhelm Schwacke;

– categoria média, com informações tidas como insuficientes, mas que permitem alcançar alguns dos principais objetivos deste trabalho, com 3 deles – Carl Wilhelm Friederich, Gustav Rumbelsperger e Ernst Heinrich Ule;

– categoria insuficiente, com poucas informações, com 2 deles – Orsène Onésine Baraquim e Júlio Cézar Diogo;

– categoria inferior, como ausência de informações tidas como necessárias, com 2 deles – Julian Audemars de Brassus e Severino Brandão.

Com respeito às nacionalidades dos naturalistas-viajantes, houve um claro predomínio dos estrangeiros, com 5 alemães e 3 franceses. Apenas 3 brasileiros foram contratados e 2 não tiveram nacionalidade(s) conhecida(s). Isto mostra a importância da Alemanha e, secundariamente da França, nos campos das ciências naturais no século XIX.

Quanto as idades em que foram contratados e exonerados, os naturalistas-viajantes o foram entre as classes de idade 26-30 e 66-70 anos; de 31-35 e 76-80 anos (tabela II).

Observamos que não foram admitidos cientistas com até 25 anos de idade, e apenas um velho (mais de 70 anos) foi exonerado. Houve motivos burocráticos absurdos para exonerações, tais como: Johann Friederich Theodore Müller (Fritz Müller) foi exonerado por não assinar o ponto diário na sede do Museu; o mesmo aconteceu com Hermann Friedrich Albrecht von Ihering. Também, Carl August Wilhelm Schwacke, por não enviar relatórios diários ao Museu. É triste saber que tão brilhantes cientistas, tenham sido exonerados, por não cumprirem exigências tão imbecis!

Tabela I – Agrupamentos dos naturalistas-viajantes do Museu Imperial/Nacional, por categorias de informações disponíveis e necessárias a este trabalho.

Nomes dos naturalistas--viajantes	Categorias				
	superior	suficiente	média	insuficiente	inferior
Brunet	–	x	–	–	–

Baraquin	–	–	–	x	–
Brassus	–	–	–	–	x
Penna	x	–	–	–	–
Schwacke	–	x	–	–	–
Müller	x	–	–	–	–
Friendrich	–	–	x	–	–
Ihering	x	–	–	–	–
Rumbesperger	–	–	x	–	–
Ule	–	–	x	–	–
Diogo	–	–	–	x	–
Brandão	–	–	–	–	x
Totais	3	2	3	2	2

Os tempos de permanência no Museu, como naturalistas-viajantes, variaram de 2 a 17 anos (grosso modo), a saber: Carl August Wilhelm Schwacke – 17 anos; Johann Friederich Theodore Müller (Fritz Müller) – 15 anos; Domingos Soares Ferreira Penna – 12 anos; Hermann Friedrich Albrecht von Ihering e Gustav Rumbelsperger – 8 anos; Júlio Cézar Diogo e Severino Brandão – 5 anos; Louis Jacques Brunet, Carl Wilhelm Friedenrich e Ernst Heinrich Georg Ule – 2 anos; nada sabemos sobre os tempos de Orsène Onésine Baraquin e Julian Audemars de Brassus.

Tabela II – Classes de idades em que os naturalistas-viajantes do Museu Imperial/Nacional foram contratados e exonerados.

Classes de idade (anos)	Números	
	admissão	exoneração
26 – 30	2	–
31 – 36	2	1
36 – 40	–	2
41 – 45	1	2
46 – 50	1	–
51 – 55	2	1
56 – 60	1	1
61 – 65	–	–
66 – 70	1	2
71 – 75	–	–
76 – 80	–	1
desconhecidas	2	2

Convém ressaltar a qualificação científica elevada daqueles que permaneceram no Museu por mais de 10 anos.

Agora cuidando de profissões e especialidades, vemos a predominância de naturalistas-viajantes formados na área da saúde (médicos, farmacêutico e veterinário), bem como as especialidades em botânica e zoologia (tabela III).

Numa tentativa de atribuir valores aos naturalistas-viajantes do Museu Imperial/Nacional, os agrupamos segundo a importância de suas produções científicas (tabela (IV).

Conforme as disposições da tabela IV, podemos classificar os naturalistas-viajantes, segundo as importâncias de suas produções científicas: valor mundial – Johann Friederich Theodore Müller (Fritz Müller) e Hermann Friedrich Albrecht von Ihering; **valor nacional** – Domingos Soares Ferreira Penna, Carl August Wilhelm Schwacke e Ernst Heinrich Georg Ule; **valor regional** – Louis Jacques Brunet. Os demais, têm valores desconhecidos, podendo ter sido simples coletores de objetos naturais, preparadores, apadrinhados ou burocratas.

Tabela III – Graduação e especialidades dos naturalistas/viajantes do Museu Imperial/Nacional.

Naturalistas-viajantes	Graduação universitária	Campos de atuação
Brunet	médico	naturalista
Baraquin	–	–
Brassus	–	–
Penna	–	antropólogo
Schwacke	farmacêutico	botânico
Müller	médico	naturalista
Friedenrich	veterinário	zoólogo
Ihreing	médico	zoólogo
Rumbelsperger	engenheiro	–
Ule	–	botânico
Diogo	–	botânico
Brandão	–	zoólogo

Tabela IV – Agrupamentos dos naturalistas-viajantes do Museu Imperial/Nacional, segundo a importância de suas produções científicas.

Naturalistas-viajantes	Importância científica			
	mundial	nacional	regional	desconhecida
Brunet	-	-	x	-
Baraquin	-	-	-	x
Brassus	-	-	-	x
Penna	-	x	-	-
Schwacke	-	x	-	-
Müller	x	-	-	-
Friederich	-	-	-	x
Ihering	x	-	-	-
Rumbelsperger	-	-	-	x
Ule	-	x	-	-
Diogo	-	-	-	x
Bradão	-	-	-	x

Referências bibliográficas

Emmendoerfer, E. – 2016 – *Blumenau no Exército Nacional*, 3 pp., ilus., Blumenau.

Lacerda, J. B. – 1905 – *Factos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Imprensa Nacional, X + 188 pp., [30] ests., Rio de Janeiro.

Ladislao Neto, [ ] – 1870 – *Investigações historicas e scientificas sobre o Museu Imperial e Nacional*. Instituto Philomatico, IV + 331 + IV, pp., [I] est., Rio de Janeiro.

Leontsinis, S. – 1994 – *Efemérides do Museu Nacional – Edição Prévia*. Museu Nacional, 113 pp., ilus., Rio de Janeiro

Lopes, M. M. – 1997 – *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica – Os museus e as ciências naturais no século XIX*. Editora Hucitec, 367 pp., ilus., São Paulo.

Nomura, H. – 1991 – *Vultos da Zoologia Brasileira*. (Parte I). Coleção Mossoroense, série C//volume DCLXI, 121 pp., Mossoró.

Nomura, H. – 1992 – *Vultos da Botânica Brasileira* (Parte II). Coleção Mossoroense, série C/volume 773, 100 pp., Mossoró.

Rosado, V.-U. & Silva, A. C. – 1973 – *Louis Jacques Brunet, naturalista viajante*. Coleção Mossoroense, série C/volume 30, 339 pp., [5] ests., Mossoró.

Hitoshi Nomura (São Paulo (SP) – 08/03/1933 – Campinas (SP) – 12/08/2017), foi um brilhante zoólogo especializado em ictiologia e biologia pesqueira, aliando sua formação científica a vasta bibliografia relativa à história das ciências e biografias de cientistas, além de abundante produção de divulgador científico. Preito de pesar pela sua morte.

Resumo

Este trabalho trata dos 12 naturalistas-viajantes do Museu Imperial/Nacional, funcionários externos que executavam serviços propostos pelo Diretor-Geral, entre os anos de 1860 e 1915. São apresentados dados biográficos disponíveis de tais cientistas. Predominaram entre os naturalistas-viajantes os alemães (5) e franceses (3); apenas 3 brasileiros foram contratados. Quanto às idades, não foram admitidos com menos de 26 anos e um velho com mais de 70 anos foi exonerado. Houve motivos burocráticos absurdos para as exonerações, alcançando 3 importantes cientistas – Johann Friederich Theodore Müller (Fritz Müller), Friederich Albrecht von Ihering e Carl August Wilhelm Schwacke. Os tempos de permanência no cargo variaram de 2 a 17 anos; Carl August Wilhelm Schwacke, Johann Friederich Theodore Müller (Fritz Müller) e Domingos Soares Ferreira Penna, permaneceram na instituição por mais de uma década. Predominaram entre os naturalistas-viajantes profissionais da área da saúde (médicos, farmacêutico e veterinário), bem como especialistas em botânica e zoologia. No tocante à capacitação científica, 2 dos naturalistas-viajantes tiveram projeção mundial, tais como Johann Friederich Theodore Müller (Fritz Müller) e Hermann Friedrich Albrecht von Ihering.

Palavras-chave: Museu Imperial/Nacional; naturalistas-viajantes; Rio de Janeiro; Brasil.

Abstract

This paper deals with the 12 traveler-naturalists of the Imperial/ National Museum, external officials who performed services proposed by the Director-General, between the years of 1860 and

1915. Available biographical data of such scientists are presented. The Germans (5) and the Frenches (3) prevailed among the traveler--naturalists; only 3 Brazilians were hired. As for the ages, they were not admitted under 26 years old and an old man over 70 years was exonerated. There were absurd bureaucratic reasons for exonerations, reaching out to three important scientists - Johann Friederich Theodore Müller (Fritz Müller), Friederich Albrecht von Ihering and Carl August Wilhelm Schwacke. The length of tenure ranged from 2 to 17 years; Carl August Wilhelm Schwacke, Johann Friederich Theodore Müller (Fritz Müller) and Domingos Soares Ferreira Penna, remained in the institution for more than a decade. Predominated among the traveler-naturalists professionals of the health area (doctors, pharmacist and veterinarian), as well as specialists in botany and zoology. With regard to scientific training, 2 of the traveler-naturalists had a worldwide projection, such as Johann Friederich Theodore Müller (Fritz Müller) and Hermann Friedrich Albrecht von Ihering

Keywords: *Imperial/National Museum; traveler-naturalists; Rio de Janeiro; Brazil.*

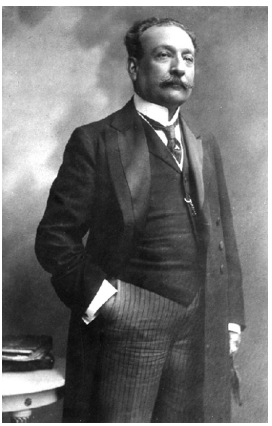
Recebido em 3 de outubro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 24, número 24, 2017

PESQUISA DOCUMENTAL

GENEALOGIA DOS PREFEITOS DO DISTRITO FEDERAL – XVIII

Paulo Carneiro da Cunha[1]
Victorino Chermont de Miranda[2]



Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro
Foto Augusto Malta, Rio de Janeiro. Arquivo G. Ermakoff, Rio de Janeiro.

BENTO MANOEL RIBEIRO CARNEIRO MONTEIRO
(16.11.1910-16.11.1914)

Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, ou simplesmente Bento Ribeiro, como se assinava, nasceu em Jaguarão, RS, em 20.09.1856 (bat. 22.07.1857, Potrto Alegre, RS) e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 29.08.1921. Filho do marechal de campo Victorino José Carneiro Monteiro e de Benevenuta Amália Ribeiro, barões de São Borja, e

---

[1] Ex-sócio efetivo do IHGRJ e ex-presidente do Colégio Brasileiro de Genealogia – CBG, (†). Revisado pelo sócio efetivo do IHGRJ e primeiro-secretário do CBG, Victorino Chermont de Miranda.

[2] Sócio do IHGRJ e do Colégio Brasileiro de Genealogia. Sobrinho-bisneto do biografado.

neto materno do marechal Bento Manoel Ribeiro. Irmão, entre outros, do senador Victorino Monteiro e do deputado Severino Ribeiro.

Militar, sentou praça em 22/03/1875, matriculando-se na antiga Escola Militar da Praia Vermelha, e conquistou o posto de alferes-aluno em 19.09.1878. Promovido, sucessivas vezes, por merecimento, em sua loga carreira, alcançou o generalato em 6/01/1910, passando a general de divisão em 14/01/1913 e a marechal de exército em 1920. Era bacharel em Matemática e Ciências Físicas e pertenceu à arma de Engenharia.Iniciou sua atividade na Comissão de Engenheiros Militares da província do Rio Grande do Sul, onde trabalhou na construção das linhas telegráficas ligando Corumbá a Cuiabá, MG, e, posteriormente, nas do Rio

Grande do Sul com Santa Vitoria do Palmar, no Paraná.Teve também a seu encargo a direção da construção da estrada de ferro de Cacequi a Uruguaiana. Em 1905, foi nomeado comandante da Escola Militar do Realengo, passando, no ano seguinte, a chefiar a Escola de Engenharia Militar. No governo Nilo Peçanha, foi chefe da Casa Militar e, no de Hermes da Fonseca, prefeito do então Distrito Federal. Retornando aos quadros do Exército, exerceu, por seis anos, a chefia do Estado Maior do Exército, do qual pediu exoneração, já no governo Epitácio Pessoa, por desentendimentos com a Missão Militar Francesa, chefiada pelo general Gamelin.

Seu passamento foi objeto de extensos necrológios nos jornais *O País, A Noite*, *Gazeta de Notícias* e *A Pátria*, no Rio de Janeiro, tendo sido velado na Igreja de N. S. da Glória, no Largo do Machado, e sepultado no Cemitério de São João Batista.Era presidente honorário da União dos Empregados do Comercio. Seu nome foi dado a uma estação da Estrada de Ferro Central do Brasil e a um dos bairros da zona norte do Rio de Janeiro.

Casou-se, em Porto Alegre, RS, a 12.08.1882 (N.S. do Rosário, L. 5º, fls. 77), com Isabel Machado, nascida a 05.08.1860 em Porto Alegre, RS, e falecida a 25.07.1954, no Rio de Janeiro (SJB), filha de João Pereira Machado e Iria de Vilhena Loureiro.

Pais de:

I.1 – **Maria Luiza Carneiro Monteiro** (Lulu)
* 19.05.1883 – Porto Alegre, RS(bat. 24.10.1883)
† 09.12.1956 – Rio de Janeiro, RJ
x 1903 – Porto Alegre, RS
Aristarco Dantas, médico* 03.03.1879 – Amparo, Alagoinhas, BA
† 06.01.1905 – Porto Alegre, RS
Filho de José Teodósio Souza Dantas e Rosa de Lima Valverde.
Em 12.11.1921, três meses após o falecimento do pai, professou no Carmelo da Santíssima Trindade, no Rio de Janeiro, assumindo o nome de Irmã Maria Luísa da Trindade.
Pais de:

II.1 – **José Bento Ribeiro Dantas**,advogado presidente da Companhia Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul
* 16.05.1904 – Porto Alegre, RS
† 20.04.1969 – Búzios, RJ
x 06.12.1932 – São Paulo, SP (Liberdade, L. 42º, fls. 21v.)
Eudóxia Ellis Lebre
* 19.12.1910 – São Paulo, SP
† Rio de Janeiro, RJ
Filha de Joaquim Rodovalho Lebre e Sofia Ellis, neta paterna do conde de São Joaquim, por Portugal
Pais de:

III.1 –**Joaquim Bento Ribeiro Dantas**,advogado*
23.08.1933 – Rio de Janeiro, RJ
† Rio de Janeiro, RJ x1ª v. 28.12.1957 – Rio de Janeiro, RJ
Heloisa Maria Guinle
*02.09.1932 – Rio de Janeiro, RJ
Filha de Eduardo Guinle Filho e Heloisa Monteiro de Barros Cresta
x 2ª v.– Rio de Janeiro, RJ
Brenda Simas Mariano de Araújo
Pais de:

A – Da 1ª união:

IV.1 – **Heloisa Maria Guinle Ribeiro Dantas**

IV.2 – **Maria Isabel Guinle Ribeiro Dantas**

IV.3 – **Thiago Guinle Ribeiro Dantas**

IV.4 – **José Guinle Ribeiro Dantas**

B – Da 2ª união:

IV.5 – **Brenda Mariano Ribeiro Dantas**

III.2 – Marcos Ribeiro Dantas, engenheiro civil
* 25.12.1934 – Rio de Janeiro, RJ
†13.07.1966 – Rio de Janeiro, RJ (7º dia, O Globo, 18.07.06)
x 29.12.1959 – Rio de Janeiro (Igreja Sta. Margarida Maria)
Maria Luiza Cesário Alvim
Filha de Antonio Cesário de Sá Freire Alvim e Cora Maria Luiza Correia da Costa
Pais de:

IV.1 – **André Alvim Ribeiro Dantas**, advogado
* 16.10.1960 – Rio de Janeiro, RJ
x 2014 (Diário de Notícias, SP, 08.04.2014)
Marcia Ferraz Nogueira, médica
* 29.09.1967 – São Paulo
Filha de Luiz Carlos Nogueira e Joanna Helena da Cunha Ferraz

IV.2 – **Maria Eudoxia Ribeiro Dantas**
*16.10.1960 – Rio de Janeiro, RJ
x John Whitney
Pais de:

V.1 – **Thomas Dantas Whitney**

V.2 – **Philip Dantas Whitney**

IV.3 – **Filipe Ribeiro Dantas**
x Maria Knip Navarro

IV.4 – **Maria Luiza Ribeiro Dantas**

I.2 – **João Ribeiro Carneiro Monteiro**
* 04.03.1885 – Porto Alegre, RS (bat. 01.02.1886)
† 26.04.1958 – Rio de Janeiro, RJ
x 06.03.1948 – Rio de Janeiro, RJ
Virgínia Montini
* 1882 – Ancora. Itália
Filha de Constantino Montini e Rosa Marcheti
s.s.

I.3 – **Bento Ribeiro Carneiro Monteiro**, tenente-brigadeiro
* 11.08.1893 – Porto Alegre, RS
†23.08.1963 – Rio de Janeiro, RJ
x 15.09.1926 – Rio de Janeiro, RJ (Jornal do Brasil, 04.09.1926)
Lavínia de Abreu e Silva Schilling
*28.11.1896 – Porto Alegre, RS
†23.08.1963 – Rio de Janeiro, RJ (Correio da Manhã, 29.08.1963)
Filha de Carlos Otto Schilling e Lavínia de Abreu e Silva
Pais de:

II.1 – **Regina Isabel Bento Ribeiro**
*01.08.1927 – Rio de Janeiro, RJ
†12.12.2011 – Rio de Janeiro, RJ
x ....09.1950 – Rio de Janeiro, RJ
Levi Nascimento
Filho de Levi Dacheu Nascimento e Myrtes.....
Pais de:

III.1 – **Lavínia Bento Ribeiro Nascimento**
* 25.10.1953 – Rio de Janeiro, RJ
Houve:

IV.1 – **Isabela Bento Ribeiro Nascimento Coelho**

II.2 – **Murilo Bento Ribeiro**
* 18.06.1929 – Rio de Janeiro, RJ

† 03.07.2015 – Rio de Janeiro, RJ
x 1945
Margarida Teófilo Albano de Aratanha
* 1933 – Fortaleza, CE
Filha de Pedro Anselmo de Abreu Albano e Dalila Maria Teófilo
Pais de:

III.1 – **Marcelo Bento Ribeiro**, administrador de empresas
x Janice Araújo
Pais de:

IV.1 – **Mariana Araújo Bento Ribeiro**

II.3 – **Maria de LoretoBento Ribeiro**
* 20.10.1931 – Rio de Janeiro, RJ (gêmea)
† 05.12.1937– Rio de Janeiro, RJ

II.4 – **Maria de Lourdes Bento Ribeiro**
* 20.10.1931 – Rio de Janeiro, RJ (gêmea)
x 05.12.1954 – Rio de Janeiro, RJ
Luigi Garuti, comerciário
* 26.02.1927 – Itália (então Somália)
† 31.08.2015 – Rio de Janeiro, RJ
Filho de Gino Garuti e Lina Mossello
Pais de:

III.1 – **Maria Beatriz Bento Ribeiro Garuti** (Bia), psicóloga
*26.06.1956– Rio de Janeiro, RJ
div. Nilton Vieira, artesão
*19.01.1954 – Rio de Janeiro, RJ
Filho de Guilhermino Domingos Vieira e Maria Silvina da Silva
Pais de:

IV.1 – **Gabriel Garuti Vieira**

III.2 – **Luiz Eduardo Bento Ribeiro Garuti**, engenheiro civil
* 19.01.1958 – Rio de Janeiro, RJ

x 26.02.1987 – Rio de Janeiro, RJ
Andréa de Castro Neves
*28.12.1965 – Rio de Janeiro, RJ
Filha de Almaquio de Castro Neves e Eliana de Araújo de Castro
Pais de:

IV.1 – **Thiago de Castro Neves Garuti**

IV.2 – **Fabiana de Castro Neves Garuti**

IV.3 – **Maria Luiza de Castro Neves Garuti**

II.5 – **Geraldo Bento Ribeiro**
* 08.03.1933 – Rio de Janeiro, RJ
† 22;05.1982 – Rio de Janeiro, RJ
x 22.04.1958 – Guaratinguetá, SP
Helena Salmi
Pais de:

III.1 –**Gaudio Bento Ribeiro**

III.2 –**Fábio Bento Ribeiro**

III.3 –**Lúcia Bento Ribeiro**

II.6 – **Yolanda Bento Ribeiro**, empresária
* 22.05.1935– Rio de Janeiro, RJ
x Paul Ludolf Künning
* 30.06.1938 – Rio de Janeiro, RJ
† 08.07.2010 – Rio de Janeiro, RJ
Filho de Heinrich Künning e Margareth Susanna Beek
Pais de:

III.1 –**Luísa Künning**
*19.12.1967
x 1ªv. Pedro Miguel Correia Girão
x 2ªv. Alexandre Desonis de Moraes

III.2 – **Paula Künning**
*14.06.1970 – Rio de Janeiro, RJ
x 07.02.1990 – Rio de Janeiro, RJ
Francisco Burnier Pereira, médico

Pais de:

IV.1 – **Clara Künning Pereira**

IV.2 – **Júlia Künning Pereira**

I.3 – **Bento Ribeiro Carneiro Monteiro** houve, também, de Consuelo Fernandes, anteriormente a seu casamento:

II.7 – **Bento Fernandes Ribeiro**, engenheiro
* Rio de Janeiro, RJ
† ...09.1963 – Rio de Janeiro, RJ
x Lídia Guimarães
Pais de:

III.1 – **Bento Ribeiro**
* 14.11.1945 – Rio de Janeiro, RJ

III.2 – **Antonio Carlos Bento Ribeiro**
* 14.04.1947 – Rio de Janeiro, RJ

III.3 – **José Luis Bento Ribeiro**
* 13.12.1952 – Rio de Janeiro, RJ

III.4 – **Rosane Bento Ribeiro**
* 14.04.1947 – Rio de Janeiro, RJ

Referências bibliográficas

ALEGRE, Achilles Porto. *Homens do passado*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1922.

CARVALHO, Mario Teixeira de. *Nobiliário Sul Riograndense*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1922.

FONSECA, Gregório da.*Vida e obra do Marechal Bento Ribeiro*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1922.

LAGO, Laurenio. *O Estado-Maior General do Exército Brasileiro (Período Republicano)*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934.

ROVELLY, P. *Le Brésil Contemporain. Charlottenburg*. Berlin: Adolf Ecksteins Verlag, Editeurs, t. 1, s.d.

VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1940, v.2.

Iconografia

Foto Augusto Malta, Rio de Janeiro. Arquivo G. Ermakoff, Rio de Janeiro.

Genealogia

KÜNNING, Yolanda Bento Ribeiro. *Informações genralógiocas*.

Recebido em 00 de mês de 2017. Aprovado em 00 de mês de 2017.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 24, número 24, 2017

RESENHAS

SANTOS, Beatriz Boclin Marques & ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: A Trajetória de seus Uniformes Escolares na Memória coletiva da Cidade*, Rio de Janeiro, Editoras Mauad X / FAPERJ, 2016.

Roberto Schmidt de Almeida[1]

O trabalho de pesquisa de Beatriz Boclin Marques dos Santos e Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade, ambas professoras doutoras e pesquisadoras do Colégio Pedro II, lotadas no Núcleo de Documentação e Memória do Centro de Documentação e Memória do CPII, órgão que abarca os acervos do colégio e que coordena as atividades de biblioteca histórica, museu, laboratório de digitalização do acervo e o Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor Veras Nascentes, o ex-aluno de 1902 e depois professor catedrático de Português e Espanhol, nos apresenta uma visão da evolução da sociedade carioca através do acompanhamento das variações dos uniformes dos alunos do colégio e dos respectivos itens dos regulamentos internos, ao longo de um tempo que se inicia em meados do século XVIII com o Colégio dos Órfãos de São Pedro (1739) e depois Seminário São Joaquim (1766), passando pelo Colégio Imperial em 1834 até a criação do Colégio Pedro II em 1837 e daí até os nossos dias, percorrendo a transição Império/República, o período da chamada "República Velha"(1889 – 1930), a era Vargas/Dutra/Vargas (1930 -1937 -1945 – 1951 -1954) e os períodos compreendidos entre os anos 1960 até o século XXI.

Fica bem claro o processo de variação dos costumes e seus uniformes, entre uma instituição religiosa católica inicial, passando por uma marca militar que perdurou até 1961, muito embora com atenuações ocorridas ao longo dos anos, até os atuais uniformes, onde o

---

[1] Doutor em Ciências (Geografia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (2000), sócio titular do IHGRJ. E-mail: almeidar1@br.inter.net.

caqui, primeiramente com dólmã, depois com a camisa ´com gravata, foi substituído pela a clássica combinação branca azul que passou a prevalecer, onde a gravata foi a última peça a desaparecer.

A pesquisa vai mais além, pois mostra a evolução da instituição ao longo dos anos, sua modernização com a inauguração da unidade de São Cristóvão, em comparação com a sede da av. Marechal Floriano. Nos anos 1950, mostra a expansão geográfica do Pedro II com a criação das unidades do Engenho Novo e Humaitá e, posteriormente, da Tijuca.

O mais importante nesse trabalho é a preservação do distintivo de qualidade de ensino que ficou na memória da sociedade carioca, onde a "marca" Pedro II perdura até hoje, apesar dos surtos de pseudomodernidades que nos assolam nos tempos atuais.

Recebido em 23 de novembro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

FERNANDES, Neusa; COELHO, Olínio Gomes . *Efemérides Cariocas*. S/ ed. Copyright, Neusa Fernandes e Olínio Coelho. Rio de Janeiro, 2016.

Miridan Britto Falci[1]

Recebido em 23 de novembro de 2016. Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

---

[1] Professora doutora da UFRJ. Pós doutora pela /EHESC.Paris. Vice-presidente do IHGRJ. Sócia do IHGB.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 24, número 24, 2017

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
ANO DE 2017

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

SESSÕES ORDINÁRIAS

Uma vez por mês, às segundas quintas-feiras, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro se reúne com os sócios e convidados. A sessão é aberta pela presidência e, em seguida, a segunda-secretária lê a ata da sessão anterior, as Efemérides cariocas, extraídas do livro de Roberto Macedo, e as Efemérides fluminenses, compiladas pelo confrade Olinio Coelho. Informes administrativos e culturais também são divulgados pela presidente.

Sessões

As sessões no ano de 2016 foram plenas todos os meses, comemorativas ou temáticas, onde sócios e convidados expuseram suas pesquisas e novos eleitos tomaram posse.

Março

Ata de Abertura do Ano Social de 2016

Iniciamos em 8 de março com a posse festiva da nova diretoria. A sessão foi presidida pela vice-presidente Esther Bertoletti, que deu posse e passou a presidência da sessão à nova presidente Neusa Fernandes, que, em seu discurso fez uma retrospectiva da história da cidade do Rio de Janeiro.

Abril

No mês de abril, dia 14, a sessão foi comemorativa do lançamento do livro *Efemérides Vassourenses*, de autoria de Marco Santos, Neusa Fernandes e Olinio Coelho. Foram apresentadas as seguintes palestras:

Efemérides: uma construção histórico-jornalística – primeiro-secretário do IHGRJ – Marco Aurélio Martins Santos.

Vassouras: presente – Olinio Gomes Paschoal Coelho.

Maio

No mês de maio, dia 12, realizou-se sessão comemorativa dos 80 anos do IBGE, uma bem-sucedida parceria com esta instituição exemplar. As palavras iniciais foram das presidentes das duas instituições: Neusa Fernandes e Wasmália Bivar. Em seguida, foram apresentadas as seguintes comunicações:

Odisseia da criação do IBGE, por Nelson Senra;

Teixeira de Freitas e Macedo Soares: Dois Pilares de um Templo chamado IBGE, por Marco Aurélio Martins Santos, primeiro-secretário do IHGRJ;

A Letra G do IBGE: A Saga da Geografia na Instituição, por Roberto Schmidt, de Almeida, tesoureiro do IHGRJ.

Junho

A sessão do mês de junho, dia 9, foi comemorativa do lançamento do livro *Dicionário Histórico do Vale do Paraiba Fluminense,* de autoria de Irenilda Cavalcanti, Neusa Fernandes e Roselene de Cássia Coelho Martins.

Foram apresentadas as seguintes palestras:

Introdução à elaboração do livro *Dicionário Histórico do Vale do Paraíba Fluminense* – Neusa Fernandes.

A História através do dicionário: uma apresentação do Vale do Paraíba Fluminense. Roselene de Cássia Coelho Martins. *Do leste proibido ao Vale do café. A mata protetora se torna o espaço sócioeconômico do Império brasileiro.* – Irenilda Cavalcanti.

A casa do meu avô – Cláudia Braga Gaspar

Agosto

No mês de agosto, em parceria com a Escola de Belas Artes, foi realizada a jornada comemorativa dos Duzentos Anos da Escola de Belas Artes, realizada na sessão ordinária de mês, dia 11, que se

iniciou às 14h, na sala da Cephas, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Contou com a presença de várias pesquisas sobre a Escola de Belas Artes, num total de cinco expositores que abordaram os temas:

CARLOS TERRA. *A Escola de Belas Artes e seus 200 anos: breve percurso histórico.*

IVAN COELHO DE SÁ – *Academia Imperial de Belas Artes e Metodologia de Ensino Artístico.*

WILLIAM SEBA MALMANN BITTAR – *Rio de Janeiro: a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.*

FRANCISCO SALVADOR VERISSIMO – *A Linguagem Neoclássica no Brasil.*

Setembro

Os 80 ANOS DA RÁDIO NACIONAL foram o tema da sessão ordinária do mês de setembro, realizada no dia 8 de setembro de 2016, às 15h, na sala da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas, (Cephas), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando foram apresentadas as seguintes comunicações:

DRA. LIA CALABRE – *A Vida em Capítulos: as radionovelas da Nacional.* A palestrante, diretora da Fundação Casa de Rui Barbosa, fez uma síntese de sua excelente tese de doutoramento que versou sobre o tema citado.

GERDAL DOS SANTOS – *Depoimento. Fase áurea da Rádio Nacional.*

O conhecido radioator, o mais antigo funcionário da Rádio Nacional, apresentou uma síntese cronológica da história da Rádio e alguns números de seu repertório, como ator, que muito agradaram ao público presente.

Outubro

No mês de outubro, no dia 13, na sala da Cephas do IHGB, a sessão foi relativa ao lançamento do livro *A Casa Rosa do Leblon*, de autoria de Miridan Britto Falci, com apresentação de *power point* e palestra. Realizada na sala da Comissão de Estudos e Pesquisas Histó-

ricas (Cephas), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contou com a exposição e apresentação de vídeo. Seguiu-se a apresentação da palestra de Paulo Knauss sobre os Bairros Cariocas, seus estudos, geográfico e históricos, seus cronistas e suas interpretações. A sessão foi seguida pelo lançamento do livro citado, no terraço, com um coquetel, oferecido pela autora.

Miridan Britto Falci – *A Casa Rosa do Leblon.*

Paulo Knauss de Mendonça – *O Leblon e a história dos bairros cariocas.*

Dezembro

No mês de dezembro, dia 8, foi realizada a sessão magna, sessão dedicada ao CENTENÁRIO DO PRIMEIRO SAMBA GRAVADO, na sala da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (Cephas) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Foram apresentadas as seguintes pesquisas:

A Pequena África: a casa da Tia Ciata – Dra. Lucia Helena da Silva

Noel Rosa e Sinhô – José Nonato Duque Estrada

Minibiografia de Cartola – Dra. Neusa Fernandes

As palestras foram ilustradas pela cantora Áurea Martins, acompanhada do violonista Lucas Porto. Constou do seguinte repertório musical:

Pelo telefone – composição coletiva, registrada por Donga e Mauro de Almeida*;*

Jura – Sinhô; Se você jurar – Sinhô;

Feitio de Oração – Noel Rosa;

Último Desejo – Noel Rosa;

O Mundo é um Moinho – Cartola;

As Rosas não falam – Cartola.

Tendo-se procedido, no ano anterior, à renovação do Quadro Social, cinco novos Sócios Efetivos tomaram posse, em sessões solenes, a saber:

ATA DAS SESSÔES SOLENES DE POSSE

Julho

Em julho, dia 14, tomaram posse três novas sócias:

Marieta de Moraes Ferreira, doutora e historiadora do IFCS/ e FGV, tomou posse na cadeira 40, com saudação de Surama Conde;

Ana Maria da Silva Moura, doutora e historiadora do IFCS e UERJ tomou posse na cadeira 43 e;

Hildete Pereira Hermes de Araujo, doutora e historiadora e economista da UFF tomou posse na cadeira 46.

As duas últimas empossandas, Hildete e Ana Moura, foram saudadas por Miridan Britto Falci.

As empossandas, como de praxe, após o discurso de saudação, fizeram os seus discursos, assinaram o livro de posse, receberam os colares de seus afilhados e convidaram os presentes para um coquetel patrocinado por elas no terraço do IHGB.

Novembro

Em novembro, dia, 10 duas novas sócias recém-eleitas, Maria de Fátima Moraes Argon da Matta, historiadora do Museu Imperial de Petrópolis, e atual diretora do Instituto Histórico de Petropolis, e Vera Cabana de Queiroz Andrade, historiadora e sócia do IHGB, tomaram posse no IHGRJ.

Ambas foram saudadas pela sócia emérita profa. Cybelle de Ipanema.

Parcerias

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro associou-se ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para a organização da sessão comemorativa dos 80 anos do IBGE, realizada no mês de maio.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro associou-se à Escola Nacional de Belas Artes, na organização da jornada comemorativa do bicentenário da citada Escola, realizada no mês de agosto.

Frequência das sessões

As sessões do IHGRJ foram bastante concorridas, registradas, no Livro de Presenças, de março a dezembro, 367 assinaturas.

Doações:

Carlos Wehrs que doou o livro de sua autoria, *Niteroi, cidade sorriso* à biblioteca do IHGRJ.

Nelson de Castro Senra doou o livro de sua autoria *Teixeira Freitas e a criação do IBGE. Correspondência de um homem singular e plural* à biblioteca do IHGRJ.

Paulo Knauss de Mendonça doou à biblioteca do IHGRJ o livro *Nos Tempos da Guanabara uma história visual*, que coordenou, e mais os livros *Tão importante Tão esquecido: o Bairro da Misericórdia, e Os Vice-Reis no Rio de Janeiro*, produzidos pela equipe do Museu Histórico Nacional.

Cybelle de Ipanema doou ao IHGRJ três exemplares do seu **livro sobre a Ilha do Governador** para serem vendidos em benefício dos IHGRJ.

Neusa Fernandes doou um exemplar do seu livro *Eufrásia e Nabuco*, e cinco exemplares do seu livro *Efemérides Vassourenses*, coautoria com Marco Santos e Olinio Coelho, para serem vendidos em benefício do IHGRJ.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Edição da Revista do IHGRJ, ano 22, nº 22 de 2015 (ISSN 1519 5678)

Concluído o décimo quinto número da Revista IHGRJ, ano 2015,. À diretoria cumpriu a sua meta de distribuição e divulgação, distribuindo para todos os sócios e a todos os Institutos Históricos do país, além de várias instituições culturais.

O décimo sexto número que deverá sair até o segundo semestre do corrente ano, está em fase de organização por Miridan Britto Falci .e Paulo Knauss .

NOTAS DE FALECIMENTO

Registramos com pesar o falecimento, em novembro, do atuante sócio efetivo Salvador da Mata e Silva, cuja vida e realizações está contida na Revista n.23de 2016, feito por Cybelle de Ipanema.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

QUADRO SOCIAL
1º de janeiro de 2017

SÓCIOS EFETIVOS (por ordem alfanumérica)

		Patronos
01	Alex Nicolaeff	23
02	Angela Ancora da Luz	12
03	Arno Wehling	48
04	Christóvão Dias de Ávila Pires Jr.	37
05	Cláudio Moreira Bento	13
06	Eliana Rezende Furtado de Mendonça	14
07	Esther Caldas Bertoletti	45
08	Fernando Tasso Fragoso Pires	18
09	Francisco de Vasconcellos	44
10	Guilherme de Andréa Frota	20
11	Jaime Antunes da Silva	21
12	João Maurício de Araújo Pinho	49
13	José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros	7
14	Lucia Helena Pereira da Silva	22
15	Lucia Maria Paschoal Guimarães	24
16	Marco Aurélio Martins Santos	36
17	Marcus Antônio Monteiro Nogueira	35
18	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	47
19	Maria de Lourdes Viana Lyra	30
20	Mary Lucy Murray del Priore	25
21	Nelson de Castro Senra	38
22	Neusa Fernandes	6
23	Ney Oscar Ribeiro de Carvalho	11
24	Olinio Gomes Paschoal Coelho	32

25	Ondemar Ferreira Dias Júnior	17
26	Paulo Knauss de Mendonça	5
27	Rachel Esther Figner Sisson	16
28	Roberto Guião de Souza Lima	9
29	Roberto Schmidt de Almeida	28
30	Rogéria Moreira de Ipanema	10
31	Salvador Mata e Silva (†)	39
32	Stelio Emmanuel de Alencar Roxo	29
33	Stella Leonardos	26
34	Surama Conde Sá Pinto	8
35	Vera Lúcia Bottrel Tostes	1
36	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	2

CADEIRAS E PATRONOS (por ordem numérica)

Cadeiras

1 Júlio Afrânio Peixoto
2 Alberto Frederico de Morais Lamego
3 Manuel Tomás Alves Nogueira
4 José de Anchieta
5 Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo
6 Ariosto Espinheira
7 Baltazar da Silva Lisboa
8 José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco
9 José Barbosa Rodrigues
10 Basílio de Magalhães
11 Batista Caetano de Almeida Nogueira
12 Benevenuto Berna
13 João Capistrano de Abreu
14 João da Costa Ferreira
15 D. Pedro II
16 Luís Gastão d'Escrangnolle Dória
17 Everardo Bachheuser
18 Augusto Fausto de Souza
19 Felisbello Firmo de Oliveira Freire
20 Frei José Mariano da Conceição Veloso
21 Frei Vicente do Salvador

22 Frederico Hermeto Pereira Lima
23 Cónego Januário da Cunha Barbosa
24 João Batista Ribeiro de Andrade
25 Joaquim Manuel de Macedo
26 Joaquim Norberto de Souza Silva
27 José Cândido Guilhobel
28 Luís Gonçalves dos Santos
29 Armando Magalhães Correia
30 Max Fleiuss
31 Alexandre José de Melo Morais
32 Alexandre José de Melo Morais Filho
33 Cândido Mendes de Almeida
34 Monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo
35 Manuel Duarte Moreira de Azevedo
36 Alfredo Moreira Pinto
37 Manuel da Nóbrega
38 Francisco Agenor de Noronha Santos
39 Olavo Freire
40 Manuel de Oliveira Lima
41 Otelo de Souza
42 João Pandiá Calógeras
43 Benjamim Franklin de Ramiz Galvão
44 José Francisco da Rocha Pombo
45 Rodolfo Augusto Amorim Garcia
46 Edgar Roquette Pinto
47 Teodoro Fernandes Sampaio
48 Francisco Adolfo de Varnhagen, visc. de Porto Seguro
49 José Vieira Fazenda
50 Virgílio dos Reis Várzea

SÓCIOS BENEMÉRITOS

01 Carlos Wehrs
02 Cybelle Moreira de Ipanema
03 Miridan Britto Falci

SÓCIOS EMÉRITOS

01 Luiz de Castro Souza (†)

SÓCIOS HONORÁRIOS

01 Guarany Nunes de Carvalho

SÓCIOS CORRESPONDENTES BRASILEIROS
(por unidade da federação)

ALAGOAS (IHGAL)
01 Jayme Lustosa de Altavila

AMAZONAS (IGHA)
02 José Geraldo Xavier dos Anjos

BAHIA (IGHB)
03 Consuelo Pondé de Sena

CEARÁ (Instituto do Ceará)
04 José Augusto Bezerra

DISTRITO FEDERAL (IHGDF)
05 Adirson Vasconcelos
06 Affonso Heliodoro dos Santos

ESPÍRITO SANTO (IHGES)
07 Gabriel Augusto de Mello Bittencourt
08 Getúlio Marcos Pereira Neves

GOIÁS (IHGG)
09 Aidenor Aires
10 José Mendonça Teles

MARANHÃO (IHGM)
11 Telma Bonifácio Reinaldo dos Santos

MINAS GERAIS (IHGMG)
12 Francisco Augusto Xavier Brandão
13 Celso Falabella Figueiredo Castro

PARANÁ (IHGPR)
14 Ernani Costa Straube

PERNAMBUCO (IAHGP)

15 George Félix Cabral de Souza
16 Reinaldo José carneiro Leão

Piauí

17 José Elmar de Mello Carvalho

RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN)

18 Jurandyr Navarro da Costa

RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS)

19 Luis Alberto Cibilis
20 Miguel Frederico do Espírito Santo

SÃO PAULO (IHGSP)

21 Adilson Cezar
22 Geraldo Barbosa Tomanik
23 Hernâni Donato
24 Nelly Martins Ferreira Candeias

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

ITÁLIA

01 Giulio Sanmartini

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS ESTADUAIS
(por unidade da federação)

01 Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)
02 Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)
03 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)
04 Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
05 Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)
06 Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)
07 Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
08 Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)
09 Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)
10 Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS)
11 Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)
12 Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)
13 Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)
14 Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)

15 Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)
16 Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)
17 Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)
18 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)
19 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)
20 Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO)
21 Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)
22 Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)
23 Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

FUNDADORES

Afonso Várzea

"Almirante" (Henrique Foreis Domingues)

Antonio Carneiro Leão

Ariosto Berna

Augusto Maurício Queirós Ferreira

Douglas Sidney Amora Levier

Eduardo Tourinho

João Batista de Matos

Manuel Paulo Teles de Matos Filho

Mário da Veiga Cabral

Nelson Costa

Odorico Pires Pinto

Pedro Calmon Monis de Bittencourt

Sílvio Salema Garção Ribeiro

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 24, número 24, 2017

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os textos deverão ser entregues em uma cópia impressa em formato A4, no endereço do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
2. Os arquivos devem ser salvos na extensão "doc" ou "rtf", digitados em programa de editor de texto no padrão Microsoft Office Word, edição 98 ou superior.
3. Utilizar a Fonte Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e alinhamento justificado.
4. Os textos devem conter no máximo 15 (quinze) laudas (ou até 35.000 caracteres com espaços).
5. Os textos devem começar na altura da 8ª linha da página depois da linha do autor, de forma contínua, sem pular nenhuma linha e não deverão conter tabulação, colunas e separação de sílabas hifenizadas.
6. Somente os parágrafos devem iniciar-se com 1,5 cm de recuo.
7. Margens: superior 3 cm, inferior 2 cm, esquerda 3 cm e direita 2 cm.
8. As páginas devem ser numeradas, com exceção da primeira, na margem superior direita.
9. O título do trabalho deve ser apresentado em letra maiúscula, negrito e centrado, na primeira linha da página. Quando houver subtítulo, este deve ser em letra minúscula, separado do título por dois pontos, (ex. TÍTULO: subtítulo)
10. A autoria deve vir abaixo do título, em itálico, separado por uma linha em branco, alinhado pela direita e acompanhado da nota de rodapé – número 1 (um). Nesta nota, deve conter a titulação máxima do autor, mais 1 (uma) informação sobre o cargo ou função que exerça em uma instituição em que trabalhe ou a que pertença. Se o autor for sócio do IHGRJ, incluir ainda no fim, antecedido por vírgula, a categoria: Sócio Efetivo, Emérito, Correspondente... do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.
11. As notas devem vir no rodapé, na fonte Times New Roman, em corpo 10 e espaçamento simples. Devem ter apenas o caráter explicativo/complementar e ser numeradas em algarismos arábicos sequenciais. (Ex.: 1,2, 3 etc.)

12. Evitar palavras, expressões ou frases em itálico, negrito ou sublinhado.
13. As palavras estrangeiras devem vir obrigatoriamente em itálico.
14. Caso o trabalho contenha imagens, estas deverão ser escaneadas em 300 "dpi" no formato TIF ou JPG, dimensionadas no formato aproximadamente, de no máximo 8 x 8 cm, contendo legenda e fonte, e na quantidade máxima de 5 (cinco) imagens, inseridas no próprio documento, na posição correta, como também reunidas em arquivo separado.
15. As tabelas devem ser digitadas seguindo a formatação padrão de tabela do programa editor de texto.
16. As citações até 3 (três) linhas devem constar entre aspas, no corpo do texto, com o mesmo tipo e tamanho de fonte do texto normal. As referências devem indicar entre parênteses, o último sobrenome do autor em letras maiúsculas, o ano de publicação e o número da página ou das páginas, antecedido da letra p. : (SOBRENOME, ano: p. número da página).
17. As citações a partir de 4 (quatro) linhas devem estar em fonte Times New Roman, corpo 10, itálico, espaço simples, com recuo esquerdo de 4 cm. As referências das mesmas devem constar no final do texto recuado, entre parênteses, como no exemplo acima.
18. As Fontes e as Referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do texto, precedidas da palavra correspondente em negrito (ex.: Fontes (em primeiro, quando houver, e Referências bibliográficas) e deverão respeitar as regras da ABNT, dispostas em ordem alfabética por autor, como nos exemplos:

. Livro no todo:

SOBRENOME, Nome. Título em itálico: subtítulo em normal (quando houver). Cidade: Editora, ano.

Quando se tratar de segunda ou mais edições, referendar depois do título (ex.: 2 ed., 3 ed.).

. Capítulo em livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: Título da obra em itálico. Cidade: Editora, ano. p. .... - ..... .

. Artigo em revista:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título da revista. Cidade: Editora, a., v. , n. , p. ..... - ....., data/ano. (quando for o caso de trimestre ou bimestre, abreviar os meses (exemplo: jul./set. 2009.)

. Artigo em jornal:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do jornal. Cidade, nome do caderno ou coluna (quando houver), p. ... - ..., data. (exemplo: 5 jan. 2009).

19. Após as Referências bibliográficas, que encerram os textos, incluir, no alinhamento justificado, Resumo e Abstract ou Resumé ou Resumen com até 6 (seis) linhas cada, acompanhados de 3 (três) Palavras-chave e 3 (três) Keywords ou Mots-clés ou Palabras-clave respectivamente, separados por ponto e vírgula. Exemplo:

Resumo

(texto)
Palavras-chave: ..... ; ..... ;.....

Abstract ou Resumé ou Resumen
(texto)
Keywords ou mots-clés ou palabras-clave: ..... ; ..... ;.....

O Conselho Editorial reserva-se o direito de recusar os trabalhos que não atendam às normas estabelecidas ou que não correspondam aos objetivos e interesses da Revista.

Os trabalhos não aceitos pelo Conselho Editorial deverão ser retirados na Instituição com agendamento prévio pelo e-mail: ihgrj@ ihgrj.org.br

Os textos devem ser entregues ou remetidos para:

Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
Miridan Britto Falci (Editora)
Av. Augusto Severo, n. 8 – 12° andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 23, número 23, 2016

Capa: Rogéria de Ipanema
Diagramação: Leandro S. Lima

NOVA
Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A impressão da nova fase da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* é realizada pela Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, uma parceria iniciada pela publicação do número 17, do ano de 2010.